

COLECCIÓN GRUPOS DE TRABAJO



Serie Economía, políticas de desarrollo y desigualdades

# INVENTAMOS OU ERRAMOS DEBATES SOBRE A TRANSIÇÃO PARA OUTRA SOCIEDADE E OUTRA ECONOMIA

*Everaldo de Oliveira Andrade*  
*Xabier Arrizabalo Montoro*  
*Gabriela Roffinelli*  
*Gemma Cairó-i-Céspedes*  
*Alejandro César López Bolaños*  
[Coords.]







**INVENTAMOS OU ERRAMOS**

Programa de pós-graduação em História Econômica (PPG-HE)  
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLCH)  
Universidade de São Paulo (USP)  
Projeto apoiado pela UIU (União Ibérica de Universidades)

*Equipo de traductores al portugués:* Ângela Amaral, Cláudia Gomes, Naara de Lima Campos, Pedro Rozales, Cecília Brancher de Oliveira, Eduardo Silveira Netto Nunes, Adir de Almeida Mota, Igor Pasquini Pomini, Edgar Suzuki e Everaldo de Oliveira Andrade  
*Revisión:* Everaldo de Oliveira Andrade e Igor Pasquini Pomini

Inventamos ou erramos: debates sobre a transição para outra sociedade e outra economia / Ramón Franquesa... [et al.]; coordinación general de Everaldo de Oliveira Andrade... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023.

Libro digital, PDF - (Grupos de trabajo de CLACSO)

Archivo Digital: descarga y online  
ISBN 978-987-813-432-1

1. Economía. 2. Política Económica. 3. Empresas Recuperadas. I. Franquesa, Ramón. II. Oliveira Andrade, Everaldo de, coord.  
CDD 306.301

Otros descriptores asignados por CLACSO:

Historia Económica / Desarrollo / Sindicalismo / Pensamiento crítico /  
Política Económica / Ecología / Empresas recuperadas / Dependencia /  
Revolución / América Latina

Los trabajos que integran este libro fueron sometidos a una evaluación por pares.

# **INVENTAMOS OU ERRAMOS**

**DEBATES SOBRE A TRANSIÇÃO PARA OUTRA  
SOCIEDADE E OUTRA ECONOMIA**

**Everaldo de Oliveira Andrade  
Xabier Arrizabalo Montoro  
Gabriela Roffinelli  
Gemma Cairó-i-Céspedes  
Alejandro César López Bolaños  
(Coords.)**

Grupo de Trabajo CLACSO Crisis y economía mundial





## CLACSO

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais

### **Colección Grupos de Trabajo**

**Pablo Vommaro** - Director

### **CLACSO - Secretaría Ejecutiva**

**Karina Batthyány** - Directora Ejecutiva

**María Fernanda Pampín** - Directora de Publicaciones

**Pablo Vommaro** - Director de Investigación

### **CLACSO - Equipo Editorial**

**Lucas Sablich** - Coordinador Editorial

**Solange Victory y Marcela Alemandi** - Producción Editorial

### **Área de investigación**

**Natalia Gianatelli** - Coordinadora de Investigación

**Cecilia Gofman, Marta Paredes, Rodolfo Gómez, Sofía Torres, Teresa Arteaga y Ulises Rubinschik** -  
Equipo de Gestión Académica



LIBRERÍA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES  
**CONOCIMIENTO ABIERTO, CONOCIMIENTO LIBRE**

Los libros de CLACSO pueden descargarse libremente en formato digital o adquirirse en versión impresa desde cualquier lugar del mundo ingresando a [www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana](http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana)

1ª edición: *Inventamos ou erramos: Debates sobre a transição para outra sociedade e outra economia* (Buenos Aires: CLACSO, abril de 2023).  
ISBN 978-987-813-432-1



CC BY-NC-ND 4.0

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales | Queda hecho el depósito que establece la Ley 11.723. La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

### **CLACSO**

**Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais**

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | <[clacso@clacsoinst.edu.ar](mailto:clacso@clacsoinst.edu.ar)> | <[www.clacso.org](http://www.clacso.org)>



# ÍNDICE

## **Xabier Arrizabalo Montoro**

Apresentação | 9

## **Ramón Franquesa**

As coletivizações na Catalunha durante a Guerra Civil | 21

## **Xabier Arrizabalo Montoro**

Ensinamentos da Comuna de Paris 150 anos depois | 45

## **Igor Pasquini Pomini**

Os conflitos internos nas empresas do ramo de energia, gás e água na Catalunha revolucionária (agosto e setembro de 1936) | 71

## **Mario Del Rosal**

O modelo sueco: limites e contradições | 91

## **Henrique Pons Agnelli**

Dependência econômica do Vietnã do Sul e planificação econômica da República Socialista do Vietnã no pós-guerra | 113

## **Gemma Cairó-i-Céspedes**

O modelo de desenvolvimento social de Kerala (Índia) | 129

## **Xabier Arrizabalo Montoro**

Reformismo e revolução na experiência chilena de 1970-1973 | 153

## **Everaldo de Oliveira Andrade**

Hipóteses de planificação econômica e gestão operária na Bolívia (1952-1971) e no Peru (1968-1975) | 179

**Alejandro César López Bolaños, Armando Negrete Fernández  
e Juan Alberto Arancibia Córdova**

Limites e desafios da política econômica no estado plurinacional  
da Bolívia

| 201

**Roser Rodríguez Carreras, Eduard Montesinos Ciuró  
e Albert Contreras Riera**

A política de concessões florestais comunitárias na região  
do Petén, Guatemala

| 221

**Gabriela Roffinelli**

Empresas recuperadas na Argentina: lições e desafios para as  
classes trabalhadoras (1992-2020)

| 243

**Xabier Arrizabalo Montoro**

Conclusões

| 267

**Sobre as autoras e os autores**

| 271

# APRESENTAÇÃO<sup>1</sup>

Xabier Arrizabalo Montoro

JÁ NA TERCEIRA DÉCADA do século XXI, faz sentido o debate sobre a transição para outro tipo de sociedade? Do nosso ponto de vista, faz mais sentido do que nunca, pois no capitalismo a aspiração legítima da população a uma vida digna, de acordo com as possibilidades materiais disponíveis, é cada vez mais negada. Com efeito, sofreremos com a situação social agravada a que inevitavelmente conduz a sobrevivência do capitalismo, mas a vontade de resistir da maioria, daqueles que vivem do próprio trabalho em oposição aos que vivem do trabalho dos outros — do nosso —, se expressa em todos os lugares, procurando uma saída para esta situação. Nesse contexto, a perspectiva de transição para outra sociedade se revela não como um desejo, mas como uma necessidade muito urgente.

## I

Vivemos em um tempo presidido por uma pandemia global, que não é o vírus, senão seu impacto social. Um impacto que não pode ser entendido sem as políticas que foram impostas nas últimas décadas, de desmantelamento dos sistemas públicos de saúde, redução do emprego público e da precarização do trabalho, maior mercantilização

---

1 Tradução de Edgar Suzuki.

da pesquisa médica e farmacêutica etc. Essas políticas acompanham inevitavelmente o capitalismo, encerradas em uma sequência de crises sucessivas sem quebra de continuidade, ou seja, uma espécie de “crise crônica”. De modo que, ao contrário da versão oficial auto-isenta que atribui a crise à pandemia, a realidade é que a causalidade se inverte: a pandemia, inclusive sua magnitude, é resultado da crise do capitalismo e das conseqüentes políticas impostas pelos governos que se subordinam às suas exigências.

Nesses meses, com o álibi da pandemia, as empresas lançam gigantescos programas de demissões e agudizam a precarização laboral, enquanto os governos preparam novos pacotes de ajuste. Complementar a essa situação de destruição econômica com retrocesso social, as liberdades democráticas são atacadas. As instituições da classe capitalista, somadas às organizações a ela subordinadas, promovem com insistência a ideia de que planos de recuperação e estímulo serão a panaceia para resolver os problemas. No entanto, à luz da análise teórica, referendado pelo balanço empírico de experiências anteriores, já que esses planos não têm nada de substancialmente novo, não se pode depositar nenhuma ilusão sobre eles. Seu conteúdo essencial é uma transferência massiva de recursos públicos para o capital, para o grande capital, sob a retórica da transição digital e principalmente da “economia verde”, dupla fonte de negócios para ele. Por um lado, os negócios econômicos devido à perspectiva de recuperação que se abre, graças à chamada “colaboração público-privada” que estes recursos proporcionam. Por outro lado, negócios políticos pela subordinação da classe trabalhadora à classe capitalista, sob a sedução de supostos interesses compartilhados na “luta pelo planeta”. Mas, como sempre, esses planos servirão apenas para, no mínimo, dar oxigênio temporariamente a uma fração do capital, até eclosão da próxima crise, porque os problemas têm suas raízes no próprio capitalismo que eles estão tentando salvar.

A situação já deteriorada da maioria da população — os que vivem do seu trabalho — está ameaçada de novos retrocessos. De modo que o velho dilema de “socialismo ou barbárie”, como Luxemburgo recorreu citando Engels, agora se coloca mais em termos de “socialismo ou mais barbárie”, porque a barbárie já está plenamente instalada, inclusive nas regiões historicamente mais desenvolvidas. O capitalismo é regido pela lei da queda tendencial da taxa de lucro, o que revela seu caráter não apenas contraditório, mas crescentemente contraditório. Essa lei exige aumentar o grau de exploração da classe trabalhadora, pano de fundo dos problemas sociais mencionados. Portanto, não é a condução da política econômica responsável pelos problemas sociais, o que abriria a ilusão de resolvê-los aplicando outra política (como

se a política econômica pudesse ser independente das exigências do capital, sem uma perspectiva de ruptura com ela). É o capitalismo e seu caráter irreformável.

Claro, isso não significa menosprezar as legítimas mobilizações que exigem a satisfação das necessidades sociais mais imediatas. Pelo contrário: é perfeitamente compatível e necessário reivindicá-las e lutar por elas, constatando a impossibilidade de alcançá-los plenamente no capitalismo. A luta é a única maneira de abrir uma saída real para os problemas, o que requer a organização política da maioria explorada, independente de qualquer compromisso com o capital e suas instituições, para defender suas aspirações da única maneira que possam se proteger efetivamente: incondicionalmente e, portanto, até o fim. Uma organização que vai se constituindo no cotidiano, alinhada com a própria mobilização pelas reivindicações.

A maioria da população, que é a que vive do seu trabalho, principalmente a classe operária, não parte do zero para essa tarefa, mas tem uma longa trajetória de experiências históricas nas quais tratou de assumir o controle de sua vida, para resolver os problemas que sofre, derivados das mencionadas exigências de rentabilidade. A história do capitalismo é uma história de sofrimento para essa maioria. Mas é também a história de sua resistência, cuja organização possibilitou a perspectiva de emancipação da humanidade de toda forma de opressão. Precisamente no ano de 2021, comemorou-se o 150º aniversário da Comuna de Paris, o primeiro Estado operário da história que, por essa condição de classe e apesar de seu caráter efêmero, pôs em marcha medidas tão avançadas que sua reivindicação segue sendo válida hoje.

As experiências acontecem em todos os lugares, assumindo formas muito diferentes. Em alguns casos revolucionárias, isto é, através da irrupção das massas na vida pública para lutar abertamente pelo poder. Em outros casos, ainda depositando ilusões em uma impossível gestão progressiva do capitalismo, um reformismo que hoje já não inclui nem as reformas mais ínfimas. Outras vezes se tratam de experiências mais limitadas, que não visam a conquista do poder ou qualquer outra condução da política econômica, senão processos localizados, sem prejuízo das possíveis coordenações que se desdobram. Cada uma dessas orientações é reivindicada por determinadas correntes do movimento operário e de outros setores sociais e até mesmo teorizada como forma de resolver problemas.

## II

De qualquer perspectiva social presidida por uma aspiração emancipatória, na qual nos subscrevemos àqueles que participaram da ela-

boração deste livro, o estudo das experiências históricas é uma importante fonte de conhecimento. Claro que não com a pretensão de encontrar neles uma receita de aplicação imediata e mecânica, o que significaria um completo desconhecimento de como se desenvolvem os processos sociais; nem, obviamente, de um ponto de vista nostálgico, que também seria estéril. Mas sim, com o objetivo de aprender as lições que oferecem para a luta atual. Estes processos têm neles como característica, como se diz coloquialmente, “acelerar a história”, revelando assim com mais nitidez as determinantes da reprodução social, o lugar dos sujeitos protagonistas da história, que são as classes sociais organizadas politicamente. Seus acertos e seus erros.

A propaganda capitalista rotula essas experiências como fracassos, tentando fazer disso um “senso comum” da sociedade. Não sem algum sucesso, dado que “as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época” (Marx e Engels, 1985, p. 50) ou, em outras palavras, que “a ideologia imperialista penetra até mesmo na classe operária, a qual não está separada das outras classes por uma Muralha da China” (Lênin, 1976, p. 480). No entanto, abordar a questão com seriedade revela que é a própria questão de saber se eles fracassaram que deve ser impugnada. Pois se fracassaram é porque não o poderiam ter feito, ou então, poderiam ter conseguido, completando individualmente a transição para o socialismo. Ou seja, a questão se baseia na ideia de “socialismo em um só país”, que é uma formulação alheia e contrária à análise rigorosa do caráter global da economia capitalista e, conseqüentemente, da condição internacional da luta de classes (é uma formulação externa e, portanto, contrária ao marxismo e, conseqüentemente, à própria tradição bolchevique (Arrizabalo, 2018, pp. 174-198).

A intenção dessa propaganda do capital é clara: pretende-se que essas experiências, guiadas por uma reivindicação emancipatória, não constituam uma referência para aqueles que lutam por abrir o caminho para uma sociedade baseada na não exploração da maioria pela minoria, mas na livre cooperação de iguais. O nosso ponto de vista é o oposto ao do capital, como opostos são os interesses da maioria da população que vive do próprio trabalho aos da minoria dos proprietários que vivem de nosso trabalho também. Nosso ponto de vista é, portanto, tratar de experiências das quais temos muito a aprender, para uma compreensão rigorosa que nos dê lições concretas no campo do que fazer hoje.

Registramos dois fatos: primeiro, a grave situação social a que inevitavelmente conduz a sobrevivência do capitalismo, para a maioria da população que, coerente com suas legítimas reivindicações, não deixa de lutar por elas, resistindo. Segundo, a existência de uma longa

trajetória de luta contra a opressão, pelo socialismo, que, embora não tenha resolvido os problemas, mostrou que há um caminho para alcançá-lo. O objetivo deste livro é contribuir para o conhecimento dos aportes que emergem dessas experiências; uma contribuição para a luta necessária por uma sociedade livre de toda forma de opressão.

### III

Nenhum fenômeno social (nem da natureza) pode ser explicado rigorosamente contando somente com a pura observação empírica. Os problemas não ocorrem por azar, não são fruto do acaso, obedecem a uma causalidade que, sendo geral, universal, constitui, portanto, uma lei. Por isso faz falta teoria, para compreender as leis especiais do tipo de sociedade em que se enquadra o objeto de análise: neste caso, as leis que regem o processo de acumulação do capital. Neste livro abordamos uma série de processos históricos, de uma forma que se reivindica radicalmente diferente daquela que se limita a uma mera descrição superficial da forma como se manifestam. Uma análise que vai mais além das aparências:

A história [...] deve, antes de tudo, relatar os fatos e seu desenvolvimento. Mas isto não basta. É necessário que o relato se separe claramente porque as coisas se sucederam dessa forma e não de outra. Os eventos históricos não podem ser considerados como uma cadeia de aventuras que ocorrem ao acaso ou que se enredam no fio de uma moral preconcebida, mas devem submeter-se ao critério das leis que a governam (Trotsky, 1972, p. 1).

Embora o livro tenha autoria plural, em geral há um fundo compartilhado, em torno da importância de questões metodológicas e teóricas, pois experiências emancipatórias (ou falsamente emancipatórias como são as reformistas) só podem ser compreendidas à luz de categorias teóricas tão substantivas quanto propriedade, classes e as relações de dominação e luta entre elas, o poder e o Estado, política econômica e processo de acumulação. E essas categorias, inextricavelmente inter-relacionadas entre si, não podem ser entendidas, por sua vez, sem o fundamento teórico que fornece um método para captar os processos como são: conflitantes, mutáveis, contraditórios etc.

Por isso, para captá-los, apreendendo-os desde sua essência, este livro, sem prejuízo da já citada autoria plural, inspira-se no método marxista. Esse método, partindo de uma concepção materialista do mundo e uma forma dialética de pensar, concretiza-se em uma constatação: o motor da história é a luta de classes. Não se trata de uma fórmula retórica, mas é tão literalmente: é a ação conflitiva dos sujeitos que são as classes sociais, organizadas politicamente em defesa de

seus interesses, que nos permite compreender a evolução das sociedades. Em torno desta premissa, que se explica teoricamente e se verifica empiricamente a cada dia, se formulam as ferramentas teóricas que permitem, nutridas com os dados que emanam da realidade, ordenar explicativamente os referidos fenômenos, identificar as suas causas. Isto é: ir além das aparências, remontando até o fundo para encontrar suas determinantes. Tais ferramentas são especificadas nas categorias teóricas que são as forças produtivas, as relações de produção, a superestrutura e, em particular, dentro dela, o Estado (Arrizabalo, 2014, pp. 59-70).

Todo o exposto nos permite fundamentar a análise das experiências que são abordadas neste livro, mediante a utilização das categorias teóricas da propriedade e das relações de produção constituídas em sua base, das quais surgem em primeira instância as classes sociais e seu conseqüente conflito que é a luta de classes, mas também o Estado e sua política econômica, que expressa a dominação correspondente a essas relações de propriedade, o poder que ela constitui e, em definitivo, como se articula tudo isso no processo de acumulação, base material da reprodução social.

Como dissemos, com esta publicação não procuramos um receituário. Tampouco a encaramos desde uma perspectiva nostálgica. Pelo contrário, temos a pretensão de contribuir, com toda humildade, ao conhecimento de como operam os fatores determinantes da reprodução social, que situamos fundamentalmente no terreno da ação conflitiva dos sujeitos sociais próprios de qualquer sociedade classista, como é a capitalista: as classes sociais. Quer dizer, o conflito que subjaz na forma como essas sociedades se proveem da base material de sua existência, o que constitui o objeto de estudo da crítica da economia política, que está indissociavelmente ligada às demais perspectivas de análise social. Porque, apesar de muitas vezes serem apresentadas separadamente, as diferentes “ciências sociais” compartilham o mesmo objeto, a reprodução social; de modo que, embora o abordem a partir dessas diferentes perspectivas, são plenamente complementares. Só assim se evita o risco do economicismo e de uma abordagem parcial ou determinista, de modo a alcançar uma explicação clara dos problemas, ponto de apoio à intervenção que pretende resolvê-los.

#### IV

A própria estrutura do livro, em torno de dez estudos de caso, principia por considerar as particularidades de cada situação, de escapar das receitas universais, tão reacionárias quanto o etapismo de Rostow ou o etapismo da III Internacional estalinizada. Ou as teorias do pós-desenvolvimento, que hoje, impulsionadas por seus conteúdos

pós-modernos, desviam o foco do centro da opressão na sociedade capitalista, que é a exploração do trabalho (exploração que subordina outras formas de opressão, certamente existentes, como a racial ou a patriarcal, para esmagá-las tanto quanto possível), de modo que, longe de contribuir para o trabalho emancipador, o bloqueia. No que diz respeito a este livro, insistimos na necessidade de fundamentar o estudo das experiências consideradas nas categorias teóricas centrais que, a partir da propriedade e das relações de produção que se constituem em torno dela, identificam o conteúdo de dominação, de poder, expresso no Estado com seu correspondente caráter opressor, particularmente de classe, e, portanto, na política econômica. Mas sendo uma estrutura geral constituída pela luta de classes como motor da história, pode superar a própria dominação.

Como o objeto de toda análise social é a reprodução da sociedade no tempo, é imprescindível considerar seu caráter histórico, ligado à evolução temporal, às raízes dos problemas atuais no passado. Mas também à sua dimensão geográfica que já é mundial. A história convencional, na verdade uma pseudo-história, que aborda os fenômenos superficialmente, à maneira das telenovelas, pretende constranger os fenômenos estritamente a um tempo e espaço limitados, pretende isolá-los para assim ocultar sua conexão com outros fenômenos anteriores e simultâneos com que compõe um processo único (atualmente, o processo de acumulação capitalista em escala mundial e a resistência às suas devastadoras exigências). Essa ocultação não acontece por acaso ou por torpeza. Há nela uma intenção, que é negar o caráter histórico do capitalismo (o que implica que ele nem sempre existiu, nem precisa continuar existindo para sempre), bem como reivindicar a possibilidade de conduzi-lo à vontade, dependendo de como as coisas são feitas em cada país. O pano de fundo é, portanto, que é possível reformar o capitalismo: é possível um “bom capitalismo”.

Mas não se trata apenas de enquadrar a análise no marco do capitalismo, mas especificamente no capitalismo de hoje, em seu estágio imperialista que é resultado de seu desdobramento histórico. Este desdobramento, regido pela lei geral de acumulação que o rege, inclui a lei do desenvolvimento desigual e combinado das economias nacionais que o integram:

As leis da História nada têm em comum com o esquematismo pedante. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em parte alguma, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados são forçados a avançar aos saltos. Desta lei

universal do desenvolvimento desigual da cultura deriva outra que, por falta de um nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das diferentes etapas do caminho e à confusão de distintas fases, à fusão de formas arcaicas e modernas. Sem recorrer a esta lei, enfocada, naturalmente, na integridade de seu conteúdo material, seria impossível compreender a história da Rússia ou de qualquer outro país de desenvolvimento cultural atrasado, qualquer que seja seu grau (Trotsky, 1972, p. 9).

Tudo isso tem duas grandes implicações que ocupam um lugar crucial no sentido deste livro: em primeiro lugar, o caráter mundial e a conexão das diferentes experiências voltadas para a emancipação social de toda forma de opressão. Isso se concretiza na noção de revolução permanente que Marx e Engels formularam em 1845 e mais tarde retomada por Trotsky e Lênin, respectivamente desde 1904 e 1905 (Arrizabalo, 2018, pp. 20-23). Em segundo lugar, as especificidades de cada um deles, cuja consideração necessária exclui ainda mais qualquer ilusão em um receituário. Ou seja, apontamos o caráter mundial da luta de classes e, simultaneamente, destacamos a enorme importância das particularidades de cada caso, enquadradas na lei do desenvolvimento desigual e combinado que é própria do capitalismo. Por isso, propomos a necessidade de inventar — é claro que sem desconsiderar todo o valioso legado de outras experiências — para não errar, como afirma o título do livro “Ou inventamos ou erramos”, uma emblemática frase de Simón Rodríguez, um professor venezuelano que foi professor do próprio Simón Bolívar (Rodríguez, 2016, p. 459). Frase que tem uma sorte de continuidade em outra frase, não menos emblemática, do marxista peruano José Carlos Mariátegui: “não queremos, certamente, que o socialismo seja na América uma cópia. Deve ser criação heroica” (Mariátegui, 1928)<sup>2</sup>. E acrescenta:

A própria palavra revolução, nesta América de pequenas revoluções, se presta bastante a equívocos. Temos que reivindicar isso de forma rigorosa e intransigente. Temos que restaurar seu significado estrito e cabal. A revolução latino-americana não será nada mais nada menos que uma etapa, uma fase da revolução mundial. Será simples e puramente a revolução socialista. A esta palavra acrescente, conforme o caso, todos os adjetivos que desejar: “anti-imperialista”, “agrarista”, “nacionalista revolucionária”. O socialismo os pressupõe, antecede-os, abarca-os a todos.

---

2 Mariátegui, José Carlos (1928). *Aniversario y balance*, em: <https://www.marxists.org/espanol/mariateg/1928/sep/aniv.htm>. É importante a data porque revelava a resistência daqueles que apostam no marxismo como método, frente à sua negação que se impunha desde a União Soviética estalinizada.

## V

Antes da pandemia, 2019 é um ano muito emblemático do fato social mais relevante, que acontece com enorme amplitude: a resistência da maioria. Na Argélia, Iraque, Líbano, Hong Kong, Chile, Equador, Bolívia, França, Estados Unidos e muitos outros países, em todo o mundo, grandes mobilizações sociais estão ocorrendo, mesmo com elementos embrionariamente revolucionários em alguns casos. Essas mobilizações mostram a vontade inquebrantável da maioria da população em lutar por condições dignas de vida, de acordo com as possibilidades materiais que a produtividade do trabalho possibilita, mas que sob a lógica capitalista se tornam impossíveis. Assim, um grupo de professoras e professores de cinco universidades públicas latino-americanas e europeias desenhou um projeto de investigação, em torno de algumas experiências em que havia um compromisso de combate à exploração capitalista, ainda que declarado, e quais ensinamentos poderiam ser extraídas delas. Esta pesquisa foi realizada a partir de um convite da União Ibero-Americana de Universidades (UIU), que reúne a Universidade de Barcelona (UB), a Universidade de Buenos Aires (UBA), a Universidade Complutense de Madrid (UCM), a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e a Universidade de São Paulo (USP). O processo de pesquisa produziu dois seminários em São Paulo (dezembro de 2019) e em Madri (junho de 2021), além de cursos em Barcelona e São Paulo e outras atividades que, juntas, envolveram mais de vinte pessoas. O balanço positivo alcançado, justifica a perspectiva de continuidade do grupo de pesquisa.

Há muitas experiências históricas que têm sido apresentadas como vias para resolver os graves problemas que inevitavelmente aparecem nas sociedades capitalistas. Experiências marcadamente diferentes entre si e até antagonicas na sua essência, mas que têm sido reivindicadas por diferentes correntes do movimento operário e popular. A principal linha de fratura entre elas está na questão: ou defendem a atuação da classe explorada por si só ou se fazem parte de uma perspectiva de colaboração de classes. Por sua vez, dentro do primeiro estão os que limitam o controle operário ao terreno de certas empresas e os que apostam na tomada do poder e no uso da alavanca do Estado, que não seria mais um Estado burguês, senão operário, para promover o processo de transição socialista (porque um estado operário obviamente não é o socialismo).

Neste livro, fruto deste projeto de pesquisa, são analisadas dez experiências. Por questões de espaço, alguns especialmente importantes foram deixados de fora, e em particular aquele que foi mais longe

na transição socialista, o soviético, abundantemente estudado<sup>3</sup>. Entre eles estão incluídos casos que obedecem à diferentes orientações políticas, desde os revolucionários que supõem o controle do Estado (que, portanto, deixa de ser um Estado burguês, como a Comuna de Paris), até outros meramente reformistas, de gestão capitalista supostamente progressista (como o sueco) e passando por aqueles que implicam o controle operário, mas apenas em escala de poucas empresas e sob o capitalismo e o Estado burguês (como o das fábricas recuperadas na Argentina). Cada uma delas também apresenta especificidades geográficas, temporais e de nível de desenvolvimento da sociedade em que se insere, vinculadas em todo caso às relações de força existentes, à sua articulação política.

Essas diferentes experiências foram organizadas no livro atendendo um critério regional, combinado com o cronológico. Assim, a primeira parte inclui três experiências europeias, mais distantes no tempo. Começa com a Comuna de Paris (capítulo 1); continua com a coletivização na Catalunha durante a Revolução que teve lugar nos anos 1930, em dois capítulos, um geral (2) e outro setorial (3); se finaliza com o chamado “modelo sueco”, expressão do reformismo (4). A segunda parte trata de duas experiências asiáticas. Em primeiro lugar, a trajetória vietnamita desde a unificação do país até o início da transição para uma suposta “economia de mercado de orientação socialista” (5); em segundo lugar, o modelo de desenvolvimento social de Kerala, na Índia (6).

Finalmente, a terceira parte inclui cinco estudos sobre a América Latina. Sucessivamente são abordados: o reformismo e a revolução no Chile durante o período 1970-1973 (7); a cogestão operária na Bolívia (1952 e 1971) e no Peru (1968-1975), bem como suas possibilidades de se tornarem processos de transição em ruptura com o capitalismo (8); o chamado “governo progressista” na Bolívia (2006-2019) e suas contradições insuperáveis (9); os limites das concessões florestais comunitárias na região de Petém na Guatemala (10) e, por fim, a experiência das fábricas recuperadas na Argentina, que ganharam mais visibilidade com a crise de 2001 (11).

As mobilizações sociais seguem acontecendo, mesmo apesar da pandemia e da repressão ainda mais intensificada. Que adotem uma forma revolucionária não depende do acaso, mas dos meios utilizados, em particular da organização política que torna possível o seu triunfo. Por sua vez, tampouco será aleatório como se dará o processo

---

3 Sugerimos a leitura de Trotsky mencionada acima e também o nosso trabalho (Arrizabalo, 2018), que reúne centenas de documentos da experiência revolucionária, citada anteriormente.

de acumulação e reprodução social em seu conjunto, pois sua progressão dependerá da planificação democrática que permita a efetiva canalização das possibilidades científicas e técnicas para o bem-estar social.

É por isso que consideramos que este livro aborda um tema verdadeiramente pertinente: o debate sobre os ensinamentos proporcionados pelas experiências históricas nele recolhidas. Experiências de natureza muito diferente, algumas das quais não deixam de contribuir por mais que o façam apontando onde não está o caminho. Apesar de suas diferenças, as distintas experiências estão conectadas pelo fundo da luta que as inspira. A maquinaria de propaganda da classe capitalista é amplamente utilizada para ocultá-las, fingindo isolá-las e assim sustentar seu suposto fracasso quando a realidade mostra, por exemplo, com a Revolução Russa até sua degeneração burocrática, seus antecedentes e sua influência posterior, que “Não é um fato histórico isolado no tempo e no espaço, senão que constitui um elo de uma cadeia muito mais longa: a revolução permanente da classe trabalhadora por sua emancipação, que é a emancipação da humanidade de todos os regimes já anacrônicos” (Arrizabalo, 2018, p. 20).

Neste livro falamos de poder, partindo da constatação de que sob o poder do capital é impossível resolver os problemas sociais, porque o capitalismo é irreformável: é sua lógica que os provoca e os agrava cada vez mais. Falamos de poder, em termos gerais, a partir do método marxista, para integrar as diferentes dimensões da reprodução social, aquelas que são convencionalmente identificadas com a econômica, a política, o militar etc. E o fazemos de maneira não neutra, mas declarada em favor dos interesses da maioria, da classe trabalhadora e de toda a população trabalhadora e dos povos oprimidos; com a aspiração, apesar de sua modéstia, de contribuir para a causa de sua emancipação, da emancipação da humanidade de todas as formas de opressão, compartilhando com Marx que “*não pode haver dúvida sobre quem será o vencedor final: se os poucos que vivem do trabalho dos outros ou da grande maioria que trabalha*” (Marx, 1871).

## **BIBLIOGRAFIA**

- Arrizabalo, Xabier (2014). *Capitalismo y economía mundial*. Madrid: IME-ARCIS-UdeC.
- Arrizabalo, Xabier (2018). *Enseñanzas de la Revolución rusa*. Madrid: IME.
- Lenin, Vladimir (1976 [1916]). *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Em: *Obras escogidas en doce tomos*, Tomo 5. Moscú: Progreso.
- Mariátegui, José Carlos (1928). *Aniversario y balance*. Em: <https://www.marxists.org/espanol/mariateg/1928/sep/aniv.htm>.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich (1985 [1845-1846]). *La ideología alemana*. Buenos Aires: Ediciones Pueblos Unidos.
- Marx, Karl (1871). La guerra civil en Francia (Manifiesto del Consejo General de la Asociación Internacional de los Trabajadores), 30 de maio; disponible em: [www.marxists.org/espanol/m-e/1870s/gcfran/index.htm](http://www.marxists.org/espanol/m-e/1870s/gcfran/index.htm).
- Rodríguez, Simón (2016 [1828-1842]). *Sociedades americanas*. Em: *Obras Completas*. Caracas: Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez.
- Trotsky, Leon (1972 [1929-1932]). *Historia de la revolución rusa*. Alençon: Ruedo Ibérico.

# AS COLETIVIZAÇÕES NA CATALUNHA DURANTE A GUERRA CIVIL

Ramón Franquesa

AS COLETIVIZAÇÕES de empresas realizadas pelos trabalhadores da Catalunha depois do processo revolucionário que se inicia a partir do começo da guerra civil espanhola (1936-1939) e formalizou o governo da Catalunha com um Decreto, foram uma experiência original e ainda pouco conhecida da gestão econômica. Contudo, tiveram importantes consequências práticas diretas e indiretas em diversos projetos de superação do modo de produção capitalista, constituindo uma experiência original para os processos futuros de emancipação. Explicamos em que contexto se geraram, o que as caracterizaram, como se desenvolveram e funcionaram.

## **GOLPE MILITAR E CONVULSÃO DAS EMPRESAS NA CATALUNHA**

O golpe militar que desencadeou a guerra civil se justificou como decorrência do perigo revolucionário, mas que estava distante de ser uma possibilidade prática em 1936. Não existia em julho de 1936 um projeto claro de Estado sob comando dos trabalhadores, alternativo à República. A vitória eleitoral da esquerda com a Frente Popular em fevereiro de 1936 foi o detonador da guerra, porém não continha um projeto socializador para além da reforma agrária e da melhora das condições de trabalho. Não havia no programa da Frente nem sequer propostas keynesianas de firme intervenção política do Esta-

do, como o *New Deal* já em curso nos Estados Unidos. Nem sequer havia exigência de pedidos de subsídios pelo desemprego, em um momento em que, pelos efeitos da crise de 1929, estes pedidos seriam relevantes. A população progressista votou, sobretudo, pela anistia dos presos da insurreição das Astúrias, o que motivou a chamada explícita para votar até mesmo de setores anarquistas. Não se votou por uma revolução, mas sim por defender direitos adquiridos com a República ante o perigo de voltar à situação da Ditadura dos anos 1920: pistoleiros do patronato, limites às greves, dissolução das associações de trabalhadores, sequestro da imprensa, prisões políticas, etc. E certamente, o cenário europeu era muito alarmante com Hitler já destruindo o estado de direito na Alemanha.

O golpe militar se inicia no Marrocos, ainda uma Colônia, no dia 17 de julho. No dia seguinte, estende-se a algumas guarnições secundárias da península. A rebelião militar é frustrada nas grandes cidades. Quem toma as armas nos quartéis, tanto em Madri quanto em Barcelona, conseguindo derrotar o golpe nas grandes cidades, são as milícias de trabalhadores e, de forma destacada, o sindicato anarquista CNT (Confederação Nacional do Trabalho). Em Barcelona terá um destacado papel seu setor mais à esquerda, vinculado à FAI (Federação Anarquista Ibérica) e seus grupos de atiradores de autodefesa que haviam tido um certo protagonismo antes da proclamação da República. O golpe militar como tal fracassa, e se converte em guerra civil. Por uma parte, as organizações de trabalhadores se sentem fortes por haver derrotado os militares nos bastiões industriais do país (Euskadi, Catalunha, Astúrias e Madri). Porém, por outro lado, os golpistas consolidam um território rural passando por algumas cidades para as quais transportarão, com a ajuda da Itália e da Alemanha, as tropas coloniais do Marrocos, onde estava a parte mais fortalecida do exército espanhol.

Para as forças dos trabalhadores, começando pela CNT, é evidente que não era o melhor momento nem para abolir o Estado, nem a forma de governo republicana. A situação requeria que forças políticas heterogêneas se pusessem de acordo, politicamente, para defender-se militarmente e, ao mesmo tempo, organizar a economia de acordo com o dia a dia da produção e do consumo, a partir de pressupostos ideológicos muito diferentes (dos existentes até então). Para agravar a situação, as péssimas redes de comunicação em um país tão montanhoso, e o caos inicial, fizeram que o governo eleito da Espanha e os setores que ainda lhe fossem leais ficassem desarticulados, e que cada território tivesse que resolver como pudesse este problema.

Na Catalunha, a CNT, em uma caótica assembleia<sup>1</sup> no dia 23 de julho, decide manter de maneira majoritária a legalidade republicana sob o governo da *Generalitat*<sup>2</sup>, mas preservando um Comitê de Milícias como poder militar, que substitui o exército e a ordem pública. Na realidade o complementa, já que as unidades dos *Mossos d'Escuadra* (*polícia regional da Catalunha*), Carabineros e, sobretudo, a Guarda Civil, são fiéis à República na Catalunha, e mantêm seu enquadramento e operatividade. Ao contrário, as unidades do exército que são derrotadas ou se rendem, são dissolvidas por ordem do próprio Azaña, Presidente da República.

A CNT desconvoca a greve geral quando constata que controla a situação. Então, junto com a UGT (União Geral de Trabalhadores, sindicato socialista), passa a confiscar diretamente as fábricas e centros de produção a partir de 20 de julho. Nos dias seguintes, muitas empresas foram expropriadas pelos seus sindicalistas através de comitês de trabalhadores da UGT e da CNT, com um peso proporcional ao peso de cada sindicato em cada fábrica. A filiação sindical torna-se obrigatória, o que acaba favorecendo a UGT, a qual se filiam os trabalhadores menos radicalizados. Com frequência surgiram disputas, sobre o peso e a hegemonia de cada sindicato nos locais de trabalho.

Há sindicalistas (incluindo da CNT) que protegem os antigos chefes, temerosos de que suas empresas colapsem com sua fuga, permitindo-os continuar como técnicos assessores das novas direções que formam os comitês de trabalhadores nas fábricas. Porém, grupos da FAI desenvolverão durante semanas uma ação coercitiva indiscriminada. No mesmo 19 de julho, se dirigem à prisão e libertam todos os presos comuns com o pretexto de que em uma revolução não deve existir cadeias<sup>3</sup>. Delinquentes com escassa ideologia política dirigem-se à zona alta de Barcelona, onde começam a realizar saques em nome da revolução. No início, têm algum tipo de sintonia com os sindicatos para fazer desaparecer algum membro da elite que podia incomodar o comitê sindical, mas depois acabam atuando de maneira

---

1 Não há melhor texto para captar a plenária *extraordinária de locais e comarcais da regional da Catalunha da CNT*, talvez a reunião mais importante de toda a história deste sindicato, que a obra de Juan García Oliver, um dos dirigentes da FAI, que se verá induzido pelo seu sindicato a aceitar a situação e buscar a cumplicidade com o governo da Catalunha (García Oliver, 1978, pp. 183-194).

2 Estrutura institucional que abriga o governo regional e autônomo da Catalunha.

3 García Oliver, um dos que lideram esta ação estúpida, acabará se tornando Ministro da Justiça. Ele mesmo explica em suas memórias como nas prisões que controlava um ano depois, os presos comuns eram reeducados. Se tivesse feito o mesmo em 1936 com a prisão-modelo de Barcelona, em vez de esvaziá-la em meio ao caos, teria salvado a República de grande descrédito e de muitas vidas (García Oliver, 1978, pp. 377-400).

totalmente descontrolada. Enquanto o setor mais jovem e idealista da FAI e da CNT se dirige imediatamente à frente, o setor mais *lumpém* e de origem criminoso fica na retaguarda semeando o terror. Atuam de noite para evitar que a população os repreenda e os reconheça, gerando uma situação caótica que obstrui o rastreamento policial efetivo de quem de verdade está desestabilizando ou espionando um país em guerra. De fato, provocam a fuga de uma parte próspera da população catalã até a França, que acabará ingressando nas fileiras de Franco, dentro do carlista Terço de Nossa Senhora de Montserrat<sup>4</sup>. A nefasta gestão da ordem pública durante as primeiras semanas debilitará a posição privilegiada da CNT, pois a FAI atuará implicitamente sob seu amparo e a CNT não saberá ou não terá intenção de acabar com esta situação. De fato, estes grupos nem sequer representavam o conjunto da FAI<sup>5</sup>. Hoje se considera que foram apenas umas 200 pessoas quem executaram de forma furtiva a aproximadamente 4.600 pessoas, poucas das quais eram uma ameaça real<sup>6</sup>. Isso permitiu aos golpistas lançar uma campanha midiática contra a República em toda a Europa e encobrir seus próprios crimes (quantitativa e qualitativamente muito maiores) com a ajuda da imprensa conservadora em todo o mundo<sup>7</sup>.

---

4 A alta burguesia catalã, em sua maior parte, foi alheia ao golpe e ficou encurralada nas primeiras semanas da guerra de forma totalmente imprevisível. Quanto começam a se produzir assassinatos, o governo da *Generalitat*, para evitar o desgaste que estes crimes geravam em sua projeção internacional, facilita sua saída para o exterior. O governo regional da Catalunha possibilitou sua migração até as filas de Franco através da França, renunciando sem nenhum pudor à sua língua e à sua cultura. Este episódio segue pesando nas contradições da política catalã atualmente: ambos os avós do independente Puigdemont foram voluntários de Franco (Carles Puigdemont era o presidente do parlamento catalão quando, em outubro de 2017, declarou a independência da Catalunha do restante do país. Ele pertencia a uma coalizão de partidos liberais e conservadores, que conseguiu atrair setores ao centro e à esquerda para realizar a declaração de independência, que foi duramente reprimida pelo governo central em Madrid. Em seguida Puigdemont exilou-se em Bruxelas).

5 Uma organização muito pouco estudada e que nem durante a guerra civil chegou a ter caráter legal (Vadillo, 2021).

6 Na Causa Geral franquista se atribui o “terror vermelho” na Catalunha ao assassinato de umas 4600 pessoas distribuídas pela seguinte filiação: 2441 religiosos, 1199 carlistas, 281 membros da Liga Regionalista, 213 da CEDA, 108 falangistas, 70 militantes da Renovação Espanhola, 117 de Ação Cidadã, 110 do Sindicato Livre, 18 da Federação de Jovens Cristão e 34 sem identificação política.

7 Apenas com os bombardeios estima-se que morreram um total de 5500 civis na Catalunha (2500 deles na cidade de Barcelona). A repressão depois da ocupação foi muito mais intensa e brutal. Em Barcelona pessoas foram executadas periodicamente até 1952, treze anos depois do fim da guerra civil. *Catalunha bombardeada. 75 Aniversario dos bombardeios sobre a população civil e às infraestruturas catalãs*. <http://memorialdemocratic.gencat.cat>

Enquanto isso, o que mais preocupou os sindicalistas nos primeiros dias foi o pagamento dos salários nas empresas expropriadas. A primeira coisa que os trabalhadores esperavam deles em cada fábrica era receber o pagamento semanalmente. Um debate urgente seria aberto entre as três grandes correntes do movimento popular:

1. Os anarquistas eram, naquele momento, os senhores da rua, e a CNT a maior organização. Mas sua base era majoritariamente sindicalista sem que tivessem uma ideia clara de um projeto econômico além do cooperativismo, que obviamente não poderia ser implementado naquela conjuntura<sup>8</sup>. Nas primeiras horas o setor mais radical da FAI<sup>9</sup> lidera a situação nas ruas da cidade velha de Barcelona. Mas depois, o poder passará para o setor sindicalista da CNT, que se apropria dos centros de produção, com o poder que isso implicava. Mas a FAI permanece em minoria na assembleia de delegados de fábrica da CNT em 23 de julho e, a partir desse momento, dedica-se a controlar as milícias e criar uma coluna militar (que parte para Aragão no dia 24). Depois desse momento, a CNT priorizou a gestão das fábricas desapropriadas, firmando acordos com a UGT. Sua cultura é cooperativista, e lhes desagradava (ao menos inicialmente) a planificação e o controle do mercado por parte da *Generalitat*. No entanto, por um lado, têm que aceitar pela força dos fatos que a indústria catalã deve ser reconvertida em uma indústria de guerra, o que implica um certo grau de planificação e, por outro lado, dada a escassez e o descontentamento social, devem aceitar algum grau de intervenção nos preços.
2. Os marxistas chegam ao golpe divididos. Uma parte deles (social-democratas e comunistas ortodoxos) unificaram-se a poucos dias do golpe (23 de julho) no *Partit Socialista Unificat de Catalunya* (PSUC). Com diferentes ênfases, compartilhavam um projeto de planificação e socialização dos meios de

---

8 Entre os panfletos que podiam gerar algum tipo de horizonte utópico libertário podemos encontrar os textos de Isaac Puentes (2009), recentemente editados.

9 A FAI tenta operar como o núcleo dirigente da CNT nas sombras, para evitar que ela caia nas mãos dos comunistas, que surgirão por toda parte na década de 1920, com líderes tão relevantes quanto Andreu Nin. Neste sentido, eles foram usados pela maioria anarco-sindicalista moderada (Peiro, Pestaña) para impedir a infiltração do BOC de Maurin. Por outro lado, seus grupos de ação direta enfrentarão o Sindicato Livre, os pistoleiros à mando da monarquia de Afonso XIII e a grande burguesia que executou sumariamente os sindicalistas mais ativos na década de 1920. O confronto também explica a indiferença dos quadros da CNT para com o terrorismo dos “ingovernáveis”.

produção. Inspiraram-se na experiência da URSS e em poucos meses, diante da letargia e dos erros dos anarquistas, tornar-se-ão claramente hegemônicos. Compartilham a necessidade tática de respeitar o governo republicano e o projeto da Frente Popular. Eles controlarão a UGT, a *União Rabasaires* de camponeses e inclusive terão influência dentro da CNT. Graças à sua capacidade propositiva, o PSUC acabará conquistando a hegemonia em poucos meses. Isto é surpreendente, pois seus poucos líderes com cargos institucionais (deputados, prefeitos, ministros) foram eleitos nas listas eleitorais da ERC, da qual faziam parte como marxistas independentes antes da guerra. Outra parte dos marxistas, o *Partit Obrer de Unificació Marxista* (POUM), ficará de fora dessa unidade, vacilando entre essas posições (que são características de sua tradição marxista) e a dos anarquistas, por razões táticas. O POUM nasceu do *Bloc Obrer i Camperol* (BOC) de Maurin, de inspiração marxista-bukharinista<sup>10</sup>, e do grupo trotskista de Andrés Nin<sup>11</sup>.

---

10 A sólida formação e conhecimento que Maurín tem das teses de Bukharin eram surpreendentes. Como poderia um professor do interior da Catalunha ser informado em tempo real do grande debate que estava acontecendo na URSS? No resto do mundo, dentro da tradição comunista, poucos foram capazes de entender, nem discernir, entre as várias opções que estavam sendo debatidas naquele momento, nem os debates sobre a necessidade de manter uma aliança operário-camponesa diante das tentações de acelerar a “acumulação primitiva de capital às custas do campesinato”. A razão é que Maurín, desde um de seus exílios em Paris, era casado com Jeanne Souvarine, irmã de Boris Souvarine, um intelectual francês de origem russa, cofundador do partido bolchevique, que conseguiu fugir dos expurgos de Stalin na década de 1920. Este foi o caminho que possibilitou o papel inovador do BOC no comunismo do sul da Europa. Também explica o beco em que o BOC se meteu ao fundar o POUM com o grupo trotskista de Nin. A situação tática forçou a unificação na Catalunha de duas tendências, que pouco antes haviam se confrontado radicalmente na URSS. E a propósito, por pessoas que tiveram contato respectivamente com Trotsky (Nin) e com Bukharin (Maurin).

11 A partir de outubro de 1936, o POUM começou a ser perseguido pelo PSUC, após alguns meses em que Comorera tentou completar a unidade do PSUC com a incorporação do POUM. Stalin deixa claro que, se o PSUC quer se juntar à Terceira Internacional, deve enfrentar o POUM. A partir desse momento começaram os ataques de Treball ao POUM, que passou a ser classificado como uma assembleia fascista. Obviamente isso gera um confronto entre os marxistas e não contribui em nada para fortalecer a República naquele momento crítico. As razões para esta perseguição sectária não foram tanto as diferenças táticas na Catalunha, mas sim que, ao atacar o POUM em um canto remoto da Europa, Stalin atacou sua direita (Bukharin já havia sido executado) e sua esquerda (Trotsky), com o objetivo de pulverizar qualquer possível tentativa de oposição interna na URSS. Essa pressão externa, as hesitações do POUM, o transbordamento de Nin em seu cargo de Ministro da Justiça pelos desgovernados da FAI e o desaparecimento de Maurin tornaram o POUM marginal em poucos meses.

3. Os republicanos de esquerda eram o partido progressista hegemônico na Catalunha, sob a coalizão ERC que reunia independentes (*Estat Catala*), marxistas (*Unió Socialista de Catalunya*, USC) e centenas de “*Casals*”<sup>12</sup> republicanos. A guerra os pegou com um tecido orgânico débil e dividido em frações, perdendo seu setor marxista com a fundação do PSUC e com uma ordem pública descontrolada. No entanto, eles administravam os meandros do poder institucional e tinham uma base camponesa de pequenos proprietários e arrendatários, forjada em uma dura luta contra a *Lliga* de latifundiários catalães. Também representavam pequenos proprietários do comércio, pequenas e médias indústrias, bem como os trabalhadores mais qualificados, especialistas e técnicos. Sua ideologia era confusa, mas popular: tratava de transformar o país em pequenos proprietários, prometendo uma pequena casa e uma horta para cada cidadão, desenvolver o autogoverno local para acabar com a corrupção e desenvolver a formação educacional e as infraestruturas da Catalunha. Por muito tempo eles foram o partido com a maior votação entre os trabalhadores. O setor sindicalista da CNT não queria entrar na política institucional porque considerava que poderia corrompê-los, porém, fora do setor da FAI, centenas de milhares de membros da CNT votaram de maneira discreta, mas massiva, na ERC. Claro, de forma condicional ao cumprimento das promessas que lhes favoreciam (criação de escolas, estradas, empregos, etc.) e com o recurso da mobilização social cada vez que se afastassem deles.

Quando as classes populares, representadas nessas três correntes, asseguraram militarmente o controle do território da Catalunha, após o golpe de Estado, surgiu entre elas um debate de como administrar a economia da Catalunha. Em poucas semanas, esse debate finalmente leva a um acordo prático, que, embora não expressasse a ideia ou aspiração de nenhuma dessas três ideologias, representava uma solução condizente com a realidade, capaz de sustentar econômica e socialmente a Catalunha por três anos.

Dentro de todas as soluções econômicas que ocorrem no território leal da República Espanhola, *o caso catalão é especialmente relevante* por várias razões:

1. A Catalunha tinha então 2,9 milhões de habitantes. A província de Barcelona concentrava 68% da sua atividade industrial e era

---

12 Um tipo de ateneu ou casa do povo.

o território mais desenvolvido economicamente da Espanha, com um tecido econômico complexo e, portanto, mais difícil de gerir. Nas áreas agrárias foram aplicadas soluções de socialização (distribuição da terra) inspiradas nas guerras camponesas de séculos atrás. No caso da Catalunha, o problema da socialização foi abordado nas condições de uma economia capitalista complexa e industrializada, com uma ampla e consolidada divisão do trabalho.

2. A Catalunha terá estabilidade econômica, pois estará longe das frentes militares durante longo tempo, e que será atingida por bombardeios imprecisos, que pouco afetam a indústria e as infraestruturas, pois buscam, acima de tudo, desmoralizar a população.
3. A Catalunha será a porta internacional da República. Aqueles que formaram as brigadas internacionais entraram da França pela Catalunha, e viram com seus próprios olhos a experiência catalã. Muitos destes quadros intervirão na Segunda Guerra Mundial, na resistência e no pós-guerra, ajudando a promover um horizonte socialista alternativo aos projetos liderados por países como França, Iugoslávia, Cuba, México, etc.

### **O DECRETO DAS COLETIVIZAÇÕES**

Após as primeiras semanas de caos social e econômico, a CNT se descreditou política e militarmente, pois suas colunas não conseguiram libertar Saragoça e Palma de Maiorca. Já em setembro, o que os sindicalistas da CNT querem é garantir que continuem administrando as grandes empresas que haviam expropriado em julho. Uma atividade a partir da qual podem apresentar um saldo positivo, uma vez que o tecido produtivo continuou a funcionar com uma eficiência aceitável. Em 26 de setembro o governo da *Generalitat* é reformado e a CNT entra no governo, acabando definitivamente com a possibilidade de se produzir uma situação de dualidade de poderes entre o Comitê de Milícias e a *Generalitat*.

Naquela época, a *Generalitat* já controlava a situação na Catalunha. Não só continuava a ser o governo legítimo, como passou a controlar o território de forma efetiva, pondo fim aos assassinatos descontrolados e regularizando a vida política nas Prefeituras. É formado um novo governo que constitui o Conselho de Economia da Catalunha, que tenta estabelecer as diretrizes econômicas que devem reger o território da Catalunha. O marco legal que apoiará essa nova etapa é o *Decreto de Coletivização e Controle Operário* que será publi-

cado em 26 de outubro de 1936, após negociações entre libertários, marxistas e ERC.

O Decreto, em primeiro lugar, regulariza o que existia anteriormente, legitimando situações que haviam ocorrido de fato, sob a dinâmica dos acontecimentos, no transcurso dos quais as Comissões Sindicais passaram a controlar e administrar as empresas. As expropriações ocorreram de fato devido à fuga do empresariado, por sua execução pelos “incontrolados” ou por acordo com o comitê sindical. O Decreto regulariza legalmente a situação, definindo responsabilidades, estabelecendo procedimentos e mecanismos de colaboração entre as empresas, e entre estas e a administração. Em sua estrutura legal, procura coletar experiências práticas, bem como abordagens econômicas e ideias que faziam parte do imaginário coletivo do que deveria ser uma sociedade justa.

O decreto lançou as bases para uma socialização da economia através da qual os trabalhadores participaram diretamente na gestão de suas empresas e, indiretamente, no órgão que regula a atividade econômica através da eleição de delegados ao Conselho de Economia da Catalunha.

O decreto definiu quais eram as empresas que deveriam e poderiam ser socializadas, para acabar com os abusos e o caos gerado, que espalhava o medo entre os pequenos proprietários de serem vítimas de confisco arbitrário. Ficou estabelecido que as empresas com mais de 100 trabalhadores, aquelas que foram abandonadas por seus proprietários ou aquelas cujos patrões foram declarados facciosos pelos Tribunais Populares, deveriam ser coletivizadas. Destas foram excluídas as empresas de capital estrangeiro, com o intuito de não pôr em risco o apoio de países como Inglaterra, França ou EUA. Por outro lado, cabia acionar as empresas que o Ministério da Economia considerasse conveniente subtraí-las da ação da empresa privada, por motivos de interesse geral. No caso de empresas com 50 a 100 trabalhadores, elas poderiam ser coletivizadas se pelo menos três quartos de seus trabalhadores concordassem com isso. As empresas com menos de 50 trabalhadores permaneciam sob o controle de seu proprietário, mas eram supervisionadas por um comitê de controle com representantes de cada sindicato, proporcionais aos seus filiados.

De qualquer forma, os conselhos asseguravam o cumprimento das condições trabalhistas pactuadas (controle trabalhista), revisavam o fluxo de dinheiro (controle administrativo) e, por fim, também tinham a função de controlar e melhorar a produção (controle da produção). O objetivo compartilhado pelo governo e pelos sindicatos era expropriar os grandes proprietários, aceitando a necessidade de manter os pequenos empresários em suas fábricas sob controle operário.

Reconheceu-se a necessidade de continuar contando com a contribuição técnica do proprietário nas pequenas empresas e buscou-se a participação do proprietário, caso tivesse algum tipo de papel na organização da produção, ou seja, se ele não fosse um mero rentista.

O Decreto estabeleceu um marco democrático de eleição dos Comitês e de supervisão da sua atividade pelos trabalhadores. A princípio, isso causaria um excesso de assembleias com longas e frequentes reuniões de equipe, mas posteriormente seriam estabelecidos sistemas participativos mais organizados e eficazes: relatórios escritos, atas das reuniões, agendas precisas, etc. O Conselho de Empresa era excepcionalmente revogável pela assembleia de trabalhadores ou pelo Conselho da Indústria, com o qual deveria teoricamente coordenar e prestar contas. No entanto, a articulação dos Conselhos de Indústria foi feita de forma muito lenta e não foi em todos os setores que eles se tornaram operacionais. Não foi assim nas indústrias de guerra, que foram coordenadas com muita rapidez e eficiência.

Os Conselhos de Indústria são instituídos no Decreto para coordenar, apoiar e supervisionar os Comitês de Empresa e devem constituir o vínculo entre cada empresa e o Conselho Econômico. Os Conselhos devem receber atas dos acordos dos Comitês de cada empresa e sua contabilidade. Mas, na realidade, a maior parte da gestão foi desenvolvida no âmbito das empresas, restando a sua coordenação em uma fase muito embrionária.

Os problemas que as empresas coletivizadas tiveram geralmente não eram de natureza técnica. Sem seus donos, as empresas continuaram funcionando, e muitas vezes com melhores resultados. Os grandes problemas que surgiram foram os de uma economia de guerra: falta de matérias-primas se estas viessem da Espanha nas mãos dos franquistas, escassez de combustível, bloqueio à exportação e represálias de empresas estrangeiras.

### **A NOVA ECONOMIA**

O Decreto de Coletivização não foi apenas produto do processo espontâneo de ação revolucionária, mas também de um grupo de economistas e engenheiros, da *Escola do Trabalho* (centro de formação a meio caminho entre uma escola de engenharia e um centro de formação profissional) e maioritariamente ligados ao PSUC, que queriam enquadrá-la num plano de transformação socialista do país, e que elaboraram teoricamente o que ficou conhecido como a “nova economia”.

Esta compreendia um plano de aproveitamento dos recursos naturais, um plano abrangente de eletrificação, medidas para melhorar o nível de vida dos trabalhadores, uma reorganização do território com base na realidade da estrutura econômica, a nacionalização dos

bancos. Por outro lado, este projeto fez parte de um plano de transformação mais amplo, que abarcou aspectos como a *Nova Escola*, para universalizar a educação de forma gratuita e integral, a Universidade Autônoma pública a serviço do país ou a nacionalização do sistema de saúde. Um processo de socialização integral, que se fez com a participação e apoio de todas as correntes políticas envolvidas.

Em 1937, foi lançada a CAIRN (Conferência sobre o Uso Industrial dos Recursos Naturais da Catalunha), um plano para os recursos naturais da Catalunha, que abordava desde o uso de minerais até recursos pesqueiros. O plano fez um balanço dos recursos disponíveis na Catalunha, sobretudo buscando financiamento para a aquisição de bens no exterior, especialmente para o setor de defesa. É uma perspectiva de quais recursos naturais podem ser explorados para exportação, mas também do ponto de vista de ordenar e racionalizar os recursos disponíveis para o povo da Catalunha.

Com base no que a União Soviética fez com a GOELRO, será estabelecido um plano abrangente de eletrificação para a Catalunha, que estabelece um sistema elétrico que inclui pequenas barragens, uma rede de distribuição elétrica e centros de conversão de energia, a fim de garantir a eletrificação integral de Catalunha.

São tomadas medidas para garantir o bem-estar dos trabalhadores. Assim, colocam-se em funcionamento as cidades de repouso e, pela primeira vez na Catalunha, o que podem ser os centros de turismo. Têm uma dupla ideia: promover o turismo (apenas um projeto porque a Catalunha está em guerra) e garantir casas de repouso, balneários, centros de férias, para aumentar o bem-estar dos trabalhadores. A primeira ideia é inspirada nas medidas da Frente Popular na França, e a segunda, na URSS.

O geógrafo Pau Vila estabelecerá também, pela primeira vez, a *distribuição territorial* da Catalunha, não apenas com base exclusivamente em critérios históricos, mas também em critérios econômicos, com base na forma como os mercados comarcais da Catalunha se articulam. Estabelece um primeiro desenho regional da Catalunha, no qual o status de capital comarcal (*vegueríes*) é baseado no volume de mercadorias e nos centros de mercados regionais dentro da Catalunha. É, de fato, um estabelecimento de diretrizes para a organização regional dentro da Catalunha, em função, basicamente, de critérios de circulação econômica. Esta distribuição em *vegueríes* foi recuperada há alguns anos, para estabelecer os atuais sistemas de distribuição territorial da Catalunha.

A *nacionalização do sistema financeiro* é empreendida pela *Generalitat* da Catalunha, entendendo que deveria servir para o desenvolvimento industrial do país. Dentro dessa nacionalização do sistema

financeiro, é constituído uma Caixa de Crédito Industrial e Comercial, que será direcionado, em primeiro lugar, para recolher os lucros das empresas coletivizadas. Entende-se, portanto, que esses ganhos não devem permanecer nas mãos dos sindicatos que os coletivizaram, mas que eles são propriedade da administração catalã. Em segundo lugar, distribuir crédito para aquelas indústrias que precisavam se desenvolver, atuando como um banco com sistemas de crédito preferenciais dependendo do interesse público em um setor ou outro.

Desta nova economia política surgida nos primeiros meses da guerra, destaca-se como teórico Estanislau Ruíz Ponsetí (1889-1967). Ele provinha da União Socialista da Catalunha (cisão que havia saído do PSOE 15 anos antes), mas juntou-se à fundação do PSUC no início da guerra. Mesmo vindo da social-democracia, ele propõe inicialmente um sistema de organização transitório para uma ideia de socialização completa nos moldes do que estava sendo feito na União Soviética. Nisto devemos ver não tanto uma aceitação acrítica da doutrina comunista do novo partido (PSUC), mas sim que na mesma tradição social-democrata espanhola e catalã as diferenças nesta matéria com os comunistas eram de natureza tática, não de natureza estratégica. Ambas as tradições compartilhavam sua admiração pelo processo de industrialização soviético. Além disso, o PSOE (e menos ainda o USC) nunca esteve envolvido na guerra civil russa ao lado de nenhum setor dos brancos<sup>13</sup>, nem em confronto direto com os comunistas, como a social-democracia alemã. A social-democracia na Espanha competia eleitoral e culturalmente com a Terceira Internacional (que havia dilacerado parte de sua militância e praticamente toda a sua juventude), mas não era anticomunista.

A partir de uma proposta baseada na ortodoxia marxista, Ponsetí modulará seu projeto tentando resolver os problemas concretos que a Catalunha tinha naquele momento. Ou seja, por necessidades técnicas do nível de desenvolvimento econômico e social existente, e por necessidades políticas de chegar a acordos com outras correntes, como os anarquistas e a ERC, que não tinham como projeto o modelo de organização soviético. O resultado será uma proposta original dentro da tradição socialista, tanto em nível jurídico quanto teórico.

### **O FUNCIONAMENTO DO DECRETO DE COLETIVIZAÇÃO DURANTE 1936-1939**

Os processos revolucionários do século XX são, em última análise, causados pelo modelo de acumulação capitalista. Mesmo quando sua matriz tem caráter reformista, se ameaçam ou parecem ameaçar os

---

13 Socialdemocratas.

fundamentos do sistema, podem gerar uma situação de ruptura que acaba exigindo processos de socialização dos meios de produção, mesmo que apenas para poder enfrentar a reação. O que foi resolvido na Rússia durante o período da guerra civil de 1918-1921, na Catalunha foi feito através da nova economia. Embora em 1936-1939 se considerasse que não era um modelo de transição para o socialismo, mas sim um mecanismo econômico de defesa da República contra um levante militar, na realidade a maioria dos protagonistas acaba vivendo-a como uma perspectiva de transformação social, fossem eles anarquistas ou marxistas. Os resultados das coletivizações foram multifacetados. Não apenas econômicos e sociais, mas também culturais.

No campo catalão, os proprietários camponeses faziam parte, de forma obrigatória, da Federação dos Sindicatos Agrícolas da Catalunha (FSAC), para a qual tinham que vender o produto das colheitas, ao preço indicado pelo Ministério da Agricultura, e em troca, a FSAC fornecia-lhes, a preços razoáveis, os produtos industriais de que necessitavam. No entanto, os agricultores apenas vendiam parte da sua colheita nestas condições, e a outra parte era reservada ou vendida no mercado negro, onde se pagavam melhores preços devido à escassez que as circunstâncias tinham causado. De qualquer forma, no campo, o número de coletivizações foi relativamente pequeno e em nenhum momento a estrutura da propriedade foi alterada.

A *Generalitat* vai definir alguns preços no atacado, principalmente os que se referem à alimentação da população. Devido ao fato de que a maior parte do tecido industrial da Espanha permanece na zona republicana e as zonas agrárias permanecem na zona nacional, a zona republicana sofre com a falta de alimentos. A questão dos preços dos alimentos tentará ser centralizada pela *Generalitat*. Nos momentos de maior penúria são estabelecidos cartões de racionamento para garantir alimentação a toda a população. De qualquer forma, os preços são fixados, e essa é uma questão que o Ministério da Economia insiste, para que a remuneração garanta ganhos ao setor agrícola.

As razões para esta posição são, antes de tudo, de natureza política: através da ERC, os camponeses eram uma parte importante do quadro político que sustentava o governo da *Generalitat*. Mas havia também a necessidade de garantir alimentação aos trabalhadores em uma situação de bloqueio, garantindo preços acessíveis ao consumidor, mas suficientemente atrativos para o produtor. De fato, durante a guerra, os aluguéis das fazendas serão altos, porque, sem dúvida, a maioria dos pequenos camponeses se beneficiou de um lucrativo mercado paralelo.

A distribuição de recursos foi ampliada para formar cooperativas recém-criadas e reforçar as já existentes. Em particular, foram pro-

movidas cooperativas de consumo para distribuir produtos básicos a seus associados. Para melhorar o nível de consumo dos trabalhadores e das classes populares diante da carestia, foram criados os *refeitórios populares*. Mais de 100 foram abertos na cidade de Barcelona, nos quais foram atendidas pessoas em situação de escassez de alimentos.

No setor da *indústria*, embora em alguns ramos, como o metalúrgico e o químico, se tenha atuado com eficácia, em outros se tropeçou pelo intervencionismo dos conselhos de trabalhadores ou pela falta de experiência de seus gestores. Mas em termos gerais, como consequência da Coletivização e da planificação a partir do *Consell*, houve não apenas a sustentabilidade da atividade econômica em momentos tão adversos, mas também o aumento de sua eficiência. A fusão entre fábricas foi promovida e, assim, foram alcançadas economias de escala. As fábricas tendiam a se especializar, em vez de competir no mercado, e a investir na modernização de suas instalações. A produção tendia a atender as necessidades básicas da população em detrimento dos produtos de luxo.

Um efeito não menor foi a criação de uma indústria de guerra (metalúrgica e química) que não existia antes na Catalunha, o que permitiu que a resistência fosse autossuficiente em um ambiente de bloqueio internacional com o Comitê de Não Intervenção. As indústrias militares, em outubro de 1936, chegavam a 400 empresas, com 85.000 trabalhadores. Nesse processo, destacou-se a contribuição e a criatividade dos trabalhadores que se tornaram protagonistas do processo produtivo.

O Decreto impôs um limite de 50 e 100 trabalhadores, mas em algumas empresas os sindicatos forçaram a fusão de pequenas e médias empresas para atingir um número suficiente de trabalhadores e coletivizá-los. Em alguns desses casos, a *Generalitat*, caso não ocorressem economias de escala, reverterá as agregações e reprivatizará essas pequenas e médias empresas, para não deteriorar o tecido econômico da Catalunha.

As empresas eram autônomas na fixação de salários, o que obviamente abriria debates polêmicos nas assembleias. Diante das abordagens mais esquemáticas de alguns setores anarquistas ou comunistas, rapidamente se percebeu que, para manter a produção, era necessária uma certa diferenciação salarial para estimular a produção. No entanto, haviam alguns marcos gerais estabelecidos pela administração que deveriam ser respeitados em qualquer caso. Do ponto de vista social, se produz uma certa distribuição de renda. Os salários dos gerentes foram reduzidos e os baixos salários foram aumentados. Em alguns casos, o número de membros da família (incluindo parentes) a cargo do trabalhador foi levado em consideração para definir os salários.

Por outro lado, foram promovidos serviços de assistência social: médicos, farmacêuticos, vítimas de acidente, guerra, etc. A *Generalitat* estabeleceria um salário mínimo vital que é garantido por decreto. Com base nesse salário, seriam os sindicatos, em função do ramo produtivo, da qualidade do trabalho etc., que estabeleceriam definitivamente os salários dos trabalhadores em cada empresa.

A *Generalitat* também assumirá o *monopólio do comércio exterior*. Devido à situação de fratura territorial devido à guerra, esta competência do Estado passa a ser exercida pelo governo autônomo da Catalunha, que faz fronteira com a França. No início, essa competência chega a ser disputada por algum sindicato local da CNT (Puigcerda) que pretende controlar o comércio exterior, mas depois das primeiras semanas de confusão, as coisas se regularizam, passando obviamente a competência do comércio exterior para a administração pública. Esta estabelece muito claramente quais são as prioridades: alimentos para a população e recursos para a defesa. O monopólio do comércio exterior permanece apenas nas mãos do governo, as empresas não podem mais comercializar diretamente com o exterior.

Devido à necessidade de legitimidade da República Espanhola na esfera europeia, as *empresas estrangeiras*, algumas delas muito grandes, não são nacionalizadas, permanecendo algumas nas mãos privadas de seus proprietários estrangeiros, embora sob considerável autoridade prática do comitê sindical. Os sindicatos se adaptam a essa situação sem muita dificuldade, e também tentam tirar o máximo proveito dela.<sup>14</sup>

O *problema da habitação* será outro dos problemas que a economia de guerra terá de enfrentar. Este é agravado porque refugiados do resto da Espanha estão chegando à Catalunha na medida em que se perde a guerra. Os terrenos urbanos disponíveis são municipalizados com pagamento de indenização aos proprietários, para garantir a construção de habitação urbana com um nível mínimo de qualidade. Mas são necessárias medidas mais urgentes, e casas vazias são expropriadas provisoriamente e os pagamentos de aluguéis são suspensos. No entanto, isso criará novos problemas, pois para alguns trabalhadores de uma sociedade onde não existiam sistemas de previdência, comprar casas para alugá-las era uma forma de garantir uma pensão. Quando esses aluguéis não são mais cobrados,

---

14 A *FabraeCoats* era uma empresa têxtil no bairro de San Andrés, em Barcelona, com capital inglês. Como não havia sido coletivizado, o comitê sindical foi o primeiro a propor colocar bandeiras inglesas de forma bem visível em todo o telhado da fábrica, para alertar a aviação fascista de que era capital estrangeiro e evitar que fosse bombardeada. Eles evitaram perder seus empregos e, no processo, protegeram suas casas vizinhas à fábrica.

a pobreza aparece imediatamente entre esses trabalhadores idosos. Por isso, após alguns meses, o pagamento dos aluguéis aos pequenos proprietários urbanos será recuperado, submetendo-os ao controle e fiscalização municipal.

Sem dúvida, a maior dificuldade que o Ministério da Economia enfrentará será impedir que as empresas coletivizadas retenham seus lucros líquidos e não os encaminhem para a *Caixa de Crédito*, o fundo comum que a *Generalitat* havia criado. De fato, uma consequência direta da coletivização é que em muitos casos o coletivo de trabalhadores retém os lucros líquidos da empresa para si, e a *Generalitat* fica sem capacidade de investimento para dirigir a economia. Como veremos a seguir, estas disputas estarão na base das jornadas de maio de 1937.

Ainda que com o Decreto seja possível fazer a economia funcionar, em maio de 1937 se viverá uma forte crise derivada do curso da guerra, que ameaçará o consenso alcançado entre as três correntes mencionadas. Entre suas causas, devemos começar destacando que há uma causalidade no agravamento de uma crise econômica que confrontará as correntes anarquistas, por um lado, com as correntes socialista, comunista e da esquerda republicana, de outro. O problema está na insuficiência de produtos básicos de consumo e, em primeiro lugar, de alimentos. Por um lado, o governo trata de estabelecer controles de preços e recuperar parte do superávit obtido pelas empresas para atender a essas necessidades. Por outro lado, as empresas coletivizadas, em sua maioria nas mãos da CNT, recusam-se a ser fiscalizadas em sua contabilidade interna e a ver os preços de seus produtos controlados. Não se trata de uma fissura homogênea, pois as empresas com mais dificuldades, sejam controladas pela CNT ou pela UGT, preferem reduzir sua autonomia e obter créditos da *Generalitat*, enquanto as que vão bem, independentemente de qual sindicato é hegemônico, justamente porque o ambiente é de carestia, preferem direcionar seu excedente para melhorar os salários de seus trabalhadores. O conflito tenderá a ser simplificado e politizado, no sentido de que as correntes anarquistas exigem, diante da crise, uma radicalização da socialização que entendem como maior independência de cada Comitê de Empresa. As demais correntes afirmam que é preciso redistribuir os ônus por meio de uma centralização da solidariedade. Soma-se a essa politização um verdadeiro conflito político: 8 meses após o início da guerra, a correlação de forças não é mais a mesma. A ERC recuperou o controle institucional e entre os trabalhadores, o PSUC aumentou sua influência enquanto a CNT perdeu prestígio e autoridade moral. Como em meio a uma guerra não é possível realizar

eleições (algo que algumas forças chegam a propor como solução), o conflito tende a se acirrar em torno da comemoração do 1º de maio de 1937. Apesar de que as manifestações do primeiro de maio são canceladas para evitar confrontos, em alguns dias irrompeu um conflito armado em Barcelona entre a CNT, apoiada pelo POUM (que também vinha perdendo prestígio devido à hesitação de Nin como Conselheiro de Justiça contra os incontrolados e respeito ao governo de unidade)<sup>15</sup>, contra o Governo da República (com sede em Barcelona), o PSOE, ERC e PSUC.

É uma guerra civil dentro da guerra civil, que será resolvida rapidamente. Os dirigentes da CNT e da FAI, conscientes de sua fragilidade e de que o cenário não é mais o mesmo que em 18 de julho [de 1936], concordam em se submeter a um sistema de maior planejamento, mas em troca obtêm garantias de que manterão seu papel na gestão de empresas coletivizadas. É uma solução que quase todo mundo vê como a única possível e racional. O grande perdedor deste episódio será o POUM, a quem o governo e os anarquistas acabam culpando pelo conflito, quando na realidade o POUM não provoca o confronto nem desempenha um papel relevante nele. Mas a longa mão de Stalin vê a oportunidade de se livrar de um adversário desconfortável e consegue nessa conjuntura a criminalização, ilegalização e decapitação do POUM.<sup>16</sup>

Embora haja um relato na tradição libertária de que esse episódio encerra o ciclo revolucionário, isso não condiz com a realidade. Certamente os acontecimentos de maio significaram um reajuste no campo republicano, mas não devemos esquecer que a guerra ainda continuaria por mais dois anos e que a economia continuou a ser gerida sob o sistema de coletivizações e com papel fundamental do setor sindicalista da CNT, que continua a controlar uma parte significativa da economia e da sociedade catalã até a derrota no final de janeiro de 1939. A queda da Catalunha não tem nada a ver com um mau funcionamento econômico interno, mas fundamentalmente porque sem armas e munições, após o Pacto de Munique, a

---

15 Deve-se lembrar que o PSUC foi fundado em 21 de julho de 1936, após o golpe. Naquela época, o POUM provavelmente tinha mais militantes e tinha como prestígio o fato de ter defendido as Alianzas Obreras, precedentes da frente popular. Quando seu fundador, Maurín, escondeu-se na zona franquista, foi decapitado, o que, juntamente com sua ambiguidade perante a frente popular e sua perseguição da URSS, um dos poucos estados que apoiavam a República, desgastaram rapidamente o POUM.

16 Andreu Nin será preso com o apoio dos serviços secretos soviéticos, que empregarão policiais não catalães para assegurar a prisão e assassiná-lo, pouco depois, em Alcalá de Henares.

República ficou sem meios para se defender e sem aliados contra a Alemanha e a Itália.

### **O LEGADO DAS COLETIVIZAÇÕES NA CATALUNHA**

Entre os que adotaram o Decreto, consideraram-no uma concessão a outras forças, mas, pelo meu ponto de vista, creio que, ao contrário, melhorou as propostas das partes e foi uma síntese positiva naquele lugar e momento.

De outubro de 1936 até janeiro de 1939, quando os militares entraram em Barcelona, a economia catalã funcionou com suas empresas básicas coletivizadas. Isso mostra que basicamente o Decreto de Coletivização foi capaz de encontrar uma solução realista e sustentável para o problema da economia catalã naquele momento.

As coletivizações, em primeiro lugar, permitiram manter na estrutura econômica uma aliança política essencial para continuar a guerra. Nenhuma das partes envolvidas (PSUC-ERC-CNT) poderia prescindir das demais e todas precisavam mostrar às suas bases um acordo satisfatório.

Por parte da ERC, apoiada em parte nos pequenos proprietários, o decreto permitia manter com garantias jurídicas um grande número de pequenas oficinas. As oficinas, que não devemos esquecer, foram parte fundamental do tecido produtivo. Também para o pequeno proprietário camponês era a garantia de que não seria perseguido ou submetido a requisições arbitrárias. Para uma parte das bases da ERC, a ideia de empresas industriais nas mãos de trabalhadores (a maioria deles emigrantes), não era algo muito atrativo. Mas eles puderam verificar que isso permitia garantir a vida social e que aquelas pessoas que eram vistas desdenhosamente como “*charnegos*”, eram capazes de organizar, raciocinar e trabalhar operacionalmente, constituindo uma parte essencial da Catalunha. Mas não apenas protegeu uma base política da ERC, como também permitiu que esse emaranhado do tecido produtivo catalão funcionasse sem exigir muita atenção do governo e sem sabotagem.

Para a CNT, lhe permitiu realizar seu sonho de fazer com que os trabalhadores assumissem as fábricas e as fizessem funcionar. Essa situação dentro do universo cultural anarcossindicalista mobilizou um enorme potencial de criatividade dos trabalhadores, a grande maioria dos quais sentia que as fábricas eram suas e que contribuíam para a vitória como classe. Durante anos os ateneus operários, a literatura, as palestras, a imprensa operária prepararam os trabalhadores para que um dia se apropriassem do tecido produtivo com suas mãos. De repente isso era possível e eles estavam materializando de forma eficaz e eficiente. Sem a contribuição anônima de

dezenas de milhares de trabalhadores que propuseram, desenvolveram, inventaram e aplicaram todo um processo de reconversão à economia de guerra, a Catalunha nunca teria resistido ao fascismo por tanto tempo. No processo, a tradição libertária teve de realizar ao mesmo tempo um banho de realismo, reconhecendo a necessidade de algum tipo de gestão institucional. Quatro meses após o golpe, o jornal CNT reconheceu em editorial que, agora que participava da gestão do Estado, este não era mais um órgão repressivo, mas um instrumento de mudança social.<sup>17</sup>

Finalmente, para os marxistas, que sempre foram minoria na Catalunha, de repente se viram no comando do Ministério da Economia, desenvolvendo um plano econômico que ligava o curto prazo ao desenvolvimento de uma economia fundamentalmente socializada governada por um banco público: a *Caixa de Credit*. Embora não se tenha articulado uma economia regulada da mesma forma que na URSS, eles próprios percebem que, pelo menos nas condições da Catalunha, o mercado, sob controle público, poderia ajudar a regular parte da atividade econômica e ao mesmo tempo dispendo do controle da atividade financeira, era possível dirigir a economia de forma mais eficiente indiretamente do que sob o controle direto de cada empresa. Na verdade, a *Generalitat*, como administração pública da Catalunha e sua zona de guerra (que incluía Aragão libertado), teve o suficiente para tentar administrar a economia militar de maneira planejada. Eles também perceberam que o potencial de criatividade e capacidade organizacional dos trabalhadores era maior do que supunham. Foi também uma lição para os conselheiros soviéticos verem que nas condições de uma sociedade industrial mais avançada que a deles, como a catalã, uma maior descentralização e participação operária era possível e operativa.

De fato, esta experiência fez com que ela fosse considerada um modelo de socialismo catalão. Uma economia socialista em que se tolera as pequenas e médias empresas, pequenas propriedades agrárias ou o mercado de bens de consumo. Uma economia que emergiu da guerra, mas que todos iam aceitando que deveria continuar em seus traços essenciais após o conflito. Assim o formula o Conselho Econômico da *Generalitat*, cujo conselheiro econômico, Joan Comorera, era secretário-geral do PSUC comunista. Essa ideia de um novo socialismo se justifica porque é necessário um compromisso, mas também porque a situação histórica da Catalunha e o desenvolvimento econômico da Catalunha são diferentes do ponto de partida da União Soviética e sua guerra civil entre 1918-1920. É

---

17 *Solidaridad Obrera*, 4 de novembro de 1936.

interessante notar que, embora em ambos os casos a socialização tivesse como objetivo a gestão de uma economia de guerra, no processo de guerra civil na URSS ela foi radicalizada com um processo de desmercantilização e centralização, enquanto na Catalunha se decidiu manter os mercados e coletivizar as empresas descentralizadas. Diferentes soluções foram usadas para o problema de como enfrentar uma guerra, e isso foi influenciado pelos diferentes tipos de sociedade que era, de um lado, a Catalunha em 1936, e de outro, a Rússia em 1918, bem como o diferente tipo de guerra e o contexto internacional.

Atualmente, o silêncio histórico sobre as coletivizações na Catalunha tem várias causas.

Entre as forças conservadoras ou neoliberais atualmente hegemônicas, a razão é óbvia. As coletivizações mostram o quão supérfluo é o agente capitalista para o funcionamento de uma economia industrial. Portanto, trata-se de ocultar e silenciar esse tipo de processo. Nem sequer se critica ou questiona, mas simplesmente se enterra em silêncio.

Entre as esquerdas, por outras razões, ninguém procurou reivindicá-la excessivamente. Muita administração e planejamento para anarquistas. Muita socialização para forças como o ERC ou o PSOE. Mais complexas e interessantes de estudar são as razões pelas quais foi esquecida entre as tradições comunistas.

Por um lado, a tradição trotskista destaca da guerra civil espanhola simplesmente a natureza criminoso da perseguição a que foram submetidos por Stalin. Mas perdem de vista os processos sociais ocorridos, nas quais não conseguiram intervir de forma decisiva apesar de estarem inicialmente em boa situação, entre outras coisas porque Trotsky (que polemizou muito não só com Maurín, mas com seu amigo Nin) não compreendia a situação criada pela emergência do nazismo e a necessidade das frentes populares (que via apenas como um artifício de Stalin). Sua percepção do mundo era a de anos atrás, concentrando sua atenção no processo interno da URSS e seus debates na década de 1920.

É ainda mais interessante considerar o que aconteceu na tradição comunista hegemônica. Stálin impôs um modelo concreto de socialismo na URSS. Um modelo que derivou das características da sociedade herdada do Império Russo, do processo revolucionário e da intervenção estrangeira, dos processos políticos internos dos bolcheviques e de sua interação com outras correntes socialistas que tiveram um desenvolvimento concreto e específico. Como todo processo histórico, teve suas luzes e sombras. Mas reconhecê-lo dessa maneira era muito perigoso para o stalinismo, porque

poderia permitir que fosse questionado. Por isso, tentou deformar instrumentalmente a história real, construir uma realidade virtual, que estabelecesse que a URSS era o único modelo socialista possível. Aliás, uma atitude que não é de todo exclusiva do stalinismo, e na verdade, hoje, o capitalismo senil também tenta distorcer a realidade e se apresentar como a única sociedade possível.

É surpreendente que um projeto de construção emancipatória tenha que recorrer a tais recursos. Mas Stalin tinha suas razões: era um elemento central para evitar qualquer debate sobre as evidentes insuficiências do modelo soviético. Tratava-se de estabelecer que o socialismo soviético não era apenas o único existente, mas o único cientificamente possível. Após a Segunda Guerra Mundial, a derrota do fascismo foi, sem dúvida, também a derrota do capitalismo imperialista e a abertura de uma era histórica de possível transição para o socialismo, pelo menos para uma parte do mundo, embora em diferentes graus e formas. Era uma época em que era possível que as democracias populares abrissem caminhos para a emancipação, a partir de suas tradições nacionais e políticas. Mas para Stálin isso não era uma oportunidade, mas uma ameaça ao seu sistema autoritário e vertical. Havia vencido a guerra, mas também a havia facilitado à custa dos expurgos brutais da década de 1930, que atingiram enormes proporções dentro do Exército Vermelho criado por Trotsky. Tinha enfraquecido o consenso social dentro da URSS, rompendo, de fato, a aliança operário-camponesa ao optar por um caminho de acumulação brutal de capital. Muitos cadáveres no armário para se permitir considerar que havia outros caminhos. Não era uma ameaça menor para o poder, pois o povo soviético, depois de sangrar na guerra, aspirava virar a página e desfrutar de um socialismo mais livre, quando ficou evidente que a ameaça externa havia sido reduzida após a Segunda Guerra Mundial.

Isso explicaria por que, para impor a tese de um único socialismo possível, um modelo de planificação obsoleto foi imposto aos países do Leste Europeu, e a experiência da Catalunha foi ignorada. Não só isso, se perseguiu sua memória. Em muitos países da Europa Oriental, a baixa disponibilidade de quadros comunistas no final da guerra era evidente. Muitos morreram na resistência e, em sua maioria, eram de países com pouco desenvolvimento industrial e, portanto, com reduzida tradição operária. Portanto, parecia evidente que qualquer um que tenha estado nas Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola e sobreviveu, devia ser valioso para reconstruir seus países em uma direção socialista. Mas, pelo contrário, ao terminar a guerra Stálin expurgará e perseguirá precisamente aqueles que participaram da Guerra Civil Espanhola. Por que?

Na Espanha um bom número de socialistas e comunistas europeus estiveram presentes, que viram com seus próprios olhos o caso da Catalunha, e como foi construído um modelo de organização social diferente do sistema soviético, mas de natureza indiscutivelmente socialista. Um modelo que, ademais, também era tecnicamente sólido, eficiente e produtivo, mesmo em condições muito adversas. Evidentemente, era um modelo a ter em conta na reconstrução das suas sociedades, que em muitos casos se assemelhava mais à catalã de 1936 do que à russa de 1917.

Isso explicaria o penúltimo grande expurgo de Stalin, que afetou dezenas de comunistas do Leste Europeu que participaram da Guerra Civil Espanhola. A começar pelo cônsul soviético em Barcelona, Antonov Oshenko, a pessoa que, ao assaltar o Palácio de Inverno em 1917, fez os representantes do governo provisório assinarem suas renúncias e que, durante sua estadia na Catalunha, deve ter se envolvido na perseguição do POUM. Era a obsessão pelo estabelecimento de que havia apenas um modelo possível de socialismo, o soviético. Afetará inclusive o secretário-geral do PSUC, Joan Comorera. Expulso do partido por indicação de Stalin, quando ele de maneira valente volta para a Catalunha para tentar dirigi-la de dentro, sua prisão foi praticamente induzida, morrendo na prisão de Burgos em 1958.

Uma exceção a mencionar será o caso de Josip Broz “Tito”. Como presidente da Iugoslávia, quando Stalin tenta destituí-lo, ele romperá com a URSS e recorrerá a reivindicar outro modelo próprio de socialismo. Qual? A autogestão, que se inspira na experiência das Coletivizações da Catalunha. Quando em algumas semanas na Iugoslávia tiverem que improvisar um novo modelo de socialismo que sustente sua ruptura, eles recorrerão à experiência catalã. Não é uma cópia literal, mas se baseia na experiência das empresas criadas na guerrilha e no fato de que o modelo ultracentralizado que tentavam copiar da URSS começava a lhes dar problemas de eficiência econômica. Uma experiência socialista que também parece ter sido condenada ao esquecimento, mas da qual se deve notar que, sem ser perfeita, permitiu um nível significativo de eficiência e participação. Como analisei muitos anos atrás (Franquesa, 1988), a Iugoslávia não implodiu pela baixa eficiência de seu sistema produtivo, mas pela insuficiência de seu sistema federal para redistribuir riquezas e fechar as diferenças econômicas entre as repúblicas. Uma dificuldade de redistribuição, que já foi detectada no caso catalão.

As Coletivizações na Catalunha são um caso esquecido, mas sem dúvida relevante para a riqueza de recursos que as sociedades vêm criando para se libertar da desigualdade e da exploração. Por

tudo isso, voltar às origens e estudar seu processo sem preconceitos é recuperar uma parte do processo histórico que os povos desenvolveram criativamente, o que pode nos ajudar a construir caminhos para a superação do capitalismo senil em que nos encontramos. Não para fazer cópias literais, não para santificá-los ou demonizá-los, mas para nos ajudar a imaginar futuros emancipadores, recolher experiências do passado e evitar cair novamente em erros que pagamos com derrotas e sofrimentos. Recuperar a memória de sua obra é a melhor homenagem que podemos prestar àqueles que, sob diferentes perspectivas, tentaram abrir as largas avenidas do socialismo em tempos tão difíceis.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Bonamusa, Francesc (2005). *Economia, finances i col·lectivitzacions industrials*. Em: *A Breu Història de la guerra civil a Catalunya*. Barcelona: Edicions 62.
- Castells, Antoni (1993). *Les col·lectivitzacions a Barcelona 1936-1939*. Barcelona: Ed. Hacer.
- Castells, Antoni (1996). *El proceso estatalizador en la experiencia colectivista catalana (1936-1939)*. Barcelona: Nossa y Jara Ediciones.
- Càtedra UNESCO de Tècnica i Cultura de la UPC (2005). *Fem memòria per fer futur. La indústria de guerra i les col·lectivitzacions a Catalunya (1936-1939)*. II Jornades Memorial Democràtic de la UPC. 23 de febreiro.
- Cerda, Baldomero (1937). *Empresas colectivizadas e intervenidas. Su organización, contabilidad y régimen legal*. Barcelona: Bosch Casa Editorial.
- Franquesa, Ramón (1988). *La crisis de modelo yugoslavo*. *Afers Internacionals, Revista del CIDOB*, 14-15, 169-189.
- Gallego, Ferrán (2007). *Barcelona: mayo de 1937*. Barcelona: Debate.
- García Oliver, Juan (1978). *El eco de los pasos*. Barcelona: Ruedo Ibérico.
- Martín Ramos, José Luis (2021). *Historia del PCE*. Barcelona: La Catarata
- Mayayo I Artal, Andreu (2005). *El conflicte social al camp*. Em: *A Breu Història de la guerra civil a Catalunya*. Barcelona: Edicions 62.
- Peréz-Baro, Albert (1937). *Col·lectivitzacions i Control Obrer, amb totes les disposicions legals que les regulen*. Sindicat Mercantil de Barcelona UGT, febrer de 1937. S/d.

- Puente, Issac (2009). *El comunismo libertario y otras proclamas insurreccionales*. Bilbao: Martxoak 18 Kultur Elkartea.
- Souchy, A. e Folgare, P. (1977). *Colectivizaciones, la obra constructiva de la revolución española*. Barcelona: Ed. Fontamara.
- Vadillo, Julián (2021). *Historia de la FAI*. Barcelona: Ediciones de la Catarata
- Vilar, Pierre (2005). *Historia de España*. Madrid: Editorial Crítica.

# ENSINAMENTOS DA COMUNA DE PARIS 150 ANOS DEPOIS

Xabier Arrizabalo Montoro

*"[...] os proletários, ao presenciar a derrota e a traição das classes dominantes, se deram conta de que havia chegado o momento em que eles mesmos deveriam salvar o país e tomar o controle dos assuntos sociais em suas próprias mãos [...] compreenderam que essa obrigação havia recaído sobre eles e que eles tinham o direito indiscutível de se tornarem donos de seu próprio destino e tomar o poder governamental em suas próprias mãos."*

Proclamação do Comitê Central da  
Guarda Nacional. Paris, 18 de março de 1871

A COMUNA DE PARIS foi uma experiência efêmera, com duração de 72 dias, de 18 de março a 28 de maio de 1871. No entanto, neste período tão breve foram adotadas medidas verdadeiramente revolucionárias, resultado de sua formação como Estado operário, o primeiro da história<sup>1</sup>.

O sentido de estudar essa experiência hoje, exatamente 150 anos depois, reside no fato de que a Comuna de Paris revelou as enormes possibilidades que se abrem para uma sociedade quando essa se liberta da subordinação aos interesses de uma minoria de grandes proprietários. A Comuna de Paris tornou nítido também as ameaças que pairam sobre uma experiência como essa, estimuladas pelas fragilidades que possui. Em suma, permite apreciar os determinantes da reprodução social com mais nitidez do que em outros momentos históricos; o que é próprio de situações em que "a história se acelera" e as massas

---

1 Este capítulo é uma versão condensada do primeiro bloco de um próximo livro, que trata da experiência da Comuna de Paris junto com outras experiências revolucionárias como detalhes, fundamentos e referências documentais que aqui, por questões de espaço, foram omitidas.

tratam de tomar as rédeas de suas vidas, o que define a essência dos processos revolucionários.

A Revolução Russa, que triunfa quase meio século depois, supõe um enorme avanço em relação à Comuna de Paris. Dá-se lugar a um Estado operário que constitui a alavanca decisiva para iniciar uma transição ao socialismo, após sobreviver graças à sua vitória na guerra declarada pelos antigos remanescentes do regime czarista apoiados por catorze exércitos imperialistas. Sua perversão pela burocracia stalinista desde meados da década de 1920 não contesta o fato objetivo de que, até então, um avanço gigantesco foi possível em todos os campos sociais. Já os primeiros decretos dão testemunho disso. Por exemplo, os da paz, da terra, do controle operário da produção, do direito à autodeterminação dos povos, da plena igualdade jurídica das mulheres e seu direito de controlar sua reprodução etc. (Arrizabalo, 2018, pp. 468-552).

A riqueza da experiência soviética anula o interesse em estudar a Comuna de Paris? Não, em absoluto, por ao menos duas razões. Em primeiro lugar, cada experiência, além de referendar ensinamentos comuns, contribui com alguns específicos, ligados à sua singularidade em planos como o contexto histórico, o grau de desenvolvimento das forças produtivas, a correlação de classes, sua organização política, etc. Em segundo lugar, porque a própria Revolução Russa não pode ser totalmente compreendida sem a referência da comunidade parisiense e todas as suas implicações e lições. Já nos anos quarenta do século XIX Marx e Engels formularam a impossibilidade de delimitar uma revolução tanto no tempo como no espaço, com a noção de revolução permanente (*La Sagrada Família*, 1845), ligada ao caráter internacional da luta de classes, embora suas formas nacionais tenham sido mantidas (*Manifesto do Partido Comunista*, 1848).

Para abordar qualquer experiência revolucionária, é necessário abordar duas questões interligadas: por um lado, a tomada do poder; por outro lado, seu exercício, incluindo toda a trajetória da política que se aplica, suas dificuldades etc., bem como sua análise final, no que diz respeito ao quanto permite avançar na transição socialista para outra sociedade, um sociedade sadia, presidida pelo princípio de que cada um contribui de acordo com sua capacidade e recebe de acordo com suas necessidades. A análise dessas duas questões para a Comuna de Paris é realizada aqui considerando sucessivamente os seguintes aspectos: em primeiro lugar, como se produz o triunfo insurrecional que permite a constituição da Comuna; em segundo lugar, o caráter da Comuna como Estado não oligárquico ou burguês, mas da maioria, especificamente um Estado operário; em terceiro lugar, qual é o seu conteúdo, concretizado fundamentalmente nas medidas que

implementa; em quarto lugar, quais são as principais limitações com que se encontra e que conduzia à derrota militar; por fim, em quinto lugar, a título de conclusão, os ensinamentos que se podem extrair de todo o seu percurso.

## **O TRIUNFO DA INSURREIÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DA COMUNA DE PARIS**

Em 18 de março de 1871, o povo parisiense, com sua Guarda Nacional, pegou em armas contra o governo de Thiers, que havia assinado um “cessar fogo” com a Prússia, em virtude do qual ordenou ao exército que apreendesse os canhões adquiridos em Paris com apoio popular. Mas os guardas nacionais confraternizam com os soldados, convencendo-os a não atacar a população. Thiers recua para Versalhes as tropas do exército; a Guarda Nacional, através de seu Comitê Central eleito pela grande maioria dos batalhões (215 de cerca de 266), assume o poder emitindo as declarações “Ao povo francês” e “Ao Guardas nacionais”. Anuncia as eleições para o dia 22, adiadas para o dia 26. No dia 28 é constituída a Comuna de Paris, com 92 membros em seu Conselho Comunal.

Triunfa assim a insurreição da classe trabalhadora parisiense em aliança com outros setores populares, vítimas da devastação social própria de uma sociedade capitalista, agravada ainda mais pelos efeitos da guerra e do bloqueio. Uma insurreição que expulsa os representantes da classe dominante, constituindo um novo Estado que é, em essência, um Estado operário.

A sucessão de acontecimentos nos meses e semanas anteriores a 18 de março revela o agravamento da situação, que conduziu inevitavelmente a um enfrentamento direto. As condições materiais de vida da maioria deterioraram-se profundamente e as ações do governo não só não as combateram, como as agravaram. A insurreição de 18 de março é a gota d’água que transborda o copo e a paciência da população trabalhadora parisiense.

Não é uma insurreição preparada como tal, não é uma revolução conscientemente organizada, mas é precipitada pelos acontecimentos:

Se em 18 de março o poder passou para as mãos do proletariado de Paris, não foi porque o tomou conscientemente, mas porque seus inimigos abandonaram a capital [...] Então o proletariado se fez o amo da situação [...] A Revolução caiu sobre ele inesperadamente (Trotsky, 1921).

Tão pouco foi um processo espontâneo. No dia 6 de janeiro anterior, o comitê dos vinte distritos havia publicado um cartaz que dizia:

O Governo encarregado pela defesa nacional cumpriu a sua missão? Não. Por sua lentidão, sua indecisão e sua inércia, aqueles que nos governam nos levaram à beira do abismo. Eles não souberam nem administrar nem combater. Estamos morrendo de frio e quase morrendo de fome [...] Campanhas sentidas, lutas ferozes sem resultado, fracassos repetidos [...]. O Governo já deu o que podia e está nos matando. A perpetuação deste regime é a rendição [...]. A política, a estratégia e a administração do 4 de setembro que se seguiram ao Império estão em questão. Abram alas para o povo! Abram caminho para a Comuna!

Em outras palavras, o povo parisiense rejeitava o cerco e o impasse a que o governo o conduzia; e se organizava. A diferenciação de classe materializou-se na luta contra a guerra promovida pela classe capitalista: “os trabalhadores parisienses querem varrer do caminho esta guerra criminosa” (Lissagaray, 1876, p. 71). Em 15 de julho de 1870, quatro dias antes da declaração de guerra de Napoleão III à Prússia, grupos de trabalhadores “se reúnem na praça do Château-d’Eau, onde cresce e grita: ‘Viva a paz’, e entoam a estrofe de 1848: ‘Os povos são nossos irmãos / e os tiranos, inimigos’” (ibidem). Em 12 de julho, os militantes parisienses da Internacional publicaram um manifesto contra a guerra: “Aos trabalhadores de todas as nações”, respondendo favoravelmente desde a Prússia.

### **A COMUNA, O PRIMEIRO ESTADO OPERÁRIO DA HISTÓRIA**

O processo que se inicia em 18 de março é uma insurreição revolucionária que triunfa, constituindo um Estado que não é um Estado burguês, que não expressa institucionalmente o poder de uma minoria e a reforça. É um Estado que representa a exitosa irrupção da maioria na vida pública para assumir o controle de suas vidas; isto é, a revolução. Com o abandono de Paris pelas tropas republicanas francesas, a institucionalidade que expressa e impõe a dominação capitalista, o poder da classe burguesa desaparece da cidade. Seu Estado, o burguês, deixa de existir ali e a Guarda Nacional representa o novo poder: uma milícia cidadã que se colocou ao lado da maioria, democrática como ilustra a revogabilidade de todos os mandatos representativos que a governam.

Como Estado, a Comuna assegura serviços básicos para a vida de mais de dois milhões de pessoas, avançando significativamente na resolução dos problemas da maioria. Mesmo no final, quando as tropas de Thiers estavam às portas de Paris, como mostra a vacinação de 10 de maio. Um Estado que endossa que a classe trabalhadora pode viver sem a classe burguesa, mas não o contrário. Independentemente de seu caráter limitado, por diferentes motivos e entre eles seu isolamen-

to, apesar das experiências insurrecionais em outras comunas como Lyon, Marselha, Saint-Étienne, Narbonne, Le Creusot, etc.

Embora o caráter de classe do Estado não esteja completamente definido na insurreição, apoiado por diferentes classes sociais, ele muda desde as primeiras medidas. Não foi uma revolta dos cidadãos, mas da maioria dos cidadãos, os cidadãos oprimidos: a classe trabalhadora e setores da pequena burguesia, artesãos, etc. Mas não foi uma simples revolta, mas uma insurreição, uma revolução, na medida em que questionava frontalmente a antiga dominação e todas as suas principais expressões, como a subjugação da classe produtora, a opressão patriarcal, o papel da religião, a reivindicação do imperialismo, etc.

Em suma, a insurreição adquire um caráter revolucionário exitoso, materializado na tomada do poder:

A Comuna surgiu espontaneamente, ninguém a preparou de forma consciente e sistemática. A infeliz guerra com a Prússia, as dificuldades durante o cerco, o desemprego entre o proletariado e a ruína da pequena burguesia, a indignação das massas contra as classes superiores e as autoridades, que haviam demonstrado incapacidade absoluta, a surda efervescência da classe operária, insatisfeita com sua situação e ansiosa por um novo regime social; a composição reacionária da Assembleia Nacional, que causou temor pelo destino da República, tudo isso e muitas outras causas se combinaram para levar a população de Paris à revolução de 18 de março, que inesperadamente colocou o poder nas mãos da Guarda Nacional, nas mãos da classe trabalhadora e da pequena burguesia, que a ela se juntou (Lênin, 1911).

Esse poder se constituiu como um Estado, cujo caráter de classe, apesar da aparência inicial interclassista, se percebe plenamente considerando toda a sua trajetória, até o final, com o conjunto de medidas adotadas:

Apenas os trabalhadores permaneceram fiéis à Comuna até o fim. A burguesia republicana e a pequena burguesia rapidamente se distanciaram dela: alguns se assustaram com o caráter revolucionário socialista do movimento, com seu caráter proletário; outros se afastaram dela, vendo que ela estava condenada à derrota inevitável. Somente os proletários franceses apoiaram seu governo, sem medo ou consternação, lutaram e morreram por ele, ou seja, pela emancipação da classe trabalhadora, por um futuro melhor para os trabalhadores (Ibidem).

Tudo isso não pode ser entendido sem considerar a experiência já acumulada pela classe trabalhadora, organizada politicamente como movimento operário. Na esteira da Liga dos Proscritos constituída em

1834 e da Liga dos Justos de 1836, ambas em Paris, em 1847 havia sido fundada em Londres a Liga dos Comunistas, cujo programa seria elaborado por Marx, a partir de um projeto de Engels, em janeiro de 1848. É o Manifesto do Partido Comunista, cuja primeira frase, “um fantasma assombra a Europa, o fantasma do comunismo”, não é apenas emblemática, mas também premonitória, porque algumas semanas depois a revolução eclodiu em Paris, com a insurreição popular de 23 a 25 de fevereiro, que consegue a renúncia do rei Luís Felipe I, dando lugar à Segunda República. Esta revolução foi também uma excelente escola para a classe trabalhadora, cujo pano de fundo é a revolução permanente formulada por Marx e Engels. Em 28 de setembro de 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional, foi formada em Londres. Sua perspectiva internacionalista já foi discutida no Manifesto do Partido Comunista, identificando o caráter internacional da luta de classes, ainda que apresente formas nacionais: “por sua forma, embora não por seu conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia começa por ser uma luta nacional (Marx e Engels, 1848, p. 289)<sup>2</sup>. Esse amadurecimento inclui também sua elaboração teórica, em que a melhor prova é a publicação da primeira edição do primeiro livro de O Capital, em Hamburgo, em 1867, quatro anos antes da Comuna.

A classe trabalhadora ocupa um lugar qualitativamente central em toda sociedade capitalista:

A força do proletariado em qualquer país capitalista é infinitamente maior do que a proporção do proletariado na população total. Isso porque o proletariado domina economicamente o centro e os nervos de todo o sistema da economia capitalista, e também porque na arena econômica e política o proletariado expressa, sob a dominação capitalista, os interesses reais da grande maioria dos trabalhadores. (Trotsky, 1928)

Este lugar, complementado pela bagagem histórica delineada, permite-nos compreender o seu papel na experiência comunal, o que justifica a sua caracterização como estado operário:

A primeira revolução em que a classe trabalhadora foi abertamente reconhecida como a única classe capaz de iniciativa social, mesmo pela grande

---

2 Marx acompanhou cuidadosamente a experiência da Comuna de Paris desde sua proclamação. Em 18 de abril de 1871, o Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores o encarregou de redigir o manifesto que ele próprio havia proposto elaborar. Em 30 de maio, dois dias após a derrota militar da Comuna, o Conselho aprovou por unanimidade o manifesto elaborado por Marx, intitulado A Guerra Civil na França, dirigido a todos os seus membros na Europa e nos Estados Unidos.

massa da classe média parisiense — lojistas, artesãos, comerciantes — com exceção dos capitalistas ricos (Marx, 1871).

A principal implicação dessa caracterização é que ela nos permite considerar seriamente a perspectiva de iniciar o caminho de transição para outra sociedade, não baseada na exploração, na dominação:

[...] a Comuna foi, essencialmente, um governo da classe trabalhadora, resultado da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política finalmente descoberta para realizar nela a emancipação econômica do trabalho. Sem esta última condição, o regime da Comuna teria sido uma impossibilidade e uma impostura. A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social. Portanto, a Comuna deveria servir de alavanca para remover os fundamentos econômicos sobre os quais repousa a existência das classes e, conseqüentemente, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se torna trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe (Marx, 1871).

### **O CONTEÚDO REVOLUCIONÁRIO DAS PRINCIPAIS MEDIDAS DA COMUNA**

Desde o início, o conteúdo social altamente avançado da Comuna incluiu um funcionamento radicalmente democrático. De forma semelhante à experiência da Revolução Russa, onde nas primeiras vinte e quatro horas foram promulgados o decreto de terra e o decreto de paz, embora obviamente em escala diferente, no mesmo dia, 29 de março, consecutivo à constituição do Comuna eleita, várias medidas são adotadas como a abolição do exército permanente, substituído pelo povo em armas, e a anulação das rendas não pagas desde outubro de 1870, bem como a suspensão da venda de objetos depositados no Monte de Piedad. Nos dias seguintes, as medidas regressivas que Thiers havia imposto em março são revertidas e outras são ditas, para compensar as penalidades ligadas à guerra e ao cerco: em 10 de abril, são estabelecidas pensões para viúvas e órfãos de membros da Guarda Nacional assassinados, assim como feridos incapacitados para o trabalho e familiares de “cidadãos mortos defendendo os direitos do povo”; em 15 de abril, é decretada a requisição e transferência para as vítimas das casas desocupadas; em 16 de abril, é fixado um prazo de três anos para a liquidação das dívidas e vencimentos. No campo simbólico, em 18 de março é adotada a bandeira vermelha e restabelecido o calendário republicano (ibidem)<sup>3</sup>.

---

3 Dois outros fatos muito simbólicos são a demolição em 5 de maio da capela expiatória de Luís XVI e o 16 de maio da Coluna Vendôme, símbolo do imperialismo

O abastecimento de produtos básicos à população é enfrentado, aliviado após o fim do cerco. Mas em 21 de abril, o governo Thiers impõe o bloqueio ferroviário, frente ao qual no dia seguinte já estão organizadas as cozinhas municipais e a distribuição de alimentos por meio de venda pública, distribuição de cupons de pão etc.

Ainda no primeiro mês da Comuna, a 16 de abril, um decreto estabelece a requisição das oficinas abandonadas pelos seus proprietários, com o objetivo de as entregar às cooperativas de trabalhadores. Em 20 de abril, as empresas privadas de alocação de empregos, cujo lucro estava vinculado ao seu desempenho, de fato como uma espécie de traficantes de semi-escravos, são substituídas por escritórios municipais. No dia 21 é proibido o trabalho noturno em padarias e o trabalho clandestino é combatido com apreensão de mercadorias e a exposição de sanções nos comércios. Imediatamente, em 28 de abril, a Comuna proíbe uma prática generalizada: multas aos trabalhadores na forma de descontos em seus salários, o que também ocorreu na administração pública. Também são estabelecidos o salário-mínimo e as diretrizes para a autogestão nas empresas, em que os próprios trabalhadores elegeam a direção, etc.

Tudo isso se baseia na organização política democrática: seu Comitê Central estabelece que “os membros da assembleia municipal, constantemente controlados, vigiados, discutidos pela população, são revogáveis, fiscalizados e responsabilizados” (Ibidem). Às vésperas das eleições de 26, aconselha aos eleitores:

Não perca de vista que os homens que melhor lhe servirão são aqueles que você escolher entre vocês, vivendo com suas próprias vidas, sofrendo das mesmas doenças. Tenham cuidado tanto com os ambiciosos quanto com os forasteiros; ambos consultam apenas seus próprios interesses e acabam sempre por se considerar “indispensáveis” [...]. Estamos convencidos de que, se levarem em conta essas observações, terão finalmente inaugurada a verdadeira representação popular, terão encontrado representantes que nunca se considerarão seus senhores (Ibidem).

Uma autêntica democracia que, portanto, não incorpora medidas estranhas e excludentes e que adota muitas medidas para a plena igualdade das mulheres, não apenas jurídicas. Como o direito de trabalhar com o mesmo salário (consubstanciado em setores como o da educação) ou a pensão para as viúvas dos federados, que se aplica quer sejam casadas ou não, dado que a Comuna reconhece a união livre e não conjugal, bem como a todos os seus descendentes (o casamento livre

---

francês.

por mútuo consentimento também é regulamentado). A prostituição é proibida. Não se chega a estabelecer o direito ao voto das mulheres, embora sejam elegíveis em diferentes instâncias e, em termos práticos, sua participação se estende às diferentes esferas da vida pública, incluindo a luta militar contra as agressões externas. Elas também participam do inventário de oficinas abandonadas, garantindo o cumprimento do decreto contra a interferência da Igreja no Estado e, claro, na defesa militar da Comuna, entre outras atividades<sup>4</sup>.

A liberdade de imprensa foi reafirmada no mesmo dia, 19 de março:

As autoridades republicanas da capital querem fazer valer a liberdade de imprensa, assim como todas as demais; elas esperam que todos os jornais entendam que o primeiro de seus deveres é o respeito devido à República, à verdade, à justiça e ao direito, que são colocados à salvaguarda de todos (Ibidem).

Como quase meio século depois — no início da experiência soviética diante da degeneração burocrática stalinista—, esse direito é cuidado sem ignorar o contexto de guerra em que se desenrola (Arrizabalo, 2018, pp. 83-84 e 520-522). Se demonstra que a Comuna é um verdadeiro Estado de direito, incomparavelmente mais democrático que qualquer Estado burguês — como foi o Estado soviético que emergiu da revolução até meados/final dos anos 20—, estabelecendo liberdades como a de imprensa de um modo que atenda efetivamente ao seu verdadeiro conteúdo democrático para a população como um todo. Assim, no dia 21 de março, propõe:

O comitê central da guarda nacional, sediado na prefeitura, respeita a liberdade de imprensa, ou seja, o direito de todos os cidadãos de controlar, discutir e criticar suas ações por todos os meios de publicidade, mas pretende fazer cumprir decisões dos representantes da soberania do povo de Paris, e não permitirá mais que seja violada impunemente, continuando com a excitação da desobediência às suas decisões e ordens. A repressão severa será a consequência de tais ataques, se continuarem a ocorrer (Ibidem).

No dia seguinte, 22 de março, explica que não há impunidade, que o Comitê Central da Guarda Nacional é a autoridade. E em 2 de abril

---

4 Um papel fundamental é desempenhado pela União das Mulheres para a Defesa de Paris e o Cuidado dos Feridos, criada em 18 de abril sob a liderança de duas militantes internacionais: Elisabeth Dmitrieff, enviada por Marx, e Nathalie Lemel. A burguesia as chamava de “pétroleuses”, petroleiras, acusando-as de incendiar tudo: eles não podiam aceitar que o processo de emancipação das mulheres estivesse em andamento, como parte da emancipação de toda a população trabalhadora.

específica que a liberdade de imprensa não é uma carta branca para atacar, precisamente, o regime que garante direitos para a maioria: “liberdade de imprensa não é o direito de se esconder cautelosamente atrás de um jornal para redobrar os horrores de uma luta que Paris não iniciou, mas na qual a República e a Comuna triunfarão” (ibidem).

Mas nem sequer exercem essa autoridade, plenamente legítima ao contrário dos regimes burgueses, que se baseia no poder da minoria. De modo que as publicações proibidas reapareçam em poucos dias, aproveitando a total liberdade que existe para a criação de jornais. No entanto, a imprensa parisiense pró-Comuna não pode ser distribuída no resto da França, onde a proibição do governo de Thiers está em vigor.

Essas proibições são análogas, assimiláveis? Não, em absoluto. A proibição do governo Thiers é a proibição de um regime odiado pela maioria, porque está a serviço da minoria proprietária, um regime que expropriou e traiu o povo de Paris. Que proíbe a liberdade de imprensa com o único objetivo de manter os privilégios da minoria, com base na opressão da maioria, à qual nega os direitos mais básicos, inclusive o de expressão. A Comuna é um Estado democrático de cuja legitimidade proíbe, muito limitada e num contexto de assédio externo, o uso fraudulento da liberdade de imprensa para atentar contra a sua própria existência. Na Comuna, foram eleitos por sufrágio universal os funcionários públicos, aos quais, desde então, 2 de abril, foi fixado um salário máximo de 6.000 francos por ano, equivalente ao salário habitual de um trabalhador.

A Comuna estabelece medidas que possibilitam o exercício de direitos, como atos notariais gratuitos, habeas corpus em 8 de abril; proibição de buscas e apreensões sem ordem judicial, em 14 de abril; a obrigatoriedade de averbação do motivo do registro prisional em 18 de abril e a criação de vistoria prisional no dia 23 do mesmo mês. Portanto, não, não são comparáveis à limitada regulação da liberdade de imprensa da Comuna, aplicada em sua legítima defesa como regime que assegura direitos a toda a população, e a proibição de jornais do governo burguês, que tem como orientação geral negar os direitos para preservar a dominação da minoria.

Na mesma linha de autodefesa da Comuna está a questão militar, plano em que se produz um enorme avanço, do qual a Guarda Nacional foi o antecedente: a substituição do exército regular, cuja liderança está nas mãos do classes dominantes, pelo exército que é o povo em armas, como a própria assembleia municipal declarou em 22 de março:

[A assembleia municipal] dá à cidade uma milícia nacional que defende os cidadãos contra o poder; no lugar de um exército permanente que defende o poder contra os cidadãos. Uma polícia municipal que persegue criminosos, em vez de uma polícia política que persegue pessoas honestas (ibidem).

E apenas sete dias depois, no dia 29, a Comuna decreta:

1. O recrutamento é abolido.
2. Nenhuma força militar, exceto a Guarda Nacional, pode ser criada ou introduzida em Paris.
3. Todos os cidadãos válidos fazem parte da Guarda Nacional.

Outros campos de ação da Comuna que revelam seu caráter radicalmente democrático, literalmente desde a raiz e, portanto, revolucionário mesmo do ponto de vista de hoje, são a educação e a cultura, graças, entre outras coisas, à abolição dos privilégios da Igreja Católica em 2 de abril. O Jornal oficial publica:

A Comuna de Paris,

Considerando que o primeiro dos princípios da República é a liberdade;  
Considerando que a liberdade de consciência é a primeira das liberdades;  
Considerando que o orçamento do culto é contrário aos princípios, pois é imposto aos cidadãos contra a sua própria fé;  
Considerando, de fato, que o clero tem sido cúmplice dos crimes da monarquia contra a liberdade.

DECRETA:

Art. 1. A Igreja é separada do Estado.

Art. 2. O orçamento do culto é suprimido.

Art. 3º Se declaram bens nacionais os bens denominados mãos mortas, pertencentes às congregações religiosas, móveis ou imóveis.

Art. 4º Imediatamente será feita uma investigação sobre esses bens, para verificar sua natureza e disponibilizá-los à nação.

A educação é secularizada, o ensino público da religião é proibido e os símbolos religiosos são retirados das salas de aula. Em 21 de maio, uma comissão de mulheres é formada para tratar da educação de meninas. A Comuna estabelece a educação obrigatória, laica e não discriminatória por qualquer motivo. Diante de toda manipulação interesseira contra a Comuna, à qual se atribui uma falta de sensibilidade em relação às crenças das pessoas, o que sua análise rigorosa revela é exatamente o contrário<sup>5</sup>.

---

5 Um bom exemplo disso é o testemunho do Dr. Rousselle, diretor geral de ambulâncias, em 22 de abril: "Considerando que a Comuna decretou a separação entre

No campo da cultura e da arte, em 13 de abril foi instituída a Federação dos Artistas de Paris, em uma assembleia realizada no grande anfiteatro da Faculdade de Medicina, promovida pelo pintor Gustave Courbet, com mais de quatrocentas pessoas: “ os artistas de Paris que aderem aos princípios da República Comunal constituem-se em uma federação”, com total compromisso com a causa da Comuna:

Pela palavra, pela caneta, pelo lápis, pela reprodução popular das obras-primas e pela imagem inteligente e moralizadora que podemos espalhar e expor profusamente nas prefeituras das comunas mais humildes da França, o comitê contribuirá para nossa regeneração, à inauguração da abundância comunal, aos nossos esplendores futuros e à República universal (ibidem).

É muito interessante o parentesco do Manifesto *por uma arte revolucionária independente*, elaborado por Trotsky e Breton em 1938, assinado pelo próprio Breton e Diego Rivera, para a reivindicação da arte e seu lugar social na revolução, desde a plena liberdade que define a própria noção de arte. Assim, também neste campo da arte, verifica-se a ligação da Comuna com a Revolução Russa, neste caso representada por um dos seus principais dirigentes, Trotsky.

Num contexto tão complexo, sobrecarregado pela guerra e pelo cerco da cidade, a menção a estas questões não é anedótica, pois revela a firme vontade de libertar a Comuna que, a partir da cobertura integral de todas as necessidades materiais da população como um todo, também promove um funcionamento verdadeiramente e admiravelmente democrático, incorporando, portanto, o acesso de todos a uma vida plena que inclui arte e cultura.

### **CONTRADIÇÕES DA COMUNA E DERROTA MILITAR**

A Comuna foi derrotada? Do ponto de vista militar sim, sem dúvida, de modo que a experiência acabou truncada e seus enormes avanços foram revertidos de forma imediata. No entanto, simplesmente afirmar que a Comuna foi derrotada seria muito simplista, porque facilitaria negar sua enorme contribuição. Não é uma pergunta retórica,

---

Igreja e Estado, e que, por outro lado, é importante deixar toda a liberdade para cada cidadão viver e morrer de acordo com sua crença, se a tiver, retirarei das salas de ambulância todos os sinais religiosos, de qualquer culto; proibirei a entrada aos membros de todas as seitas ou corporações religiosas, providenciando imediatamente aos feridos, que assim o solicitarem, a visita do ministro de sua religião, padre, pastor, papa ou rabino [...] longe dos feridos aquelas visitas cansativas de pessoas que, sob o pretexto da religião, vêm desmoralizar os feridos, e acrescentar tortura moral ao sofrimento físico [...]” (Comuna de Paris, 1871).

mas prática, compreensível à luz da já mencionada noção de revolução permanente e ligada à estimulante influência comunal, ainda hoje, para qualquer perspectiva emancipatória.

A luta de classes também não é uma pergunta retórica. A classe dominante identifica a Comuna pelo que ela é, uma ameaça direta à sua dominação e aos privilégios que ela comporta. Tanto na França como no exterior. Portanto, desde o início a coloca no centro das atenções. Como toda experiência revolucionária, revela ainda mais claramente a luta de classes, que neste caso favoreceu burguesia. Por que isso está acontecendo? Por que a Comuna foi derrotada militarmente?

Um sistema de dominação, como o capitalista, baseado na relação social de exploração que é o capital, integra diferentes elementos. Em particular, a base material sobre a qual se assenta a reprodução social (o “fator econômico”) e a base institucional que se constrói sobre ela e a respalda com toda a violência necessária (o Estado e, dentro dele, em um lugar central, suas forças armadas). Em torno desses dois elementos, a base econômica e a força militar, a sobrevivência da Comuna foi impedida. Sempre enquadrados no marco em que ocorrem, que é o caráter internacional da luta de classes. Portanto, a pergunta final será precisamente por que a Comuna se comportou dessa maneira, abrindo mão de alavancas para seu alcance, pelo menos em alguns momentos. O que leva à questão de sua organização política e, portanto, à questão do partido operário revolucionário.

A tomada do poder pela Comuna foi desencadeada pela resistência da população parisiense em entregar os canhões, que eles próprios haviam comprado por assinatura popular. O governo Thiers fugiu ; então esse processo muito rápido e sem derramamento de sangue abriu uma possibilidade:

O inimigo fugiu para Versalhes. Não foi uma vitória? Naquela época, teria sido possível esmagar a gangue do governo quase sem derramamento de sangue. Em Paris, todos os ministros poderiam ter sido presos, a começar por Thiers. Ninguém levantaria um dedo para defendê-los [...] (Trotsky, 1921)<sup>6</sup>.

---

6 E acrescenta: “Os remanescentes da infantaria não queriam voltar para Versalhes. A ligação entre oficiais e soldados era muito fraca. E se existisse um centro de liderança partidária em Paris, teria introduzido entre as tropas em retirada — já que havia a possibilidade de retirada — algumas centenas ou pelo menos algumas dezenas de trabalhadores leais, que teriam sido instruídos a alimentar o descontentamento dos soldados contra os oficiais e aproveitar o primeiro momento psicológico favorável para libertar as tropas de seus comandos e levá-las a Paris para se juntar ao povo. Teria sido fácil fazer isso, até os apoiadores de Thiers confessarem”.

Mas sem derrotar totalmente seu exército, essa fuga se transformou em um recuo, de modo que seu relançamento posterior contra a Comuna seria apoiado pela burguesia alemã representada por Bismarck. Já em 6 de abril Marx explica (Marx, 1871, p. 608, Carta a Wilhelm Liebknecht):

Parece que os parisienses sucumbem. A culpa é deles, mas uma culpa que responde de fato a uma grande honestidade. O Comitê Central primeiro, e depois a Comuna, deram a esse abominável aborto chamado Thiers o tempo necessário para poder concentrar as forças inimigas; 1º recusando-se totalmente a abrir a guerra civil, como se Thiers já não a tivesse aberto ao tentar desarmar Paris à força, como se a Assembleia Nacional, competente apenas para decidir sobre a guerra ou a paz com os prussianos, não tivesse declarado imediatamente guerra à República; 2º para não se oporem à aparência de ser um poder usurpador, perderam um tempo precioso na eleição da Comuna, cuja organização etc., exigia tempo (deviam ter marchado imediatamente sobre Versalhes, após a derrota (Place Vendôme) dos reacionários em Paris.

Engels insiste neste ponto: “deveria ter partido em Versalhes, quando ainda estava fraco, mas a oportunidade foi desperdiçada e agora parecia que os versalhenses estavam no topo e os parisienses estavam recuando” (Marx, 1871, p. 551, “Discurso sobre a Comuna de Paris na sessão do Conselho Geral da IWA”, 11 de abril de 1871). A luta de classes não admite tréguas, por definição. Consequentemente, qualquer episódio apresentado como uma trégua significa, na verdade, um retrocesso, que pode ser fatal. Essa foi a renúncia da Comuna em completar a tarefa de tomar o poder; a resignação materializou-se ao permitir o rearmamento do exército de Thiers, o exército do Estado da classe dominante, a poucos quilômetros de Paris.

Juntamente com esta grave limitação, que acabará por ser decisiva, há outra ação comunal desastrosa: a recusa de assumir o Banco da França para controlar toda a sua base monetária, impedindo assim a sua utilização pelo governo de Thiers. O governador do Banco da França sob esse governo, Rouland, foge para Versalhes em 23 de março, deixando o vice-governador, o Marquês De Ploeuc, e o resto da administração a cargo do Banco. Em 30 de março, a Comuna elege Beslay para o Banco da França. No entanto, De Ploeuc o convenceu no dia anterior de que seu status seria de delegado, não de governador. Em 3 de abril, foi publicada no *Journal Officiel* a ordem de dissolução do batalhão do Banco e sua integração na Guarda Nacional, mas não foi cumprida. Em 6 de abril, Beslay avisa De Ploeuc para se esconder, porque ele poderia ser acusado de suas práticas contra a Comuna. Em 12 de maio, Beslay impede o ataque ao Banco. Em 20 de maio, o

vice-governador ordena que todos os objetos de valor sejam levados ao porão e o acesso bloqueado.

O que tudo isso significa? Simplesmente, que a Comuna desistiu de usar uma vantagem tão importante quanto dispor dos fundos que o Banco entesourou.

A Comuna não via os verdadeiros reféns que tinha debaixo do nariz: o Banco, o Registro Civil, o Fundo de Depósitos e Consignações, etc. Quando poderia agarrar Versalhes em seu ponto fraco e caçoar de sua experiência e de seus canhões sem expor um único homem, apenas obrigando-os a se comprometer ou morrer [...] (Lissagaray, 1876, pp. 248-249).

O Banco foi até autorizado a continuar financiando o governo de Versalhes, e extensivamente: a Comuna recebeu apenas 16,7 milhões de francos no total (9,4 milhões de ativos em conta e 7,3 milhões emprestados), quando o Banco:

Disponha de uma quantia de setenta e sete milhões em moeda e cento e sessenta e seis milhões em letras, uma carteira de títulos de oitocentos e noventa e nove milhões, garantias de cento e vinte milhões, barras de onze milhões, joias depositadas de sete milhões e títulos depositados de novecentos milhões; ou seja, cerca de dois bilhões e cento e oitenta milhões no total. Oitocentos milhões em contas que estavam apenas esperando o carimbo para sair do caixa. A Comuna tinha, portanto, cerca de três bilhões em mãos, dos quais mil seriam em dinheiro (Lissagaray, 1876, p. 249).

Enquanto isso, o governo Thiers recebeu 315 milhões das 74 agências do Banco da França (Beisson: 2012)<sup>7</sup>.

A coisa mais difícil de entender é, sem dúvida, o santo temor com que aqueles homens se postaram respeitosamente na soleira do Banco da França. Este foi também um erro político muito grave. O Banco da França nas mãos da Comuna valeria mais de dez mil reféns. Teria significado a pressão de toda a burguesia francesa sobre o governo de Versalhes para negociar a paz com a Comuna (Engels, 1891).

E de fato é difícil de entender:

Os eleitos em 26 de março não ousaram fazer nada disso. O Comitê Central cometera um grande erro ao deixar o exército de Versalhes partir, mas o da Comuna era cem vezes maior. Todas as insurreições sérias começaram

---

<sup>7</sup> Enquanto a Comuna obtinha apenas o suficiente para sobreviver, o Banco da França concedeu a Versalhes um empréstimo de 257.630.000 francos em efeitos sacados para lutar contra Paris (Lissagaray, 1876, p. 283).

medindo o nervo do inimigo, isto é, seu botim. O conselho da Comuna foi o único governo revolucionário que se recusou a fazer tal coisa. Aboliu o orçamento do culto público, que estava em Versalhes, e ficou extasiado diante dos despojos da alta burguesia que tinha a seus pés (Lissagaray, 1876, p. 249).

Mas tem uma explicação. A experiência da Comuna não é totalmente espontânea, mas também não se baseia em uma organização política refinada, com um programa claro. Nele convergem diferentes classes sociais, apesar de a classe trabalhadora ocupar um lugar central. E dentro dela, existem diferentes orientações:

É mais assombroso o acerto de muitas das coisas que foram feitas, apesar de a Comuna ser formada por proudhonistas e blanquistas. De fato, cabe aos proudhonianos a principal responsabilidade pelos decretos econômicos da Comuna, tanto em seus méritos quanto em seus defeitos; os blanquistas são os principais responsáveis pelos atos e omissões políticas. E, em ambos os casos, a ironia da história queria —como costuma acontecer quando o poder cai nas mãos dos doutrinários— que ambos fizessem o contrário do que prescrevia a doutrina de sua respectiva escola (Engels, 1891).

Todos desconsideraram a importância do controle do Banco, assim como subestimaram a questão militar, que acabou sendo decisiva. A gestão desastrosa destas duas questões pela Comuna enfraqueceu-a seriamente nos domínios econômico e militar, que estava ligado a um isolamento considerável. Embora a Comuna tenha gerado uma importante onda de choque em outras cidades francesas nas quais Comunas foram proclamadas entre 22 e 25 de março (Lyon, Saint-Etienne, Le Creusot, Marselha, Narbonne e Toulouse), em 28 de março só se mantinham em Marselha e Narbonne. A Internacional, na qual Marx ocupa um lugar de destaque, estava ciente do que estava em jogo não apenas para a classe trabalhadora parisiense e francesa em geral, mas também em escala internacional. É por isso que ele desenvolve uma intervenção que tem como foco a própria Paris, mas vai além. No entanto, sua capacidade é limitada.

A burguesia francesa compreende a gravidade da situação e outras burguesias também, particularmente a alemã, pois a Comuna, como processo de emancipação da classe trabalhadora, ameaça sua dominação. Como age a burguesia alemã? Em 10 de maio de 1871, foi assinado o Tratado de Frankfurt pelo qual o Império Alemão impôs à França, entre outras coisas além de ratificar o Tratado de Versalhes de 26 de fevereiro, a cessão de território (Lorena e parte da Alsácia e Vosges), bem como um pagamento de cinco bilhões de francos para retirar suas tropas de ocupação do território francês. A relevância

deste pagamento para a Alemanha é inquestionável, assim como suas implicações:

Parece-me que a Comuna perde muito tempo com ninharias e disputas pessoais. Vê-se que há nela outras influências além daquelas dos trabalhadores. A situação não seriam tão perigosa se vocês tivessem tempo para recuperar o tempo perdido.

Imploraram a Bismarck para adiar o vencimento da primeira parcela até que Paris seja ocupada. Bismarck aceitou esta condição. E, como a própria Prússia precisa desesperadamente de dinheiro, ela dará a Versalhes todas as facilidades possíveis para a ocupação de Paris. Então vocês devem estar em guarda! (Marx, 1871, p. 612).

Para o acordo de Bismarck com Thiers, a Comuna era um obstáculo. Mas a ajuda do Império Alemão à burguesia francesa, representada pelo governo de Versalhes, não se deveu apenas a isso: a posição competitiva de uma burguesia é indiscutivelmente crucial, mas ainda mais é sua própria existência como classe. E era precisamente isso que ameaçava a experiência comunal parisiense, pelo possível efeito de imitação que acarretava para a classe operária alemã, cujos laços com os franceses eram estreitos, como havia se expressado frente à guerra, organizadamente como duas seções da Internacional.

Thiers viu-se, portanto, forçado a reunir às pressas uma multidão heterogênea, composta de marinheiros, fuzileiros navais, sabichões papais, guardas de Valentin e guardas municipais e *mouchards* [confidentes] de Pietri. Mas este exército teria sido ridiculamente ineficaz sem a incorporação dos prisioneiros de guerra imperiais que Bismarck foi entregando ao longo do tempo em número suficiente para manter viva a guerra civil e manter o governo de Versalhes na abjeta dependência em relação a Prússia [...] os federados convenceram Thiers de que seu gênio estratégico e as baionetas à sua disposição não eram suficientes para vencer a resistência de Paris (Marx, 1871).

A Comuna é esmagada militarmente e a brutalidade da repressão que se segue e a hostilidade com que é exercida dão uma boa ideia não só do caráter moral de seus perpetradores, mas também da vergonha alcançada pela burguesia como classe social; em particular a francesa, suposta herdeira da Revolução de 92 anos antes mas que, na realidade, era coveira de tudo o que significava progresso (Lissagaray, 1876, pp. 461-546):

O heroísmo abnegado com que a população de Paris — homens, mulheres e crianças — lutou durante oito dias após a entrada dos versalhenses na cidade, reflete a grandeza de sua causa, pois as ações infernais da solda-

desca refletem o espírito inato dessa civilização da qual é o braço vingador e mercenário. Gloriosa civilização esta, cujo grande problema é saber se livrar das pilhas de cadáveres feitas por ela depois que a batalha cessou! (Marx, 1871).

A devastação foi gigantesca:

Quase 30.000 parisienses foram mortos pelos soldados rebeldes; cerca de 45.000 foram presos e muitos deles executados posteriormente; milhares foram exilados ou condenados a trabalhos forçados. No total, Paris perdeu quase 100.000 de seus filhos, entre eles os melhores trabalhadores de todos os ofícios (Lênin, 1911).

A isto junta-se a queima e destruição de mais de duzentos edifícios e monumentos históricos e todo o sofrimento ligado a uma repressão que se baseia na vigência da lei marcial por cinco anos, as mais de treze mil sentenças de morte em tribunal de guerra, inclusive crianças, cadáveres expostos na rua, etc.

É o resultado da vulnerabilidade da Comuna, que enfrenta nas piores condições a luta final que culmina na “semana sangrenta”: sua posição militar enfraquecida diante da opção feita em março e sua base econômica enfraquecida pela renúncia ao avanço mais firme no campo econômico, em particular o total controle da base monetária do Banco da França.

Voltamos à pergunta: por que a Comuna realiza essas duas renúncias, militar e econômica, cujo resultado é fatal? A Comuna é um processo revolucionário, acumulado durante meses, mas cujo gatilho é improvisado. Nela, apesar do lugar de destaque da classe trabalhadora, também participam outras classes subalternas (como artesãos ou setores da pequena burguesia). Mas, além disso, o grau de organização da classe trabalhadora é limitado e parte daqueles com referências são blanquistas e proudhonistas, ou seja, ultra-esquerdistas e conciliadores, respectivamente. Por caminhos relativamente diferentes, ambos convergem em parar diante da propriedade, em não questioná-la até as últimas consequências. Assim, o setor organizado com uma compreensão apurada da situação está praticamente limitado aos adeptos da Internacional.

Um contraponto é oferecido pela experiência soviética, na qual ambas as alavancas, a militar e a monetária, não são descartadas, mas, ao contrário, faz desaparecer completamente o Estado burguês. Por que é possível neste caso? A trajetória do ano de 1917, de fevereiro a outubro, oferece a explicação: em fevereiro a classe trabalhadora e o campesinato já tomaram o poder, mas a maioria reformista nos órgãos da frente única que eram os soviets (mencheviques e socialistas

revolucionários) permitiu que o poder conquistado fosse colocado nas mãos de um governo provisório que nada mais era do que a antiga representação da dominação da minoria com uma leve maquiagem. No entanto, em outubro, com maioria bolchevique nos soviets, a insurreição do dia 25 deu origem a um Estado que rompeu completamente com o anterior.

Neste ponto, a variável tempo aparece novamente. Todo o processo da Comuna, desde a tomada do poder em 18 de março até a derrota militar final em 28 de maio, dura 72 dias. Diante de tamanha falta de tempo, era essencial utilizar todas as armas ao seu alcance. O período mencionado na Rússia é caracterizado por uma situação de duplo poder (governo provisório e soviets), em que a preferência por um ou outro seria uma questão de como a luta de classes se desenvolveria. Que essa, do ponto de vista da classe explorada, tenha tido sucesso não foi resultado do acaso, mas da ação consciente de sua organização política revolucionária, o partido bolchevique.

Em tempos como os atuais, em que o capital promove sistematicamente a pressão antipartidária, obviamente funcional à sua dominação, vale ressaltar a natureza essencial do partido, como a representação política da classe dominada, para que possa atuar conscientemente até o fim.

O partido operário — o real — não é um instrumento de manobras parlamentares, é a experiência acumulada e organizada do proletariado. Somente com a ajuda do partido, que se baseia em toda a sua história passada, que prevê teoricamente a direção que os acontecimentos tomarão, suas etapas e define as linhas precisas de ação, o proletariado pode libertar-se da necessidade de reiniciar constantemente sua história: suas dúvidas, sua indecisão, seus erros. Ao proletariado de Paris faltava tal partido [...] aos combatentes de 1871 não faltava heroísmo. O que lhes faltava era clareza de método e uma organização e liderança centralizada. Por isso foram derrotados (Trotsky, 1921).

A luta de classes não é algo ideológico, embora também se expresse nesse campo, mas seu conteúdo é material, o que se exacerba em contextos revolucionários definidos pelo próprio questionamento da dominação de classe. Por isso, não há possibilidade de trégua: a melhor defesa em 18 de março seria um bom ataque. A única maneira de preservar o que foi conquistado era expandi-lo, lutar por sua expansão. A compreensão desse princípio elementar e a consequente ação com ele só pode ser fruto da ação consciente da classe, que tem uma representação política fiel a ela e que, portanto, está disposta a ir até o fim; que é totalmente revolucionária.

No caso da Comuna, isso teria ocorrido apoiando as conquistas que iam se verificando, com as importantes medidas mencionadas e muitas outras. O que leva tempo, que só poderia ser alcançada com uma liderança muito mais atenta ao processo e com uma base de apoio muito maior do que uma única cidade, tão importante quanto foi Paris, e que sem dúvida era. As limitações de uma experiência municipal só poderiam ter sido superadas com tal liderança, cuja ausência permite entender por que a Comuna foi esmagada militarmente.

### **CONCLUSÕES: ENSINAMENTOS DA COMUNA**

Um processo histórico ocorrido há um século e meio pode fornecer lições para a luta atual para abrir uma saída para a grave situação social? Nos processos sociais nada acontece por acaso. O desenvolvimento da sociedade obedece a leis no âmbito das quais agem os sujeitos que a dirigem. O motor da história é, literalmente, a luta de classes. A noção de revolução permanente refere-se justamente à forma como essa luta se desenrola, de forma ininterrupta e que não se detém nas fronteiras nacionais, visto que a relação social que é o capital tem se desdobrado internacionalmente, moldando a economia mundial.

Por todas essas razões, indubitavelmente, é possível obter lições valiosas para hoje, a partir de uma experiência como a da Comuna de Paris, independentemente de quando ela ocorreu. Porque não se trata de buscar receitas aplicáveis em todos os momentos, de forma idêntica, mas do que traz uma experiência revolucionária, na qual, portanto, os determinantes da reprodução social, a luta de classes, se revelam de maneira muito mais limpa, nítida.

A partir daí, uma primeira lição pode ser identificada: há uma alternativa. Diante da resignação proposta por aqueles que jogam o jogo do imperialismo, admitindo apenas alguns remendos que já nem são mais possíveis, a Comuna revela que existe uma alternativa ao único cenário que oferece à sobrevivência do capitalismo, que é uma crescente barbárie. Assim, além dos aspectos particulares da experiência parisiense, o mais relevante é sua própria existência e as possibilidades que ela abre:

— Não se trata desta ou daquela questão tática secundária, mas da capacidade de ação do proletariado, sua força para agir, sua vontade de tomar o poder, do socialismo como tal. Nisso, Lenin, Trotsky e seus amigos foram os primeiros, os que abriram o caminho como exemplo para o proletariado mundial; eles ainda são os únicos, até agora, que podem gritar com Hutten: “Eu ousei!” (Luxemburgo, 1917)<sup>8</sup>.

---

8 Preparado na prisão, com informações muito limitadas, Luxemburgo aceitou a sugestão de seus camaradas de não publicá-lo. No entanto, seu executor, Paul Levi,

A Comuna de Paris revela o poder do povo em armas e o protagonismo que ocupa nele na classe trabalhadora, em oposição a abordagens que tentam diluir o conteúdo de classe da experiência da Comuna, apresentando-a como uma questão de cidadania parisiense (da qual Thiers e seus colegas obviamente também fizeram parte). Não são os cidadãos que estão se levantando, mas os oprimidos da cidade de Paris, que também têm laços com os oprimidos em toda a França, assim como em outros países europeus e muito além.

A ruptura com o Estado burguês que é a expressão institucional da dominação capitalista, evidencia as possibilidades de uma organização social alternativa, na qual se pode encaminhar efetivamente a solução dos problemas sociais. Ao mesmo tempo, também mostra os limites de uma ruptura que não é total, que constitui um novo Estado, mas coexiste de fato com a sobrevivência da burguesia e, por isso mesmo, sem ter todas as alavancas possíveis e sem se livrar da ameaça de que mais cedo ou mais tarde se manifestará em agressão, em guerra civil, *de facto* já em curso desde o início da Comuna. Em outras palavras, diante de qualquer ilusão conciliadora, bem como diante de qualquer ilusão reformista ou autonomista, a experiência da comuna parisiense destaca inequivocamente a necessidade da destruição do Estado burguês e sua substituição por um novo Estado, que institucionalmente expresse a expropriação dos expropriadores do trabalho alheio: “a Comuna mostrou, sobretudo, que ‘a classe trabalhadora não pode limitar-se a tomar posse da máquina estatal tal como ela é e usá-la para seus próprios fins’” (Marx e Engels, 1872, “Prefácio à edição alemã do Manifesto do Partido Comunista”), o que implica decisões importantes, sobre as quais essa experiência lança luz sobre uma questão central, como organizar “o governo dos produtores pelos produtores”:

Naturalmente, a Comuna de Paris serviria de modelo para todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido o regime da Comuna em Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado deveria ceder também nas províncias ao governo dos produtores pelos produtores. No breve esboço da organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, afirma-se claramente que a Comuna deveria ser a forma política que assumiria até mesmo a menor aldeia do país e que nos distri-

---

acabou retornando ao SPD e decidiu trair sua decisão. Apesar de tudo, o mais importante do texto é justamente o que este parágrafo reúne: que os bolcheviques ousaram. Curiosamente, Luxemburgo nasceu em 5 de março de 1871. Mas como Zamosç pertencia ao império russo e estava sujeito à influência perniciosa das superstições religiosas, ainda era governado pelo calendário juliano e, portanto, estava 13 dias atrasado: então ela nasceu, precisamente, 18 de março de 1871.

tos rurais o exército permanente seria substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extraordinariamente curto. As comunas rurais de cada distrito administrariam seus assuntos coletivos por meio de uma assembleia de delegados na capital do distrito correspondente e essas assembleias, por sua vez, enviariam deputados à Assembleia Nacional de delegados em Paris, ficando entendido que todos os delegados seriam revogáveis em todos os momentos e estariam vinculados ao mandato imperativo (instruções) de seus constituintes. As poucas mas importantes funções que ainda restariam para um governo central não seriam suprimidas, como foi dito, distorcendo intencionalmente a verdade, mas seriam desempenhadas por agentes comunais e, portanto, estritamente responsáveis. Não se tratava de destruir a unidade da nação, mas, ao contrário, de organizá-la através de um regime comunal, tornando-a realidade destruindo o poder do Estado, que pretendia ser a encarnação dessa unidade, independente e situado acima da própria nação, em cujo corpo nada mais era do que uma excrescência parasitária (Marx, 1871).

Essas questões percorrem todo o processo e, de fato, ainda são relevantes. Diante deles, Marx identifica com precisão como orientar a situação para direcioná-la para a emancipação, sem qualquer consideração romântica ou idealista sobre o Estado:

Enquanto os órgãos puramente repressivos do antigo poder estatal tiveram que ser amputados, suas funções legítimas tiveram que ser arrancadas de uma autoridade que usurpou uma posição preeminente sobre a própria sociedade, afim de devolvê-la aos servidores responsáveis dessa sociedade. Em vez de decidir uma vez a cada três ou seis anos quais membros da classe dominante devem representar e esmagar o povo no parlamento, o sufrágio universal serviria ao povo organizado em comunas, como o sufrágio individual serve aos patrões que procuram trabalhadores e administradores para seus negócios. E é sabido que tanto as empresas quanto os indivíduos, quando se trata de negócios, geralmente sabem como colocar cada homem em sua posição de direito e, se cometerem algum erro, rapidamente corrigem seu erro. Por outro lado, nada poderia ser mais estranho ao espírito da Comuna do que substituir o sufrágio universal por uma investidura hierárquica (ibidem).

Como qualquer experiência de vida, sujeita aos altos e baixos da luta de classes, que inclui também os erros e as fraquezas que podem ocorrer, a Comuna também ajuda a identificar alguns muito importantes e, por conseguinte identificar qual o caminho seguir para evitá-los. É o caso, especialmente, da questão militar e da questão monetária e econômica em geral:

Dois erros estragaram os frutos da brilhante vitória. O proletariado parou no meio caminho: em vez de proceder à “expropriação dos expropriadores”,

começou a sonhar com a entronização da justiça suprema num país unido por uma tarefa comum a toda a nação; não tomou instituições como, por exemplo, o banco; as teorias dos proudhonianos de “troca justa”, etc., prevaleciam até mesmo entre os socialistas. O segundo erro consistiu na excessiva magnanimidade do proletariado: em vez de exterminar seus inimigos, como deveria ter feito, tentou influenciá-los moralmente, desconsiderando a importância das ações puramente militares na guerra civil e, em vez de coroar sua vitória em Paris com uma ofensiva resoluta sobre Versalhes, ela procrastinou e permitiu que o governo de Versalhes reunisse as forças reacionárias e se preparasse para a semana sangrenta de maio (Lênin, 1908).

Marx é abundante nisso, mas enquadrando-o em toda a experiência:

Não transferir a máquina burocrático-militar de uma mão para outra, como tem sido feito até agora, mas *destruí-la*, e esta é a condição prévia para qualquer verdadeira revolução popular no continente. Esse é também o compromisso de nossos heroicos camaradas de partido em Paris: que elasticidade, que iniciativa histórica, que capacidade de sacrifício, a desses parisienses! Depois de seis meses de fome e ruína, perseguidos pela traição de dentro ainda mais do que pelo inimigo de fora, eles se erguem sob as baionetas prussianas como se nunca tivesse havido uma guerra entre a França e a Alemanha e o inimigo não estivesse à sua porta. A história não conhece outro exemplo de tal grandeza (Marx, 1871, p. 609, “Carta a Ludwig Kugelmann”, 12 de abril).

Esse caráter exemplar se conecta com a questão já mencionada sobre o erro de simplificar a Comuna dizendo que foi derrotada. Porque, como Marx já explicou algumas semanas antes do esmagamento militar, “qualquer que seja o curso imediato que as coisas sigam, um novo ponto de partida de importância histórica universal foi conquistado” (Ibidem). Essa formulação define bem a perspectiva marxista, que entende a natureza contínua da luta de classes e sua dimensão global, em torno do que é proposto pela noção de revolução permanente, desde 1845. A ideia de derrota, e conseqüentemente de fracasso, supõe a alternativa de que ele poderia ter conseguido. Em que poderia ter consistido esse triunfo? No estabelecimento do socialismo? Obviamente isso só pode ser sustentado a partir da perspectiva interesseira de uma burocracia que busca se autolegitimar como a suposta guardiã de uma suposta sociedade já socialista (ou seja, em particular a burocracia stalinista e sua invenção de “socialismo em um só país”)<sup>9</sup>.

---

9 Um maior desenvolvimento sobre as possibilidades e dificuldades de um processo revolucionário, do ponto de vista da abertura e do avanço na transição para uma sociedade comunista, a partir da experiência soviética, pode ser visto em Arrizabaldo (2018, pp. 815-837).

Sem dúvida, a “semana sangrenta” que vai de 21 a 28 de maio foi uma batalha perdida e realmente importante. Mas Lênin não se equivoca ao afirmar o caráter imortal da Comuna, literalmente imortal, justamente por seu status de referência que jamais se perderá: “a causa da Comuna é a causa da revolução social, é a causa da completa emancipação política e econômica dos trabalhadores, é a causa do proletariado mundial. E neste sentido é imortal” (Lênin, 1911). Tampouco Marx estava errado quarenta anos antes, em 23 de maio de 1871, explicando o aparente paradoxo de que “se a Comuna for derrotada, isso não significará nada mais do que o prolongamento da luta [...]”. Porque os princípios da Comuna são eternos e não podem ser destruídos; eles vão irromper uma e outra vez até que a classe trabalhadora seja libertada” (Marx: 1871). Por sua condição de início, é um fio que conecta as diferentes experiências com reivindicações emancipatórias de todas as formas de opressão, ocorridas na história<sup>10</sup>. A Declaração ao povo francês, publicada pela Comuna em 19 de abril de 1871, é realmente eloquente:

A Revolução Comunal, iniciada por iniciativa popular em 18 de março, inaugura uma nova era de política experimental, positiva e científica.

É o fim do velho mundo governamental e clerical, do militarismo, da burocracia, da exploração, da especulação, dos monopólios, dos privilégios, ao qual o proletariado deve sua servidão, a pátria suas desgraças e seus desastres.

---

10 No próprio caso espanhol, a influência da Comuna é sentida imediatamente, na experiência cantonalista de 1873. Ver, por exemplo, Moissand, Jeanne (2021). Da Comuna de Paris ao cantonalismo popular espanhol, *Le Monde Diplomatique*, abril. Também em outros países da América Latina. Ou no Chile, onde no aniversário de 1905 da Comuna Recabarren, o histórico líder operário escreve: “eles buscavam a liberdade dos povos. A ‘Comuna’ proclamou o que nós, que nos chamamos homens livres, carregamos como um programa em nossos corações; proclamou o trabalho para todos como uma necessidade para a saúde física, produção e consumo em troca comum e livre pela ação livre dos homens [...] Nossos irmãos da França nos mostraram o caminho, gritemos com eles: glória! Comunque e seus mártires!” (Recabarren, 1905).

## BIBLIOGRAFIA

- Beisson, Georges (2012). *La Commune et la Banque de France*. Paris : Association des Amies et Amis de la Commune de Paris 1871. [www.commune1871.org/?La-Commune-et-la-Banque-de-France](http://www.commune1871.org/?La-Commune-et-la-Banque-de-France).
- Cavaterra, Éric (1998). *La Banque de France y la Commune de Paris (1871)*. Paris: L'Harmattan.
- Comuna de Paris (1995 [1871]). *Journal officiel de la Commune de Paris, La République française: l'imprimerie nationale* (facsimil publicado por Éditions Ressouvenance). [http://classiques.uqac.ca/classiques/commune\\_de\\_paris/Journal\\_officiel\\_Commune\\_de\\_Paris/Journal\\_officiel\\_Commune\\_de\\_Paris.html](http://classiques.uqac.ca/classiques/commune_de_paris/Journal_officiel_Commune_de_Paris/Journal_officiel_Commune_de_Paris.html).
- Engels, Friedrich (1988 [1891]). Introducción a “La guerra civil en Francia” de Karl Marx. Em: Marx, Karl e Engels, Friedrich, *La Internacional*. México: FCE.
- Lenin, V. (1908). *Enseñanzas de la Comuna*. [www.marxists.org/espanol/lenin/obras/1908/marzo/23.htm](http://www.marxists.org/espanol/lenin/obras/1908/marzo/23.htm).
- Lenin, V. (1911). *En memoria de la Comuna*. [www.marxists.org/espanol/lenin/obras/1910s/15-iv-11.htm](http://www.marxists.org/espanol/lenin/obras/1910s/15-iv-11.htm).
- Lissagaray, Prosper Olivier (2021 [1876]). *Historia de la Comuna de París de 1871*. Madrid: Capitán Swing.
- Marx, Karl (1988 [1871]). La guerra civil en Francia. Em: Marx, Karl e Engels, Friedrich, *La Internacional*. México: FCE.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich (1988 [1848]). *Manifiesto del partido comunista*. México: FCE.
- Michel, Louise (1978 [1898]). *La Commune*. Paris: Editions Stock.
- Recabarren, Luis Emilio (1905). 18 de março de 1871: Glória à Comuna! *El Proletario*. Tocopilla. <https://elpueblo.cl/2017/03/19/18-de-marzo-de-1871-gloria-a-la-commune>.
- Ruiz Galacho, Encarna (2001). La comuna de París y la doctrina marxista del Estado. *Laberinto*, 6. Universidad de Málaga.
- Trotsky, L. (1921). *Las lecciones de la Comuna*. [www.marxists.org/espanol/trotsky/1920s/1921\\_0204\\_1.htm](http://www.marxists.org/espanol/trotsky/1920s/1921_0204_1.htm).
- Trotsky (1928). *A Terceira Internacional depois de Lênin*. <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/eis/1929-3ra-internacional-depues-de-lenin.pdf>



# OS CONFLITOS INTERNOS NAS EMPRESAS DO RAMO DE ENERGIA, GÁS E ÁGUA NA CATALUNHA REVOLUCIONÁRIA

(AGOSTO E SETEMBRO DE 1936)

Igor Pasquini Pomini

A GUERRA CIVIL ESPANHOLA foi um conflito que ocorreu entre 1936 e 1939, terminando com a vitória de Franco e o início de uma ditadura que perduraria até sua morte, na década de 1970. Durante a vigência do conflito, houve também uma revolução social caracterizada pela tomada dos meios de produção e sua gestão levada a cabo de forma direta pelos trabalhadores, cuja administração era entregue a um comitê de empresa. Seu funcionamento era mais ou menos assim<sup>1</sup>: os trabalhadores realizavam uma assembleia na empresa — ou em várias cedes da mesma empresa — e decidiam pela coletivização — termo usado na época para descrever a empresa sob gestão dos trabalhadores, sendo hoje muito mais comum a palavra “autogestão” —, o que poderia ser levado a cabo imediatamente. Um comitê de empresa então era eleito pelos trabalhadores em assembleia, assumindo a gestão da entidade e podendo ser destituído a qualquer momento. Também poderiam ser formadas seções de ramo dentro da empresa, ou seja, cada segmento dentro de uma mesma entidade poderia ter seus órgãos de gestão, suas assembleias etc.

---

1 A forma de gestão das empresas era bastante diversa, a depender do ramo, da localidade, do tamanho, de sua relação com o mercado internacional etc.

Uma das características desta autogestão era a participação ativa de trabalhadores oriundos dos sindicatos, embora nem sempre contassem com o apoio de seus dirigentes. O principal sindicato espanhol da época era a CNT<sup>2</sup>, cujos membros atuaram em maior número nos processos de autogestão do que os integrantes da outra grande e importante central sindical, a UGT<sup>3</sup>. No entanto, ambos participaram dos processos de coletivização e chegaram mesmo a existir coletividades formadas por ambos os sindicatos, embora a convivência entre os dois setores nem sempre tenha sido harmônica.

Um dos ramos que fora coletivizado foi o do setor de energia, gás e água, a respeito do qual abordaremos de forma mais próxima com o intuito de mostrar suas dificuldades, êxitos e contradições. Dessa maneira, como é a proposta da obra a qual este texto está inserido, poderemos lançar luz sobre a experiência concreta dos trabalhadores em sua luta pela emancipação do trabalho.

## 1. O RAMO DE ENERGIA, GÁS E ÁGUA EM AGOSTO DE 1936

### 1.1

Antes de iniciarmos a questão propriamente dita, vale salientar que, nesta época, ao menos na Catalunha, havia uma série de empresas que provinham serviços de energia, água e gás e, muitas vezes, forneciam mais do que um tipo, motivo pelo qual estes ramos eram entrelaçados.

Já no dia 13 de agosto de 1936 — o golpe militar havia começado no Marrocos em 17 de julho — o periódico *Solidaridad Obrera*<sup>4</sup> falou sobre a coletivização do setor, em uma reportagem em que entrevistou pessoas do Sindicato Regional da Catalunha de Luz e Força. Segundo o jornal, “[...] nuestra industria esta clasificada en dos aspectos: control e incautación” (*El control obrero...*, 1936, p. 6). As do primeiro grupo<sup>5</sup> contavam com a participação de três organizações: CNT,

---

2 Confederação Nacional do Trabalho. Confederação sindical de tendência anarquista e sindicalista revolucionária.

3 União Geral dos Trabalhadores. Central sindical de tendência socialista e um importante sindicato no período.

4 O *Solidaridad Obrera* é o periódico da CNT catalã e, na época da guerra civil, era um dos principais jornais da Espanha.

5 Empresas controladas eram as que permaneciam como uma propriedade privada, mas que um comitê de controle eleito pelos trabalhadores — tal como o comitê de empresa nas empresas coletivizadas — “fiscalizava” as decisões ou, em alguns casos, até participava de alguma forma nas decisões a serem tomadas. Uma empresa controlada pressupõe uma ausência de soberania dos trabalhadores em relação à gestão da mesma, estando mais próximo de uma cogestão do que da autogestão. No entanto, em muitas empresas, a formação de um comitê de controle foi o primeiro passo para o controle total da empresa, convertendo assim o controle operário em autogestão. Já empresa *incautada*, aqui, está sendo usado como sinônimo de auto-

CADCI e FT, e controlavam cerca de 15.000 trabalhadores em toda a Catalunha, enquanto as do segundo grupo eram formadas apenas pela CNT e tinham cerca de 1.160 trabalhadores. Salientou ainda que, nas empresas controladas,

[...] hay en estudio la rebaja del precio de la electricidad em general; la cuestión de los depósitos de contadores; implantación de la jornada de 36 horas semanales, que absorberá un contingente importante de parados. [...] Actualmente, trabajamos cuarenta y cuatro horas semanales para no aumentar las dificultades del grave momento actual (El control obrero..., 1936, p. 6).

Já nas empresas que se encontravam em autogestão, conforme o entrevistado, “[...] hemos puesto en vigor la jornada de 36 horas. También la igualdad máxima de salarios, con arreglo a la técnica de moralización, que es norme de esta hora solemne, están podados y bien podados” (El control obrero..., 1936, p. 6). O Solidaridad Obrera também conversou com elementos técnicos. Segundo estes, na Catalunha, naquele momento, eram produzidos quatrocentos mil cavalos de força, que serviam tanto para a força motriz de fábricas e oficinas quanto para iluminação geral, ao que se somavam oitenta mil cavalos de força que ficavam na reserva e a milhares que estavam nas mãos do setor privado. O consumo de energia naquele íterim era de setecentos e noventa milhões de quilowatts/hora por ano, o que, para o entrevistado, gerava um superávit, embora variasse bastante sua quantidade. Os ingressos do setor eram de 13 milhões de pesetas, e os gastos não eram possíveis de serem precisados porque o processo de controle estava começando, mas “[...] esta industria es enormemente próspera y que ofrece en sí las mejores perspectivas” (El control obrero..., 1936, p. 6). Quanto às expectativas futuras, quando o entrevistador perguntou sobre as possibilidades da Catalunha em relação ao aumento da oferta de energia, o entrevistado se apresentou otimista:

Las posibilidades en este aumento que tú señalas, son muchas y variadas. Aparte las cifras de caballos-fuerza que te he dicho, podemos en Cataluña, por la enorme reserva hidráulica de la región, elevar la producción en unos doscientos mil caballos más, lo que nos es ninguna fantasía (El control obrero..., 1936, p. 6).

Dois dias depois, em 15 de agosto, o mesmo Solidaridad Obrera publicou outra reportagem sobre o ramo, desta vez abordando a Com-

---

gestão. *Incautación* era o termo usado para descrever o ato da tomada de posse da empresa, ou seja, sua coletivização.

panhia Geral de Águas e Gás Lebón, e que pode ser considerada uma continuação da matéria de dois dias atrás. O escrito afirmou que esta empresa era “[...] una de las más fuertes y poderosas de España” (La Compañía..., 1936, p. 4), com um capital de cerca de 150.749.143 pesetas. Salientou ainda que, além de Barcelona, a empresa prestava serviços em Granada, Málaga, Valência, San Fernando e Santander, mas as cifras que a reportagem citou se referiam apenas à Barcelona. Primeiro, somente a CNT havia se apoderado das águas de Barcelona, não contando então com a ajuda de outras organizações. A partir da próxima segunda-feira — o jornal havia sido publicado no sábado — se estabeleceria a jornada semanal de 36 horas, “[...] lo que permitirá el absorbimiento de una cantidad de 105 obreros, los cuales antes trabajaban por cuenta de un contratista, que los tenía en interinidad completa” (La Compañía..., 1936, p. 4). Além disso, segundo o Soli — apelido do periódico Solidaridad Obrera —, foram colocadas em prática as bases de trabalho que haviam sido apresentadas à empresa, dentre os quais estavam “[...] el sueldo completo en caso de enfermedad, accidente, invalidez, retiro, con un total de un 80 por 100 del sueldo, y pensiones, en caso de defunción, a los familiares” (La Compañía..., 1936, p. 4). A empresa teria condição de bancar essas melhoras, conforme a reportagem, uma vez que, no ano de 1935, o lucro havia sido de cerca de 7.508.254 pesetas — um ingresso de 18.749.134 e despesas na casa de 11.240.879 —, embora esse número não seja o total, e sim uma pequena parte. Quanto aos planos futuros, foi falado que se pretendia baixar o preço da água quando a situação se normalizasse — não podemos esquecer que a Espanha atravessava uma guerra civil bastante custosa, tanto em termos humanos quanto em termos econômicos —, buscando assim mudar a situação dos espanhóis, pois o país era um dos que menos consumia água. A reportagem foi finalizada da seguinte forma: “El 19 de julio, ha muerto la España sucia de los frailes y curas, que han considerado siempre el agua como un pecado, pero... no para ellos, puesto que todos tenían cuartos de baño de gran lujo” (La Compañía..., 1936, p. 4).

Quatro dias depois, houve uma reunião do Comitê Central de Controle Operário da Indústria do Gás e Eletricidade (Reunión — Comité Central, 1936), embora não se tenha feito grandes debates, concentrando-se mais em questões administrativas como pagamentos de seguros, de médicos e outras faturas. Uma menção importante foi a contratação definitiva de todos os trabalhadores da Cooperativa de Fluido Eléctrico que estavam há pelo menos um ano em serviço, sendo que os outros deveriam esperar o novo contrato de trabalho, que regularia a contratação definitiva com apenas três meses de casa. Outra alusão foi o estudo que iria se fazer para que as jornadas que haviam

sido descontadas durante os acontecimentos de outubro de 1934<sup>6</sup> fossem pagas.

## 1.2

No dia 22 de agosto, houve nova reunião do Comitê Central (Reunión — Comité Central, 1936). Aqui se discutiu algumas questões, como o fato de o Sindicato dos Técnicos ter passado à CNT e a contratação definitiva de pessoas que estavam trabalhando antes de 19 de julho, embora as principais discussões, novamente, tenham ocorrido em torno de questões administrativas. No dia 26, houve outra reunião. Desta vez, foram aprovadas uma série de questões sobre o funcionamento da empresa. Em primeiro lugar, salientou-se que os membros do Comitê Central Operário de Gás e Eletricidade, se “[...] el trabajo lo permite, salvo casos excepcionales, se trabajarán las horas normales de los otros compañeros de los Gremios que están en talleres y Oficinas” (Reunión — Comité Central, 1936, p. 1). Além disso, em relação aos assuntos sindicais, falou-se claramente:

No se podrá hablar de asuntos Sindicales, ni recibir otras visitas que las del Comités Locales, cuyas peticiones presentarán por escrito, y no será dada ninguna solución, ni particular ni de Sección que no haya sido expuesta y aprobada en el Pleno. Las visitas que se realicen fuera del Local Central, ya sea a Organismos Oficiales, entidades o particulares, serán anunciadas previamente por escrito al Pleno para su conocimiento. Se procurará que dichas visitas sean realizadas por la tarde. Todos los documentos han de encabezarse por la Sección correspondiente y visarse por los miembros componentes de la misma (Reunión — Comité Central, 1936, p. 1).

Isso queria dizer que o Comitê da Empresa se sobrepunha ao sindicato dentro de seus domínios, ou seja, a autonomia da empresa em relação aos sindicatos deveria ser respeitada, além de salientar que as petições deveriam ser entregues por escrito e que nenhuma resposta seria dada sem antes passar pela assembleia. Ademais, salientou que os assuntos que

[...] hayan de ser tratados en reunión, sean de la classe que fueran, si afectaran a varias Secciones tendrán que asistir como mínimo, un miembro de cada una de ellas, y si tan solo se trata de asunto de una Sección tendrán que asistir dos de la misma (Reunión — Comité Central, 1936, p. 2).

---

6 Em outubro de 1934, ocorreram uma série de greves e movimentações insurrecionais, especialmente nas Astúrias e na Catalunha, cuja derrota resultou em uma ofensiva patronal contra os trabalhadores.

A reunião ainda acertou que seria designado um técnico em contabilidade para cada uma das companhias — Riegos y Fuerza del Ebro, Catalana de Gas y Electricidad e Cooperativa de Fluido Eléctrico —, evidenciando que se deveria comunicar ao comitê de cada uma dessas empresas para que elas elegessem as pessoas que deveriam ocupar tal posição, recomendando que fossem indivíduos de confiança. Após a leitura de um estudo para a redução do preço do quilowatt, decidiu-se que a discussão não poderia continuar até que fossem obtidos certos dados e, então, a reunião foi encerrada.

Em 29 de agosto, o Solidaridad Obrera destacou que o Sindicato Único Regional de Luz e Força comunicou que “[...] desde hoy quedan incautadas y bajo la dirección de los obreros, las industrias de agua, gas y electricidad de Cataluña, lo que publicamos para conocimiento de la organización confederal y de la opinión pública” (Los Obreros de..., 1936, p. 4). No dia seguinte, o mesmo Solidaridad Obrera publicou a ata de expropriação do setor:

Los miembros del Comité Central del Control Obrero de las Empresas de Gas y Electricidad de Cataluña, debidamente autorizados por las Asociaciones obreras que representan (C.N.T. y U.G.T.) y apoyados por el sentir unánime de todo el personal empleado en las mismas, más la opinión del pueblo de Cataluña, que continúan defendiendo con las armas el derecho a sus libertades políticas y económicas. Reunidos en el local social de la organización y ante el representante de la misma don proceden: A la incautación, primer paso necesario para la nacionalización de dicha explotación y sus organizaciones controlantes anexas y filiales, establecidas en territorio nacional, necesaria en los momentos gravísimos por que atravesamos, controlando así TOTALMENTE su marcha ECONOMICA e INDUSTRIAL, dejando para el momento oportuno la discusión de los intereses que puedan creerse lesionados por esta incautación. Y para que conste sellan este acta en Barcelona y en el día de la fecha arriba indicada. Firmado por: Unión Eléctrica de Cataluña, E. E. Cretchley; Catalana Gas y Electricidad, R. Margarit; Cooperativa Fluido Eléctrico, M. Lozoya. Barcelona, 28 de agosto 1936 (A Los Comités..., 1936, p. 12).

Também no dia 29 de agosto, ocorreu uma nova reunião do Comitê de Controle. Menassanch falou sobre a conveniência de se fazer um estudo sobre a forma como deveriam ser abertas as contas nos bancos em razão da nova situação criada pela *incautación* das diferentes empresas de água, gás e eletricidade, o que foi aceito. Francês leu uma carta — e que foi aprovada — em que recomendava reduzir gastos, que fosse feita uma relação detalhada de todos os anúncios e sistemas de propaganda que estavam em vigor, selecionando os que seriam convenientes conservar e os que deveriam ser suprimidos. Fernandez fez alusão à redução do preço do gás solicitado para a Catalunha,

manifestando que “[...] dicha Empresa hace presente que de llevarse a cabo la reducción quedará perjudicada gravísimamente” (Reunión — Comité Central, 1936, p. 1). Apesar disso, estavam sendo levados a cabo estudos que poderiam redundar na diminuição dos preços. Cantó ressaltou que em folha de pagamento confidencial constavam vários chefes estrangeiros que estavam ausentes, perguntando qual providência deveria ser tomada em relação a isso. Foi respondido que nada poderia ser feito até que tivesse passado o prazo assinalado em uma das circulares que tratava da *incautación*. E, encerrando a reunião, Francês falou da necessidade de se fazer viagens às Centrais de Cooperativa, já que existiam alguns negócios de pequenos concessionários que estavam abandonados e era conveniente que fossem *incautados*.

Em 31 de agosto, aconteceu uma nova reunião do Comitê. Naquele momento, Cantó deu conta de que em uma rua havia ingressado 24 empregados sem que tivessem a solicitação do Comitê, motivo pelo qual se decidiu acudir às Juntas Sindicais para obter uma explicação sobre o ocorrido e para que tratassem de organizar os futuros ingressos. Cantó também manifestou que em uma certa garagem foi retirado um carro por determinação do Comitê da Rua Calabria, com o intuito de se fazer uma viagem de três dias. Acordou-se que, antes de exigir responsabilidade por tal ato, que fora feito sem autorização, se deveria aguardar o regresso do veículo e fazer comparecer ante este Comitê o condutor do mesmo, para que esclareça o que aconteceu. Já Rios trouxe da “invasão” — assim qualificou a ata da reunião — de alguns camponeses à propriedade da “Catalana” em Hospitalet. Assim, conforme os trabalhadores tinham anunciado, eles buscaram cobrar pelas jornadas de trabalho um valor de 700 pesetas, quantidade que lhes foi negada, afirmando-lhes que “[...] al hecho de dedicar a cultivo aquel campo por su cuenta no les autoriza al cobro que pretendian y que por nadie les fué encargado ni autorizado” (Reunión — Comité Central, 1936, p. 1). Rios ainda afirmou que foi colocada uma placa na propriedade em questão, fazendo constar o ato de expropriação, e propugnou para que com a máxima rapidez fosse feito o mesmo em quantas propriedades das empresas pudessem surgir conflitos como este. E, encerrando a reunião, Menassanch leu uma carta circular dirigida aos Subcomitês Centrais de Controle rogando que se levasse a cabo o estudo, do ponto de vista econômico e jurídico, para o melhoramento dos serviços.

## **2. O RAMO DE ENERGIA, GÁS E ÁGUA EM SETEMBRO E INÍCIO DE OUTUBRO DE 1936**

### **2.1**

O mês de setembro começou com uma nova reunião do Comitê Central logo no primeiro dia. Na referida reunião, foi exposta a anorma-

lidade na entrada do novo pessoal, mas não se deu uma explicação satisfatória para a questão. Representantes de Archs e Villanueva enfatizaram que seriam eles quem se deslocariam até Seira para pagar os soldos e acertar a expropriação de alguns negócios elétricos. E como, apesar de terem lhes informado que as negociações iniciais de tal expropriação haviam sido começadas por membros deste Comitê Central, persistiram em ser eles quem levariam a cabo as citadas negociações, então o Comitê considerou que teve sua autoridade intervinda e, como consequência, decidiu renunciar coletivamente em favor da Junta Central da CNT e da UGT, redatando a seguinte carta:

Este Comité Central, en vista de las diferentes cuestiones planteadas y que dada una resolución que cree es la más acertada, es rectificadora o desvirtuada por acuerdos de las Asambleas de vuestras organizaciones, haciendo estéril nuestra labor, renuncia a continuar su labor de Comité Central, poniendo a vuestra disposición todos los asuntos pendientes, rogándoos a tal fin, os presentéis en este local, Plaza de Cataluña, nº 22, 3º, a las 17 horas del día de hoy (Reunión — Comité Central, 1936, p. 1).

Pouco mais de duas semanas depois, em 17 de setembro, no período da manhã, houve nova reunião do Comitê Central de Controle Operário do Gás e da Eletricidade. Esta começou com Cantó indagando se os trabalhadores, quando seu salário aumentava em virtude da mudança de cargo dentro da empresa, deveriam ter o desconto de 50% em seu primeiro mês, acordando-se de modo unânime que sim. Gil então falou da petição que recebeu dos trabalhadores declarados excedentes por terem atualmente cargos em organismos oficiais ou derivados das presentes circunstâncias, solicitando que eles fossem mantidos contratados para não perderem os direitos, como o de aposentadoria, sendo aprovada a dita petição. Falou-se também sobre as contribuições para com as milícias antifascistas. Conforme a ata da reunião, a CNT havia acordado recentemente em assembleia a aporção de 5% por parte do pessoal, enquanto a UGT, em um acordo, havia acertado que a contribuição seria escalonada, partindo de 3% e aumentando na medida que o soldo da pessoa fosse maior. As opiniões foram diversas, existindo pessoas que achavam que a contribuição de 5% deveria permanecer e outras pensando que era um valor muito alto. Ainda havia a questão dos trabalhadores mercantis, que estavam sujeitos ao imposto de utilidades, o que não havia entre os trabalhadores manuais. Menassanch criticou Quera, que havia defendido o acordo da UGT, salientando que ele intensificava o trabalho no setor de pagamentos por conta dos cálculos individuais que tal medida implicava. García defendeu a proposta da CNT. Quera expôs que o acordo da CNT poderia ser considerado revogado em parte, uma vez

que reunidas as respectivas Juntas concordaram que o desconto de 5% aplicado, no geral, era excessivo em alguns casos. Por isso, teria sido criada a escala cuja aplicação ele defendia, já que

[...] le interesa hacer constar con el fin de que no se confunda su insistencia con rivalidad sindical, que en un principio U.G.T. convino en que el referido descuento no excediera de un día de haber, y añade que le interesa significar también que si C.N.T. rectificó un parte su acuerdo, U.G.T. hizo lo propio (Reunión — Comité Central, 1936, p. 2).

Chegou-se a propor que cada trabalhador tivesse descontado de seus ganhos o que sua respectiva organização propunha, mas tal medida foi considerada inaplicável e provocaria divergências que não deveriam existir, acordando-se que neste mês seriam os sindicatos quem cuidariam das respectivas aportações, deixando suspensas as ordens de desconto nos salários. Menassanch deu conta do acordo tomado pela CNT para que fossem retirados seus representantes do Conselho de Economia devido alguns decretos publicados no *Butlletí Oficial de la Generalitat de Catalunya*<sup>7</sup>, pois estimava que tais representantes fariam um triste papel neste organismo. Fort falou da visita de uma comissão da prefeitura e, depois de mais algumas falas, a reunião foi encerrada.

No dia seguinte, 18 de setembro, o próprio Comitê Central de Controle Operário de Gás e Eletricidade publicou no *Solidaridad Obrera* uma resposta ao que considerou uma informação tendenciosa. Segundo o Comitê, o jornal francês *Le Jour* publicou um comunicado que dizia que extremistas catalães haviam se apropriado do caixa de uma fábrica inglesa à maneira de gangsters. Em conformidade com o referido periódico, o diretor em Barcelona das Companhias de Electricidad, Riegos y Fuerza del Ebro — que fornecia energia elétrica para toda a Catalunha e boa parte da Espanha —, Sr. Fraser Lawton, havia passado para Londres via Perpiñán, na França, e salientou que ia relatar o ocorrido após 19 de julho a seu conselho de administração. A filial barcelonesa havia sido ocupada por sindicalistas, que se apoderaram de um milhão e meio de pesetas, além de terem pedido ao referido senhor mais uma quantidade de dinheiro, mas ele lhes negou assinar o cheque. Então, a Generalitat de Catalunya ordenou que o banco pagasse a quantia, mesmo sem a assinatura. Assim, Lawton decidiu sair de Barcelona com sua família, assegurando também o repatriamento dos estrangeiros da fábrica, e queria o ressarcimento

---

7 Generalitat de Catalunya, ou Generalidad de Cataluña, em espanhol, é o nome que se dá ao governo autônomo da Catalunha.

por danos e prejuízos. Passada a versão do periódico francês, o Comitê mencionou a sua. Afirmou que Lawton mentia ao lançar uma notícia tendenciosa, e que o que ocorreu havia sido o seguinte: dia 28 de agosto o Comitê Central de Controle Operário de Gás e Eletricidade da Catalunha, referendado pela CNT e pela UGT, expropriou todas as empresas do ramo, dentre elas a Riegos y Fuerza del Ebro. Para o Comitê, a expropriação levava consigo, naturalmente, os fundos procedentes da arrecadação, para continuar atendendo à exploração e manutenção do serviço. Os fundos, que representavam a arrecadação diária efetuada até o dia 12 de setembro, somavam um milhão e meio de pesetas, que foram depositados em um banco. Em relação à quantidade solicitada a Lawton, que era de cerca de 410 mil pesetas, tinha a finalidade de pagar os impostos de importação, transporte e custo de uma partida de materiais destinadas às obras de Flix, em Tarragona, sem o qual era impossível continuar os trabalhos. Foi requisitado que Lawton assinasse o cheque, mas, diante de sua negativa, o Comitê Central Operário aprovou dito livramento, e foi apoiado pelo delegado da Generalitat de Catalunya dentro do referido Comitê. E, então, o Comitê denunciou:

[...] el señor Lawton se ha olvidado decir, quizás involuntariamente, o por lo menos el corresponsal no lo ha recogido en su información, que durante varios días después del 19 de julio, estuvo enviando cantidades en libras esterlinas por mediación de la valija diplomática del cónsul inglés en esta capital, cuyo movimiento no ha aparecido en los libros de contabilidad de la ex Empresa; y que, igualmente, dos o tres días antes de su partida retiró, sin la debida justificación, del The Royal Bank of Canada, de esta plaza, 3.515,05 pesetas, que se negó a devolver, alegando que carecía de dinero, al ser requerido para ello por el interventor de la Generalidad en dicho banco, a instancia del Comité Central Obrero. Por otra parte, y en lo referencia a la filiación inglesa de la repetida ex Empresa, resulta que, según documentos fehacientes, esta se constituyó con un capital de 2.500,000 de dólares, que fueron aportados totalmente por un grupo bancario netamente catalán, de lo cual se desprende claramente que el sector extranjero no aportó otra cosa que su colaboración personal, tan menguada, por cierto, que actualmente, sin ella, se desenvuelve el negocio dentro de sus verdaderos cauces y bajo un ambiente que ofrece más amplias y halagüeñas perspectivas. Eso es todo cuanto debemos y tenemos que decir en contestación al suelto de referencia, sin perjuicio de que más adelante, si fuera preciso y lo considerásemos conveniente, demos más amplios detalles sobre el particular (El Comité Central..., 1936, p. 10).

## 2.2

Em 19 de setembro, aconteceu uma nova reunião do Comitê Central de Controle. Na ocasião, discutiu-se sobre questões comerciais, ven-

das e demais atividades corriqueiras. No entanto, em um determinado momento da reunião, foi afirmado que a situação atual da empresa era muito difícil

[...] por los egoísmos particulares y aparte de lo sensible que resulta tener que luchar con acuerdos de Organizaciones diferentes, por lo que ponen a la disposición del Comité Central sus cargos en todo momento, puesto que ellos no quieren crearse dificultades (Reunión — Comité Central, 1936, p. 5).

Assim, falou-se abertamente, em uma importante reunião, que os conflitos resultantes de acordos divergentes tomados pelas diferentes centrais sindicais acabavam prejudicando a boa marcha da empresa, motivo pelo qual o Comitê Central acabava se colocando como demissionário, como já vimos anteriormente.

Dez dias depois, em 29 de setembro de 1936, ocorreram duas reuniões, uma realizada pela manhã e outra no período noturno. Na reunião da manhã, discutiu-se uma série de questões. Uma delas tinha relação com os salários. Gil ressaltou que existiam diferenças salariais e de jornada entre os trabalhadores da empresa SECE e os da Riegos, motivo pelo qual os primeiros pediam que fosse implementada a equiparação, iniciando-se, então, uma discussão sobre a questão. Francês, por exemplo, salientou que “[...] si los servicios han sido unificados, también deben serlo los sueldos de los compañeros de las diferentes ex-empresas” (Reunión del Pleno..., 1936, p. 1). No entanto, García afirmou que “[...] hay un acuerdo de las organizaciones de que en estos momentos no se hable de salarios ni de horas de trabajo, y estima que esos aumentos no se deben hacer hasta nueva orden” (Reunión del Pleno..., 1936, p. 1). A discussão, então, prosseguiu. Alguns entendiam que tal procedimento não se tratava de aumento salarial, e sim de equiparação com os demais, enquanto outros diziam que isso configuraria sim um aumento de salários, o que então iria contra o acordado entre as duas organizações sindicais. Gil, por exemplo, tinha a primeira posição, salientando que quando a SECE foi refundada, ela passou a fazer parte dos Serviços Elétricos da Catalunha, e seus trabalhadores recebiam um salário inferior, “[...] y si unificamos las empresas y han de prestar el mismo trabajo que los de Riegos y Catalana, también ha de unificar los sueldos” (Reunión del Pleno..., 1936, p. 2). García disse que também existiam diferenças em relação aos outros trabalhadores, e que nelas não se tocava. Gil então respondeu que havia um contrato de trabalho em vigor e que, enquanto não existisse outro, ele continuaria sendo válido. Falou-se também das diferenças de jornada entre os trabalhadores, com alguns

gozando um expediente de 36 horas semanais e outros de 40 horas. A discussão foi interrompida para que se falasse de outros assuntos, como a questão dos seguros contra acidentes de trabalho e, então, retornou-se à questão da unificação ou não dos soldos e jornadas. Novamente, foi reivindicado um acordo entre os dois sindicatos que ia no sentido de se proibir aumentos salariais neste momento, enquanto os outros afirmavam que não se tratava de aumento salarial, e sim de unificação, e que inclusive isso já havia sido feito em outros setores da economia coletivizada. García, por exemplo, salientou que via isso como um aumento de salários, assim como “[...] se debe dejar a los respectivos Sindicatos, porque nosotros no somos nadie para hacerlo” (Reunión del Pleno..., 1936, p. 10). Outros não viam dessa maneira, e achavam que o Comitê tinha certa autonomia. Larrarte falou que as “[...] orientaciones vienen de abajo, las directrices las marcan los Sindicatos y nosotros las damos carácter ejecutivo, y entiende que esta es nuestra misión” (Reunión del Pleno..., 1936, p. 11). No entanto, ao final da reunião, decidiu-se pela convocação das Juntas Centrais dos sindicatos para o próximo encontro, que seria realizado ainda neste mesmo dia, no período noturno.

Na verdade, o pano de fundo dessa discussão era qual o grau de autonomia a empresa deveria ter em relação às centrais sindicais: a companhia seria autônoma para decidir por si só sobre as escalas dos salários — e das horas de trabalho — de seus trabalhadores ou, ao contrário, ela deveria estar submetida às organizações sindicais e seus acordos?

A reunião do período noturno, conforme salientado no período da manhã, ocorreu com a presença de um membro da CNT e outro da UGT. Algumas questões foram debatidas, mas a principal era a continuidade da discussão da reunião da manhã, que tinha relação com a unificação dos salários de empresas distintas que haviam formado o novo conglomerado coletivo. A discussão tomou ares de disputas entre os sindicatos, pois, algumas vezes, foi passada a ideia de que esta fricção era, na verdade, uma disputa entre CNT — a qual estava sendo ligada aos trabalhadores da SECE — e UGT, embora várias vezes, inclusive na plenária da manhã, se tenha falado que não se tratava de uma disputa sindical, e sim de justiça. Vários presentes na reunião da manhã repetiram seus argumentos para defenderem suas posições. Ao final, acabou por ser aprovada a proposta de Menassanch, a qual todos os trabalhadores dos serviços unificados teriam direito de receber seu aumento conforme os acordos das organizações — CNT e UGT —, ou seja, “[...] que si se acuerda la unificación dentro de quince días o un mes, que tengan efectos retroactivos” (Reunión del Pleno..., 1936, p. 8).

### 2.3

Em 5 de outubro, aconteceram mais duas novas reuniões. Na primeira delas, realizada no período da manhã, Gil iniciou afirmando que a CNT havia acordado trabalhar 44 horas e não fazer festa no dia 6 de outubro — aniversário da Revolução de 1934 —, enquanto a UGT havia acordado trabalhar 38 horas e não laborar no dia 6 de outubro, salientando que era de se lamentar que “[...] no haya habido un acuerdo entre las dos organizaciones sindicales” (Reunión del Pleno..., 1936, p. 1), rogando então que se chegasse a um pacto. Com isso, iniciou-se uma discussão sobre a questão. Destacaram-se muitas falas ao longo de tal discussão, algumas lamentando a falta de unidade, como foi o caso de Menassanch, salientando este que era

[...] una verdadera lástima [...] que no se pongan de acuerdo en cuestiones fundamentales, conforme, pero que no se pongan de acuerdo en asuntos que estamos aquí controlando y que afectan la economía, se dirá que el Comité de Control ha fracasado, [...] y precisamente esto es lo que hemos de evitar (Reunión del Pleno..., 1936, p. 2).

À colocação de Menassanch, Cantó enfatizou que isso só ocorria neste ramo, bem como que, no setor têxtil, os dois sindicatos haviam chegado a um acordo. Prosseguiu-se, então, com um debate sobre as relações que deveriam ser estabelecidas entre o dito Comitê e as juntas dos sindicatos, inclusive, chegando-se a frisar que era impossível

[...] en cosas fundamentales llegar a un acuerdo, porque la ideología y la táctica sindical de una y otra son opuestas y vuestro Sindicato dirá, con arreglo a su táctica, que acuerda esto y nosotros no podemos ligar las cosas, porque ellas mismo empiezan por no poderla ligar y ha de haber un espíritu de transacción. Nosotros, el otro día, llegamos a una transacción (Reunión del Pleno..., 1936, pp. 1-2).

Ao final, acabou por ser aprovado o seguinte acordo:

Previo acuerdo entre las organizaciones CNT y UGT sobre cualquier orientación, esta será sometida a estudio del Comité Central de C.O.<sup>8</sup> para que proceda a estudiar su relación técnica-administrativa en nuestro ramo, y una vez recaiga acuerdo en el C.C.C.O.<sup>9</sup> será tramitado a las organizaciones para ulterior resolución que será luego comunicada al C.C.C.O. para su ejecución. Sin embargo, el C.C.C.O. podrá tomar acuerdos en problemas de carácter administrativo, sometiéndolos luego a la consideración de las

---

8 Controle Operário.

9 Comitê Central de Controle Operário.

organizaciones, con informe de tallado de la necesidad del acuerdo. Si no existe acuerdo entre las organizaciones no podrá ser aplicada la orientación motivo de la deliberación, más si esta afectase a normas de trabajo, seguirá aplicándose de acuerdo con lo legislado con carácter general o particular en nuestro ramo (Reunión del Pleno..., 1936, p. 10).

No mesmo dia, aconteceu uma nova reunião do Comitê, dessa vez no período noturno e novamente com a presença de membros das Juntas dos sindicatos. A referida reunião iniciou com a leitura do texto extraído do encontro da manhã, pedindo as considerações dos representantes da CNT e da UGT. Menassanch, então, fez a seguinte fala:

La necesidad de esta Proposición ha sido motivada por una serie de acuerdos que han tomado las Organizaciones que da la casualidad que son contrarios unos de otros. Resulta casi siempre un empate. Si las dos Organizaciones no están entre sí de acuerdo, el C.C.C.O. tampoco lo está. No podemos decir a nuestros compañeros de trabajo que cada cual hace lo que quiere. El C.C.C.O. tiene que dar una norma general en todos los asuntos y no a medias tintas. En el caso concreto de la fiesta de mañana, la UGT ha acordado sea fiesta, La Generalidad de Cataluña ha ordenado lo mismo, y la CNT se ha pronunciado en contra de su celebración. Por radio ha sido dada la noticia de la fiesta de mañana. El personal continúa insistiendo en sus preguntas de si es o no fiesta mañana. Esto da una sensación deprimente a todos nuestros compañeros de trabajo. Si no se llega a un acuerdo entre las dos asociaciones obreras que influyen en este C.C.C.O. en este y en cuantos problemas análogos se presenten, vamos derechos a un fracaso rotundo de nuestra misión. No hay duda de que, si llegamos al fracaso, existirá siempre la excusa de que ha sido por culpa de la actuación del C.C.C.O. Si hay éxito, se lo adjudicará la CNT o la UGT. Si hay una falta será inculpada al C.C.C.O. sin que este pueda defenderse antes las dos sindicales. Hemos creído conveniente reunirnos todos a fin de meditar sobre este importante problema de principio y con un elevado y bien meditado razonamiento, encontrar la oportuna solución. La labor del C.C.C.O. es más bien administrativa, mejor dicho, ejecutiva de las orientaciones dadas por las Sindicales. Si estas orientaciones no vienen de acuerdo por parte de las dos Sindicales, comprenderéis que el C.C.C.O. no puede hacer nada. Sobre todos estos problemas pesa la responsabilidad de las Organizaciones obreras. Pensad que en estos momentos decisivos todo el mundo capitalista está siguiendo con suma atención todo lo que hacemos los obreros. No podemos decir a nuestros compañeros que hemos fracasado, sino que estamos todos a la altura de las presentes difíciles circunstancias. Si no hacemos esto, vale más que lo dejemos todo (Reunión del Pleno..., 1936, pp. 1-2).

A fala de Menassanch gerou um debate, e ao final se aprovou a inclusão do seguinte parágrafo ao texto retirado na reunião da manhã: “Una vez recaiga acuerdo sobre lo anterior, el C.C.C.O. solicita la sufi-

ciente autoridad para obligar a los Comités locales a cumplir y hacer cumplir todo lo que se refiera al mismo” (Reunión del Pleno..., 1936, p. 4). Menassanch, então, bradou:

En algunas centrales, después de marcharse los extranjeros, nos hemos encontrado con algunas dificultades para hacernos cargo de los servicios técnicos. Los Comités Locales han mostrado cierta intransigencia al escogerse las personas adecuadas para sustituir a los técnicos extranjeros. De cuatro casos planteados, solo han transigido en uno. En los otros tres su intransigencia fue manifiesta, a pesar de nuestras conminaciones y advertencias sobre la importancia de los servicios técnicos de que se trataba. No pudimos convencerles. Este es un grave defecto que todos tenemos estar interesados para que no se repita. No sabemos, de seguir así, hasta dónde llegaremos. Esto puede tomar tal importancia que corremos el riesgo de abocarnos a una indisciplina sindical. No tenemos que perder de vista que las dos Organizaciones tenían un cierto número de asociados que ha quedado aumentado considerablemente. Este crecido número de compañeros pesan en la balanza y es posible que se sientan más papistas que el Papa, e incluso más extremistas en sus apreciaciones que los antiguos correligionarios. Podemos muy bien quedar arrastrados por estos nuevos elementos. Esta es una cuestión que tenemos que examinarla con sumo cuidado. Tenemos que investigar con celo de dónde en realidad provienen estas sugerencias, que al convertirse en acuerdos, pueden hacernos naufragar. En una palabra, hay que exigir a los Comités locales el estricto cumplimiento de todos nuestros acuerdos que den las Juntas de las Organizaciones (Reunión del Pleno..., 1936, p. 4).

O Presidente da reunião concordou com Menassanch e passou a discutir outros assuntos, como a mudança do nome da empresa e as festividades do dia seguinte. Com isso, o encontro foi encerrado.

### 3. CONCLUSÕES

Todas as reuniões e reportagens apresentadas no presente ensaio sobre o setor de energia, gás e água demonstram um pouco as dificuldades do processo de coletivização iniciado com a Revolução Espanhola, e que não eram exclusivas deste ramo. No caso que tratamos, a coletivização nasceu a partir de um setor bastante fragmentado, com várias empresas diferentes fornecendo serviços de grande importância para a economia e para a própria reprodução da vida. Mas essa coletivização formada a partir de um setor tão fracionado implicou diversas dificuldades adicionais. Uma delas tinha relação com a unificação de salários, jornadas, procedimentos administrativos etc., em um contexto de guerra civil em larga escala e de grande contenção de recursos, o que acabou por gerar conflitos dentro das empresas.

Por outro lado, foram registrados também determinados conflitos que tinham origem “externa” às empresas coletivizadas, como era o caso da relação das mesmas com os sindicatos. Vimos nas reuniões uma série de rugas entre sindicatos e comitês de empresa, sendo “vencidos” ora por um, ora por outro, chegando-se mesmo ao ponto do Comitê se demitir coletivamente em favor das organizações sindicais. O pano de fundo dessa questão era o grau de autonomia das empresas: elas se bastariam a si mesmas ou deveriam estar submissas aos sindicatos em algum grau? Qual? A questão da unificação dos salários também fazia parte desta problemática, uma vez que a discussão era se a empresa, por si só, poderia ou não se sobrepor a um acordo entre as organizações sindicais ou se, ao contrário, estas se justapunham à autonomia das empresas. Tal disputa esteve presente em todo o período revolucionário, e nunca se chegou a uma fórmula final.

Outra questão importante a ser ressaltada são os conflitos que existiram entre os trabalhadores e a gestão das empresas coletivizadas, que continuaram existindo, como ficou bastante patente na reunião de 31 de agosto, quando alguns camponeses “invadiram” a propriedade da Catalana em Hospitalet. Em outros setores isso foi resolvido com a destituição do comitê de empresa, seguindo os mecanismos de democracia direta, mas aqui não temos notícias sobre isso, embora tenhamos o caso do comitê que se demitiu.

Também podemos perceber a diferença existente no ânimo entre os meses de agosto e setembro/outubro, na medida em que no primeiro mês havia uma grande confiança na expansão dos serviços ofertados, nas melhorias em relação às condições de trabalho, às remunerações dos trabalhadores e no futuro geral do setor, como pode ser visto nas declarações feitas neste período, enquanto em setembro/outubro havia grandes problemas a se resolver e os conflitos internos estavam se avolumando, sendo estes potencializados por divergências originárias na divisão do movimento sindical espanhol, e que passou a ser alvo de críticas dos membros dos comitês.

Os conflitos aqui elencados acabariam por se intensificar ainda mais conforme o desenrolar da guerra civil e do processo revolucionário, culminando em contradições que acabariam por gerar distúrbios dentro do próprio campo que comumente se qualifica como “republicano”, estando na origem até mesmo das chamadas Jornadas de Maio de 1937, mas cuja análise já é uma questão que escapa ao escopo deste trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

- A los Comités locales y a todos los compañeros de Luz e Fuerza de Cataluña (1936, agosto 30). *Solidaridad Obrera*, 1366, p. 12.
- Amorós, M. (2003). *La Revolución Traicionada: La verdadera historia de Balius y Los Amigos de Durruti*. Barcelona: Virus.
- Baró, A. P. (1974). *30 Meses de Colectivismo en Cataluña (1936-1939)*. Barcelona: Ariel.
- Bernecker, W. L. (1982). *Colectividades y Revolución Social: el Anarquismo en la Guerra Civil Española, 1936-1939*. Barcelona: Crítica.
- Besnard, P (1931). *Los Sindicatos Obreros y la Revolución Social*. Barcelona: Ediciones de la C.N.T.
- Broué, P. (1973). *A Revolução Espanhola (1931-1939)*. São Paulo: Perspectiva.
- Duran, A. C. (1996). *El Proceso Estatizador en la Experiencia Colectivista Catalana (1936-1939)*. Salamanca: Madre Tierra.
- Duran, A. C. (2006). *La transformación colectivista en la industria y los servicios de Catalunya 1936-1939*. Viento Sur. <https://vientosur.info/la-transformacion-colectivista-en-la-industria-y-los-servicios-de-catalunya/>
- El Comité Central de control obrero de Gas y Electricidad sale al paso de una información tendenciosa (1936, setembro 18). *Solidaridad Obrera*, 1382, p. 10.
- El control obrero en las industrias eléctricas y gas e industrias incautadas. Proyectos y realizaciones. El estado actual de la producción eléctrica. Posibilidades en lo porvenir (1936, agosto 13). *Solidaridad Obrera*, 1351, p. 6.
- Guérin, D. (1968). *O Anarquismo: da Doutrina a Ação*. Rio de Janeiro: Germinal.
- Guérin, D. (1977). *Las Colectividades Campesinas*. Barcelona: Tusquets.
- Guillamón, A. (1996). *The Friends of Durruti Group: 1937-1939*. Edinburgh: Ak Press.
- Guillamón, A. (2007). *Barricadas en Barcelona. La CNT de la victoria de Julio de 1936 a la necesaria derrota de Mayo de 1937*. Espartaco Internacional.
- Guillamón, A. (2011). *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938)*. Barcelona: Aldarull.
- Guillamón, A. (2013). *La Revolución de los Comités: hambre y violencia en la Barcelona revolucionaria. De junio a diciembre de 1936*. Barcelona: Aldarull.

- Guillamón, A. (2014). *La Guerra del Pan: hambre y violencia en la Barcelona revolucionaria. De diciembre de 1936 a mayo de 1937*. Barcelona: Aldarull.
- Guillamón, A. (2015). *La Represión contra la CNT y los Revolucionarios: hambre y violencia en la Barcelona revolucionaria. De mayo a septiembre de 1937*. Barcelona: Aldarull.
- Guillén, A. (1988). *Economía Libertaria*. Bilbao: Fundación Anselmo Lorenzo.
- Guillén, A. (1990). *Economía Autogestionaria*. Madrid: Madre Tierra.
- Jackson, G. (1965). *A República Espanhola e a Guerra Civil*. La Compañía General de Aguas y Gas Lébon. C.N.T. Proyectos y realizaciones. El agua que se consume en Barcelona, y la que se podría consumir. Palabras finales (1936, agosto 15). *Solidaridad Obrera*, 1353, p. 4.
- Leval, G. (1977). *Colectividades Libertarias en España*. Madrid: Aguilera.
- López, C. B. (2009). La economía y la Guerra. *Pasado y Memoria*, 8, pp. 13-34. <https://doi.org/10.14198/pasado2009.8.02>
- Lorenzo, C. M (1972). *Los anarquistas españoles y el poder 1868-1969*. Paris: Ruedo Iberico.
- Los obreros de Luz y Fuerza se incautan de la industria de agua, gas y electricidad de Cataluña (1936, agosto 29). *Solidaridad Obrera*, 1365, p. 1.
- Mintz, F. (1977). *La Autogestión en la España Revolucionaria*. Madrid: La Piqueta.
- Mintz, F. (2011). *El problema del dinero durante la autogestión española 1936-1939*. Anarkismo.net. <http://www.anarkismo.net/article/19306>
- Muñis, G. (1960). *Os Sindicatos Contra a Revolução Social*. Velha Toutera. <http://comunism0.wordpress.com/os-sindicatos-contr-a-revolucao-social/>
- Nin, A. (1969). *A Guerra Civil na Espanha*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1969.
- Oliver, J. G. (1978). *El Eco de los Pasos*. Barcelona: Ruedo Ibérico.
- Paz, A. *O Povo em Armas: Buenaventura Durruti e o anarquismo espanhol*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Peirats, J. (1988). *La CNT en la Revolución Española*. Madrid: Ruedo Ibérico.
- Preston, P. (1984). *Revolución y Guerra en España 1931-1939*. Madrid: Alianza Editorial.

- Reunión — Comité Central (1936, agosto 19). *Ata da reunião realizada no dia 19 de agosto de 1936.*
- Reunión — Comité Central (1936, agosto 22). *Ata da reunião realizada no dia 22 de agosto de 1936.*
- Reunión — Comité Central (1936, agosto 26). *Ata da reunião realizada no dia 26 de agosto de 1936.*
- Reunión — Comité Central (1936, agosto 29). *Ata da reunião realizada no dia 29 de agosto de 1936.*
- Reunión — Comité Central (1936, agosto 31). *Ata da reunião realizada no dia 31 de agosto de 1936.*
- Reunión — Comité Central (1936, setembro 1). *Ata da reunião realizada no dia 1 de setembro de 1936.*
- Reunión — Comité Central (1936, setembro 17). *Ata da reunião realizada no dia 17 de setembro de 1936.*
- Reunión — Comité Central (1936, setembro 19). *Reunión del Pleno del Comité Central de Control, Celebrado en la Mañana del Día de Hoy, 19 septiembre 1936.*
- Reunión del Pleno del Comité Central de Control Obrero (1936, outubro 5). *Ata da reunião realizada no dia 5 de outubro de 1936 (manhã).*
- Reunión del Pleno del Comité Central de Control Obrero (1936, outubro 5). *Ata da reunião realizada no dia 5 de outubro de 1936 (noite).*
- Reunión del Pleno del Comité Central de Control Obrero (1936, setembro 29). *Ata da reunião realizada no dia 29 de setembro de 1936 (manhã).*
- Reunión del Pleno del Comité Central de Control Obrero (1936, setembro 29). *Ata da reunião realizada no dia 29 de setembro de 1936 (noite).*
- Richards, V. (1977). *Enseñanzas de la Revolución Española*. Madrid: Campo Abierto.
- Santillán, D. A. (1977). *El Anarquismo y la Revolución en España. Escritos 1930/38*. Madrid: Ayuso.
- Santillán, D. A. (1977). *Por Qué Perdimos la Guerra*. Barcelona: Virgen de Guadalupe.
- Santillán, D. A. (1980). *Organismo Econômico da Revolução: a autogestão na revolução espanhola*. São Paulo: Brasiliense.
- Souchy, A. (1977). *Entre los Campesinos de Aragón: el comunismo libertario en las comarcas liberadas*. Barcelona: Tusquets.
- Thomas, H. (1964). *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Torre, A. R. D. (2009). *Trabajan para la Eternidad: colectividades de trabajo y ayuda mutua durante la guerra civil en Aragón*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza.

Vilar, P. (1989). *A Guerra da Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

# O MODELO SUECO: LIMITES E CONTRADIÇÕES<sup>1</sup>

Mario Del Rosal

## INTRODUÇÃO

A Suécia é um caso peculiar no âmbito dos estudos sobre política econômica e desenvolvimento. Ainda que seja um país pequeno e pouco povoado, apesar de se localizar na periferia setentrional europeia e ainda que tenha sido durante grande parte de sua história um vizinho marginal das grandes potências continentais, conseguiu se converter no século XX no paradigma por antonomásia do projeto socialdemocrata reformista e em uma das economias capitalistas mais avançadas do mundo.

Neste texto vamos debulhar as características mais relevantes da estratégia de desenvolvimento econômico da Suécia ao longo dos dois últimos terços do século XX, período que, *grosso modo*, podemos identificar como de instauração e auge do chamado Modelo Sueco (Del Rosal, 2015; Hort, 2014; Lane, 1991; Misgeld, Molin e Åmark, 1992). A intenção é desvelar seus elementos essenciais, suas contradições e seus limites com uma perspectiva crítica e a partir do enfoque do método marxista.

---

1 Tradução de Igor Pasquini Pomini.

## O CONTEXTO ECONÔMICO

Para poder compreendermos adequadamente o Modelo Sueco, devemos situar primeiro as origens do capitalismo sueco e sua evolução. Com isso, compreenderemos melhor as razões pelas quais esta estratégia de desenvolvimento privilegiou determinados segmentos do capital e como o fez.

O modo de produção capitalista se converteu em dominante na economia sueca desde meados do século XIX e deu o salto definitivo para a transformação estrutural a partir da década de 1870. As condições básicas que permitiram a acumulação primitiva necessária para a implantação do capitalismo e seu posterior desenvolvimento foram as seguintes (Esping-Andersen, 1985; Fellman et al., 2008; Haug, 2004; Jörberg, 1965; Pipitone, 1994):

1. *Inserção comercial.* Já desde os anos trinta do século XIX, a produtividade agrícola experimentou uma mudança qualitativa que permitiu a obtenção de excedentes que provocaram o aumento da população e deram lugar a uma oferta exportadora crescente, sobretudo, de cereais. Por sua vez, as principais exportações suecas de matérias-primas — ferro, madeira e pasta de papel — desfrutaram de um enorme crescimento a partir da década de 1850. Graças a isso, foi a produção de bens de capital que acendeu a chama da indústria. Os produtos suecos baseavam sua competitividade exterior tanto na qualidade (especialmente, no caso do ferro) como em seus menores custos de produção, derivados de sua posição geográfica próxima ao centro nevrálgico do capitalismo europeu, de sua dotação de recursos naturais e de sua força de trabalho. Por outro lado, a subida dos preços internacionais das matérias-primas oferecidas pelo país durante a segunda metade do século XIX supôs um impulso extra para o desenvolvimento industrial ao melhorar notavelmente a relação real de intercâmbio. Assim, parece razoável afirmar que, em geral, a industrialização sueca reuniu as características de um processo de tipo *export-led*.
2. *Industrialização.* Na Suécia existia, desde o final do século XVI, uma ampla e crescente rede de artesãos e protocapitalistas que foram generalizando sistemas de produção e venda similares ao Kaufsystem e, posteriormente, ao Verlagssystem. Ao mesmo tempo, pequenas manufaturas rurais contribuíram em grande medida para a rápida expansão da produção mercantil, graças à generalização da divisão do trabalho e à criação de mercados. Estas unidades de produção foram transformando-se em empresas capitalistas orientadas ao comércio exterior junto da

intensa e pronta internacionalização, o que marcou profundamente tanto a forte competitividade do setor exportador como sua marcada diferença com as empresas de âmbito nacional e regional. Como consequência de sua crescente importância, estas indústrias, dedicadas em sua maior parte à extração e exploração de recursos naturais, à engenharia e à produção de bens de capital com um elevado componente tecnológico, têm exercido uma extraordinária liderança na economia sueca<sup>2</sup>. O resultado foi a construção de um tipo de capitalismo que alguns autores chamaram de fordismo “desarticulado” ou “peninsular”, onde a produção em massa estava destinada em sua maior parte à demanda exterior; enquanto o consumo interno dependia em grande medida das importações, que estão financiadas por exportações muito competitivas nas mãos de uns poucos capitais dominantes.

3. *Capitalização*. Além das proto-indústrias e das indústrias nascentes, a economia sueca contou em seus primórdios com o capital mercantil das grandes casas comerciais e, sobretudo, com os primórdios do capital financeiro, que se constituíram como bancos genuínos na década de 1870. Foi então quando começou a se desenvolver um verdadeiro sistema bancário e monetário, graças, dentre outras coisas, ao precoce nascimento do Banco Central da Suécia (1668), ao estabelecimento prematuro de uma lei bancária e à eliminação da regulação sobre taxa de juros. O desenvolvimento do setor foi muito rápido, o que permitiu que a Suécia tivesse um sistema financeiro eficiente e avançado já antes da Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, a massiva captação por parte do Estado de capital estrangeiro, sobretudo britânico, alemão e francês, permitiu estabelecer um fluxo de investimento massivo a certos setores, especialmente as infraestruturas como portos, ferrovias ou canais. Isso foi um impulso vital para o desenvolvimento, tanto por seus efeitos diretos, como a demanda de ferro e madeira, quanto pelos encadeamentos produtivos. Além disso, a entrada de capital privado alemão ou escocês em indústrias como a madeira ou a metalurgia foram fundamentais nesta etapa. Este processo de capitalização da economia coadjuvou ao domínio

---

2 Entre as empresas extrativas, destacam-se empresas históricas como Grängesberg, LKAB, SCA ou Stora Kopparberg, enquanto as empresas exportadoras de engenharia mais relevantes, cujo poder político foi determinante durante todo o século XX, eram Alfa Laval, ASEA, Atlas Copco, Electrolux, Ericsson, Saab, Scania, SKF e Volvo.

já comentado das grandes empresas exportadoras, facilitando sua concentração e centralização.

4. *Estado*. Desde a coroação de Gustav Vasa em 1523, data em que situa convencionalmente a fundação da Suécia moderna, até a aprovação do Instrumento de Governo em 1809, fato que marca o acordo seminal entre as elites medievais e a burguesia liberal, as sucessivas monarquias absolutistas dotaram o país de um aparato estatal poderoso e centralizado, sempre sensível às exigências de expansão territorial, liberalização mercantil e segurança jurídica da ascendente burguesia. É a partir de 1860 que toma forma a política econômica que perfilará a evolução do país até fins do século. Seus princípios se sustentam no típico liberalismo nacionalista da época surgido dos rescaldos do mercantilismo. Suas linhas básicas são duas: a eliminação das regulações que supõem um obstáculo para a liberdade de comércio, de empresa e de exploração capitalista (expropriação agrícola, abolição de grêmios, lei de responsabilidade limitada, etc.) e a criação de um Estado com um aparato burocrático potente nutrido por um sistema tributário eficaz ao serviço da acumulação capitalista.

Este cenário de acumulação primitiva e primário desenvolvimento permitiu à economia sueca chegar na virada do século com uma notável dotação de capital, com um processo de proletarização da força de trabalho muito avançado e com uma estrutura produtiva, comercial e financeira potente e sofisticada. A partir desse momento, as primeiras décadas do século XX supuseram uma etapa de grande crescimento das exportações, todo ele favorecido pela Primeira Guerra Mundial, em que a Suécia não participou, e que lhe forneceu grandes receitas graças à demanda de matérias-primas por parte dos países em conflito. Depois da grave crise econômica do início da década de 1920, o capitalismo sueco se recompôs rapidamente e assentou os mais avançados processos de produção estandardizada e mecanizada, aproveitando de novo o rearmamento das potências europeias até a década dos anos trinta, momento em que, além da letal crise econômica, se constituiu o primeiro dos muitos governos social democratas que iam dar forma à economia do país durante o resto do século.

### **O CONTEXTO LABORAL, SOCIAL, SINDICAL E POLÍTICO**

A força de trabalho na Suécia tomara o caminho definitivo para o assalariamento massivo nos anos quarenta do século XX. As condições laborais das primeiras etapas do capitalismo foram tão aterrorizantes quanto nos demais países, embora a emigração massiva e a evolução

dos diferentes setores tenham impedido uma pauperização radical da classe operária.

Este processo de proletarização foi acompanhado por um movimento operário que se mostrou muito ativo já desde os primórdios do capitalismo industrial. As primeiras greves massivas tiveram lugar em fins da década de 1870, e os primeiros sindicatos nasceram nos anos 80 com uma marcada influência da socialdemocracia alemã e do tradeunionismo britânico.

O sindicato sueco se caracterizou, já em seu início, por dois elementos chave: a centralização e a politização. Ambas as tendências deram pé em 1898 à fundação da Confederação de Sindicatos da Suécia (LO), a central sindical hegemônica no país e uma das mais fortes de todo o mundo. As taxas de afiliação sindical na Suécia, voltadas majoritariamente para a LO, foram as maiores da Europa desde a década dos anos trinta, com cifras superiores a 70 e 80% ao longo de muitos quinquênios (Fry, 1979; Galenson, 1998; Pfaff e Wikhäll, 1971; Valocchi, 1992). A LO foi rapidamente contestada por parte do capital com a criação em 1902 da Confederação Sueca de Empregadores (SAF). Ambas, a LO e a SAF, constituem, como veremos, os cimentos fundamentais em que se assenta a negociação coletiva centralizada sobre a qual se levanta o Modelo Sueco.

A vertente política e parlamentar do movimento operário foi muito precocemente monopolizada pela socialdemocracia reformista de inspiração germânica que acabaria dando lugar em 1889 à fundação do Partido Socialdemocrata da Suécia (SAP). Este partido tem desfrutado de uma hegemonia tão extraordinária ao longo do último século que tem vencido todas e cada uma das eleições gerais desde 1917 até as últimas eleições, celebradas em 2018. Graças a isso, tem formado um total de 24 governos, tanto sozinho quanto em coalisão, ao longo de 75 dos últimos 104 anos. Um feito inalcançável para nenhum outro partido político europeu (Castles, 1978; Gill, 1989; Korpi, 1978; Pontusson, 1994).

## **O PROJETO POLÍTICO DA SOCIAL DEMOCRACIA SUECA**

Ainda que a participação e a influência do SAP nos governos das duas primeiras décadas do século XX foi crescente, também foi muito problemática pela oposição direta dos partidos burgueses e da Coroa. Seria apenas nas eleições de 1932 que Per Albin Hasson, considerado o pai do socialismo reformista sueco, conseguiu formar o primeiro governo estável realmente socialdemocrata da história do país.

Foi neste ano crucial que o SAP definiu com clareza os dois elementos que configurariam seu projeto político durante as décadas seguintes: *Folkhem* e *Funktionsocialism*. Este novo rumo fecharia

definitivamente as portas às tímidas tendências revolucionárias anteriores dentro do partido e iniciaria toda uma história de acordos e coalisões com formações de centro-direita em uma linha política de marcado reformismo pragmático (Rehn, 1984, p. 138).

*Folkhem* significa “a casa do povo” e é um conceito político e social promovido e desenvolvido pelos principais líderes da socialdemocracia sueca até a década dos anos oitenta, desde Per Albin Hansson até Olof Palme. A ideia que dá forma a este conceito é a de “uma política desenhada para alcançar uma maior justiça social mantendo ou fomentando o funcionamento adequado do sistema capitalista, com a pretensão de melhorar a situação dos menos favorecidos e procurar um equilíbrio mais igualitário entre todos os cidadãos” (Del Rosal, 2015, p. 396). Se baseia numa visão harmônica da sociedade que ignora as contradições do modo de produção capitalista e que, portanto, assume uma concepção multiclassista da política, da economia e da sociedade, na qual não se propõe uma estratégia favorável a uma ou outra classe social, e sim da cidadania em geral (Berman, 2006; Gustafsson, 1995; Sjöberg, 2005; Tilton, 1991).

A proposta se baseia na pretensão de alcançar a democracia real, uma ideia segundo a qual é necessário superar três etapas sucessivas para alcançar sua verdadeira realização: a democracia política, a democracia social e a democracia econômica. Se entende que as três podem ser alcançadas sob o capitalismo: a primeira, mediante o sufrágio universal ativo e passivo; a segunda, por meio do desenvolvimento do Estado de bem-estar; a terceira, através de algum tipo de cogestão empresarial e de socialização dos lucros do capital (Korpi, 1983; Palme, 1976; Wigforss, 1924). Nenhum dos três casos implica a impugnação da ordem econômica e social capitalista estabelecida.

Este projeto político teria como núcleo central uma concepção muito particular da luta de classes que poderíamos chamar de *corporativismo liberal*. Trata-se de uma dinâmica estrutural de resolução de conflito de interesses no seio da sociedade capitalista em que se busca permanentemente o acordo e o consenso entre as classes e grupos através de duas vias claramente elitistas em que dominam os representantes dos distintos segmentos da sociedade: a negociação centralizada entre a LO e a SAF, por um lado, e os contatos contínuos e a portas fechadas entre o governo, os partidos políticos, os sindicatos e a patronal (Albåge, 1986; Esping-Andersen, 1990; Ryner, 2002).

Por sua parte, *Funkionssocialism* significa “socialismo funcional”, e sua pretensão é conseguir maximizar o bem-estar econômico para a maior parte da população e aliviar as crises e contradições do capitalismo mediante uma intervenção ativa do Estado, mas sem questionar as bases do sistema. Esta intervenção se basearia, funda-

mentalmente, em um tipo de planificação indicativa implementada por meio da regulação e da política fiscal. Trata-se, portanto, de uma proposta que não toca de nenhum modo nem na propriedade do capital nem em seu monopólio da gestão econômica, já que o SAP jamais pretendeu seriamente a nacionalização da economia ou nem sequer de seus *commanding heights*, nem nunca colocou em marcha uma estratégia séria de planificação econômica de longo prazo (Esping-Andersen, 1992; Jiménez Bermejo, 1969).

Mais concretamente, o *Funktionsocialism* emprega duas vias de política econômica complementares: por um lado, uma estratégia de estímulo da produtividade e da competitividade do capital exportador, baseada em uma política fiscal e monetária restritiva pensada para desenvolver os serviços públicos em um cenário de demanda agregada reprimida e inflação controlada. O objetivo final: altas taxas de crescimento, pleno emprego e baixa inflação, tudo isso sobre a base de uma estratégia de desenvolvimento orientada ao comércio exterior (Erixon, 2000; Rehn, 1987; Silverman, 1998; Stephens, 1995).

#### **A ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO MODELO SUECO ANTES DO MODELO REHN-MEIDNER**

As medidas de política econômica nos primeiros governos socialdemocratas seguiram uma estratégia de corte protokeynesiano amparada pelas teorias da Escola de Estocolmo e cristalizadas basicamente nas políticas fiscais anticíclicas. A chegada da Segunda Guerra Mundial forçou o governo a estabelecer uma economia altamente planificada, com controle sobre a produção, os preços e todo tipo de regulações sobre os mercados, ainda que sem nacionalizações. O resultado foi exitoso, já que conseguiu a máxima utilização dos recursos produtivos para servir à demanda bélica continental e evitou uma crise que arrasou o resto da Europa durante a segunda metade dos anos quarenta (Buendía, 2011; Erixon, 2010; Rehn, 1989).

Depois da guerra, o SAP flertou brevemente com um possível avanço na direção do socialismo. Assim, os socialdemocratas e a LO debateram e apresentaram em 1944 um Programa de Pós-Guerra baseado parcialmente nas medidas adotadas durante o conflito. Este projeto esteve liderado por figuras de grande influência, como o Ministro da Fazenda, Ernst Wigforss, o economista-chefe da LO, Gösta Rehn, e o determinado socializador e ministro de Segurança Social, Gustav Möller. A ideia era que, se o controle da economia por parte do Estado havia conseguido o pleno emprego durante a guerra, por que não deveria ser mantido em tempos de paz? Este programa supunha o máximo nível de intervenção estatal proposto pela socialdemocracia sueca e incluía a nacionalização da indústria bélica e parte dos ban-

cos e seguros, assim como a planificação centralizada de longo prazo da indústria, investimentos e salários (Misgeld, Molin e Åmark, 1992; Pontusson, 1992; Stephens, 1995).

No entanto, este programa jamais chegou a ser aplicado. A enorme demanda europeia de ferro, madeira e bens de capital depois da guerra impulsionou a engenharia e a extração mineral e florestal, estimulando a economia sueca e o emprego graças ao crescimento das exportações, o que acabaria com o temor da depressão econômica depois da guerra. Por outro lado, a pressão do capital para evitar a implantação do programa, que colocaria em perigo suas prerrogativas de propriedade e gestão, foi fortíssima e se converteria em um obstáculo formidável para a credibilidade e a viabilidade política do projeto (Brehmer e Bradford, 1974; Erixon, 1997).

Assim, dado que o capitalismo do pós-guerra parecia capaz de garantir o crescimento e o pleno emprego, a planificação centralizada e as nacionalizações abandonaram a agenda política e, em linha com o proverbial pragmatismo do SAP, foram esquecidas pelo governo, para deleite da burguesia. Ante este panorama, o SAP se centrou em aproveitar o grande crescimento econômico para alcançar uma maior justiça distributiva e um ritmo controlado de acumulação. Assim, a partir dos anos quarenta, o governo socialdemocrata começou a aplicar as medidas que conformariam o que depois viria a se chamar modelo Rehn-Meidner (Lundberg, 1985; Tilton, 1991, p. 193; Öhman, 1974).

### **O MODELO REHN-MEIDNER**

Este modelo recebe seu nome de seus dois principais artífices: Gösta Rehn e Rudolf Meidner, ambos economistas da LO. Seus fundamentos essenciais, engendrados na segunda metade dos anos quarenta e início dos anos cinquenta, pretendiam configurar uma alternativa à clássica política fiscal expansiva de estímulo da demanda de perfil keynesiano, sendo mais compatível com as necessidades da economia sueca (isto é, com as necessidades do capital sueco) (Erixon, 2000, 2010; Meidner, 1980; Toft, 2003).

Este modelo teórico não conseguiu se tornar a estratégia geral de política econômica até meados dos anos cinquenta, quando o primeiro-ministro Tage Erlander e o ministro da Fazenda Gunnar Sträng, figuras preeminentes no governo sueco e no SAP ao longo de todo o terceiro quarto do século XX, o impulsionaram com força. Nesta decisão foi chave a insistência tanto da cúpula sindical da LO quanto, sobretudo, da patronal, algo muito significativo para compreender os efeitos positivos que o modelo teve para os capitais dominantes do país (Erixon, 2005; Martin, 1984; Ryner, 2002).

O fim último do modelo era maximizar a produtividade, a competitividade e a rentabilidade do capital exportador sueco, para o qual se desenhou um conjunto de políticas econômicas destinadas a conseguir quatro objetivos simultaneamente (Pontusson, 1984; Rehn, 1989; Vartiainen, 1998):

1. *Pleno emprego*. Além de um objetivo macroeconômico em si mesmo, o pleno emprego se converteu na grande promessa da socialdemocracia sueca, sua marca registrada como opção política. Uma promessa que se cumpriu ao longo de mais de quatro décadas e que foi chave em seus êxitos eleitorais (Del Rosal, 2015, pp. 344-45).
2. *Contenção salarial*. O pleno emprego conduz a subidas potenciais do salário, de modo que a viabilidade do modelo passava, necessariamente, por estabelecer mecanismos que impedissem esses incrementos, posto que seriam nefastos para a competitividade e a rentabilidade do capital exportador.
3. *Mudança técnica, concentração e centralização do capital*. O modelo pretendia criar uma tensão competitiva acrescentada entre os diferentes segmentos do capital com o fim de obrigar as empresas com menor composição de capital e menos avançadas tecnologicamente a se adaptar ou desaparecer. No primeiro caso, se estimularia a concentração de capital e, no segundo, se acelerariam os processos de centralização.
4. *Taxas elevadas de formação de capital*. Tanto a concentração e centralização do capital comentadas antes quanto outras políticas de centralização da inversão desenhadas pelo Estado estiveram destinadas a aumentar a disponibilidade de capital, algo essencial para um setor exportador com grandes exigências tecnológicas<sup>3</sup>.

O modelo Rehn-Meidner se sustentou sobre três pilares fundamentais: *a negociação coletiva centralizada, a política salarial solidária e a política ativa de emprego*. É possível identificar uma espécie de quarto pilar, *os fundos salariais de inversão*, que, entretanto, é mais acertado considerar como um elemento aparte destinado a resolver alguns dos

---

3 Entre as estratégias de formação de capital geridas pelo Estado destacam-se os fundos de investimento IF (*Investeringsfonder*), o sistema ATP de fundos públicos de pensões (*Allmänna Tilläggspensionen*) e os Fundos Salariais de Investimento (*Löntagarfonderna*). São descritos em Del Rosal (2015, p. 374-376, 406-407), Hagen (2013), Pontusson (1992) e Swenson (2002).

problemas do modelo original e que, em todo caso, não tem lugar em um texto como o que nos ocupa<sup>4</sup>.

A *negociação coletiva centralizada* consiste em um marco de relações trabalhistas em que as questões salariais se decidem no âmbito da negociação entre a LO e a SAF, sob a tutela do Estado como simples possibilitador ou, se for o caso, mediador (Johnston, 1962; Rehn e Viklund, 1987; Wallerstein e Golden, 2000). Daí que, na Suécia, os salários tenham sido sempre uma questão decidida nos convênios coletivos e não mediante a legislação, de modo que, por exemplo, nunca houve um salário mínimo interprofissional como em outros países europeus ou anglo-saxões. As questões relacionadas com as condições de trabalho, entretanto, tem sido de responsabilidade do Governo e do Parlamento (Ahlberg e Bruun, 2005; Lester, 1957).

O processo de negociação coletiva funcionava em três níveis: negociação centralizada a nível nacional, o que dava lugar a um acordo marco único para todo o país; negociação a nível industrial, que se aplicava a cada setor sobre a base do acordo marco; e a negociação a nível empresarial, que especificava as condições para cada centro de trabalho ou cada companhia. Assim, se estabelecia uma estrutura que permitia predeterminar e controlar a evolução dos salários para poder ajustá-la às necessidades da acumulação decididas entre a cúpula sindical e a patronal (Alexopoulos e Cohen, 2003; Edin e Holmlund, 1995; Iversen e Pontusson, 2000).

Este tipo de negociação coletiva centralizada se assenta na própria institucionalização que caracteriza as relações de trabalho na Suécia desde os anos trinta do século XX e que tem sua certidão de nascimento nos chamados Acordos de Saltsjöbaden, de 1938 (Del Rosal, 2015; Martinet, 1979).

A negociação coletiva centralizada foi o cenário que fez possível a aplicação sistemática da política salarial solidária, a chave do cofre do modelo Rehn-Meidner. Esta política começou a funcionar de fato desde os anos quarenta por proposta do poderoso sindicato do metal e se instituiu definitivamente a nível nacional a partir de 1956, graças a insistência da LO, a aceitação entusiasta da SAF e a assunção plena por parte do SAP (Hibbs, 1990; Hibbs e Locking, 1995, 2000; Swenson, 2002).

A *política salarial solidaria* tem três objetivos básicos: a diminuição do leque salarial, a contenção dos salários e a melhoria da pro-

---

4 Estes fundos são tratados com detalhes em Albrecht e Deutsch (2002), Del Rosal (2015, 2017), Del Rosal e Lafuente (2019), Esping-Andersen (1985), Fernández Steinko (2002), Martin (1984), Meidner (1980, 1981), Pontusson (1992, 1994), Ryner (2002), Tilton (1991) e Whyman (2006).

atividade do trabalho. O primeiro objetivo pretende reduzir as desigualdades de ingressos entre os trabalhadores, de maneira que atua dentro do âmbito da classe operária e outorga legitimação à política econômica socialdemocrata. O segundo objetivo busca a desaceleração do ritmo de crescimento dos salários em conjunto para favorecer a exploração, de modo que provoca uma transferência de ingressos do trabalho para o capital e estimula a acumulação. E o terceiro objetivo busca otimizar o rendimento da força de trabalho por diversos meios entre os quais se destacam a capitalização dos cargos e a tecnificação dos processos. Os três objetivos têm como meta final a contenção dos custos unitários do trabalho para assegurar a competitividade do capital exportador sueco (Moene e Wallerstein, 1995; Swenson e Pontusson, 2000).

Para conseguir estas pretensões, a política salarial solidária empregou um sistema acordado entre a LO e a SAF para determinar a margem máxima de subida dos salários que a economia sueca podia admitir em cada momento para garantir a competitividade internacional de seus capitais. Este sistema, baseado em desenvolvimentos teóricos previstos, tinha como efeito a compressão dos salários a diferentes níveis mediante uma dinâmica muito concreta: a subida dos salários mais baixos e o estancamento dos salários mais elevados<sup>5</sup>.

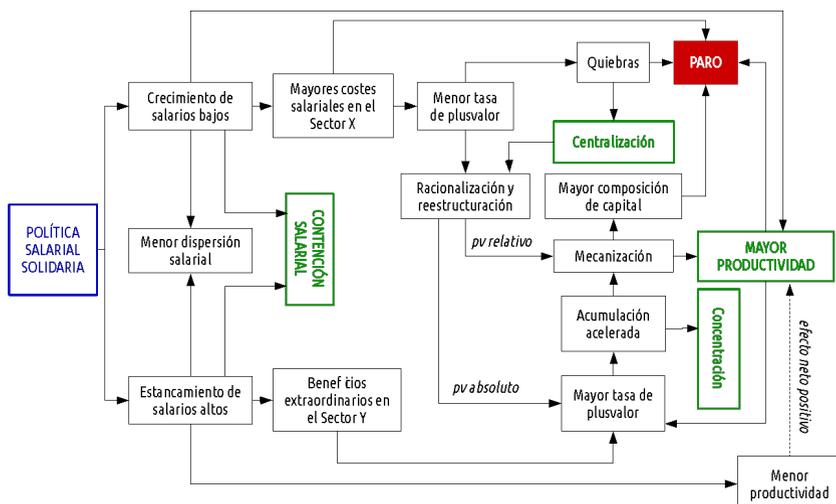
Esta estratégia supunha um prejuízo evidente para os trabalhadores mais qualificados, já que se viam compelidos a aceitar melhoras salariais menores que as que podiam ter conseguido sem a política salarial solidária. Para “convencê-los”, não bastou apelar à hegemonia ideológica dos valores da socialdemocracia sueca ou à cultura igualitária própria dos países escandinavos, sendo imprescindível uma forte pressão tanto por parte das empresas exportadoras de ponta como dos próprios sindicatos (Castles, 1978; Johnston, 1958; Pontusson, 1992).

Esta dinâmica modificada de evolução dos salários dos distintos segmentos da classe trabalhadora provocava vários efeitos de grande alcance que resumimos no esquema 1.

---

5 As bases teóricas da política salarial solidária sueca se encontram no modelo EFO, construído, por sua vez, sobre a concepção do modelo Aukrust, ambos desenhados para conseguir a competitividade exterior necessária em economias pequenas e abertas como as escandinavas (Del Rosal, 2016; Edgren, Faxén e Odhner, 1970).

### Esquema 1



Fonte: Adaptado de Del Rosal, 2015, p. 423.

Em primeiro lugar, a política salarial provoca um aumento dos salários mais baixos superior ao que teria lugar sob a dinâmica espontânea do mercado e, ao mesmo tempo, faz com que os salários mais altos fiquem estancados. O resultado imediato seria uma diminuição do leque salarial que os dados empíricos confirmam com clareza e que coadjuvaram em grande medida com a diminuição da desigualdade distributiva na economia sueca (Edin e Holmlund, 1995; Hibbs, 1990; Hibbs e Locking, 2000). Isto gera aumentos acelerados dos custos laborais no segmento do capital com salários relativamente baixos, que corresponde a empresas de baixa composição de capital, empregados menos qualificados e de âmbito local ou nacional (é o que o esquema identifica como *Sector X*). Isto provoca uma degradação da taxa de mais-valia que obriga estas companhias a redobrar seus esforços para racionalizar e otimizar seus processos produtivos, quer mediante melhoras tecnológicas que permitam o crescimento da mais-valia em termos relativos, quer através de maior exigência sobre sua força de trabalho que conduza a melhoras absolutas na mais-valia extraída. As que forem bem-sucedidas farão crescer a composição de capital e elevarão o nível de produtividade. Além disso, levarão a uma aceleração da dinâmica de concentração do capital. As que não, sucumbirão ante a concorrência e alimentarão o processo de centralização do capital.

Por outro lado, os capitais com salários relativamente altos, que são intensivos em capital, contam com trabalhadores de alta qualificação e, normalmente, realizam uma marcada atividade exportadora (*Sector Y*, segundo o esquema) se verão favorecidos por uma contenção das retribuições de seus empregados. Graças a isso, eles desfrutarão de lucros extraordinários derivados de um aumento da taxa de mais-valia com os quais terão a oportunidade de reforçar sua dinâmica de acumulação de capital, algo extraordinariamente importante para se assegurar melhoras contínuas da produtividade com as que podem seguir mantendo o tom competitivo nos mercados internacionais.

Embora seja certo que o estancamento dos leques salariais mais altos possa afetar negativamente a produtividade de sua força de trabalho por várias razões, o efeito conjunto de todas as peças do modelo estimulou a capitalização e a mudança técnica do setor exportador de modo que o resultado líquido final produziu indubitáveis melhoras da produtividade e da competitividade (Del Rosal, 2015; Hibbs e Locking, 1995; Pontusson, 1992, 1994; Swenson e Pontusson, 2000).

Além dos efeitos positivos sobre a produtividade, a política salarial permitiu uma transferência líquida de ingressos em termos interclassistas, do trabalho ao capital. O próprio Rudolf Meidner o admitia abertamente quando afirmava que “o preço da solidariedade entre os trabalhadores é uma crescente desigualdade entre trabalhadores e capitalistas” (Meidner, 1981, p. 308). Esta transferência não foi casual, mas “foi o resultado dos esforços das empresas e do governo para restringir a subida dos salários, e não dos esforços da LO para melhorar a distribuição” (Pontusson, 1994, p. 26). Esta dinâmica, além de ter implicações em termos de salário relativo e de coeficiente salarial, reforçava a tendência de alta da produtividade, fazendo com que os custos unitários do trabalho se mantivessem em uma linha evolutiva aceitável para as aspirações do capital exportador sueco<sup>6</sup>.

Estes resultados permitem entender por que o capital exportador sueco, que era o dominante no seio da SAF, não se limitou a aceitar resignadamente o modelo Rehn-Meidner, mas o promoveu com entusiasmo. Por quê? Porque a política salarial solidária que está no coração do modelo, além de impor a paz social, estimula a produtividade e a competitividade destes capitais graças à contenção salarial e a seus efeitos positivos sobre a formação de capital e sobre a mudança técnica. De fato, sem a pressão que estas empresas impuseram sobre

---

<sup>6</sup> Recordemos que o custo unitário do trabalho é um quociente entre o salário médio e a produtividade, de maneira que sua contenção depende tanto da repressão do primeiro quanto do estímulo da segunda.

os sindicatos e sobre os próprios empregados, o modelo jamais teria funcionado (Albåge, 1986; Alexopoulos e Cohen, 2003; Anxo e Niklasson, 2006). As próprias bases teóricas do modelo Rehn-Meidner confirmam esta interpretação, já que não são, como as vezes se insinua, uma proposta a meio caminho entre as teses liberais e as propostas keynesianas, e sim uma variante concreta e particular dos postulados neoclássicos (Del Rosal, 2016).

Apesar de suas vantagens para a acumulação, a política salarial solidária provoca um efeito colateral que, se não for devidamente afrontado, torna inviável o modelo: o *desemprego*. Efetivamente, o segmento do capital com salários mais baixos, seja como consequência da modernização de algumas empresas ou pela desaparecimento de outras, produzirá um excedente de mão de obra que o segmento com maiores retribuições não absorverá em sua totalidade. Daí que, tal como reconheciam os próprios promotores do modelo, seja necessário recorrer a algum tipo de estratégia capaz de duas coisas: por um lado, impedir as “ilhas de desemprego” que a política salarial solidária gera (nas palavras de Rehn) e, por outro lado, aproveitar ao máximo a mobilidade da oferta de força de trabalho que o modelo produz (Gill, 1989; Vartiainen, 1998; Misgeld, Molin e Åmark, 1992).

Essa estratégia constitui o terceiro pilar do modelo Rehn-Meidner, a *política ativa de emprego*. Seu objetivo era adequar a oferta excedente de força de trabalho às necessidades do capital mediante mecanismos de formação dos desempregados, de assistência na busca de trabalho e, sobretudo, fomento da mobilidade laboral, tanto geográfica quanto setorial. Para isso, colocou-se em marcha todo tipo de iniciativas para transferir a força de trabalho expulsa das empresas prejudicadas pela política salarial solidária para as empresas beneficiadas pelo modelo, que, assim, conseguiam também evitar os problemas de escassez de mão de obra que costumavam sofrer (Alexopoulos e Cohen, 2003; Erixon, 2010; Swenson, 2002). Em poucas palavras, esta política ativa de emprego “foi desenhada para equipar os trabalhadores com as habilidades industriais mais atualizadas e comercializáveis e para movê-los de costa a costa do país com o fim de satisfazer as necessidades dos empregadores” (Swenson, 2002, p. 7).

As consequências sociais e pessoais desta política foram, em muitas ocasiões, bastante traumáticas para grande parte da população afetada. Sobretudo, no caso da mobilidade geográfica forçada, que levava muitas pessoas a sofrer um grave desarraigo e fraturas sociais e familiares (Hort, 2014; Ryner, 2002; Tilton, 1991).

A importância desta política de emprego, tanto em inversão como em pessoas envolvidas, foi extraordinária. Seu orçamento alcançou 3% do PIB sueco em meados da década de 1970 e chegou a ocupar

quase 4% da população ativa, o que significa que, entre os anos setenta e oitenta, houve mais pessoas em programas de política ativa de emprego que em desemprego aberto (Calmfors e Forslund, 1991; Rehn, 1967, 1984; Toft, 2003; Öhman, 1974).

Embora as análises empíricas pareçam confirmar um efeito positivo desta política ativa de emprego em tempo de evitar o aumento do desemprego aberto, é preciso ter em conta duas matizações importantes. Em primeiro lugar, não são poucos os autores que consideram esta estratégia como uma forma de encobrir o desemprego em termos estatísticos, já que as pessoas inscritas nestes programas não aparecem entre a população desempregada<sup>7</sup>. E, em segundo lugar, esta política havia sido incapaz de sustentar o pleno emprego se o SAP não tivesse incrementado até cifras historicamente altas o emprego público. Assim, desde os anos quarenta até os oitenta, o número de trabalhadores do Estado mais que triplicou, passando do emprego de 10% da população ativa para uma a cada três pessoas (Buendía, 2011; Del Rosal, 2015; Edin e Topel, 1997; Rehn e Viklund, 1987).

### **O FIM DO MODELO REHN-MEIDNER**

Ao longo de duas décadas e meia, o modelo Rehn-Meidner cumpriu razoavelmente bem seus objetivos: mediante a negociação coletiva centralizada entre a LO e a SAF, a política salarial solidária conseguiu conter os salários ao mesmo tempo que estimulava a produtividade e a acumulação, enquanto as políticas ativas de emprego evitavam a tendência do modelo para produzir desemprego. Graças a isso, os capitais exportadores mantiveram sua capacidade competitiva e a economia parecia funcionar.

No entanto, como ocorreu nos demais países centrais do capitalismo mundial, a tendência subjacente de queda da taxa de lucro e a paulatina erosão da produtividade e da taxa de mais-valia não puderam ser evitadas nem revertidas em sua totalidade. Como consequência, a rentabilidade na Suécia acabou caindo no final dos anos sessenta a níveis insustentáveis, e o modelo Rehn-Meidner, que havia se mostrado eficiente e adequado para o capital em um marco produtivo de tipo fordista, acabou sendo um obstáculo para suas novas necessidades de acumulação flexível e gestão direta dos salários. Como consequência, esses mesmos capitais exportadores dominantes no seio da SAF que haviam imposto este modelo nos anos cinquenta decidiram abandoná-lo unilateralmente, de modo que a economia sueca voltou a um sistema descentralizado de determinação dos salários (Albåge,

---

7 Por exemplo: Lundberg, 1985; Silverman, 1998. Esping-Andersen se refere a este fenômeno como “taxa de desemprego disfarçado” (1985, p. 235)

1986; Edin e Topell, 1997; Swenson e Pontusson, 2000; Pontusson, 1994).

Este rechaço, que havia começado paulatinamente já no final dos anos setenta, cristalizou definitivamente em 1983, quando a poderosa Patronal de Empresas de Engenharia, a qual pertenciam as grandes empresas tecnológicas exportadoras, acabou forçando a central sindical de seu ramo, o Sindicato de Trabalhadores do Metal, a firmar um convênio setorial a margem da negociação centralizada. Esta manobra culminaria em 1990 com a negativa formal da SAF em participar na negociação coletiva com a LO, o que supôs a certidão de óbito do modelo Rehn-Meidner e, conseqüentemente, o fim do Modelo Sueco.

### **BALANÇO E CONCLUSÕES**

A análise marxista do Modelo Sueco e de seu núcleo central, o modelo Rehn-Meidner, permite chegar a algumas conclusões finais que refletem com clareza suas intenções, seus limites e sua razão de ser (Del Rosal, 2015).

Em primeiro lugar, este modelo, como base essencial da estratégia socialdemocrata de gestão do capitalismo na Suécia, esteve sempre e por definição submetido a alguns limites insuperáveis: a propriedade privada dos meios de produção e o monopólio do poder de gestão econômica por parte do capital. Daí não ser possível ser catalogado de outra forma que não seja de reformista.

Em segundo lugar, este modelo teve como objetivo essencial garantir uma estrutura adequada de funcionamento para o capital exportador sueco. Esta estrutura foi projetada para procurar algumas condições favoráveis de exploração, competitividade, rentabilidade e acumulação baseadas na contenção salarial e no estímulo da produtividade com a finalidade de manter os custos unitários do trabalho restringidos.

E, em terceiro lugar, esse modelo se aplicou na medida em que sua funcionalidade para otimizar a dinâmica de acumulação o fez desejável para o capital. No momento em que a mudança nas condições da produção e dos mercados o converteu em uma carga, foi rechaçado por este mesmo capital que o havia imposto e, por conseguinte, abandonado como estratégia de gestão capitalista por parte da socialdemocracia.

Em resumo, o modelo Rehn-Meidner e, por extensão, o Modelo Sueco, devem ser entendidos como uma estratégia de cooperação das elites da LO e do SAP com o segmento dominante do capital, destinado a favorecer a exploração da classe trabalhadora, garantir a paz social e conter as contradições mais problemáticas da versão sueca do capitalismo (Pfaff e Wikhäll, 1971; Przeworski, 1985).

## BIBLIOGRAFIA

- Ahlberg, K. e Bruun, N. (2005). Sweden: Transition through Collective Bargaining, en Blanpain, R. (Ed.), *Collective Bargaining and Wages in Comparative Perspective: Germany, France, The Netherlands, Sweden and the United Kingdom*, The Hague, Kluwer Law International.
- Albrecht, S. e Deutsch, S. (2002). The Challenge of Economic Democracy: The Case of Sweden, en Woodworth, W.P. (Ed.), *Economic Democracy: Essays and Research on Workers Empowerment*, Pittsburgh. Sledgehammer Press.
- Albåge, L.-G. (1986). Recent Trends in Collective Bargaining in Sweden: An Employer's View, *International Labour Review*, 125(1), 107-118.
- Alexopoulos, M. e Cohen, J. (2003). Centralised Wage Bargaining and Structural Change in Sweden, *European Review of Economic History*, 7, 331-366.
- Anxo, D. e Niklasson, H. (2006). El modelo sueco en una época turbulenta. ¿Decadencia o renacimiento?, *Revista Internacional del Trabajo*, 125(4), 379-412.
- Berman, S. (2006). *The Primacy of Politics: Social Democracy and the Making of Europe's Twentieth Century*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Brehmer, E. e Bradford, M. R. (1974). Incomes and Labor Market Policies in Sweden, 1945-70, *International Monetary Fund Staff Papers*, 21(1), 101-126.
- Buendía, L. (2011). *Dinámica de crecimiento, distribución de la renta y movimiento obrero: el estado del bienestar sueco en una perspectiva a largo plazo*, Tesis doctoral, Universidad Complutense, Madrid.
- Calmfors, L. e Forslund, A. (1991). Real-Wage Determination and Labour Market Policies: the Swedish Experience, *The Economic Journal*, 101(408), 1130-1148.
- Castles, F. G. (1978). *The Social Democratic Image of Society: A Study of the Achievements and Origins of Scandinavian Social Democracy in Comparative Perspective*, London, Routledge e Kegan Paul.
- Del Rosal, M. (2015). *El capitalismo sueco y los límites del socialismo reformista. Una crítica marxista del modelo Rehn-Meidner (1932-1983)*, Tesis doctoral, Universidad Complutense, Madrid.

- Del Rosal, M. (2016). Socialdemocracia y capital: las raíces neoclásicas del modelo sueco, *Pensamiento al margen*, 4, 190-214.
- Del Rosal, M. (2017). En busca de la democracia económica: algunos apuntes sobre los fondos de inversión de los asalariados, *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, 138, 123-134.
- Del Rosal, M. e Lafuente, S. (2019). Codecesión y fondos de inversión de los asalariados: los casos de Alemania y Suecia, en VV.AA., *Reivindicando la democracia en la empresa*, Madrid, Dossier Economistas sin fronteras, pp. 42-50.
- Edgren, G., Faxén, K. O. e Odhner, C.-E. (1970). *Wage Formation and the Economy*, Londres, Allen e Unwin, 1973,
- Edin, P.-A. e Holmlund, B. (1995). The Swedish Wage Structure: The Rise and Fall of Solidarity Wage Policy?, en Freeman, R. B. e Katz, L. F. (Ed.), *Differences and Changes in Wage Structures*, Cambridge, National Bureau of Economic Research, pp. 307-344.
- Edin, P.-A. e Topel, R. (1997). Wage Policy and Restructuring: The Swedish Labor Market since 1960, en Freeman, R. B.; Topel, R. e Swedenborg, B. (Ed.), *The Welfare State in Transition: Reforming the Swedish Model*, Chicago, University of Chicago Press, pp. 155-202.
- Edvinsson, R. (2005). *Growth, Accumulation, Crisis. With New Macroeconomic Data for Sweden 1800-2000*, Tesis doctoral, Stockholms Universitet, Stockholm.
- Erixon, L. (1997). The Golden Age of the Swedish Model, *Oslo Institutt for Samfunnsforskning Report*, 97/9.
- Erixon, L. (2000). The Third Way Revisited. A Revaluation of the Swedish Model in the Light of Modern Economics, *Trade Union Institute for Economic Research Working Paper*, 159.
- Erixon, L. (2005). Travelling Along the Third Way. A Swedish Model of Stabilisation, Equity and Growth, *Stockholm University Research Papers in Economics*, 2005-10.
- Erixon, L. (2010). The Rehn-Meidner Model in Sweden: Its Rise, Challenges and Survival, *Journal of Economic Issues*, 44(3), 677-715.
- Esping-Andersen, G. (1985). *Politics against Markets: The Social Democratic Road to Power*, Princeton, University Press.
- Esping-Andersen, G. (1990). *Los tres mundos del Estado del Bienestar*, Valencia, Edicions Alfons el Magnànim-IVEI.

- Fellman, S., Iversen, M.J., Sjögren, H. e Thue, L. (Ed.) (2008). *Creating Nordic Capitalism: The Business History of a Competitive Periphery*, Houndmills/New York, Palgrave Macmillan.
- Fernández Steinko, A. (2002). *Experiencias participativas en economía y empresa. Tres ciclos para domesticar un siglo*, Madrid, Siglo XXI.
- Fry, J. A. (Ed.) (1979). *Industrial Democracy and Labour Market Policy in Sweden*, Oxford, Pergamon Press.
- Galenson, W. (1998). *The World's Strongest Trade Unions. The Scandinavian Labor Movement*, Westport, Quorum Books.
- Gill, L. (1989). *Les limites du partenariat. Les expériences social-démocrates de gestion économique en Suède, en Allemagne, en Autriche et en Norvège*, Montreal, Boréal.
- Gustafsson, B. (1995). Foundations of the Swedish Model, *The Nordic Journal of Political Economy*, 22, 5-26.
- Hagen, J. (2013). A History of the Swedish Pension System, *Uppsala Center for Fiscal Studies Working paper*, 7.
- Haug, R. (2004). The History of Industrial Democracy in Sweden: Industrial Revolution to 1980, *International Journal of Management*, 21(1), 7-15.
- Hibbs, D. A. (1990). Wage Compression under Solidarity Bargaining in Sweden, *Trade Union Institute for Economic Research Research Report*, 30.
- Hibbs, D. A. e Locking, H. (1995). Solidarity Wage Policies and Industrial Productivity in Sweden, *The Nordic Journal of Political Economy*, 22, 95-108.
- Hibbs, D. A. e Locking, H. (2000). Wage Dispersion and Productive Efficiency: Evidence for Sweden, *Journal of Labor Economics*, 18(4), 755-782.
- Hort, S. E. O. (2014, 3ª ed.). *Social Policy, Welfare State, and civil society in Sweden. Volume I: History, Policies, and Institutions 1884-1988*, Lund, Arkiv.
- Iversen, T. e Pontusson, J. (2000). Comparative Political Economy: A Northern European Perspective, en Iversen, T., Pontusson, J. e Soskice, D. (Ed.), *Unions, Employers and Central Banks. Macroeconomic Coordination and Institutional Change in Social Market Economies*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-37.
- Jiménez Bermejo, M. (1969). *Suecia, un modelo de economía de mercado de base igualitaria*, Madrid, Euramérica.

- Johnston, T. L. (1962). *Collective Bargaining in Sweden: A Study of the Labour Market and its Institutions*, London, George Allen e Unwin.
- Jörberg, L. (1965). Structural Change and Economic Growth: Sweden in the 19th Century, *Economy and History*, 8(1), 3-46.
- Korpi, W. (1983). *The Democratic Class Struggle*, London, Routledge e Kegan Paul.
- Korpi, W. (1978). *The Working Class in Welfare capitalism: Work, Unions and Politics in Sweden*, London, Routledge and Kegan Paul.
- Lane, J.-E. (Ed.) (1991). *Understanding the Swedish Model*, London, Frank Cass.
- Lester, R. A. (1957). Reflections on Collective Bargaining in Britain and Sweden, *Industrial and Labor Relations Review*, 10(3), 375-401.
- Lindbeck, A. (1975). *Swedish Economic Policy*, London, Macmillan.
- Lundberg, E. (1985). The Rise and Fall of the Swedish Model, *Journal of Economic Literature*, 23(1), 1-36.
- Magnusson, L. (2002). *An Economic History of Sweden*, Londres, Routledge.
- Martin, A. (1984). Los sindicatos en Suecia: las respuestas estratégicas al cambio y la crisis, en Gourevitch, P. (Ed.), *Los sindicatos y la crisis económica: Gran Bretaña Alemania y Suecia*, Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1991, pp. 267-512.
- Martinet, G. (1979). *Siete sindicalismos: Gran Bretaña, R. F. A., Suecia, Italia, Francia, Estados Unidos, Japón*, Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1991.
- Meidner, R. (1980). Our Concept of the Third Way: Some Remarks on the Socio-Political Tenets of the Swedish Labour Movement, *Economic and Industrial Democracy*, 1, pp. 343-369.
- Meidner, R. (1981). Collective Asset Formation through Wage-Earner Funds, *International Labour Review*, 120(3), 303-317.
- Misgeld, K., Molin, K. e Åmark, K. (Ed.) (1992). *Creating Social Democracy. A Century of the Social Democratic Labor Party in Sweden*, Pennsylvania, The Pennsylvania State University Press.
- Moene, K. O. e Wallerstein, M. (1995). Solidaristic Wage Bargaining, *The Nordic Journal of Political Economy*, 22, 79-94.
- Palme, O. (1976). *La cuestión sueca*, Madrid, Cambio 16.
- Pfaff, V. e Wikhäll, M. (Ed.) (1971). *El modelo sueco de explotación*, Barcelona, Grijalbo, 1976.

- Pipitone, U. (1994). *La salida del atraso: un estudio comparativo*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Pontusson, J. (1984). Behind and beyond Social Democracy in Sweden, *New Left Review*, 143, 69-96.
- Pontusson, J. (1992). *The Limits of Social Democracy: Investment Politics in Sweden*, Ithaca, Cornell University Press.
- Pontusson, J. (1994). Sweden: After the Golden Age, en Anderson, P. e Camiller, P. (Ed.), *Mapping the West European Left*, London, Verso, pp. 23-54.
- Przeworski, A. (1985). *Capitalismo y socialdemocracia*, Madrid, Alianza, 1988.
- Rehn, G. (1967). Manpower Policy and European Unemployment, *The OECD Observer*, 31, 15-34.
- Rehn, G. (1984). *Cooperation between the Government and Workers' and Employers' Organizations on Labour Market Policy in Sweden*, Stockholm, Swedish Institute.
- Rehn, G. (1987). State Economic Policy and Industrial Relations in the 1980s: Problems and Trends, *Economic and Industrial Democracy*, 8(1), 61-79.
- Rehn, G. (1989). *Ensayos sobre política de empleo activa*, Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.
- Rehn, G. e Viklund, B. (1987). *Labor Developments in the 1980s*, Stockholm: Arbetslivscentrum.
- Ryner, J. M. (2002). *Capitalist Restructuring, Globalization and the Third Way: Lessons from the Swedish Model*, London, Routledge.
- Silverman, B. (1998). The Rise and Fall of the Swedish Model: Interview with Rudolf Meidner, *Challenge*, (41)1, 69-90.
- Sjöberg, S. (2005). The Swedish Experience: The Decline of the "People's Home", en Brangsch, L. e Hildebrand, C. (Eds.), *The Prospects of the European Welfare State — Review and Problems. Challenge for the Left*, Berlin, Rosa Luxemburgo Foundation, pp. 109-114.
- Stephens, J. D. (1995). The Scandinavian Welfare States. Achievements, Crises and Prospects, *United Nations Research Institute for Social Development Document Paper*, 67.
- Swenson, P. A. (2002). *Capitalists against Markets: The Making of Labor Markets and Welfare States in the United States and Sweden*, Oxford, Oxford University Press.
- Swenson, P. A. e Pontusson, J. (2000). The Swedish Employer Offensive against Centralized Bargaining, en Iversen, T., Pontusson, J. e Soskice, D. (Ed.), *Unions, Employers and Central*

- Banks. Macroeconomic Coordination and Institutional Change in Social Market Economies*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 77-106.
- Tilton, T. A. (1991). *The Political Theory of Swedish Social Democracy: Through the Welfare State to Socialism*, Oxford, Clarendon Press.
- Toft, C. (2003). Evidence-Based Social Science and the Rehnist Interpretation of the Development of Active Labor Market Policy in Sweden during the Golden Age: A Critical Examination, *Politics e Society*, 31(4), 567-608.
- Valocchi, S. (1992). The Origins of the Swedish Welfare-State: a Class Analysis of the State and Welfare Politics, *Social Problems*, 39(2), 189-200.
- Vartiainen, J. (1998). Understanding Swedish Social Democracy: Victims of Success?, *Oxford Review of Economic Policy*, 14(1), 19-39.
- Wallerstein, M. e Golden, M. (2000). Postwar Wage Setting in the Nordic Countries, en Iversen, T., Pontusson, J. e Soskice, D. (Ed.), *Unions, Employers and Central Banks. Macroeconomic Coordination and Institutional Change in Social Market Economies*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 107-137.
- Whyman, P. (2006). Post-Keynesianism, Socialisation of Investment and Swedish Wage-Earner Funds, *Cambridge Journal of Economics*, 30, 49-68.
- Wigforss, E. (1924). Industrial democracy in Sweden, *International Labour Review*, 9(1), 667-679.
- Öhman, B. (1974). *LO and Labour Market Policy since the Second World War*, Stockholm, Bokförlaget Prisma e LO.

# **DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO VIETNÃ DO SUL E PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA DA REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ NO PÓS-GUERRA**

Henrique Pons Agnelli

## **INTRODUÇÃO**

Entre múltiplas experiências de planificação econômica a partir de diversas situações econômicas, sociais e políticas em diferentes países, as estratégias vietnamitas constituem um objeto de estudo singular pelas condições de divisão, atraso, dependência e destruição física que o país teria de enfrentar em pleno fim do século XX para superar sua desintegração interna e sua desarticulação frente ao cenário internacional. Não sendo exclusiva do caso vietnamita uma situação de guerra ou pós-guerra no momento da planificação, marcadas também experiências como a soviética, a chinesa, a coreana e a cubana por violentas reações a processos revolucionários ou conflitos de outras naturezas, a duração do enfrentamento armado, a forma de inserção estrangeira e a desproporcionalidade da violência compuseram um quadro de especial complexidade a ser solucionado no Vietnã.

Rompidos vínculos de subordinação motivados pela contenção do comunismo a qualquer custo, a planificação econômica da República Socialista do Vietnã, além de buscar resolver os desequilíbrios e distorções característicos de um país cindido por uma nítida linha divisória, evidencia não apenas os desafios do desenvolvimento a partir de circunstâncias desfavoráveis, como também as dificuldades de recuperação de condições mais oportunas anteriores, extintas pela guer-

ra. O esforço de programação após a integração nacional, enfim, inspirado na experiência internacional de países que apoiaram o Vietnã durante e após a guerra e norteado pelas experiências regionalmente limitadas anteriores, teria na superação da dependência firmada por anos de presença militar estadunidense no Sul um de seus mais importantes desafios.

### **PRECEDENTES**

Em 1975, quando Saigon é conquistada e a Guerra do Vietnã chega ao fim, dois anos após as últimas tropas estadunidenses deixarem os céus, a terra e o mar vietnamitas que ocuparam por quase uma década, mais de dois terços da população do Vietnã nunca havia visto seu país em paz<sup>1</sup>, tendo a guerra civil, que logo envolveria os Estados Unidos, começado meses após a retirada francesa da Primeira Guerra da Indochina, iniciada, por sua vez, em 1946. Quaisquer planos que o Viet Minh tivesse de edificação socialista a partir de um país colonial quando assumiu o governo trás a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, que havia tomado o território das mãos da França quando ela própria caíra para a Alemanha Nazista, em 1940, teriam de ser adaptados para a nova realidade de um país dividido e fustigado por trinta anos de guerra, divisão e dependência.

A vitória do Vietnã do Norte sobre os Estados Unidos e sobre o Vietnã do Sul<sup>2</sup>, além da posterior unificação do território, ocorreria em meio à elaboração do quarto plano de desenvolvimento econômico e social engendrado para a planificação do Norte socialista: planejado para o período de 1976-1980, o Segundo Plano Quinquenal seria inspirado nos planos trienais de 1955-1957 e 1958-1960 e no plano de 1961-1965, ou Primeiro Plano Quinquenal. Com investimentos voltados especialmente à indústria desde o primeiro plano trienal<sup>3</sup>, elaborado no ano seguinte ao encerramento da Primeira Guerra da Indochina, o planejamento econômico vietnamita tomava forma em torno de metas específicas de expansão da produção. Assim, enquanto o segundo plano trienal almejava um aumento de 89% da produção industrial, “baseado na bem-sucedida conclusão do primeiro” (Phuong e Ta, 1978), o terceiro plano, ou primeiro quinquenal, objetivava aumentos

---

1 Em 1975, o Vietnã tinha 33,1 milhões de habitantes com menos de 30 anos e 15,6 milhões de habitantes com mais (ONU, 2019).

2 A guerra contra o Norte contaria também com tropas da Austrália, Nova Zelândia, Coréia do Sul, Tailândia e Filipinas.

3 Além dos 38% para a indústria, 23% dos recursos seriam direcionados para transportes e comunicações, 20% para agricultura e irrigação e 19% para educação e serviços sociais.

ainda mais ambiciosos do produto geral, com um programa dividido em várias frentes:

1. Crescimento anual médio do produto industrial e manufatureiro da ordem de 20%, somando 148% de crescimento no quinquênio, de modo a atingir a produção de:
  - a. 660 milhões de quilowatts-hora de eletricidade;
  - b. 5 milhões de toneladas de carvão;
  - c. 85 mil toneladas de ferro fundido;
  - d. 500 mil toneladas de fertilizantes químicos;
  - e. 710 mil toneladas de cimento;
2. Crescimento de 61% da produção agrícola, incluindo 50% da área de cultivo de insumos industriais, e de 100% da produção pesqueira;
3. Crescimento de 30% da renda e aumento a 3,5 milhões de estudantes recebendo educação geral, além da formação de 25 mil estudantes universitários e 100 mil técnicos.

Enquanto os planos trienais da década de 1950 teriam bons resultados em relação à indústria e à educação, e dificuldades com objetivos relativos à agricultura, o Primeiro Plano Quinquenal atingiria as metas revisadas de 17% de crescimento anual médio da indústria e de aumento de 37% da produção agrícola (Phuong e Ta, 1978). Coincidindo o encerramento do plano com o acirramento do conflito militar em 1965, no entanto, o esforço de guerra reorientaria o planejamento de modo a postergar novos planos econômicos por uma década, período no qual a economia do país seria em boa medida dependente dos auxílios soviéticos e chineses.

### **SITUAÇÃO ECONÔMICA APÓS A GUERRA E A POLÍTICA DE REDISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL**

Diferente de seus predecessores, o Segundo Plano Quinquenal, de 1976 a 1980, teria de incorporar condicionantes econômicas e sociais do Vietnã do Sul aos objetivos nacionais da planificação. Entretanto, configurada a produção agrícola, a indústria e a distribuição demográfica da região de acordo com a lógica da duradoura presença estadunidense, responsável por distorções que enraizariam a dependência externa, o desafio do planejamento no país unificado tomava novas dimensões, muito além da mera dificuldade de mapear as necessidades e possibilidades de cada região. Tendo os anos de intercâmbio favorável com os Estados Unidos satisfeito necessidades imediatas da

economia do Sul, empenhados primordialmente na contenção do comunismo e sem disposição a estabelecer formas duradouras de geração de riqueza<sup>4</sup>, as autoridades vietnamitas responsáveis pelo planejamento teriam de encontrar formas de compensar as lacunas deixadas pela saída da potência estrangeira, reconhecida a gravidade da dependência econômica do Vietnã do Sul inclusive pelas autoridades estadunidenses durante a guerra, preocupadas com o futuro da região:

O Vietnã do Sul, ele [Ellsworth Bunker, embaixador dos EUA no Vietnã do Sul] contou para Agnew [vice-presidente de Nixon], parecia depender dos Estados Unidos não apenas para suporte militar, mas também para os produtos básicos que sustentavam sua vida. Imensamente dependente de importações, financiadas por compras subsidiadas de moeda por parte da agência de ajuda externa e do exército estadunidense, o Vietnã do Sul importava mais de 750 milhões de dólares anualmente enquanto exportava, no melhor dos casos, 15 milhões de dólares. Essas circunstâncias, o embaixador disse, desmoralizavam sul-vietnamitas honestos e contribuía para a disseminação dos ganhos desonestos e da corrupção (Hammond, 1996).

Em primeiro lugar, os fluxos de maquinário, partes mecânicas, combustíveis, fertilizantes e pesticidas dos Estados Unidos seriam encerrados, comprometendo a produção agrícola do Sul que, mesmo na safra recorde de 1974, já não garantia autossuficiência alimentar à região. Assim, com volumes historicamente menores de produção agrícola, e com solos mais pobres, terreno mais acentuado e vegetação mais densa que o Sul, o Norte incorporaria à sua própria escassez de alimentos um déficit de mesma magnitude do Sul<sup>5</sup> (CIA, 1978), região que, antes da guerra, era exportadora de alimentos. A situação, que pioraria nos anos seguintes por condições ambientais desfavoráveis e por uma maior suscetibilidade a pragas, resultante do desabastecimento de pesticidas, seria mitigada apenas pelo crescimento de culturas secundárias, especialmente mandioca, milho e batata, considerados inferiores pelos hábitos da população (CIA, 1978).

---

4 Um bom exemplo disso é a evolução do PIB das regiões: entre 1956 e 1974, o PIB do Vietnã do Sul passa de 11,3 bilhões de dólares para 10,3 bilhões, ao passo que o Vietnã do Norte evolui de 2,6 bilhões de dólares para 11 bilhões. A economia do Norte, em menos de uma década, passa de 23% para 107% da economia do Sul (Vinogradov, 2015).

5 A safra recorde do Sul produziria, em 1974, 7,1 milhões de toneladas de arroz, ao passo que a produção recorde do Norte produziria, em 1976, 6 milhões de toneladas. Estima-se ao final da guerra um déficit de alimentos do Norte entre 500.000 toneladas e 1 milhão de toneladas e do Sul entre 800.000 e 1 milhão de toneladas (CIA, 1978).

Preocupadas as autoridades com o agravamento da crise alimentar, o ajuste mais imediato feito ao planejamento econômico em função das condições adversas encontradas na economia do Sul seria a suspensão da transferência da produção agrícola para lavouras estatais assalariadas. Assim, ainda que a intenção original fosse adequar a produção do Sul ao modelo de cultivo de gêneros industriais e produtos de exportação do Norte, nenhuma mudança seria realizada na estrutura fundiária da região naquele momento, confiscadas apenas terras pertencentes a empresas privadas associadas ao antigo governo, terras pertencentes a organizações religiosas e terras cultivadas em larga escala para produção de gêneros de exportação. Enquanto apenas 5% da produção agrícola do Norte ainda era particular, a propriedade privada das terras já cultivadas seria mantida no Sul, estabelecidas lavouras estatais ou coletivizadas apenas em novos territórios. Chamadas “Vung Kinh Te Moi”, ou “Novas Zonas Econômicas” (NEZs), as lavouras coletivas deveriam ampliar a produção de gêneros alimentícios e ocupar parcelas da população urbana desempregada, estratégia que daria início a um amplo programa de redistribuição populacional. Ocorria que, com um significativo setor urbano de serviços voltado às antigas numerosas tropas, o segundo grande problema decorrente da dependência econômica do Sul em relação aos Estados Unidos herdado pela República Socialista do Vietnã seria o desemprego urbano.

Entre 1960 e 1974, a população urbana no Sul crescera de 20% para 43% do total da população, movimento migratório mais relacionado à insegurança nas zonas rurais e às possibilidades oferecidas pela proximidade a bases militares do que a uma atratividade de atividades particularmente urbanas: com 276 mil habitantes, Da Nang receberia 58 mil migrantes após a ofensiva Tet em 1968 e 200 mil adicionais após a ofensiva de 1972; Cam Ranh, também próxima à zona de conflito, teria um aumento de 58% da população entre 1970 e 1974, passando de 76 mil para 120 mil habitantes; por sua vez, “Bien Hoa, local de uma grande base militar, cresceria 500% entre 1963 e 1971” (Desbarats, 1987). Sustentada pelos Estados Unidos, a economia urbana do Sul não havia firmado estruturas permanentes de emprego e produção, ao contrário, havia se organizado para suprir as demandas de uma entrada anual de mais de 1 bilhão de dólares vinculada à guerra. Com 1,5 milhão de desempregados apenas em Saigon, queda de um terço da área de cultivo e déficit de gêneros alimentícios, “o problema de superpopulação urbana do Sul enfrentado pelo novo governo vietnamita em maio de 1975 era apenas um aspecto da formidável tarefa de reconstrução” (Desbarats, 1987). Uma política voltada

à solução desse problema se tornava, portanto, dimensão importante do Segundo Plano Quinquenal.

O programa de redistribuição populacional, solução para o desemprego, para a crise alimentar e para a superpopulação urbana associados à presença estadunidense no Vietnã do Sul, tinha como quarto pilar a situação de desequilíbrio de densidade populacional rural no país, que variava desde 1.095 pessoas por quilometro quadrado, em Thai Binh, no Norte, até 26 pessoas por quilometro quadrado, em Giai Lai e Kon Tumm, no Sul. Esses vazios demográficos significavam tanto um risco para o país pelos conflitos de fronteira quanto um desperdício de recursos em potencial. Por outro lado, a redução da concentração urbana favoreceria a incorporação das cidades do Sul à influência do partido, uma vez que estratos da antiga classe média formada por ex-militares e ex-funcionários públicos do Sul, mais de 1,5 milhão de pessoas, ainda poderiam consolidar núcleos de resistência urbana. A redistribuição populacional, incluindo o movimento de famílias do Norte para o Sul, assumiria assim, adicionalmente ao aspecto econômico, um caráter político e de segurança nacional, planejada de modo a remodelar os antagonismos de classe presentes na população do Sul e entre as regiões.

A primeira etapa do programa de longo prazo pensado para a redistribuição de 10 milhões de pessoas, com a abertura de 5 milhões de hectares de cultivo adicionais, seria planejada para execução ainda no Segundo Plano Quinquenal e pretendia a realocação de 1,5 milhão de residentes urbanos do sul e 2,5 milhões de residentes de províncias rurais densamente povoadas do Norte para zonas rurais pouco povoadas do Sul (Desbarats, 1987). O plano incluía, adicionalmente, uma estratégia de criação de centros urbano-industriais nos distritos de assentamento rural e previa a retomada da produção em meio milhão de hectares abandonados durante a guerra, além da abertura de 1 milhão de hectares novos de plantio no quinquênio. Para tanto, já antes do período previsto para o plano, comitês locais seriam abertos para orientar os camponeses interessados em retornar para suas vilas<sup>6</sup> e para incentivar a saída da cidade de indecisos, oferecendo transporte e três meses de alimento, condições consideradas razoáveis frente às incertezas do desemprego nas cidades. Em função da destruição de vilas decorrente da guerra, vale destacar, aqueles que não tinham para onde voltar seriam estimulados a migrar para as primeiras NEZs.

---

6 Em 1972, uma pesquisa realizada em Saigon, cidade com reduzido contingente de migrantes recentes, indicava que 40% dos migrantes tinham intenção de retornar às suas vilas rurais (Desbarats, 1987).

Ainda em setembro de 1975, as primeiras áreas reestabelecidas ao redor das cidades, planejadas para garantir autossuficiência alimentar da zona urbana correspondente, já preenchiam suas cotas de realocações e determinavam o início dos movimentos migratórios para áreas nunca cultivadas, de mais difícil estabelecimento. O foco do programa logo passaria, enfim, da repatriação de migrantes recentes, certos de seu interesse em voltar ao campo, para o recrutamento de voluntários entre os desempregados, residentes urbanos há mais tempo e, muitas vezes, com poucas habilidades agrícolas.

Em 1978, quando o número de NEZs estabelecidas chegava a 82 (CIA, 1978), o fluxo migratório das cidades do Sul para as NEZs perderia ímpeto. Apesar da responsabilidade das autoridades de estabelecer a infraestrutura básica nas NEZs e de fornecer os materiais necessários para o cultivo e a construção, e apesar do auxílio do exército no preparo do terreno, especialmente em função dos explosivos e minas terrestres espalhados no território<sup>7</sup>, as dificuldades do assentamento levariam muitos de volta para as cidades, abandonadas terras que haviam sido abertas pelas tropas para o cultivo. A esse movimento de retorno se somava a crescente rejeição ao programa, especialmente nas cidades do Sul, que levariam o governo a uma escalada coercitiva até o encerramento do programa em 1979, impondo um fim prematuro a essa dimensão do Segundo Plano Quinquenal (Desbarats, 1987). O movimento que realocaria 847 mil dos 1,5 milhões de cidadãos urbanos do Sul planejados, a maioria para suas vilas originais, e 625 mil dos 2,5 milhões de agricultores do Norte planejados, recorreria, enfim, a medidas repressivas em seus últimos anos, como a recusa de entrega de rações e documentos (CIA, 1978) àqueles designados para a realocação que se negavam a deixar as cidades para as duras condições de vida de NEZs distantes e mal aparelhadas. O fluxo total de retorno, ademais, estimado em 50%<sup>8</sup>, determinaria que o programa de redistribuição executado no Segundo Plano Quinquenal alcançaria de fato 15% de seu objetivo de 4 milhões de pessoas (Desbarats, 1987).

---

7 Entre 1975 e 2007 seriam registradas no Vietnã 38.849 mortes e 65.852 mutilações decorrentes de detonações de minas terrestres e de explosivos remanescentes de guerra, embora estimativas indiquem até 100.000 sobreviventes de explosões desse tipo no país (Landmine Monitor, 2015).

8 Para as autoridades, que já tinham dificuldades em aferir o número de pessoas realocadas pela política, o cálculo do fluxo inverso, de saída das NEZs e retorno às cidades, se tornava um grande desafio para o planejamento: enquanto NEZs modelo como Trac Quang e Le Minh Xuan teriam taxas de retorno de 0% e 3%, respectivamente, algumas NEZs mais inseguras e afastadas teriam supostamente sido abandonadas por completo, especialmente aquelas que se tornariam alvos de ataques cambojanos, como em Kien Giang (Desbarats, 1987).

Fora do escopo do Segundo Plano Quinquenal, uma tentativa de retomada da política de NEZs no Terceiro Plano Quinquenal sofreria sucessivas reduções de metas (de 4 milhões de pessoas para 2 milhões e, finalmente, 1 milhão de realocações adicionais até 1985) e geraria um fluxo total de 921 mil pessoas para o interior do Sul, a maioria agricultores do Norte realocados em produções estatais de café e borracha. Nesse período, teria continuidade o efeito perverso de emigração do país, em especial de comerciantes chineses, que deslocaria 1 milhão de pessoas para países vizinhos (Desbarats, 1987). Ao final do decênio, enfim, 2,4 milhões de pessoas fariam parte dos fluxos migratórios internos incentivados pelo governo, equivalente a 5% da população do país de 1975.

Sob o ponto de vista da estratégia do governo, embora a maior parte das cidades do Sul tenha apresentado fluxos considerados insuficientes, o objetivo de reduzir o contingente populacional em Saigon seria de certo modo atingido na primeira política de NEZs. O descongestionamento das províncias do Norte, por sua vez, ocorreria especialmente no segundo momento da política, durante o Terceiro Plano Quinquenal. As províncias de destino, entretanto, não seguiriam estritamente a lógica prevista de densidade populacional, influenciados os fluxos tanto pelos conflitos de fronteiras com a China, no Norte, e com o Camboja, no Sul, quanto pelas questões de resistência e coerção em determinadas regiões.

## **INDUSTRIALIZAÇÃO, ESCASSEZ DE ALIMENTOS E NACIONALIZAÇÕES**

Ainda que o atraso industrial fosse outra dimensão importante da dependência econômica do Vietnã do Sul, a crise alimentar tomaria espaço dos demais objetivos da República Socialista do Vietnã, cujas metas tradicionalmente revolviam em torno do desenvolvimento industrial e social. Antes da conquista de Saigon, tendo em vista também a destruição causada pelos bombardeios estadunidenses no Norte, o Segundo Plano Quinquenal tinha como ponto central uma variada gama de objetivos para o desenvolvimento do país e para a superação do retrocesso econômico, envolvendo setores agrícola, pesqueiro, extrativo florestal, industrial, comercial, cultural, de saúde e de condições de vida (Phuong e Ta, 1978):

1. Desenvolvimento simultâneo de bens de consumo e indústria pesada objetivando a produção de:
  - a. 450 milhões de metros de tecidos;
  - b. 130 mil de toneladas de papel;

- c. 5 bilhões de quilowatts-hora de eletricidade;
  - d. 10 milhões de toneladas de carvão;
  - e. 300 mil toneladas de aço;
  - f. 1,3 milhões de toneladas de fertilizantes químicos;
  - g. 2 milhões de toneladas de cimento;
2. Crescimento anual de 10% da produção de gêneros alimentícios, 37% de carnes, 15% de peixes e 20% de lenha;
  3. Retomada e ampliação do fluxo de comércio internacional, com novos e antigos parceiros, de modo a ampliar em 50% o setor externo;
  4. Crescimento entre 30% e 35% da renda de trabalhadores e entre 15% e 20% da renda de camponeses e aumento a 13,7 milhões de estudantes recebendo educação geral, além da formação de 200 mil estudantes universitários e 340 mil técnicos.
  5. Disseminação de instalações de mídia de massas e de entretenimento, incluindo um aumento de 60% do número de visitas a cinemas e acesso a rádios em 80% das moradias urbanas e 50% das moradias rurais;
  6. Aumento ou construção de 60 hospitais, com 53 mil leitos adicionais.

Ampliado o escopo do plano pela vitória em 1975, incorporado o Sul do país, a tradicional ênfase no desenvolvimento industrial seria, entretanto, redirecionada para a agricultura e para a pesca de modo a enfrentar a crise do déficit de alimentos. Direcionados 30% dos 7,5 bilhões de dólares do plano para a agricultura, tinha-se a consciência de que, dada a dimensão dos desafios relativos à autossuficiência alimentar e ao atraso do desenvolvimento industrial do país, o papel da indústria de base a ser estabelecida naquele momento seria de natureza preparatória para um crescimento posterior, recebendo assim menos recursos do que os planejados originalmente, já limitados pela desfavorável situação de crise. O plano de desenvolvimento agrícola e de bens de consumo, por sua vez, teria o duplo objetivo de atender às demandas da população, submetida a anos de privações devido à guerra, e facilitar a formação de capital a partir da expansão das exportações (Phuong e Ta, 1978). Baseado em relações bilaterais, entretanto, o setor externo vietnamita seria voltado predominantemente a países socialistas e a países menos desenvolvidos, que viviam períodos de dificuldades em seus balanços de pagamentos ao final da década de

1970, prejudicando a retomada das exportações e, assim, o acúmulo de recursos necessários para as etapas seguintes de desenvolvimento.

Além da reorientação do escopo do plano decorrente da incorporação do Sul do país e do desafio imposto pelo déficit de alimentos, as próprias incertezas com relação às potencialidades do Sul, dúvidas acerca das estratégias possíveis, da mão de obra disponível, da capacidade econômica e dos recursos à disposição na região, teriam de tornar o Segundo Plano Quinquenal um plano de intenções gerais, readequado de metas específicas para objetivos amplos, fundamentadores de um desenvolvimento posterior. Apesar disso, vários setores da indústria atingiriam ou superariam as metas:

A maioria dos ramos da indústria pesada, notadamente energia elétrica, metalurgia, químicos, cimento e carvão, estão excedendo as metas. Indústrias leves como processamento de alimentos, papel, madeira, vidro, plásticos e detergentes estão geralmente na meta ou levemente abaixo. Produções de materiais de construção, fertilizantes, maquinário, peças e a maioria dos bens de consumo estão bastante abaixo dos níveis planejados (CIA, 1978).

A intenção de desenvolver produções para amplo consumo não determinaria que os primeiros anos de paz seriam favoráveis para as indústrias mais simples do Sul, majoritariamente têxteis e de produtos alimentícios voltadas às demandas das tropas estrangeiras e de seu próprio exército, financiados pelos Estados Unidos. Essas indústrias, ademais, exigiriam adaptações à estrutura centralizada de comando industrial em seu processo de incorporação à economia do país unificado, organizada em tempos de guerra no intuito de maior eficiência, inadequada para a coordenação de uma economia em tempos de paz e que dobrara de tamanho. Enquanto indústrias críticas como aço, carvão e energia elétrica seguiriam sob a administração direta do governo em Hanói, órgãos locais seriam responsáveis por planejar as demais produções a nível distrital. Ademais, contratos firmados unicamente com o governo progressivamente dariam espaço para transações também entre as empresas, organizadas a níveis inferiores de planejamento governamental.

Esse movimento de descentralização do controle industrial não seria, entretanto, a pedra de toque da política vietnamita sobre a economia em geral. Ao contrário, a vitória em 1975 daria lugar à nacionalização de serviços públicos, de grandes fábricas e de empresas operadas pelo governo no Sul, determinada a possibilidade de participação privada, ou até mesmo controle privado, em função do tamanho da empresa e do tipo de atividade. Ligadas ao sistema financeiro estatal tanto para a obtenção de capitais quanto por meio das contas

de pagamentos, as indústrias eram socializadas na medida em que administradores treinados ficavam disponíveis, inseridos nas empresas de modo a organizar o trabalho e a gerência nos moldes do governo. Em 1978, os pequenos comércios até então mantidos por particulares também seriam nacionalizados por questões econômicas, políticas e ideológicas: a escassez de produtos havia levado muitos comerciantes a especular tanto em produtos básicos quanto em produtos de luxo; a classe mercante, uma minoria étnica relativamente rica, não seria confiável para deter o setor comercial em meio ao esforço de socialização do país em um contexto de conflitos militares com o Camboja, apoiado pela China que historicamente dominou o setor comercial no Vietnã; e se no curto prazo a nacionalização prejudicaria a qualidade de vida, dando fim a mercados privados suplementares aos racionamentos limitados de alimentos, roupas e outros bens, “no longo prazo, a nacionalização de todo o comércio solidificará o controle governamental sobre a distribuição de bens e facilitará o funcionamento de uma economia comunista” (CIA, 1978). O já citado movimento de emigração das populações chinesas que dominavam o setor decorreria, enfim, da rejeição às impositivas alternativas de trabalho nos próprios comércios como funcionários do governo ou de migração interna às NEZs, cujos movimentos de redistribuição anteriores esses grupos haviam conseguido evitar (Desbarats, 1987).

É importante destacar que, ademais de acelerar o processo de nacionalização do comércio, os conflitos de fronteiras com o Camboja e com a China impactariam o importante âmbito dos auxílios internacionais, já criticamente reduzidos se considerados os fluxos estadunidenses anteriores para o Sul. Sendo a entrada de ajuda externa importante tanto para o desenvolvimento de projetos específicos quanto para o suprimento de alimentos, combustíveis e equipamentos, o corte do auxílio chinês prejudicaria de maneira significativa o financiamento do governo, especialmente de projetos nos setores de transporte, energético, de mineração e siderúrgico: sem novos auxílios a partir de meados de 1978, a China ainda seria o segundo país a fornecer mais recursos dessa forma entre 1976 e 1980, totalizando 600 milhões de dólares, entre a União Soviética, que forneceria 2,5 bilhões e a Suécia, com 370 milhões (países não comunistas eram responsáveis por menos de 25% dos auxílios internacionais) (CIA, 1978).

Apesar da reorientação do Segundo Plano Quinquenal para um maior foco na produção agrícola, o país iniciaria a década de 1980 com um déficit de alimentos superior ao observado ao fim da guerra, consequência não apenas das falhas do esforço relacionado à redistribuição populacional, mas também de uma elevada taxa de cres-

cimento populacional, superior à taxa de crescimento da produção agrícola. O plantio em 82% dos 528 mil novos hectares abertos elevaria a produção de gêneros alimentícios de 11,6 milhões de toneladas (equivalentes em grãos) em 1975 para 14,4 milhões em 1980. O déficit de alimentos passaria, entretanto, de 6,4 milhões de toneladas para 7 milhões em função do crescimento populacional (Desbarats, 1987). O logro das metas do quinquênio seria inviabilizado por problemas ambientais de secas, alagamentos e pragas, reforçados pela própria ação de abertura de novos plantios em zonas de matas, pela inadequação do solo e falta de insumos importantes, como fertilizantes, pesticidas e boas sementes. Mais uma vez, o desequilíbrio causado por anos de presença estadunidense, somado ao abrupto fim dos fluxos de recursos financeiros e de insumos, impunha restrições à consecução das metas e à satisfação das crescentes necessidades do país. Os suprimentos de alimentos, sementes, ferramentas e moradias por parte do governo frequentemente falhavam pela falta de recursos, muitos agricultores cultivavam apenas o necessário para sua subsistência em função da ineficácia do modelo estabelecido de trabalho no campo e conflitos em fronteiras levavam realocados de volta às cidades. O Terceiro Plano Quinquenal, enfim, herdaria problemas de seus antecessores e teria de rever as estratégias anteriores de modo a atingir seus objetivos econômicos.

Apesar do nome, o Terceiro Plano Quinquenal não seria elaborado ou implementado como um plano único, mas planejado em etapas de modo a evitar as dificuldades enfrentadas no quinquênio anterior quanto às revisões de metas não atingidas. Tendo como principal foco, mais uma vez, o desenvolvimento agrícola, terras coletivas não utilizadas seriam distribuídas entre as famílias das cooperativas por meio de contratos que estabeleciam volumes a serem entregues anualmente. Volumes que excedessem o montante estabelecido poderiam ser vendidos pelas famílias para o Estado ou diretamente no mercado, liberados pequenos negócios particulares para esse fim (Library of Congress, 1989). Apesar desse movimento de descentralização no que tange a produção e comercialização de alimentos, teria continuidade o processo de nacionalização e integração de empresas de importação e exportação, além do movimento de agricultores para terras coletivizadas.

Apesar da principal preocupação das autoridades ter sido a agricultura, à qual seriam dedicados mais recursos relativamente aos planos anteriores à unificação, a maior parte dos investimentos ainda seria direcionada à indústria, em linha com as diretrizes seguidas há décadas pelas potências que patrocinavam o desenvolvimento vietnamita, a China e, especialmente, a União Soviética. Como resultado dos

investimentos, o produto das indústrias leves e pesadas cresceria respectivamente 33% e 28% nos dois primeiros anos do plano, ao passo que o produto agrícola cresceria 19,5% em quatro anos. O resultado modesto do crescimento agrícola relativamente à indústria não significaria, entretanto, que a nova política não seria importante para o país, em especial para a condição de vida dos camponeses: a nova organização contratual da economia rural forneceria, em 1983, algo entre 30% e 50% da oferta de alimentos dos agricultores, além de 50% a 60% de seus rendimentos totais (Library of Congress, 1989).

### **ESTRATÉGIAS E SITUAÇÃO ECONÔMICA SUBSEQUENTES**

As reformas que viriam após o Terceiro Plano Quinquenal, planejadas de modo a converter a economia centralizada em uma “economia socialista de mercado”, pretendiam combinar a continuidade do planejamento econômico governamental com incentivos de privados. O “Doi Moi”, ou reforma de “rejuvenescimento” de 1986, abriria a economia e facilitaria negócios particulares focando também em uma agenda social ampla, encabeçada por expansão da educação e da eletrificação. Uma ampla reforma agrária arrendaria as terras das antigas lavouras coletivizadas aos agricultores, então 70% da população vietnamita, por prazos de 20 anos (Baum, 2020). Na medida em que aumentaria a produtividade e a área de plantio agrícola, decorreria também do sistema subsidiado de irrigação, o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas diminuiria relativamente à indústria e ao setor de serviços, aumentando a produtividade geral da economia. Em 1989, o Vietnã passaria a exportar alimentos e, sem prejuízo significativo à distribuição de renda medida pelo índice de Gini, que seria idêntico em 1992 e em 2018<sup>9</sup>, o PIB per capita real vietnamita triplicaria nos 15 anos após 1990 (Baum, 2020). A taxa de pobreza de mais de 60% em meados dos anos 1980, finalmente, cairia para menos de 20% da população em 2006, movimento semelhante às estatísticas chinesas, que dez anos depois revelariam a extinção da pobreza no país<sup>10</sup>.

O atraso econômico decorrente de quase um século de colonização e guerra, que fazia do Vietnã um dos países mais pobres do

---

9 Oscilando entre 34,8 e 39,3, o índice de Gini do Vietnã seria 35,7 em 1992 e em 2018, equivalente à 62ª colocação no mundo, entre Espanha (57ª) e Reino Unido (67ª) (Banco Mundial, 2020a).

10 O índice de pobreza (número de pessoas com menos de 1,90 dólares por dia) cairia de 66% em 1990 para 18,5% em 2005 na China, movimento que seguiria até virtualmente a nulificação do índice em 2013, quando cairia a 0,4%. No Vietnã cairia a 18,8% em 2006 e 1,9% em 2016 (Banco Mundial, 2020b).

mundo na década de 1970 (ONU, 2020)<sup>11</sup>, seria combatido, enfim, por meio de amplas políticas de planejamento econômico envolvendo agricultura, indústria, demografia e educação. Tateando em busca do melhor caminho para o desenvolvimento, o Vietnã transformaria duas economias aparentemente incompatíveis em uma economia integrada e em rápido crescimento dentro de quinze anos de paz, tentando adaptar o planejamento econômico a cada período de acordo com os sucessos e os fracassos das estratégias anteriores de planificação. Entre outros desafios de ordem doméstica e internacional, o país superaria a crise alimentar, o reduzido desenvolvimento industrial e o desemprego legados pela guerra e pela dependência externa e atrairia investimentos chineses, sul-coreanos, taiwaneses, singapurenses, europeus, canadenses e australianos, conquistando espaços importantes nas novas cadeias internacionais de produção, fundamentais para seu crescimento no século XXI.

Finalmente, ainda que fora do escopo deste artigo por não se tratar de uma consequência da dependência econômica do Vietnã do Sul em relação aos Estados Unidos, é necessário mencionar a última política estadunidense a lesar gravemente o país e dificultar os esforços de consolidação e o planejamento econômico do país unificado: o embargo. Estabelecidas desde antes da chegada de tropas estadunidenses no Vietnã, as sanções econômicas tinham como principal objetivo a fragilização da economia vietnamita de modo a reduzir suas chances de vitória na guerra. Mantida após a saída das tropas e a queda de Saigon, entretanto, a política constrangeria o país recém-unificado e devastado por décadas de guerra a uma situação de pária internacional, comparável de certo modo a Cuba ou à Coreia do Norte. Vetado de obter empréstimos de organismos internacionais voltados ao desenvolvimento, o Vietnã seria também proibido de receber investimentos ou de comercializar com duas das três maiores economias da época, os Estados Unidos e o Japão (Freeman, 1993), excluído, assim, das principais cadeias de comércio do globo. A política, já muito contestada inclusive pelo capital privado estrangeiro, permaneceria como símbolo do imperialismo estadunidense por trinta anos, revogada apenas após se tornar flagrantemente prejudicial à própria economia dos Estados Unidos, em 1994 (Freeman, 1993). O legado da dependência durante a guerra seria reforçado, enfim, por quase duas décadas de política ativa contra o desenvolvimento econômico do Vietnã.

---

11 Durante toda a década de 1970 o Vietnã figuraria entre os cinco países com menor PIB per capita da série estatística.

## CONCLUSÃO

A duradoura e imperiosa permanência estadunidense no Vietnã do Sul e o prolongamento, por parte dos Estados Unidos, de um conflito que inelutavelmente terminaria com a tomada de Saigon e a vitória do Norte deixariam profundas marcas sobre a economia do país reunificado, inevitavelmente reconfigurando a posterior experiência de planificação econômica vietnamita. Adentrando a guerra como região exportadora de alimentos, o Sul sairia do conflito com um déficit superior ao do Norte, resultado da desocupação das zonas rurais pelo prolongamento da violência e das artificiais e insustentáveis oportunidades criadas nos centros urbanos pela presença estrangeira; beneficiados pelos recursos e insumos financiados pela potência estrangeira, a agricultura, os serviços e a indústria remanescentes teriam de lidar não apenas com a falta desses benefícios, como, sobretudo, com um embargo imposto pelo então aliado; e espalhados pelo território explosivos ainda ativos e agentes químicos desfolhantes, carcinogênicos e responsáveis por malformações fetais, a desproporcionalidade da guerra geraria custos incalculáveis de longo prazo, adicionais à destruição física observável.

Nesse sentido, os planos elaborados para o desenvolvimento econômico do Vietnã se desvirtuariam das ambições originais, que priorizavam a expansão industrial, para focar na contenção imediata das crises decorrentes dos anos de guerra e da cisão do país, em especial a alimentar que, por sua dimensão, tardaria a ser sanada. O caso dos planos quinquenais vietnamitas, dessa forma, em suas falhas e acertos, evidencia os desafios enfrentados por políticas deliberadas de desenvolvimento por meio de planejamento econômico, dependentes não apenas de diagnósticos adequados das condições objetivas do país e de estratégias compatíveis com as possibilidades políticas e econômicas, como também de uma implementação ponderada e atenta às mudanças.

## BIBLIOGRAFIA

- Banco Mundial (2020a). *Development Research Group. Gini index (World Bank estimate) — Vietnam*. <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI>
- Banco Mundial (2020b). *Development Research Group. Poverty headcount ratio at \$1.90 a day (2011 PPP) (% of population) — China, Vietnam*. <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?locations=CN-VN>
- Baum, Anja (2020). *Vietnam's Development Success Story and the Unfinished SDG Agenda*. Washington, DC: IMF Working Papers, Fundo Monetário Internacional.

- CIA. Office of Research and Reports (1961). *A comparison of the economies of North and South Vietnam*. Estados Unidos.
- CIA. National Foreign Assessment Center (1978). *Vietnam: Reconstruction and Postwar Economy*. Estados Unidos.
- Desbarats, Jacqueline (1987). Population Redistribution in the Socialist Republic of Vietnam. *Population and Development Review*, 13(1).
- Freeman, Nick (1993). United States's economic sanctions against Vietnam: international business and development repercussions. *The Columbia Journal of World Business*.
- Hammond, William (1996). *Public affairs: the military and the media, 1968-1973*. Washington, DC: Center of Military History.
- Landmine Monitor (2015). *Vietnam, Casualties and Victim Assistance*. <http://www.the-monitor.org/en-gb/reports/2020/vietnam/casualties-and-victim-assistance.aspx#ftn11>
- Library of Congress. Federal Research Division (1989). *Vietnam: a country study*. Washington: U.S. Government Printing Office.
- ONU. Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). *World Population Prospects*. <https://population.un.org/wpp/DataQuery>
- ONU. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division (2020). *National Accounts*. <https://unstats.un.org/unsd/snaama/Basic>
- Phuong, Ta Huu e TA, Guy (1978). The postwar economic planning and development of Vietnam. *Southeast Asian Affairs*. Institute of Southeast Asian Studies.
- Thao, Nguyen Viet (2007). *O socialismo no Vietnã: de 1945 até a atual renovação. Princípios*. São Paulo: Ed. 92.
- Vinogradov, A. G. (2015). *Economic growth around the world from ancient times to the present day*. S/d: WP IPGEB.

# O MODELO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE KERALA (ÍNDIA)<sup>1</sup>

Gemma Cairó-i-Céspedes

## 1. INTRODUÇÃO

Em meados dos anos 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento fazia referência à experiência do alto desenvolvimento humano de Kerala<sup>2</sup> como única no mundo em desenvolvimento, qualificando o modelo como de um desenvolvimento humano sustentável mediante a ação pública” (PNUD, 1996). Trata-se, efetivamente, de um caso que mostra uma vez mais uma experiência histórica de luta popular para a consecução de melhorias sociais para o conjunto da população mediante a articulação dos diferentes interesses de movimentos sociais e políticos cujas demandas encontram resposta em um estado que priorizou as políticas distributivas. A mobilização dos setores mais pobres, cuja origem remonta ao período colonial, junto com a transformação da consciência social, foram o resultado de três elementos chave que explicam este processo de mudança: o papel dos movimentos de casta na erosão da ordem tradicional; a organização dos trabalhadores através do movimento sindical e a liderança do Partido Comunista no governo regional (Cairó-i-Céspedes, 1998, p. 2001).

---

1 Tradução de Eduardo Silveira Netto Nunes.

2 O estado indiano de Kerala, situado no extremo sudoeste do subcontinente, conta com uma população de 35 milhões de pessoas aproximadamente.

Se é correto que autores como Amartya Sen tem insistido na não replicabilidade do modelo de Kerala ao considerar sua especificidade quanto às condições culturais, geográficas e sociopolíticas que facilitaram o seu desenvolvimento, tais como o legado histórico, a peculiar configuração religiosa ou o grau de consciências política de sua população, isso não tira a relevância de que a experiência keralita se levante como um exemplo a mais de mobilização e luta popular no marco do conflito distributivo que nos evoca, inevitavelmente, o capitalismo. Neste capítulo se abordam as forças em conflito que originam o modelo de Kerala afim de caracterizar o exitoso processo de transformação social desta região no marco econômico e político inseguro, tendo em conta as dificuldades estruturais de um país cujo desenvolvimento esteve ligado à colonização e ao imperialismo.

## **2. MOBILIZAÇÃO SOCIAL E COMUNISMO EM KERALA**

O desenvolvimento dos primeiros movimentos sociais gestados em Kerala, em meados do século XIX, com a ocupação britânica da Índia, teve sua origem na privação ao qual a população foi submetida, baseada nas estruturas de exploração e dominação que remetem, diretamente, ao modo de produção e à exploração na base das relações de classe, juntamente com outras estruturas de dominação que aprofundam as condições de privação, como é a estrutura de castas<sup>3</sup>

### **2.1. A LUTA ANTICOLONIAL E DOS MOVIMENTOS DE CASTAS**

As primeiras formas de organização popular em Kerala se desenvolveram ao longo da segunda metade do século XIX e princípios do XX em resposta à opressão e dominação que era imposta pelo rígido sistema de castas sob a hegemonia bramânica baseada na propriedade sobre o excedente da terra. Ainda que, em um primeiro momento, os movimentos de casta aglutinassem aqueles cuja luta se orientava na direção de romper com as estruturas de dominação e exploração assentadas sobre a ordem simbólica-religiosa<sup>4</sup> que caracterizava a sociedade tradicional, logo as demandas socioeconômicas passaram a fazer parte dos objetivos de emancipação de diferentes comunidades.

---

3 Neste sentido, se considera, muitas vezes, o caso do desenvolvimento social de Kerala como aquele no qual a conformação da ação coletiva orientada à transformação social responde às “múltiplas forças mobilizadoras” (Mathew, 1989).

4 O sistema de castas, como sistema de estratificação social, pressupunha três aspectos inter-relacionados: 1. a apropriação dos meios de produção; 2. a distribuição do poder às castas imediatamente inferiores e; 3. o desenvolvimento de uma ideologia que produzia um simbolismo que legitimava a dominação existente (sobre o conceito de pureza-impureza).

O sistema de castas, assentado sobre uma complexa ordem simbólica que oferecia o marco ideológico para a dominação, foi desestabilizado pela ocupação colonial e pela progressiva introdução das relações de produção capitalistas. As mudanças na propriedade da terra, as novas relações de trabalho e a mudança na estrutura de poder político acabariam por debilitar, sem dúvida, a ordem religiosa tradicional, no que foi ajudada pela ação dos primeiros movimentos de casta, primeiro centrada na esfera religiosa contra a ordem simbólica estabelecida e, posteriormente, no desenvolvimento de novos movimentos vinculados à dimensão socio-política e orientadas à melhoria das condições econômicas e o acesso ao poder político. Concretamente, os movimentos de casta que surgiram na segunda metade do século XIX se caracterizavam: 1. para a luta pela emancipação religiosa e social; 2. pelo ataque à ordem simbólica da realidade social e; 3. pela solidariedade de casta como sentimento de pertencimento coletivo (Lemercinier, 1994). Estes movimentos podem se dividir em três grandes grupos:

1. Movimentos de castas baixas (e intocáveis) cujo objetivo era eliminar os símbolos das diferenças sociais. Destaca-se o movimento social *SNDP Yogam*, que nasceu em 1903, pela amplitude do movimento e pela sua posterior transformação em organizações sindicais que aglutinavam a casta dos Ezhavas formada, principalmente, por agricultores. Se é certo que as primeiras ações atentavam contra as normas de impureza<sup>5</sup> estabelecidas pela ordem tradicional, rapidamente passaram a apresentar demandas no plano sociopolítico a favor dos membros dessa comunidade. Estas podem ser resumidas, principalmente, em: a) admissão de meninos e meninas nas escolas públicas; b) direito a ser admitido nos serviços públicos; c) direito de representação aos órgãos políticos; d) direito a utilizar as estradas públicas e templos (Nag, 1989).
2. Organizações de castas altas cujo objetivo era a recuperação da posição econômica e política que fora abalada e reduzida durante a ocupação britânica. Destaca-se o movimento da casta

---

5 *Nota do Tradutor* (NT): Em diferentes momentos o original emprega o termo “normas de polución”. Esse termo parece ser utilizado no original como uma correspondência com o termo em inglês “pollution”. Em inglês, “pollution” é comumente empregado, ao tratar do sistema de castas como uma diferenciação das castas “puras” ou, em inglês, “purity”. Assim, em inglês teríamos castas com pureza (purity) e castas com impurezas (pollution). Assim, “polución” em uma tradução limitada poderia ser traduzida como “poluída” ou “casta poluída”. Optamos por traduzir “polución” por impureza, o que quer dizer, castas puras, de um lado e, do outro lado, castas impuras. Já, as “normas de impureza” impunham inúmeras barreiras aos seus membros, pois era entendidas como inferior em relação às castas “puras”.

alta dos Nairs, dedicada tradicionalmente às tarefas administrativas e militares, que fundou em 1915 a *Nair Social Service*. Um dos seus primeiros objetivos foi a transformação das relações familiares baseadas no sistema matrilinear — caracterizado por um sistema hereditário que dificultava a divisão da propriedade —, o que os impedia de aproveitar as oportunidades econômicas que a nova situação oferecia. Se é certo que o movimento dos Nairs apenas buscava recuperar um poder debilitado pela ocupação britânica, cabe destacar que este movimento se uniu às ações contra as normas de impureza dos movimentos das castas baixas, solidarizando-se com as demandas destes em favor de uma maior igualdade.

3. Movimentos de outras comunidades religiosas e muçulmanas, cujas demandas se orientavam à eliminação das discriminações de acesso às funções públicas.

A primeira atuação destes movimentos foi a massiva mobilização ante o rei de Travancore<sup>6</sup> com a entrega do famoso *Malayali Memorial* (1891), a primeira demanda conjunta de diferentes comunidades de casta às autoridades políticas em favor de algumas cotas representativas de acesso aos cargos e empregos públicos. Esse memorial aglutinava cerca de 10.000 nativos de Travancore pertencentes à casta dos Nairs (casta superior) e os Ezhavas (castas baixas e sem casta) assim como os sírios cristãos. Ao longo da década de 1930 sucederam-se várias vitórias na consecução de muitas das demandas contidas no *Malayali Memorial* tanto no âmbito sociorreligioso (eliminação de discriminações de casta nos aspectos religiosos, como a entrada nos templos, ou as normas de impureza) assim como o acesso a cargos de representação política na administração por parte de diferentes comunidades. Considera-se esta ação coletiva como um claro indicador da emergência de um nacionalismo malayalam pelo qual alçava conjuntamente suas demandas de forma unitária<sup>7</sup>, esse nacionalismo

---

6 Sob o Raj britânico (1858-1947), o estado de Kerala acabaria dividido em três zonas administrativas: Malabar, Travancore e Cochim. Entretanto, no caso de Malabar a vitória das tropas britânicas impôs o controle direto da região sob a presidência de Madras (1792), as regiões de Travancore e Cochim se mantiveram como estados principescos sob a influência britânica sendo governados pelos reis nativos no regime de estados vassalos dos britânicos mediante acordo assinado com a *East India Company* em 1805. De fato, britânicos e reis nativos já haviam chegado a acordos, ao longo dos anos da década de 1720, para expulsar ao sultão Misore, apoiado pelos franceses.

7 Alguns defendem a tese nacionalista como o primeiro (mesmo não sendo o único) fator explicativo da mudança social e política experimentada em Kerala, desde a ocupação britânica (Singh, 2010).

comportava que a população compartilhava uma língua<sup>8</sup> e cultura comum, submersa na pobreza, com um considerável atraso econômico, quando comparada com sua vizinha Madrás. Certamente, o movimento anticolonial keralita derivou no movimento *Aikya Kerala* (Kerala Unida) que contou com um amplo apoio popular, o qual ganhou força com a independência a favor da construção de um estado keralita, de língua malayalam, em uma Índia independente, cujos critérios de demarcação territorial foram de caráter linguístico<sup>9</sup>.

Não obstante, estes movimentos comportaram, por sua vez, efeitos indesejados. Em primeiro lugar, a organização de casta implicou, e segue implicando num reforço da identidade de casta, conformando-se o que se convencionou denominar de “blocos étnicos politicamente articulados (Rao, 1979), vinculados aos benefícios que representa o fato de estar classificado em um determinada casta (reserva de cargos públicos, vagas em escolas). Se é possível dizer que estes movimentos protagonizaram a luta antifeudal e anticolonial, posteriormente, sua atuação em linhas de casta confessionais não fizeram mais que consolidar a divisão entre os mais pobres e o conjunto dos camponeses. Em segundo lugar, também cabe apontar que foram os setores emergentes dessas comunidades as que mais eram beneficiadas com as referidas mudanças, especialmente no seu acesso a cargos públicos. Na medida em que os movimentos de casta foram liderados pela emergente classe média, que aproveitavam as novas oportunidades econômicas que ofereciam o colonialismo e o capitalismo, isso implicou em uma crescente diferenciação econômica dentro de uma mesma casta, como no caso dos Ezhavas, o que levou a uma crescente perda de legitimidade de muitos líderes do movimento em representar os interesses dos mais pobres, abrindo-se conflitos e cisões em alguns deles.

Deste modo, a herança dos movimentos de casta não se limita às rachaduras provocadas na ordem social tradicional, senão também no desenvolvimento de uma consciência social e política que implicaria na emergência de muitas demandas durante décadas na forma de ação coletiva em favor de melhorias sociais das classes mais pobres. De fato, a natureza confessional das primeiras ações populares protagonizadas pelos diferentes movimentos de casta e religiosos, a favor dos direitos civis e políticos, manteve-se na posterior conformação de blocos políticos em Kerala pós-independência, o que se denominou de “o caminho confessional fazendo a secularização” (Mathew, 1989).

---

8 O malayalam, língua do sul da Índia.

9 Como no caso da aprovação da *State Reorganization Act*, de 1956, que daria nascimento ao estado de Kerala.

## 2.2. O MOVIMENTO SINDICAL E O PAPEL DO PARTIDO COMUNISTA

### 2.2.1. AS CONDIÇÕES PARA A EMERGÊNCIA DE UM PROLETARIADO RURAL E A NATUREZA DO MOVIMENTO SINDICAL

A organização e mobilização dos trabalhadores rurais em Kerala foi fruto de diferentes fatores estruturais inter-relacionados que podem ser resumidos em:

1. A penetração capitalista sob a ordem colonial impulsionou o rápido crescimento das plantações e o desenvolvimento das atividades associadas ao processamento (básico) dos recursos naturais. A transformação rural capitalista trouxe consigo tanto a rápida proletarização da população como o crescente desenvolvimento de vínculos produtivos entre as atividades agrícolas e industriais. O surgimento do proletariado rural precedia tanto dos trabalhadores ocupados em atividades capitalistas desenvolvidas em grande escala — plantações, indústria de fibra de coco e algodão — como daqueles vinculados à pequena indústria e atividades artesanais<sup>10</sup>.
2. O impulso do movimento nacionalista liderado por partidos socialistas e comunistas, os quais protagonizaram não apenas a luta anticolonial senão também antifeudal sob o domínio do partido, então majoritário, o *Congress Socialist Party* (CSP). O CSP sofreu a primeira cisão em 1939 por parte de seu setor mais radical, nascendo o *Communist Party of India* (CPI), que sofreria, posteriormente, em 1964 outra cisão em sua vertente marxista, aparecendo o CPI (M), os quais foram os que mais souberam articular as reivindicações dos setores mais pobres da população keralita<sup>11</sup>.
3. E, por último, as melhorias conseguidas pelos predecessores movimentos de casta, especialmente no que se refere à alfabetização das castas mais baixas e ao desenvolvimento de uma cultura popular, que juntamente com a rápida expansão da imprensa facilitou a transmissão de ideias e conhecimento.

---

10 O rápido crescimento do proletariado rural se pôs de manifesto em Travancore onde o número de trabalhadores do setor organizado triplicou entre 1911 e 1921, principalmente, devido à expansão das plantações e ao estabelecimento das novas indústrias processadoras de matérias primas. No caso das empresas de processamento do caju, em grande escala, que em 1921 ocupavam 237 trabalhadores que passaram para mais de 8.000 em 1931 (Kannan, 1988).

11 O movimento nacionalista não apenas aglutinava a classe camponesa, senão também contava com a presença das classes médias ilustradas que haviam liderado os movimentos de casta, assim como da classe governante.

A emergência de um proletariado rural data dos finais dos anos 1920, com o nascimento das primeiras associações operárias, as quais experimentaram um rápido crescimento durante a década dos anos 1930, facilitado pela concentração regional das primeiras indústrias<sup>12</sup>. O primeiro sindicato foi fundado em 1922, sob o patrocínio do CSP na indústria de coco, a *Travancore Labour Association*, a qual se seguiram outras associações organizadas setorialmente — como o QFWA na importante indústria do caju —. Destaca-se o papel do CSP, a qual posteriormente se seguiria o CPI, no impulso das mobilizações e greves, assim como na celebração da primeira *All Kerala Conference* em 1935, aglutinando todo o movimento sindical. Ambos partidos, nestes primeiros anos, lideraram as demandas dos trabalhadores frente ao poder político, o que lhes custou a transformação de suas atividades em ilegais pela greve geral de 1946, na qual se levantaram contra o governo de Travancore e que acabou em uma sangrenta revolta popular, a de Punnapra-Valayar, que custou a vida de centenas de trabalhadores (Ramachandran Nair, 1994).

No caso das organizações agrárias, essas tiveram impulso ao longo das décadas de 1930 e 1940, centrando sua luta na melhora das precárias condições dos arrendatários, destacando o papel da pioneira *Malabar Tillers Association* — MTA — nascida em 1937. Posteriormente, a organização dos cultivadores e arrendatários se estendeu ao longo do território de Kerala, nascendo em 1956 a *Kerala Tillers Association* (KTA)<sup>13</sup>. Se é certo que a MTA como a KTA contavam com o apoio dos trabalhadores agrícolas, estas associações nunca tiveram a suficiente consideração a respeito da problemática específica e diferenciada dos trabalhadores agrícolas, o que impulsionou ao CPI(M) à criação do sindicato *Kerala State Agricultural Labours Union* em 1969, cujo objetivo principal foi a melhora das condições laborais dos trabalhadores da terra aglutinados na sua luta pela emenda da Lei de Trabalhadores Agrícolas de Kerala. Isso não fazia senão refletir, já nos anos 1970, a divisão entre arrendatários e trabalhadores agrícolas, cuja origem se encontrava na natureza de uma reforma agrária que, se é certo que implicou na melhoria dos primeiros, não combateu a precária situação dos segundos. De fato, ainda que existissem diferenças

---

12 Como a indústria do coco em Allepei, plantações nas terras altas, a indústria de telhas em Calicute, a de caju em Quilon, o *taping* nas zonas produtoras de coco de Trichur e Allepei, os trabalhadores de *beedi* (cigarros) em Cannalore, os trabalhadores portuários de Cochim e Allepei, os trabalhadores agrícolas nos arrozais de Kuttanad e Palghat (Kannan, 1988).

13 Com a cisão do CPI, o novo CPI(M) passou a controlar a KTA, com o que o CPI criou sob seu controle uma nova associação de cultivadores.

entre ambos os grupos, referente à propriedade da terra, a situação econômica de ambos era praticamente idêntica.<sup>14</sup>

Uma das marcas centrais da natureza do movimento sindical era o alto grau de politização dos sindicatos, com uma elevada presença dos partidos políticos na liderança dos sindicatos, com a posterior fragmentação do movimento sindical, como ocorreu no caso dos sindicatos dos trabalhadores agrícolas<sup>15</sup>. Apesar disso, destaca-se a capacidade organizativa sindical do partido comunista: no ano de 1959, de um total de 1650 sindicatos, que aglutinavam cerca de 320.000 trabalhadores, cerca de 80% estavam sob controle do partido comunista, primeiro do CPI e, posteriormente, do CPI(M)<sup>16</sup>. Durante os anos de expansão e maior atividade do movimento sindical, era o CPI(M) quem controlava o maior sindicato de trabalhadores agrícolas (KSA-LU) e detinha o controle da primeira federação de sindicatos do país, a *Centre of Indian Trade Union* (Heller, 1996).

### 2.2.2. O COMUNISMO DE KERALA

A origem do comunismo em Kerala data de meados dos anos 1930, quando na origem do partido que conduziu a Índia à independência, o *Indian National Congress* (INC), foi se conformando o núcleo socialista que acabaria criando o *Congress Socialist Party* (CSP), afiliado ao INC. As diferenças de alguns líderes comunistas do CSP acabaria levando à criação do *Communist Party of India* (CPI), aquele que ganharia as primeiras eleições democráticas no recém nascido estado de Kerala. Na Índia, as diferenças entre os membros do CPI — tanto pela sua progressiva aproximação ao partido comunista soviético como pelos conflitos fronteiriços sino-indiano e a ocupação chinesa do Tibet — terminaram se cristalizando na cisão do partido em 1964 com a formação do novo CPI (Marxista). Enquanto o CPI delineava sua identidade nacional e considerava o proletariado como a primeira força revolucionária, o CPI(M) se desenhava como um partido de âmbito

---

14 A falta de unidade do movimento camponês dividia os agricultores mais pobres e debilitava a base eleitoral do CPI(M), perdendo o apoio dos arrendatários cultivadores (que representavam, naquele momento, 20% da população trabalhadora rural, sendo 35% trabalhadores agrícolas e 45% o restante dos trabalhadores não agrícolas (Kannan, 1988).

15 Enquanto o CPI(M) controlava o KSALU, o CPI e o *Kerala State Agricultural Labourers Federation*, o INC o *National Agricultural Labourers Union*, o RSP (*Revolutionary Socialist Party*) e a *Kuttanad Agricultural Labourers Association*. Não obstante, muitos destes sindicatos eram regionais ou locais, a diferença do CPI(M) e CPI que podiam ser qualificados como sindicatos nacionais ou estatais (Alexander, 1989).

16 Três anos antes, em 1956, o número de sindicatos era de 800 e o de filiados era 130.000 (Nossiter, 1988).

mais regional e orientava sua ação política em direção ao campesinato. Frequentemente se reconhece o êxito dos comunistas em Kerala, a diferença de outros estados indianos que contavam também com representação do CPI(M) — como tradicionalmente é o caso do estado de Bengala ocidental — devido à sua orientação majoritariamente rural (tanto na ação direta como na organização do movimento sindical) assim como na inclusão de membros das classes pobres e castas baixas entre seus líderes, como foi o caso dos trabalhadores agrícolas da casta dos Ezhavas, permitindo-lhes obter uma ampla base social<sup>17</sup>.

A natureza do comunismo e, especialmente, do CPI(M), na Índia e em Kerala, foi amplamente debatida, especialmente ao redor do compromisso real dos comunistas na transformação radical da sociedade e da prática política de conformação das coalizões heterodoxas (Nossiter, 1988). Certamente, a política de coalizões que os comunistas levaram a cabo para formar governo em Kerala, e em outros territórios indianos, tanto com o conservador INC, como com partidos confessionais, foram muito questionadas ao se considerar que impediram a aplicação de programas políticos mais radicais. De fato, a dinâmica política em Kerala, desde a independência até a atualidade, se caracterizou pela polarização política entre duas frentes (conservadora e comunista), apontadas por partidos confessionais observando-se:

1. Uma alternativa quase exata no poder dos grandes blocos políticos: por um lado, o comunista Frente Democrático das Esquerdas, liderado pelo CPI(M), e, por outro, o conservador Frente Democrático Nacional, liderado pelo INC. Em geral, as forças confessionais se aliavam ao INC, se bem que o CPI(M), não estava longe disso, como foi o apoio sistemático dos muçulmanos.
2. Um elevado grau de representação confessional no espectro político, tanto representado por identidades religiosas (como a *Muslim League* ou aos cristãos representados na *conservadora Kerala Congress*) como por interesses de casta (o *National Democratic Party*, dominado pela casta dos Nairs ou *Socialist Republican Party* dos Ezhavas). Como se apontou, isso implicou no ressurgimento da (identidade) casta como base da política de Kerala (Nossiter, 1988).
3. Uma elevada fragmentação política, o que conformou governos de coalizão impedindo governos apenas conduzidos pelos partidos majoritários. Isso dificultou profundamente a gestão

---

17 No caso de West Bengal, a estratégia do CPI(M) recaía majoritariamente nos trabalhadores industriais e era liderada basicamente por elites urbanas bengali.

política, a transparência e o desenho dos programas ambiciosos.

Apesar de tudo, não resta dúvida de que a atuação dos comunistas no governo de Kerala implicou em significativos avanços materiais e sociais para a classe trabalhadora<sup>18</sup>, destacando três atuações cabais do CPI(M) em termos de transformação social:

- A reforma agrária cujo objetivo principal foi a concessão de direitos de propriedade aos arrendatários e de direitos de moradia nas terras nas quais viviam os trabalhadores agrícolas. Foi uma reforma de lenta aplicação (transcorreram 18 anos até sua definitiva aprovação) por oposição das forças reacionárias ao governo comunista tanto dos Nairs (proprietários rurais), como dos cristãos, os quais lideraram a *Liberation Struggle* de 1959, que terminaria com a intervenção do governo central tomando o poder político da região e afastando o governo comunista.
- As leis no âmbito da educação e reorientação da política educativa. Destaca-se especialmente, a vontade dos comunistas do controle público da política educativa, apesar da proliferação de centros privados subvencionados, fonte de corrupção e impregnada por interesses confessionais (especialmente da comunidade cristã).<sup>19</sup>
- A lei de relações industriais, com a crescente instauração, a partir dos anos 1980, dos Comitês de Relações Industriais e Comitês de Salário Mínimo em indústrias com presença sindical com o objetivo de regular as relações laborais e garantir os direitos dos trabalhadores junto com o estabelecimento de marcos de negociação coletiva (Heller, 1996).

### **3. MUDANÇA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM KERALA**

As mudanças na propriedade da terra e as políticas no âmbito da saúde e da educação configuram as bases de desenvolvimento humano

---

18 Certamente, em geral quando a coalizão conservadora ocupou o poder deu continuidade à maioria das políticas impulsionadas pelos comunistas, à exceção da reforma agrária.

19 Em algumas ocasiões o CPI(M) se mostrou ativamente contrário a qualquer medida que implicasse um reforço da identidade de casta, como a oposição à aplicação das famosas recomendações da *Mandal Commission* sobre a reserva de cargos públicos às castas menos privilegiadas (*backward castes*).

alcançado por Kerala, a qual transitou por um processo de mudança econômica na qual subsiste o caráter primário-exportador junto com uma acelerada terceirização da economia no marco da abertura.

### 3.1. A REFORMA AGRÁRIA

Poucos países periféricos desenvolveram políticas de mudança na propriedade da terra uma vez descolonizados, sendo Kerala um deles no contexto de uma Índia onde a mudança agrícola se circunscreveu à revolução verde. A descentralização política e legislativa que permitia o marco federal facilitou ao governo de Kerala a aprovação de mudanças na legislação agrária desenvolvendo-se a reforma agrária mais radical da Índia, com a aprovação da Lei de Reforma Agrária, em 1959. Se é certo que a reforma agrária se considera como um dos elementos definidores do modelo de Kerala, cabe mencionar que tal reforma significou uma transformação profunda da propriedade, apesar do declarado *land to the tiller*, o que impediu uma mudança radical nas regiões agrárias, se é correto que isso significou a concessão de direitos de propriedade aos arrendatários e a melhoria das condições laborais dos trabalhadores agrícolas. A reforma agrária em Kerala esteve abalada por vai e vens que fraturaram e dificultaram a aplicação das medidas aprovadas, tanto pelas travas impostas à reforma por parte do governo central presidido por um INC inclinado aos interesses dos grandes proprietários como por uma oposição de proprietários de terra keralistas às medidas desenvolvidas pelo governo comunista.

Nesta larga evolução da reforma agrária foram se diferenciando três grandes etapas (Raj e Tharakan, 1983; Radhakrishnan, 1991). A primeira durante os anos de maior impulso da reforma (1956-1959), consiste na aprovação da *Kerala Agrarian Relations Bill* pelo CPI, onde se contemplava, pela primeira vez, a concessão de direitos de propriedade sobre a terra a arrendatários e parceiros, ademais de garantir aos trabalhadores agrícolas não serem expulsos da terra na qual viviam e o direito de posse da moradia na qual habitavam. Essa concepção era de fato uma segunda opção ante a impossibilidade do objetivo originário de redistribuir a terra (excedente) entre os camponeses pobres e trabalhadores sem-terra através da liberação de terras dos grandes proprietários mediante o estabelecimento de limites sobre a propriedade. Ao final, obstáculos como os numerosos subterfúgios legais, as concessões a respeito dos limites e liberações às plantações dos grandes proprietários impediram que a terra concedida o fosse no volume das expectativas (Radhakrishnan, 1991). Apesar disso, seguiram os protestos dos grandes proprietários ante ao governo central que se traduziram em uma emenda à nova lei, desembocando na segunda etapa (1959-1967) caracterizada pelo retrocesso na aplicação da

reforma. O partido comunista foi então expulso do governo de Kerala por ordem do governo central, aprovando-se uma emenda à Lei de reforma agrária, e a promulgação, em 1960, da nova *Kerala Agrarian Relations Act*, que implicaria em novas concessões aos grandes proprietários e cortes aos arrendatários e trabalhadores agrícolas. Posteriormente, com a recuperação do poder por parte do CPI (1967-1970) se aprovou uma nova emenda à lei que recuperava alguns dos direitos dos trabalhadores da terra, restaurando-se os direitos dos arrendatários expulsos quando se anulou algumas concessões às plantações, ainda que se mantiveram as originais sobre o chá, o café e a borracha principalmente (Herring, 1981). Ademais, com a aprovação da definitiva *Kerala Agricultural Workers Act* de 1974, se reconheciam novos direitos aos trabalhadores agrícolas relacionados com a jornada de trabalho, a seguridade no trabalho, melhorias no salário mínimo e outras prestações sociais (HDR, 2005).

Se é verdade que o balanço da reforma agrária foi positivo à vista da maior segurança na propriedade da terra para os arrendatários — proprietários de parcelas muito pequenas (inferiores a um acre) — e da melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas, cabe destacar que aspectos como as sucessivas emendas de caráter legislativo, as dificuldades administrativas com as quais se toparam na sua implementação, as lacunas legais, e a mais importante de todas elas, a exceção da inclusão das plantações na lei de reforma agrária, impediram que a ambiciosa reforma agrária pudesse completar-se. De fato, a reforma do arrendamento configurou o padrão de propriedade dominado por um grande número de propriedades marginais — de difícil rentabilidade econômica — que concentra cerca de 90% das famílias, deixando praticamente igual a propriedade de parcelas de tamanho médio, junto com a redução das grandes propriedades (superiores a 10 acres)(George, 1993). Por último, cabe destacar que a debilidade da reforma, em termos da consecução de uma transformação radical das relações na agricultura, ficou evidenciada na paradoxal aparição do fenômeno dos proprietários ausenteístas, a queda da atividade agrícola e a incapacidade de superar a crônica dependência alimentar da região. É certo que outros fatores afetaram as relações agrárias em Kerala para além da reforma agrária, como a pressão demográfica, a forte comercialização da agricultura, ou a desintegração do sistema da *joint-family* (Scaria, 2010).

### **3.2. POLÍTICA REDISTRIBUTIVA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO**

As medidas que se adotaram a favor da melhoria das condições de vida da população de Kerala se circunscrevem majoritariamente no âmbito da saúde e da educação, as quais remontam a meados do sé-

culo XIX. Concretamente, os principados de Travancore e Cochim, que durante o domínio colonial gozaram de um certo grau de autonomia política, adotaram medidas orientadas à melhora e extensão da assistência sanitária destacando-se os programas de vacinação generalizadas, a inclusão da mulher nos programas de saúde, assim como o acesso pela primeira vez das castas baixas aos serviços sociais (Kabir e Krishnan, 1992). No âmbito educativo, o governo de Travancore investiu na construção de escolas e na concessão de ajudas e bolsas aos grupos mais pobres. Destacam-se algumas medidas específicas daqueles anos como a abolição das escolas de língua inglesa, o financiamento público de iniciativas privadas no desenvolvimento de centros educativos, o acesso à educação primária de todas as comunidades e o desenvolvimento das primeiras escolas de adultos (Gopinathan Nair, 1983).

No pós-independência, a partir da década de 1960, ampliaram-se estas medidas de desenvolvimento social direcionadas à melhora da qualidade de vida, destacando-se:

1. A expansão dos serviços sanitários.
2. O programa de construção de casas para os trabalhadores sem terra.
3. Programas de saneamento.
4. A rápida expansão do sistema educativo.

Uma das prioridades dos sucessivos governos foi a redução das disparidades rurais-urbanas, assim como de gênero (Mathew, 1987). O desenvolvimento de múltiplos programas públicos de assistência e proteção social cristalizou, em altos níveis de desenvolvimento humano junto com uma progressiva queda dos níveis de pobreza da população, situando-se, atualmente, ao redor de 16%, muito longe dos 38% que apresenta o conjunto da Índia (Tabela 1). De fato, Kerala se situa entre os três primeiros estados da Índia com o maior nível de gasto social, com um volume de investimento parecido com regiões ricas e dinâmicas como Haryana e Punjab (HDR, 2005).

**Tabela 1. Indicadores de desenvolvimento social, Índia e Kerala, 1970-2010**

	Kerala			Índia		
	1970	1995	2010	1970	1995	2010
IDH		0,651*	0,773**		0,439*	0,612***
Esperança de vida	59	71		46	59	
Mortalidade infantil (1000h)	61	16	12****	129	74	53 (2)
Taxa natalidade (1000h)	32,3	17,7		36,8	28,3	
Alfabetização adulta	60,4	89,8		29,4	52,2	
Taxa de matrículas <sup>1</sup>		105			67	
Cobertura SDP (%) <sup>2</sup>		77			56	
Índice de pobreza <sup>3</sup>	59,8	25,4	16,0	54,9	36,0	38,2
Gini (rural) <sup>4</sup>	0,31	0,29	0,29	0,28	0,28	0,25
Gini (urbano)	0,37	0,34	0,35	0,30	0,34	0,35

*Notas:*

\* Dados para 1987. \*\* Dados para 2001. \*\*\* Dados para 2007. \*\*\*\* Dados para 2008.<sup>20</sup>

1. Educação Primária (11-14 anos).

2. Cobertura do Sistema de distribuição público de alimentos às famílias rurais (Trigo, 1987-1988).

3. Índice de pobreza nacional.

4. Coeficiente Gini (gasto em consumo).

O reconhecido modelo de alto desenvolvimento humano de Kerala não se explica somente pela transformação radical da situação da mulher, especialmente, no âmbito educativo, assim como sua integração em programas sanitários, o que explica melhoras da saúde da população e a transição demográfica seguida por Kerala. As mulheres de Kerala representam 52 % da população com uma proporção de gênero favorável às mulheres na ordem de 1080 delas para cada 1000 homens, e apresentam um alto nível de alfabetização que se situa muito acima da média indiana e com baixos níveis de mortalidade materna (Tabela 2). Se, realmente, Kerala viu reduzir as desigualdades de gênero em termos de desenvolvimento humano e ficou muito melhor posicionada quando comparada com a Índia, cabe reconhecer que estas melhorias se circunscrevem aos âmbitos da educação e da saúde, encobrendo a perpetuação da discriminação da mulher nas áreas econômico-produtivas, observado pela baixa participação na renda. De fato, Kerala apresenta uma das mais baixas taxas de participação da força de trabalho feminina do conjunto da Índia, assim como as

<sup>20</sup> Fonte: Shiva Kumar (1981), HDR (2005), Nayak et al. (2010), GOK (2018).

mais fortes taxas de diferença entre homens e mulheres no trabalho, o que pareceria incongruente pois essas possuem um elevado nível de escolaridade. A participação da força de trabalho em Kerala se situa ao redor de 50%, observando-se um gap de gênero considerável: enquanto para as mulheres o índice se situa em 24,8%, no caso dos homens é de 57,8%<sup>21</sup>. Entre os fatores econômicos e sociais explicativos dessa baixa participação feminina, encontramos aqueles relacionados com a criação dos filhos, o desinteresse das mulheres com alto grau de formação de assumirem trabalhos manuais, sua resistência a trabalhar como autônomas e os próprios obstáculos relativos à mobilidade ocupacional e geográfica (Abraham e Shibu, 2018). E, apesar das melhoras significativas na situação da mulher em Kerala derivadas da reforma social de finais do século XIX e início do XX, tais mudanças ocorreram em paralelo com o fortalecimento do patriarcado, refletido no menor acesso à propriedade por parte das mulheres, junto com a crescente diferenciação econômica entre homens e mulheres (levando em consideração a propriedade da terra e diferenciação ocupacional)<sup>22</sup>. Em Kerala as estruturas patriarcais estão também associadas à prevalência e legitimação da violência contra as mulheres, a qual está amplamente estendida na sociedade keralina, superando a de outros estados indianos. Ademais da resistência das mulheres às normas patriarcais — em temas como o dote no caso dos matrimônios aranjados, ou as supostas responsabilidades domésticas das mulheres — destaca-se também as diferenças no nível educativo, a situação de emprego — desemprego masculino e melhor educação das mulheres — como as principais causas da violência física e psicológica impingidas às mulheres (HDR, 2005).

---

21 De acordo com os dados da “68th Round of NSS” de 2011-2012 (GOK, 2018).

22 Isso se deve, em parte, a que ao longo do século XX foi desmantelando-se o sistema matrilinear típico de alguns grupos sociais de Kerala, nos quais as mulheres detinham direitos de propriedade — mediante leis hereditárias e transferências à título de dote — que passavam de geração em geração entre as mulheres. A progressiva aprovação de diversas leis regionais reconhecendo a herança patrilinear (dento de grupos matrilineares) acabaria abolindo definitivamente o sistema matrilinear em Kerala em 1976.

**Tabela 2. Indicadores da situação da mulher em Kerala e na Índia, 2010**

	Kerala	Índia
Alfabetização feminina (1)	87,7%	53,7%
Alfabetização masculina (1)	94,2%	75,3%
Gap de gênero (alfabetização)	6,5	21,6
Taxa de Gênero (2)	1084	843
Mortalidade materna (3)	46	130
Participação da força de trabalho feminina (rural)	22,1%	24,8%

(1) Dado para 2001 (2) Índice de sexo: número de mulheres para cada 1000 habitantes. Dados para 2011 (Census, 2011). (3) Para cada 100.000 nascimentos. Dado para 2011-2012.

Fonte: RBI (2010), GOK (2018).

### 3.3. ABERTURA E DEPENDÊNCIA EXTERNA

O processo de transformação social que Kerala viveu se deu dentro das balizas de aprofundamento das marcas da dependência estrutural típica das economias periféricas. Uma economia de base agrícola no momento da independência foi desenvolvendo, durante décadas, uma indústria ligada à exportação de matérias-primas — principalmente mineração, processamento de alimentos e pesca — junto com uma crescente terceirização, conduzindo à queda do peso da atratividade agrícola na atividade econômica (Tabela 3).

**Tabela 3. Distribuição setorial do produto**

	1961	1971	1981	1991	2000	2009	2018
Primário	54,7	49,4	40,3	33,5	26,5	17,0	10,8
Secundário	14,6	16,3	20,6	26,3	21,4	22,1	27,4
Terciário	30,7	34,2	39,2	40,2	52,1	60,9	61,8

Fonte: GOI (1991), GOK (1995), Pillai (1994), Nayak et al. (2010), GOK (2018).

Como é comum nas economias caracterizadas pela abertura, e Kerala não seria uma exceção, esta região mostra uma estrutura agrícola dual, onde sobrevivem as grandes plantações orientadas à exportação junto com uma agricultura de subsistência, na qual se concentra a maior parte da população rural. A mudança estrutural da economia agrícola remete não apenas à drástica queda do PIB agrícola, que representava 50% do produto nos anos 1970 e passou a representar, atualmente, apenas 10%, mas também a uma reorientação produtiva do setor em favor dos cultivos de exportação, implicando num crescente grau de dependência alimentar. Concretamente, a queda constante da área destinada à produtos alimentares, como o arroz e os grãos — que se reduziram cerca de 60% a 85%, respectivamente, desde os anos

1970 até a atualidade — foram substituídos por cultivos de matérias primas agrícolas e alimentares orientadas à exportação como são a borracha e a noz de areca<sup>23</sup>, cuja produção cresceu ao redor de 514% e 738%, respectivamente, durante estas últimas décadas (GOK, 2018). A crescente dependência da importação de alimentos que vive Kerala foi agravada por dois fatores adicionais: a política agrária a favor de grandes projetos de irrigação e o incremento especulativo do preço da terra vinculada à forte entrada de remessas dos emigrantes e à reclassificação da terra para fins não agrícolas.

Em segundo lugar, a forte entrada de remessas procedentes dos trabalhadores emigrantes de Kerala no Golfo Pérsico impactou no desmedido crescimento do setor terciário vinculado ao forte desenvolvimento dos serviços sociais — como a proliferação de centros educativos —, como o próprio desperdício e consumo improdutivo, associado ao forte crescimento das últimas décadas, destacando as atividades vinculadas à desmedida expansão imobiliária e os serviços relacionados com o consumo doméstico<sup>24</sup>. Sendo a Índia o país com um maior número de população emigrante, Kerala ocupa o primeiro lugar dentro do país em volume migratório, chegando em 2014 a ter cerca de 10% da sua população, uns 3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras emigrada<sup>25</sup>. Em 2014, as remessas chegaram ao seu auge quando representaram mais de um terço do PIB (36,6%) com um forte impacto econômico, especialmente no setor da construção, que durante os últimos 20 anos absorveu cerca de 40% desses recursos (Rajan e Zachariah, 2018). Não resta dúvida de que as remessas foram um fator determinante para a redução da pobreza em Kerala nas últimas décadas<sup>26</sup>, ainda que tenham reproduzido as já preexistentes estruturas de subdesenvolvimento da região, refletidas tanto na sua dependência desses recursos para o sustento da população<sup>27</sup>, como

---

23 Noz de areca ou betel.

24 De fato, isso permitiu, historicamente, até os anos 1990, compensar seus baixos níveis de renda per capita — muito abaixo da média indiana — com uns níveis de consumo muito acima desta.

25 Esta cifra caiu aos 2,1 milhões em 2018.

26 Se no início se reconhecia o efeito positivo dessas remessas, em termos de desigualdade, na medida em que eram as famílias mais pobres as que mostravam uma maior taxa de emigração, nos últimos anos se observa uma crescente desigualdade no consumo das famílias segundo tenha ou não migrantes (Zachariah e Rajan, 2015). De fato, Kerala apresentava em 2012 o índice de desigualdade mais alto de toda a Índia (World Bank, 2017).

27 Em 2014 as remessas representaram 5 vezes o volume de receitas por transferências que recebe Kerala do governo central, e 60% da dívida pública de Kerala (Rajan e Zachariah, 2014).

em sua vulnerabilidade ante a oscilante conjuntura econômica mundial, especialmente a vinculada ao setor petrolífero.

Em terceiro lugar, destaca-se a crônica estagnação industrial desde a independência como outro dos aspectos estruturais da economia de Kerala. Esse foi um dos principais argumentos que questionavam, tradicionalmente, o modelo de Kerala ao indicar a duvidosa sustentabilidade do modelo de desenvolvimento social no marco do estancamento econômico<sup>28</sup> (Oommen, 1983; Prakash, 1994; George, 1993). Efetivamente, Kerala se viu imersa, a partir de meados dos anos 1980, em uma profunda crise fiscal que, juntamente com o predomínio de uma economia extrovertida de baixo desenvolvimento industrial, parecia definir o final do modelo realizado em Kerala. O déficit fiscal que afeta a região desde os anos 1980 é o segundo mais elevado do conjunto da Índia, com níveis entre 3,4% e 4% do PIB, sendo suas principais causas tanto a escassa capacidade do estado na mobilização de recursos como o forte crescimento do gasto corrente. Se bem que alguns apontam, criticamente, como principal causa da crise fiscal do estado o próprio modelo de desenvolvimento no seu aspecto distributivo, vinculado ao forte crescimento do gasto corrente<sup>29</sup> (Prakash e Alwin, 2018), as dificuldades financeiras de Kerala se relacionam, diretamente, com um modelo de desenvolvimento que priorizou o gasto social desatendendo o gasto com capital<sup>30</sup> dentro de um marco de subfinanciamento, discrição e escassa autonomia financeira em relação ao governo central e de uma baixa capacidade do governo federal para mobilizar recursos tanto fiscais quanto não fiscais<sup>31</sup>.

A introdução das reformas neoliberais na Índia, em meados dos anos 1990, acabou também implementando-se em Kerala, apesar da retórica anti-liberalização e anti-mercado do governo local. A crescente inserção da Índia na globalização produtiva e a expansão da demanda mundial propiciada por uma semiperiferia emergente, especialmente China, permitiu a Kerala ativar sua economia e colocá-la a

---

28 A estagnação da indústria de Kerala também se pretendeu ser explicada pela hipótese dos altos salários e instabilidade laboral vinculada à ação sindical, assim como pelo crônico subfinanciamento público de parte do governo central, tanto em investimentos industriais, como na assistência financeira (Cairó-i-Céspedes, 1998, 204).

29 O denominado *Non-Plan Revenue Expenditure* (gasto corrente fora das diretrizes do plano quinquenal definidas pelo governo central).

30 O próprio governo reconhecia o excessivo desequilíbrio entre gasto corrente (90%) e o gasto em capital (10%) na sua participação no gasto total e a escassa prioridade a este último (GOK, 2016).

31 Neste sentido, uma das principais críticas é a incapacidade do governo federal de recuperar parte do gasto realizado dentro de uma política social de caráter universal (George, 1993).

serviço de um capitalismo globalizado, o qual ia integrando em seus circuitos algumas regiões periféricas. Kerala, que até os anos 1990 mostrou um péssimo desempenho econômico, com taxas de crescimento ao redor de 1%, muito abaixo da já baixa taxa de crescimento econômico indiano, emergiu, a partir de então, como um dos estados indianos mais dinâmicos, com taxas de crescimento próximo aos 10% e elevados aportes no nível da renda per capita (World Bank, 2017), chegando a ser o terceiro estado indiano com maior crescimento econômico (Tabela 4). Não obstante, segue mantendo algumas características típicas do capitalismo periférico: a natureza informal e irregular do emprego rural dominado, entretanto, pelo trabalho autônomo e o trabalho temporário (*casa labor*) que em 2010 ocupava 80% da população rural (Abraham e Shibu, 2018)<sup>32</sup>.

**Tabela 4. Crescimento do PIB em Kerala, 1980-2010**

	Primário	Secundário	Terciário	Total
1980-1990	1,3	2,2	3,6	1,1 (21 <sup>o</sup> )
1990-2000	2,0	6,7	8,5	4,8 (7 <sup>o</sup> )
2000-2010	0,8	12,4	9,9	8,0 (3 <sup>o</sup> )
2017-2018	5,1	6,5	5,8	7,2

Nota: As cifras entre parêntesis correspondem à ordenação dos 23 estados indianos segundo a taxa de crescimento econômico.

Fonte: Navak et al. (2010), GOK (2018)

Em resumo, as políticas neoliberais não fizeram senão acelerar a mudança estrutural em Kerala, aprofundando sua dependência dos mercados exteriores e expandindo um setor terciário hipertrofiado, assentado principalmente sobre o setor turístico, imobiliário, de transporte e comunicações, e os serviços empresariais, chegando a somar os serviços cerca de 63% do PIB em 2016 (Prakash e Alwin, 2018). Por sua vez, o embate neoliberal impactou negativamente sobre o modelo social de Kerala que viu piorar a oferta de serviços públicos, assim como a crescente privatização desses (Oommen, 2008; Salim, 2018). Destaca-se, especialmente, o caso da educação superior que sofreu constantes cortes no financiamento das instituições públicas, assim como a proliferação de instituições privadas e a privatização de muitos centros públicos: em 2015, 64% dos *colleges* eram privados, e representavam 72 % do total matrículas (Salim, 2018). Além disso, se

32 Segue sendo uma marca central de Kerala o elevado desemprego que sempre caracterizou esta região, especialmente, o que se dá entre sua população jovem, com bom nível educativo, assim como entre as mulheres (HDR, 2005).

constatou uma crescente profissionalização dos centros, o que foi agravado pela desigualdade no acesso aos mesmos por parte das famílias mais pobres de Kerala. Também a saúde pública se viu afetada pelo insuficiente financiamento de hospitais e centro de atenção primária públicos, apesar da política de descentralização impulsionada pelo governo, observando-se a expansão dos centros privados que já representam 70% do total (Gandharan, 2018).

#### 4. CONCLUSÕES

O modelo de desenvolvimento social de Kerala se sustentou na configuração de uma sociedade em luta, mobilizada e organizada, tanto em linhas seculares — movimentos de casta — como de classe — com a organização da classe trabalhadora sob liderança do partido comunista —, o que obrigou o estado, já livre da dominação colonial e no marco da democracia representativa, a responder positivamente às demandas de melhorias sociais de sua população. Sem questionar esta realidade, o modelo põe sobre a mesa as luzes e sombras de um processo de transformação social que junto com suas conquistas foi criticado tanto em termos produtivos, pelo suposto *trade-off* imposto pelas políticas redistributivas — pela estagnação econômica da região por décadas —, como em termos sociopolíticos — pela proliferação de múltiplos interesses que alimentaram o clientelismo e, o pior, impediram o desenvolvimento de uma estratégia integral de desenvolvimento por parte do estado.

Certamente, as últimas décadas não foram favoráveis a este processo de mudanças, o acolhimento de políticas neoliberais por parte do governo das esquerdas, com a adoção de políticas *business-friendly* e abertas à entrada de capital estrangeiro, que durante décadas foram temas inegociáveis por parte do CPI(M), erosionaram a atitude de confrontação que tradicionalmente manteve o partido comunista contra os interesses representados pelo capital e os grandes proprietários. Se é certo que o forte crescimento experimentado por Kerala nas últimas décadas no marco da globalização neoliberal lhe permitiu expandir sua economia sobre a base da demanda externa, o fez sob ordens do capital e de maneira aberta e dependente. Mas, sem dúvida, o ponto de chegada não desvaloriza o caminho percorrido, ao contrário, o processo de emancipação social experimentado pelas classes populares em Kerala, em sua luta contra a exploração e dominação que sofreram durante séculos, nos mostra mais uma experiência de um conflitivo mas necessário processo de superação histórica do capitalismo.

Apesar de que a virada neoliberal em Kerala durante as últimas décadas não a permitiu constituir a base pública e mobilizadora do

modelo de desenvolvimento social, cabe indicar que as conquistas alcançadas pelas classes populares em Kerala e suas particularidades, construídas durante décadas, permanecem vivas. A singular resposta de Kerala frente à pandemia provocada pelo Covid seria aqui e agora o melhor exemplo do significado e do potencial de um modelo que priorizou as pessoas e suas necessidades. A disponibilidade de um sistema público de saúde, a rápida resposta do governo na adoção de medidas preventivas, a orientação produtiva de empresas estatais e as ajudas sociais recebidas pela população foram capazes de controlar e conter os primeiros impactos do vírus, aliviando, em certa medida, a sua população do duro golpe da pandemia.

## BIBLIOGRAFIA

- Cairó-I-Céspedes, Gemma (1998). *Estat i desenvolupament econòmic: el model de Kerala*. Tese de doutorado apresentada em junho de 1998, Universitat de Barcelona. <http://hdl.handle.net/10803/2572>
- Cairó-I-Céspedes, Gemma (2001). State and society relationships in India. *Asian Survey*, 41(4), 669-692.
- Gandharan, K. (2018). Health care development in Kerala: corrent status and emerging issues. Em: Prakash, B. A. e Alwin, J. (Eds.), *Kerala's economic development. Emergins issues and challenges*. New Delhi: Sage Publications.
- George, K. K. (1993). *Limits to Kerala model of development*. Trivandrum: Centre for Development Studies.
- GOI (1991). *Census of India*.
- GOK (1995). *Economic Review 1995*.
- GOK (2006). *Human Development Report 2005*, State Planning Board, Thiruvananthapuram.
- GOK (2016). *Audit Report on State Finance*.
- GOK (2018). *Economic Review 2018*.
- Gopinathan Nair, P. R. e Mohanan Pillai, P. (1994). *Impact of external transfers on the regional economy of Kerala*. Trivandrum: Centre for Development Studies.
- Heller, P. (1996). Social capital as product of class mobilization and state intervention: industrial workers in Kerala, India. *World Development*, 24(6).
- Herring, R. (1980). Abolition of landlordism in Kerala: a redistribution of privilege. *Economic and Political Weekly, Review of agriculture*, 15(26).

- Kabir, M. e Krishnan, T. N. (1992). *Social intermediation and health transition: lessons from Kerala, Working Paper, 251*. Trivandrum: Centre for Development Studies.
- Kannan, K. P. (1988). *Of rural proletarian struggles: mobilization and organization of rural workers in South-West India*. New Delhi: Oxford University Press.
- Lemercinier, G. (1994). *Religion and ideology in Kerala*. Trivandrum: Centre Tricontinental Louvain-la-Neuve e Institute for the Study of Developing Areas.
- Mathew, G. (1989). *Communal road to a secular Kerala*. New Delhi: Concept Publishing.
- Nag, M. (1989). Political awareness as a factor in accessibility of health services: a case study of rural Kerala and West Bengal. *Economic and Political Weekly*, 14(8).
- Nayak, P. K. et al. (2010). Inclusive growth and its regional dimension. *Reserve Bank of India Occasional Papers*, 31(3). [https://www.rbi.org.in/scripts/bs\\_viewcontent.aspx?Id=2359#](https://www.rbi.org.in/scripts/bs_viewcontent.aspx?Id=2359#)
- Nossiter, T. J. (1988). *Marxist state governments in India: politics, economics and society*. London: Pinter Publishers.
- Oommen, M. A. (1983). *Essays on Kerala economy*. New Delhi: Oxford and IBH Publications.
- Oommen, M. A. (2008). *Capabilities, reform and Kerala "model", Annual Conference of Human Development and Capability Association*, New Delhi, 10-13 september.
- Pillai, P. P. (1994). *Kerala economy: four decades of development*. Thrissur: Institute of Planning and Applied Economic Research e John Matthai Foundation.
- PNUD (1996). *Informe sobre Desarrollo Humano*. Madrid: Mundiprensa.
- Prakash, B. A. (Ed.) (1994). *Kerala's Economy*. London: Sage Publications.
- Prakash, B. A. e Alwin, J. (2018). *Kerala's economic development. Emergins issues and challenges*. New Delhi: Sage Publications.
- Radhakrishnan, P. (1991). *Peasant struggles, land reform and social change: Malabar 1836-1982*. New Delhi: Sage publications.
- Raj, K. N. e Tharakan, M. (1983). Agrarian reform in Kerala and its impact on the rural economy. Em: Ghose, A. K. (Ed.), *Agrarian reforms in contemporary developing countries*. New Delhi: Croom Helm Ltd.

- Rajan, S. I. e Zachariah, K. C. (2019). *Emigration and remittances: new evidences from the Kerala migration survey 2018*, WP n. 483. Trivandrum: Centre for Development Studies
- Ramachandran Nair, K. (1994). Trade unionism in Kerala. Em: Prakash, B. A. (Ed.), *Kerala's economy*. London: Sage Publications.
- Rao, M. S. A. (1979). *Social movements and social transformation*. Delhi: Macmillan.
- Salim, A. A. (2018). Higher education for Kerala development: a focus on expansion and equity. Em: Prakash, B. A. e Alwin, J. (Eds.), *Kerala's economic development. Emergins issues and challenges*. New Delhi: Sage publications.
- Scaria, S. (2010). Changes in land relations: The political economy of land reforms in a Kerala village. *Economic and Political Weekly*, 45(26-27).
- Singh, P. (2010). We-ness and Welfare: A longitudinal analysis of social development in Kerala, India. *World Development*, 39(2).
- World Bank (2017). *Kerala: Poverty, growth and inequality, India state briefs*. Washington, DC: World Bank Group. <https://www.worldbank.org/en/country/india/brief/india-states-briefs-kerala>
- Zachariah, K. C. e Rajan, S. I. (2015). *Dynamics of emigration and Remittances in Kerala: Results from the Kerala migration survey 2014*, WP N° 463. Trivandrum: Centre for Development Studies.



# REFORMISMO E REVOLUÇÃO NA EXPERIÊNCIA CHILENA DE 1970-1973<sup>1</sup>

Xabier Arrizabalo Montoro<sup>2</sup>

O PERÍODO DE GOVERNO da Unidade Popular Chilena (UP), que começou em 3 de novembro de 1970 (após a vitória eleitoral do 4 de setembro anterior), terminou tragicamente com o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 e a terrível ditadura que foi implantada. A imposição pelo golpe das classes dominantes no Chile, sob a tutela do imperialismo estadunidense, tinha como objetivo liquidar o processo político em curso. Um processo de tal intensificação da luta de classes que se tornou revolucionário, como se expressou, por exemplo, na formação dos cordões industriais e sua coordenação, embrião de um poder não burguês, de um poder operário e popular. Ou seja, um processo que ameaçava diretamente seus privilégios.

Mais além dessa ação, as classes dominantes tinham um plano preciso, para o qual, desde 1955, treinavam quadros da Universidade Católica do Chile na Universidade de Chicago (no campo militar, especificamente repressivo, o imperialismo estadunidense também trei-

---

1 Tradução de Cláudia M. Costa Gomes.

2 Esse texto é uma versão revisada e abreviada de Arrizabalo, Xabier (2020). Chile, 1970-2020: revolución, golpe, dictadura y... ¿revolución? Em: Austin, Robert; Salom, Joana e Canibilo, Viviana (Orgs.), *La vía chilena al socialismo: 50 años después*. Buenos Aires: CLACSO.

nou os militares chilenos na sinistra Escola das Américas, especificamente em técnicas repressivas que incluíam a tortura em particular). Esse plano é muito simples de resumir, considerando a crise latente que o processo de acumulação capitalista já enfrentava em escala mundial, desde o final da década de 1960, que se materializa na declaração de inconvertibilidade dólar/ouro, pronunciada pelo Presidente Nixon (1969-1974) em 15 de agosto de 1971 e que explode totalmente poucas semanas depois do golpe, em outubro de 1973, com o forte aumento do preço do petróleo. O plano consistiu em eliminar todos os obstáculos para ampliar o grau de exploração do trabalho, direta e indiretamente, bem como o saque dos recursos naturais do país.

No entanto, o fato de as classes dominantes no Chile optarem pelo golpe não garante sua vitória. Consequentemente, há uma questão elementar que, no entanto, não costuma estar no centro da discussão: por que o golpe deu certo? A existência de um processo revolucionário em andamento orienta a resposta: obviamente o golpe deu certo porque a revolução não deu certo. Mas então, por que a Revolução Chilena não triunfou?

Esta questão é abordada nesse texto, com o objetivo de tentar ajudar a compreender a sequência completa que atravessa o último meio século da história chilena e, assim, fornecer elementos em termos de conhecimento das determinações do desenvolvimento de processos sociais promovidos com uma intenção emancipatória. Além disso, compreender a atual situação chilena, em particular desde a explosão social que eclodiu em 18 de outubro de 2019 e que não foi derrotada, apesar da brutal repressão do regime herdeiro da ditadura, apesar das limitações impostas pela pandemia e sua gestão, a despeito das ações de dirigentes de organizações que afirmam recorrer a tal explosão. Apesar de tudo.

Para abordar o tema, em primeiro lugar, registre-se a existência efetiva de um processo revolucionário, especialmente nos anos de 1972 e 1973, resposta direta da classe trabalhadora e dos setores populares às limitações intransponíveis reveladas pelo caminho institucional e pela resposta brutal das classes dominantes até aos avanços sociais mais elementares. Em segundo lugar, analisam-se os fatores que a favorecem, bem como seus obstáculos, tanto em relação aos elementos que existem e a bloqueiam quanto a outros que, por sua ausência, ocuparão um lugar importante na derrota. Como sempre na análise social, o elemento determinante são as ações dos sujeitos em conflito, ou seja, a expressão política das classes opostas. E o ponto de partida do texto é, especificamente, a ação política da classe trabalhadora chilena que luta por suas aspirações.

Nesse sentido, Revolução Chilena não é uma caracterização muito difundida para se referir aos eventos ocorridos durante o período 1970-1973, especialmente em sua parte final. E não é estranho, considerando que a história é escrita pelos vencedores ou, no caso deles, pelos derrotados, que querem esconder sua responsabilidade pela derrota. No entanto, o que importa são os fatos. Houve então uma revolução no Chile? Para verificar isso, há dois elementos teóricos a serem considerados.

Em primeiro lugar, que uma revolução não é apenas o evento insurrecional, por mais importante que seja: nem a Revolução Francesa é o 14 de julho de 1789, nem a triunfante Revolução Russa de 7 de novembro de 1917 (25 de outubro pelo antigo calendário juliano que ainda estava em vigor na Rússia), sem subestimar, no entanto, a relevância das tomadas da Bastilha e do Palácio de Inverno. O fato é que uma revolução é um processo mais amplo, que não pode ser encerrada no tempo e no espaço, dada a continuidade dos processos sociais e dado o conteúdo global da acumulação capitalista. E, portanto, da luta de classes que preside a tudo, ainda que apresente formas nacionais, como explicavam Marx e Engels em 1848 no Manifesto do Partido Comunista: “por sua forma, embora não por seu conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia começa por ser uma luta nacional” (Marx e Engels, 1988, p. 289). É por isso que eles mesmos falam expressamente de “revolução permanente” desde meados do século XIX, particularmente, em *A Sagrada Família* de 1845, antes de Trotsky em 1904 ou Lênin em 1905<sup>3</sup>.

Em segundo lugar, o que deve ser entendido por revolução? Devido ao seu conteúdo questionador da ordem vigente, pelas classes dominadas, entendemos por revolução a irrupção plena na vida públi-

---

3 Por exemplo, Trotsky (1904), *Antes de 9 de janeiro* (também conhecido como “O Proletariado e a Revolução”) e Lenin (1905), “A atitude da socialdemocracia perante o problema do camponês”. Algum tempo depois Trotsky a explicou nestes termos: “A expressão “revolução permanente” pertence a Marx, que o aplicou à revolução de 1848. Na literatura marxista revolucionária, essa formulação sempre foi utilizada. Franz Mehring a utilizou para se referir à revolução 1905-1907. A Revolução Permanente é a revolução contínua, sem interrupção. Qual é o pensamento político que se tenta sintetizar nesta expressão? Para nós, comunistas, este pensamento é a afirmação de que a revolução não termina depois de uma determinada conquista política, após a obtenção de uma reforma social, mas continua desenvolvendo-se até a realização do socialismo integral. Uma vez que começa a revolução (na qual participamos e dirigimos), em nenhum caso a interrompemos em uma etapa formalmente determinada. Pelo contrário, não deixamos de realizar e levar adiante esta revolução, de acordo com a situação, enquanto ela não esgotou todas as possibilidades e todos os recursos do movimento. Este conceito aplica-se tanto às conquistas da revolução em um país quanto à sua expansão no âmbito internacional”. Cf.: Trotsky, 1923, p. 56.

ca das massas subjugadas, para tomar as rédeas de suas vidas diretamente, avançando para isto, na constituição de seus próprios instrumentos de poder; de modo que, ao menos, se aponte uma perspectiva transitória de dualidade de poder (embora sua definição ainda não tenha sido resolvida, sua mera presença já denota a existência efetiva de um processo revolucionário em andamento).

Em relação ao primeiro aspecto (a impossibilidade de delimitar espaço-temporalmente uma revolução, separando-a do que supõe a noção marxista de revolução permanente), o processo chileno faz parte de uma tendência em escala mundial, que já havia sido verificada anteriormente, especialmente ao longo dos anos sessenta e que na América Latina se concretiza, sobretudo com o triunfo revolucionário cubano em 1959. Em termos históricos, todos os eventos verdadeiramente revolucionários ocorridos no Chile, especialmente em 1972 e 1973, só podem ser entendidos como a culminação de uma enorme ascensão da luta de classes durante a década anterior, ligada por sua vez a um longo e profundo processo de tradição organizativa da classe trabalhadora chilena e de outros setores da população trabalhadora, como, entre outros, o pequeno campesinato e os povos nativos. Uma tradição que vai desde a existência de ilustrados e utópicos, a exemplo da *Sociedad de la Igualdad* de Santiago Arcos e Francisco Bilbao, ou as tentativas de *falanstérios* de Ramón Picarte, na década de 1950, à formação de grandes festas de massa já no século XX, culminando no Partido Comunista (PC) e no Partido Socialista (PS), juntamente com outras organizações como o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). E passando pela grande central sindical que acaba sendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1953. Com figuras tão emblemáticas, até internacionalmente, como as de Clotário Blest<sup>4</sup> ou, especialmente, Luis Emilio Recabarren<sup>5</sup>.

Para abordar o segundo aspecto, aquele que define o caráter revolucionário de um processo, neste caso o chileno, apresentamos seu percurso a partir de 4 de setembro de 1970, data das eleições presidenciais vencidas pela candidatura da Unidade Popular liderada por Salvador Allende, mas enfatizando justamente que esta data culmina uma fase que vem de longe e, por sua vez, continua a abrir uma nova fase.

---

4 Clotario Blest Riffo (1899-1990) é uma figura emblemática respeitada por todos os grupos políticos chilenos, tanto por seu trabalho como líder sindical quanto por sua vida exemplar em prol dos direitos humanos e dos trabalhadores no Chile (NT).

5 Luis Emilio Recabarren, foi impulsor do movimento operário e fundador da esquerda chilena contemporânea, é uma das figuras mais conhecidas e reconhecidas na história política e social do Chile (NT).

## **INTENSIFICAÇÃO DA LUTA DE CLASSES, TRIUNFO DA UP E PRIMEIROS PASSOS NO CAMINHO INSTITUCIONAL**

Para além da perspectiva chilena, considerando a dimensão internacional e especificamente latino-americana da luta de classes, o que significa o resultado eleitoral de 1970? Nove anos antes, em agosto de 1961, o Presidente norte-americano John F. Kennedy (1961-1963) promoveu na Conferência de Punta del Este (Uruguai), a Aliança para o Progresso: era a resposta do imperialismo à explosão social que ameaçava sua dominação, como se concretizou em Cuba com o triunfo da Revolução em 1959. O conteúdo declarado dessa aliança era fornecer recursos para a implantação de políticas sociais que amenizassem essa explosividade.

No Chile, o programa da candidatura Presidencial da Democracia Cristã (DC) em 1964, liderado por Eduardo Frei, encarna perfeitamente essa orientação. Da mesma forma, sua trajetória posterior mostra seus limites intransponíveis: as chamadas políticas reformistas não se concretizam, porém, em reformas substantivas. De qualquer forma, o pouco que se faz é completamente estéril para desativar a explosão mencionada. Muito pelo contrário: revelando os limites do reformismo — um reformismo quase sem reformas — essas políticas mostram que a solução para o sofrimento da grande maioria passava por uma perspectiva de ruptura.

A prova mais conclusiva de tudo isso foi o resultado eleitoral de 1970. A vitória de Allende expressou a magnitude do processo de mobilização em curso, que permitirá a proclamação de um governo que declare expressamente o objetivo do socialismo: “as forças populares unidas buscam como objeto central de sua política, substituir a atual estrutura econômica, pondo fim ao poder do capital monopolista nacional e estrangeiro e do latifúndio, para iniciar a construção do socialismo” (Programa de Governo da Unidade Popular, 17 de dezembro de 1969). Contraditoriamente, esta proclamação presidencial é feita ao preço de um acordo de garantia constitucional com o DC, pelo qual este, expressando os interesses das classes dominantes, limita o novo governo para que suas políticas sejam estritamente contidas dentro dos limites da ordem burguesa. E, portanto, subordinando o programa UP à referida ordem. O conflito está limitado, portanto, entre os interesses da maioria e esses estreitos limites. É o chamado “caminho chileno para o socialismo”.

No primeiro período do governo, a política de estímulo econômico deu frutos e o produto cresceu 9% em 1971, com a incorporação de mais 200 mil trabalhadores. Paralelamente, há uma série de medidas em áreas como saúde ou educação, que efetivamente mitigam as consequências da desigualdade crônica na sociedade chilena. Avanços também foram

feitos na reforma agrária, mal iniciada anteriormente, e o ápice de tudo isso é a nacionalização do cobre aprovada em julho de 1971.

O balanço da primeira fase do governo da UP mostra claramente quatro fatos. Em primeiro lugar, que inicialmente havia espaço para medidas de progresso social sem que os interesses das classes dominantes fossem diretamente afetados. Em particular, através da mobilização de capacidade instalada ociosa, ou seja, infraestruturas produtivas já instaladas mas não em funcionamento. Segundo, o outro lado dessa margem: existia, sim, mas tinha limites rígidos. Em termos econômicos, tratava-se do que pode ser coloquialmente formulado como “alimentar as massas” e, simultaneamente, “fornecer os meios para que comam mais e melhor”. Ou seja, aumentar o consumo das massas sem descuidar do processo de acumulação. A única maneira acaba sendo, mais cedo ou mais tarde, limitar o consumo dos setores privilegiados e uma intervenção direta do Estado na atividade produtiva, por meio de desapropriações. Em terceiro lugar, que as classes dominantes, não só não ficariam de braços cruzados, senão que ficaria cada vez mais clara a ameaça de Nixon, proferida na reunião de 15 de setembro de 1970, com apoio de Kissinger, então Conselheiro de Segurança Nacional, e Helms, diretor da CIA, de “fazer a economia chilena uivar de dor” (Kornbluh: 2008). Ele estava se referindo, a fazer a maioria da população chilena uivar de dor, já que as classes dominantes fariam a guerra econômica, um meio de negócio econômico (através de entesouramento, especulação, contrabando e comércio no mercado negro, etc.) e também ações políticas (tentando enfraquecer o apoio popular ao governo). Em todos os momentos, o imperialismo estadunidense protege a ação da burguesia e da oligarquia chilena. Antes de assumir o cargo, Allende já considerava um possível golpe por meio do Comitê 40. Era a posição de Kissinger, que afirmava: “Não vejo por que temos que ficar parados e ver um país se tornar comunista pela irresponsabilidade de seu próprio povo”. Ao longo de sua presidência houve perseguição, inclusive promovendo algumas tentativas de golpe, dirigindo à distância não só as Forças Armadas, mas também outras organizações como o grupo paramilitar *Patria y Libertad*<sup>6</sup> (KORNBLUH, 2008). O quarto fato é a vontade inequívoca da classe trabalhadora de lutar por suas legítimas aspirações. As mobilizações não só não cessam ao longo do período, mas, ao contrário, continuarão e se estenderão até o fim. Além disso, utilizam também a arena eleitoral, apesar das suas limitações, de modo que o apoio à UP nas diferentes convocatórias após as eleições presidenciais de 1970 se

---

6 Cf.: <https://antropologiadelarealidadvirtual.com/2013/05/17/report-church-uncover-action-in-chile-1963-1973/>.

mantivessem bem acima do obtido até então (nas eleições municipais de abril de 1971 a UP obteve 49% e nas eleições legislativas de março de 1973, apesar de uma situação muito complicada, 43%). Em relação à luta eleitoral, a classe trabalhadora há muito sabia das possibilidades que ela oferecia:

Com este uso eficaz do sufrágio universal, entrou em ação um método de luta do proletariado completamente novo, um método de luta que se desenvolveu rapidamente. As instituições estatais nas quais se organizou a dominação da burguesia foram vistas como novas possibilidades para a classe trabalhadora lutar contra essas mesmas instituições (Engels, 1895, s/p).

Para dizer de outro modo, o balanço desta primeira fase já revela os limites do caminho institucional. Porque se depara com o fato de que a luta de classes não foi contida, mas, ao contrário, se agudizou. Ninguém está satisfeito: por um lado, as classes dominantes indignadas com o (pouco) que perderam e, sobretudo, com medo de perder mais e até mesmo todos os seus privilégios. Por outro lado, a classe trabalhadora e os setores populares exigem que o governo cumpra as medidas de seu programa, que cumpra efetivamente o mandato recebido nas urnas e nas ruas, nas fábricas, nos centros de trabalho e estudos, para as populações.

Antes de continuar, uma importante precisão: alcançar o governo não é de forma alguma alcançar o poder, nem controlar o Estado. O Estado burguês é muito mais do que o governo: “[...] o poder do Estado moderno nada mais é do que o comitê encarregado de administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx e Engels, 1988, p. 282). Isto quer dizer, a principal expressão institucional da superestrutura da sociedade capitalista, que reflete, portanto, as relações de poder, de dominação, desse tipo de sociedade. Consequentemente, é ilusória a pretensão de que uma gestão que questione os interesses das classes dominantes possa se consolidar dentro desse Estado. Portanto, que o golpe de estado seja realizado por órgãos do Estado, comprova esse caráter ilusório referido. Sem dúvida, o fato de Chile ser um país dependente, subordinado, dominado pelo imperialismo, tem profundas implicações a este respeito. Que se revela justamente, na tutela do imperialismo estadunidense, como já foi apontado.

### **LIMITES DO CAMINHO INSTITUCIONAL, RESPOSTA DAS CLASSES DOMINANTES E ASCENSO REVOLUCIONÁRIO**

Dado esse estado de coisas, os eventos se desenrolam rapidamente. Os ataques da burguesia e da oligarquia se intensificam, sempre sob a mencionada tutela dos EUA e com o apoio de parte importante das

instituições do Estado. Promovem o boicote sistemático das atividades econômicas, somando-se às referidas práticas de monopolização e outras ações, em especial, a greve patronal, como a dos caminhoneiros, em outubro de 1972. Além disso, também buscaram, abertamente, intimidar a classe trabalhadora e os setores populares, até com organizações paramilitares, como a mencionada, *Patria y Libertad*.

O resultado dessa orientação das classes dominantes, logra êxito e compromete, seriamente, as bases econômicas. Em particular, faz disparar a inflação, o que implica, entre outras coisas, uma deterioração da capacidade de consumo das massas. Deve-se ter sempre em mente, que no Chile, a lei que regula a acumulação capitalista, a lei do valor, governa plenamente, contra a qual as políticas do governo não são um contrapeso. Nada a ver, é claro, com situações como a soviética, que além da degeneração burocrática imposta desde meados dos anos 1920, se estabeleceu o monopólio estatal do comércio exterior, no marco da existência de um estado operário, resultado da expropriação do capital e do latifúndio.

Na verdade, o governo da UP renunciou a implantar o que poderia ter sido um importante contrapeso: a chamada Área de Propriedade Social (APS), que o programa da UP definiu em oposição à Área de Propriedade Privada (APP), que eram os “setores [...] em que a propriedade privada dos meios de produção continuam a vigorar” (Programa de Governo da Unidade Popular, 1969). Propôs também a Área de Propriedade Mista, composta por “empresas que combinam capitais do Estado com particulares” (*ibidem*). A APS foi assim formulada: “o processo de transformação da nossa economia começa com uma política de constituição de uma área estatal dominante, composta pelas empresas atualmente detidas pelo Estado mais as empresas expropriadas” (*ibid., idem*). Especificamente, seria composta pela:

[...] grande mineração de cobre, salitre, iodo, ferro e carvão mineral; o sistema financeiro do país, especialmente, bancos privados e seguros; Comércio exterior; as grandes empresas e monopólios de distribuição; monopólios industriais estratégicos. Em geral, aquelas atividades que condicionam o desenvolvimento econômico e social do país, como a produção e distribuição de energia elétrica; transporte ferroviário, aéreo e marítimo; as comunicações; a produção, refino e distribuição de petróleo e seus derivados, inclusive gás liquefeito; siderurgia, cimento, petroquímica e química pesada, celulose, papel. (Programa de Governo da Unidade Popular, 1969)

Inicialmente, 91 empresas foram listadas para integrar a APS. Mas, enquanto isso prosseguia ou não, os trabalhadores realizaram inúmeras expropriações e intervenções. Antes da greve patronal de outubro de 1972 já havia 167 empresas sob intervenção e, em dezembro, o

número subiu para 202. No entanto, o governo, que não havia promovido essa política, ordenou a sua devolução aos antigos proprietários. Ainda em janeiro de 1973, o Comandante-em-Chefe do Exército e o líder do PC recém-nomeado Ministro da Economia, lançam o Plano Prats-Millas, com o qual pretendia reduzir o número para 49. Mas a classe trabalhadora conseguiu impor que a APS incluísse 235 empresas industriais e 350 no total.

Esta política regressiva acelerou-se após o conclave da UP em Lo Curro, em junho de 1972, o que significou uma viragem decisiva pela forma como se resolveu o confronto entre as duas posições antagônicas surgidas. Um estava ligado a determinados setores do PS, entre outros, e foi identificado em particular com a figura do até então ministro da Economia, Pedro Vuskovic. Estava empenhado em avançar na formação da APS, aumentando a carga tributária sobre a burguesia, intensificando a política de controle de preços, promovendo o controle operário da produção e suspendendo o pagamento da dívida externa, buscando outras fontes de importação que não os Estados Unidos. A outra, liderada pelo PC e pelo setor allendista do PS, entre outros, propunha restaurar a confiança da burguesia no governo, bloquear expropriações e tentar garantir uma margem de lucro para o capital, rejeitando o controle operário da produção e, portanto, reentroneando plenamente o mercado; ou seja, buscou relançar o processo capitalista de acumulação. O corolário político dessa posição foi o convite à DC para entrar no governo, objetivo expresso do PC (ironias da história, foi em 2009 que a DC e o PC finalmente se uniram, mas com a entrada deste último na coalizão PS-DC, a chamada Concertação, coalizão da transição, para lugar nenhum substancialmente diferente da anterior; transição que sucedeu à ditadura respeitando o quadro institucional por ela imposto).

A UP opta pela segunda opção, impulsionada sobretudo pelo PC, totalmente comprometido com a defesa da ordem burguesa e, portanto, contrário a qualquer avanço revolucionário; nos moldes dos partidos stalinistas em outros momentos históricos<sup>7</sup>. Sua concretização na orientação de pactuar com as classes dominantes foi, especialmente, reacionária em um contexto presidido por um altíssimo grau de mobilização da classe trabalhadora e dos setores populares. Porque também era inviável e, portanto, levou ao desarmamento da classe trabalhadora. Com efeito, a burguesia, a oligarquia e o imperialismo nunca poderiam ter confiado no governo da UP, porque apesar de to-

---

7 Por exemplo, já na Revolução Chinesa em 1927 ou na Revolução Espanhola dos anos trinta. Podem ser vistos respectivamente Isaacs (1938) de um lado e Broué e Témime (1962) assim como Morrow (1937) do outro.

das as contradições, por trás dele estavam as massas, cada vez mais mobilizadas, que verificavam a cada dia a necessidade de continuar avançando e buscavam criar os meios para consegui-lo.

Na realidade, o freio à constituição da Área de Propriedade Social, teve grande importância, pois, como foi explicado, era a única forma de promover o processo de acumulação, para que, evitando o boicote, fosse possível melhorar as condições de vida das massas. A questão da propriedade é obviamente decisiva e diz respeito diretamente à própria base do poder. Isso também acontece com outros aspectos e principalmente o das armas. O governo da UP respalda a Lei de Controle de Armas, de 21 de outubro de 1972, que respaldava os militares para invadirem dezenas de indústrias e cidades. Diante disso, o progresso da classe trabalhadora foi muito limitado no campo da autodefesa, e será exposto dramaticamente no momento do golpe.

### **O CARÁTER REVOLUCIONÁRIO DO PROCESSO**

De início levantamos uma dupla consideração acerca da existência efetiva de um processo revolucionário no Chile. A primeira ligada à noção marxista de revolução permanente, que nos permite compreender o auge do processo chileno (1972-1973), como parte de um percurso mais amplo, tanto no espaço, quanto no tempo. Já o apontamos, considerando sua integração em uma dinâmica mundial que, na América Latina, tem como referência fundamental o triunfo da Revolução Cubana em 1959. Agora é hora de completar a explicação, concentrando-a na verificação da própria definição de revolução, no período mencionado. Ou seja, a plena irrupção na vida pública das massas subjugadas, com o objetivo de governar seu destino direta e conscientemente, avançando na formação de seus próprios órgãos de poder, pelo menos embrionariamente, o que aponta, pelo menos, para uma situação de duplo poder. Obviamente, o triunfo da revolução não é condição necessária para falar de sua existência, pois quê, seria impossível falar de revoluções derrotadas; não seria possível falar da Revolução Alemã de 1918-1919 e 1922-1923, da Revolução Chinesa de 1925-1927 ou da Revolução Espanhola dos anos trinta.

Pois bem, ao longo de 1972, dada a continuidade e extensão da mobilização da classe trabalhadora e dos setores populares, duas orientações foram plenamente consolidadas. Por um lado, a orientação de guerra aberta por parte das classes dominantes, com eventos como a mencionada greve dos patrões em outubro, que se soma a todas as práticas de boicote econômico. Uma orientação que já aponta para um cenário de golpe de estado (efetivamente tentado em 29 de junho de 1973). Por outro lado, a defesa plena da ordem burguesa pelo governo da UP, sob a hegemonia do PC e de setores do PS, par-

ticularmente os simpatizantes de Allende. Nesse sentido, a resolução do conclave de *Lo Curro*, de 5 de junho, foi conclusiva e aprofundada com medidas, a exemplo da formação de um gabinete civil-militar em 3 de Novembro de 1972, e outras, como as medidas acima mencionadas, para pôr fim à APS e à Lei das Armas.

Mas a mobilização das massas não só não cedeu, como é relançada. São inúmeros os episódios de greves e manifestações (algumas tão massivas que chegam perto de um milhão de participantes, mais de 10% da população total do país). No entanto, isso é apenas parte do enorme envolvimento da classe trabalhadora na vida política, atuando em seu próprio terreno, que não é o das instituições burguesas. E agindo assim, a dinâmica do movimento é acionada. Como explicou Guillermo Orrego, líder do Cordón Industrial Vicuña Mackenna:

[...] nós éramos, nós éramos valiosos, nós éramos valiosos, realmente olhar para os sindicatos, a CUT, os Cordões Industriais mostrou que os trabalhadores, se tivéssemos as condições, digamos, de desenvolvimento, certamente se nos fosse dado aquele poder popular pelo qual gritávamos ao vento, seríamos indestrutíveis (López e Yáñez, 2016, s/p).

A classe age como o ser vivo que é: guiada por seu instinto de sobrevivência. Porque a orientação golpista das classes dominantes e a ausência de uma ação séria nesse sentido por parte do governo da UP, prepararam o terreno para a destruição de tudo, como efetivamente acabou acontecendo, depois do 11 de setembro. E onde o instinto de sobrevivência leva é à formação de formas organizacionais que compensam a ausência de fato, das velhas organizações da classe trabalhadora. Porque aquelas, subordinando as aspirações legítimas das massas ao objetivo prioritário de sustentação da ordem institucional, estavam na verdade traindo essas aspirações. Essas formas organizacionais vão muito além de qualquer formalidade, concentrando-se principalmente na sobrevivência material, o que de forma imediata colocava o problema da democracia em toda a sua profundidade, que é o problema da propriedade.

Diante da contemporização do governo, a classe trabalhadora toma as rédeas de um maior número de empresas, que também estavam se coordenando graças ao controle operário, diante do confronto competitivo que as conduzia à propriedade burguesa. Esta articulação é constituída com os Cordões Industriais, órgãos de frente única que reúnem trabalhadores de diferentes organizações, numa base profundamente democrática, baseada em mandatos representativos sempre revogáveis; órgãos que avançam em sua centralização por meio de um coordenador:

[...] seus líderes eram eleitos nas oficinas, não nomeados pelo governo, e podiam ser mudados muito rapidamente se sua linha política não agradasse às bases, simplesmente por decisão da assembleia operária de qualquer fábrica, de mudar seu delegado para o cordão. As reuniões do próprio cordão eram completamente abertas. Qualquer um que desejasse poderia participar e falar, embora apenas os delegados pudessem votar (Roxborough, O'Brien e Roddick, 1979, pp. 249-250).

Tratavam-se, portanto, de embriões de um poder não burguês, de um poder operário que, como dissemos, apontavam para uma possível situação de duplo poder:

Se o burguês não é mais o patrão, isto é, não é mais completamente o senhor na sua fábrica, segue-se que já não o é tampouco no seu Estado. Isto quer dizer que ao regime da dualidade de poder nas empresas corresponde o regime da dualidade e poder no Estado (Trotsky, 1931, s/p).

Sua orientação programática mostra isso nitidamente. Da reunião de fevereiro de 1973 que exige a retirada do Plano Prats-Millas, surge a seguinte pauta de reivindicações, que dá ótimo exemplo do grau de conscientização dos trabalhadores:

1. Lutar para que todas as empresas de produtos de primeira necessidade, do setor socializado, passem ao controle direto dos trabalhadores [...];
2. Lutar pela expropriação imediata das grandes distribuidoras privadas;
3. Expropriação de propriedades agrícolas de mais de 40 hectares (irrigadas), confisco da terra e da sua exploração;
4. Constituição de um controle operário da produção e um controle popular da distribuição. Os trabalhadores decidirão o que será produzido para a cidade, o reinvestimento do lucro e os locais onde os alimentos serão vendidos. Para isso, apelamos à criação imediata de comissões de vigilância dos trabalhadores em todas as empresas do setor privado;
5. Lutar para estabelecer um comando operário em todas as empresas do setor socializado;
6. Nenhuma restituição de empresa, nem do setor de construção, nem de outras empresas que estejam sob o controle dos trabalhadores. Retirada imediata do projeto Millas [...];
7. Poder de sanção das JAP e dos comandos comunais. Controle do que é fornecido aos comerciantes, punição de quem não vende, esconde e especula com os produtos. Fechamento de seus pontos comerciais e vendas diretas nos bairros populares. Os trabalhadores dos cordões industriais vão se mobilizar para efetivar esse poder [...];  
Apelamos aos trabalhadores para que formem comandos industriais, através dos cordões, e comandos comunais, único meio para que a classe trabalhadora tenha um organismo de ação efetivo, capaz de mobilizá-la

e propor novas tarefas. Acreditamos que controlar os meios de produção e distribuição significa consolidar o processo, significa criar uma nova economia nas mãos da classe trabalhadora, significa avançar. Por isso nos opomos a qualquer tipo de concessão à burguesia [...] (O TRABALHO, s/d).

E não são apenas os Cordões Industriais, apesar de sua máxima relevância. São também essas Juntas de Controle de Abastecimento e Preços (JAP), criadas pelo governo em abril de 1972, como grupos de trabalhadores de bairro para garantir o abastecimento adequado, e o controle de preços contra a especulação. Mas eles são rapidamente apropriados pela classe trabalhadora para quebrar a guerra econômica da burguesia. Estes são órgãos de controle operário da produção e distribuição. Ou seja, embriões de formas estatais não burguesas. Assim são, também, os Comandos Comunais, que eram organizações dos bairros populares, erguidos apelando à construção da força territorial.

O agravamento do conflito levou as classes dominantes a optar pelo golpe que poderia ser imposto por uma ditadura militar fantoche do imperialismo norte-americano. Diante disso e da falta de uma resposta consistente do governo que declarasse seu compromisso com o socialismo, a classe realmente levantou a bandeira do socialismo. Ela decide ir até o fim. É uma situação sem volta, que se reflete, com suas formas particulares, no velho dilema socialismo ou fascismo. Como quando em 1936 a classe operária espanhola se defendeu do golpe fascista por seus próprios meios, isto é, por meio de expropriações, coletivizações, por meio da revolução, contra a qual se mobilizaram as direções social-democrata e stalinista.

Há um testemunho que reflete claramente esse dilema e, com ele, a efetiva existência de um processo revolucionário como um de seus dois polos. Esta é a Carta que em 5 de setembro de 1973, seis dias antes do golpe final, é dirigida a Allende pela Coordenação Provincial de Cordões Industriais (junto com o Comando Provincial de Abastecimento Direto e a Frente Única de Trabalhadores em Conflito):

[...] Chegou o momento em que a classe trabalhadora organizada na Coordenação Provincial de Cordões Industriais, no Comando Provincial de Abastecimento Direto e na Frente Única de Trabalhadores em Conflito considerou urgente entrar em contato com você, alarmada com o desencadeamento de uma série de eventos que acredito que nos levará não apenas à liquidação do processo revolucionário chileno, mas, a curto prazo, a um regime fascista da mais implacável e criminosa natureza (Carta dos Cordões Industriais a Salvador Allende uma semana antes do golpe, 1973).

Eles afirmam com precisão a natureza revolucionária da situação:

[...] Sabemos que na história das revoluções sempre houve momentos de recuo e momentos de avanço, mas sabemos, temos absoluta certeza, que nos últimos três anos poderíamos ter vencido não apenas as batalhas parciais, mas a luta total [...] Em outubro (1972) [...] ninguém pôde negar a tremenda potencialidade revolucionária demonstrada pelo proletariado, e deu-lhe uma saída que foi um tapa na cara da classe trabalhadora, estabelecendo um Gabinete cívico-militar [...] O que faltou em todas essas ocasiões era decisão, decisão revolucionária, o que faltou foi confiança nas massas, o que faltou foi o conhecimento de sua organização e força, o que faltou foi uma vanguarda determinada e hegemônica. E no 4 de setembro, no terceiro aniversário do governo dos trabalhadores, enquanto o povo, um milhão e quatrocentos mil saímos a saudá-lo, a mostrar nossa decisão e consciência revolucionária (Ibidem).

E colocaram a responsabilidade do governo e das lideranças partidárias para evitar o cenário dantesco que se aproxima:

[...] Acreditamos não apenas que estamos sendo conduzidos pelo caminho que nos levará ao fascismo em um tempo vertiginoso, mas que fomos privados dos meios de nos defendermos. Por isso, exigimos que você, camarada Presidente, se coloque à frente deste verdadeiro Exército sem armas, mas poderoso em termos de consciência, decisão, que os partidos proletários deixem de lado suas diferenças e se tornem a verdadeira vanguarda desta massa organizada, mas sem direção (Ibid., idem).

Portanto, essa Carta tem um enorme conteúdo político, não só porque revela que o golpe foi mais do que previsível, mas também porque ajuda a endossar a caracterização do processo em curso como revolucionário. Mas, ao mesmo tempo, também revela a limitação da Coordenação, que pede a quem não tem nenhuma vontade revolucionária, que seja colocado à frente desse processo. Ou melhor dizendo, revela a ausência de um núcleo político revolucionário organizado como tal, que possa desenvolver força suficiente para promover o processo. Ou seja, um partido operário independente de qualquer compromisso com as instituições do capital, e que, portanto, não reproduza o que aconteceu na Rússia em outubro de 1917, mas atuar de forma análoga em termos de orientação política, possibilitando abrir uma saída.

### **DERROTA DA REVOLUÇÃO, TRIUNFO DO GOLPE E DA DITADURA**

Em 1973, os eventos se desenrolam rapidamente nas semanas finais que antecederam o 11 de setembro. Do lado das classes dominantes, que nunca deixaram de dominar as instituições do Estado, do seu Estado em 29 de junho é lançado o Tanquaço, uma tentativa de golpe de Estado fracassada, mas que expressa um aviso e não desencoraja àqueles que o promoveram. Em 7 de agosto, marinheiros que se

opõem ao golpe são presos em Valparaíso e brutalmente torturados, sem encontrar apoio real do governo. Em 17 de agosto, as bases camponesas mapuches são reprimidas em Temuco. Em 23 de agosto, a Câmara dos Deputados aprova a declaração de que Allende violou gravemente a Constituição, apontando para a intervenção das Forças Armadas. É nesse mesmo dia em que Augusto Pinochet é nomeado Comandante-em-Chefe das Forças Armadas por Allende, em substituição ao general Carlos Prats. Em 31 de agosto, o regimento de Tacna das Forças Armadas — portanto o Estado — ataca a empresa expropriada Indugas, prelúdio de mais confiscos nas empresas dos Cordões Industriais. Diante de tudo isso, o governo temporiza, busca acordos e considera a opção do plebiscito sobre sua própria continuidade. É a mesma orientação, de 24 de julho, quando Allende faz um apelo ao consenso para manter um “poder popular subordinado às instituições”. É a orquestra do Titanic.

A classe trabalhadora continua atuando em seu próprio terreno: amplia as ocupações de empresas, amplia os Cordões Industriais, em 29 de junho exige o fechamento do Congresso, dada sua cumplicidade com o golpe. No dia 18 de julho, a Coordenação Provincial dos Cordões Industriais reúne-se pela primeira vez, após a convocação de Indugas, apenas dois dias antes. No dia 24 de julho, no Teatro Caupolicán, realiza-se uma grande reunião da Coordenação dos Cordões. No dia 4 de setembro há uma manifestação de apoio ao governo de centenas e centenas de milhares de pessoas.

Na madrugada do dia 11 começou o golpe, que rapidamente triunfou apesar de algumas heroicas tentativas de resistência (Leiva e Garcés, 2005). Por que ele conseguiu? A resposta é imediata, óbvia: o golpe foi bem-sucedido porque a revolução não se impôs, porque finalmente foi derrotada. Também é óbvio que o golpe foi bem-sucedido pelo apoio do imperialismo estadunidense, a ponto de seu desenho ser, em grande parte, executado na própria embaixada dos EUA, como já foi mencionado.

As comparações podem ser muito frutíferas para a análise social, embora também sejam contraproducentes se esquecermos que só podem ser analogias, não identidades: “O marxismo exige de nós que levemos em conta com a maior precisão e verifiquemos com toda objetividade a correlação de classes e as peculiaridades concretas de cada momento histórico” (Lenin, 1917, p. 24). Com essa cautela, a experiência soviética é uma boa referência comparativa<sup>8</sup>. Do ponto de vista organizacional, os ensinamentos da Revolução Russa são prin-

---

8 Consultar Arrizabalo (2018, pp. 237-790), onde são coletados quase cem documentos que emanam diretamente da experiência soviética.

principalmente dois, compartilhados com outras experiências, a começar pela própria Comuna de Paris. Por um lado, a necessidade de organismos de frente única que congreguem todos os membros da classe trabalhadora, independentemente de pertencerem ou não a um partido, órgãos plenamente democráticos, o que implica em plena liberdade de discussão, e com base nela, a plena unidade de ação, ou seja, o centralismo democrático (que é o oposto do centralismo burocrático, baseado na negação do debate). Por outro lado, a necessidade de um partido operário revolucionário, independente de qualquer compromisso com quaisquer das instituições das classes dominantes.

O triunfo da Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia não levou à destruição do Estado burguês e oligárquico que o czarismo encarnava, porque nos soviets a maioria estava nas mãos dos partidos reformistas (mencheviques e socialistas-revolucionários, do Partido Socialista Revolucionário). Isso possibilitou a composição do governo provisório. Mas antes de outubro do mesmo ano a maioria nos soviets já havia mudado. Ela era bolchevique e isso permitiu que a insurreição triunfante de outubro estabelecesse o primeiro estado operário e camponês da história, excetuando a breve experiência da já mencionada Comuna de Paris entre março e maio de 1871 (Lênin, 1911).

No Chile, havia órgãos de frente única, embora certamente não tivessem a mesma implantação que na Rússia, onde, aliás, a experiência dos soviets havia sido o prelúdio do ensaio geral da revolução de 1905. Mas o problema no Chile estava concentrado sobretudo em outro fator, que também ajuda a explicar o desenvolvimento limitado desses órgãos: a ausência de um núcleo político revolucionário com força suficiente para promover o partido operário de massas, sem qualquer compromisso institucional, que pudesse colocar no centro, o papel decisivo a ser cumprido pela classe trabalhadora, sem subestimar a importância de outros setores; como na própria Rússia, onde a classe trabalhadora compunha cerca de 10 milhões de pessoas frente a 100 milhões de camponeses, mas cujo peso político lhe atribuiu esse papel central (Arrizabalo, 2018, p. 66).

A posição do PC já foi destacada. Era uma orientação de defesa intransigente das instituições burguesas, um compromisso com a “democracia burguesa” que não era apenas reacionária, dado o enorme grau de mobilização das massas, mas também suicida para a classe trabalhadora, por sua inviabilidade em um contexto, presidido pela ausência de qualquer possibilidade de “voltar” (a luta de classes é como pasta de dente que, uma vez retirada do tubo, é impossível recolocar sem romper o tubo). Sob a fórmula do etapismo, um suposto desenvolvimento por etapas incontornáveis, que defendesse que o desenvolvimento capitalista era o que correspondia a esse momento,

não havia posição teórica em princípio (que seria também mecanicista, idealista, profundamente antimarxista, que nega a caracterização teórica do imperialismo de Lênin, do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, da revolução permanente desde Marx e Engels)<sup>9</sup>. Há um pretexto que se formula como teoria; pretexto para esconder sua orientação contrarrevolucionária, enquadrada na linha política de colaboração com o imperialismo, plenamente consolidada na URSS desde 1945, com os acordos de Yalta e Potsdam, embora já apontado anteriormente, como foi destacado. A orientação de buscar um pacto com a direção do DC, uma das principais organizações representativas das classes dominantes, significava amarrar pés e mãos da classe trabalhadora para lutar por seus interesses.

O caso do PS apresenta algumas singularidades, mas sua orientação dominante de compromisso com a frente popular leva ao mesmo desarmamento da classe trabalhadora que o do PC. Partido com forte presença da orientação social-democrata, manteve, no entanto, sua autodefinição como marxista. Caracterizou-se por conter correntes com abordagens muito diferentes, que se expressam claramente no contexto revolucionário: desde o setor liderado por Allende, completamente subordinado à orientação do PC em defesa das instituições burguesas e oligárquicas, até setores cujos membros e dirigentes têm uma participação ativa nos Cordões Industriais, mas sem romper com a subordinação à institucionalidade burguesa que a direção do partido impunha. E passando por quem defendeu a luta armada. Poderia ter desempenhado um papel análogo, ressaltando todas as distâncias, ao do partido bolchevique na Rússia? O partido russo estava imunizado pela experiência da falência da Segunda Internacional em 1914, quando a maioria dos dirigentes dos partidos operários, em primeiro lugar os alemães, cerraram fileiras com suas respectivas burguesias, orientando as ações das organizações criadas pela classe trabalhadora, não para defenderem seus interesses, mas para defender os interesses de cada burguesia nacional contra as demais (interesses camuflados sob

---

9 A imposição do etapismo como doutrina oficial, foi formalmente institucionalizada no VII Congresso da Internacional Comunista em 1935, apelidado pela burocracia de “congresso dos vitoriosos”. Significou uma ruptura com a orientação marxista que tinha surgido nos primeiros quatro congressos da Internacional Comunista; uma ruptura que se concretizou em particular na promoção de frentes populares, por oposição à frente única operária e à frente única anti-imperialista que tinha sido formulada nos primeiros quatro congressos, especificamente no IV, realizado em 1922, no qual a Recabarren participou, tendo mesmo co-presidido a algumas das sessões. Ver nota 2 e também o texto Internacional Comunista (1919-1922). Manifestos, teses e resoluções dos primeiros quatro congressos mundiais da Internacional Comunista, *Cuadernos de Pasado y Presente*, México, 1973 (a primeira edição foi em Paris, 1934 pela Bibliothèque Communiste de la Librairie du Travail).

o chauvinismo com o qual se apelou a *union sacrée*). Quase não houve flertes reformistas na liderança bolchevique, exceto pela posição da liderança interna em março de 1917, liderada por Kamenev e Stálin, que tinha ilusões no suposto reformismo do governo provisório; o que foi desmontado por Lênin (1917). Mas a correlação de forças na liderança do PS estava muito longe de um cenário semelhante. Mesmo alguns setores que participaram do PS, como parte da direção e quadros do MIR, o abandonaram, dificultando ao partido articular uma orientação revolucionária que seria dominante no partido.

Em última análise, a orientação de frente popular que inspira a UP já revelava, desde o início, seu alcance inevitavelmente limitado. Embora a presença de organizações burguesas estivesse praticamente limitada ao Partido Radical, apesar de o PC, como dissemos, exigir a incorporação da Democracia Cristã. Exceto pela menção aos anarquistas, a frase de Trotsky sobre o caso espanhol é fielmente aplicada aqui:

Politicamente, o mais surpreendente é que a Frente Popular Espanhola não tinha um paralelogramo de forças: o lugar da burguesia era ocupado por sua sombra. Através da mediação dos stalinistas, socialistas e anarquistas a burguesia espanhola subordinou o proletariado sem sequer se preocupar em participar da Frente Popular (Trotsky, 1937, s/p).

E o MIR? Desde a cisão de cúpula de julho de 1969, a direção havia acabado de inclinar a organização para uma orientação que formulava que o foco da luta não seria na ação da classe trabalhadora, mas nos pobres do campo e da cidade: “isso só será resolvido por um confronto entre os pobres do campo e da cidade com os donos do poder e da riqueza” (Mir, 1970, p. 32), tendo a luta armada como referência fundamental. Ou seja, de fato desconsiderava o lugar central da classe operária como tal em uma perspectiva revolucionária que possibilitaria a destruição do Estado burguês e a criação de um Estado operário, inclusive no mesmo momento em que os Cordões Industriais vinham se desenvolvendo, demonstrando o alto grau de expressão da luta de classes, com elementos inequivocamente revolucionários ganhando terreno. Mas o MIR defendia a subordinação dos Cordões Industriais aos Comandos Comunais, embora essas formas organizativas fossem muito limitadas à disputa de poder frente às possibilidades dos Cordões, graças ao papel que a classe trabalhadora pôde desempenhar, incluindo também seu efeito de atração sobre os outros setores populares oprimidos. Por exemplo, é a classe operária organizada que ordena: “em Indura, também localizada em Cordón Cerrillos, os trabalhadores ameaçam despedir todos os técnicos e profissionais que

aderirem à greve dos patrões. Rapidamente esses se integram ao seu trabalho, evitando assim a paralisação da fábrica” (Mujica, 2013)<sup>10</sup>.

Obviamente, isso não significa subestimar a contribuição combativa dos trabalhadores rurais e de outros setores oprimidos. Significa levar em conta a gravitação econômica e política da classe trabalhadora, que lhe permite liderar um processo revolucionário, que sem dúvida precisa integrar os demais setores oprimidos, como ilustra a ação do Cordão Industrial Cerrillos-Maipú:

Foi acordado pelos participantes a redação de um documento conjunto que expressasse a necessidade de aprofundar a aliança operário-campesina na perspectiva do Poder Popular [...] nessa perspectiva, expressa a necessidade de não devolver nenhuma indústria, ampliar a área social, criar novos canais de distribuição popular e aprofundar a reforma agrária e o controle do campesinato nas decisões agrícolas (La Aurora de Chile, 1973, apud Castillo, 2010).

Prova de seu lugar muito limitado na classe trabalhadora é a candidatura promovida pelo MIR nas eleições da CUT de 30 e 31 de maio de 1972, onde a Frente Revolucionária dos Trabalhadores (FTR), obteve apenas 1,8% dos votos, frente a 31,8% da candidatura do PC, 27,1% do PS e até 27,0% do DC; mesmo os do MAPU (4,7%) e do Partido Radical (4,0%) são mais que o dobro do apoio recebido pelo MIR<sup>11</sup>.

Em outras palavras, o MIR não poderia ter desempenhado, portanto, um papel análogo ao do partido bolchevique na Revolução Russa, pois sua orientação não era a adotada por este, desde abril de 1917, que não só desafiava a política de ilusões reformistas, mas também que propunha como organizar a classe trabalhadora em torno da defesa incondicional de suas demandas:

Explicar às massas que os soviets de deputados operários são a única forma possível de governo revolucionário e que, portanto, enquanto este governo se submeter à influência da burguesia, nossa missão só pode ser explicar os erros de sua tática de um modo paciente, sistemático, tenaz e especialmente adaptado às necessidades práticas das massas (Lênin, 1916, s/p).

Nesse sentido, o que estava em jogo era a ruptura com o Estado burguês, que não pode ser realizada de forma genérica e difusa, mas a partir do único sujeito que poderia dirigir este processo, a classe operária organizada de forma independente e também em aliança com

---

10 Cf.: *Chile Hoy*, nº 20, 27 de outubro de 1972.

11 Cf.: Vidales, 1974 e Furci, 1984.

outras classes dominadas. Mas não foi essa a orientação do MIR, expressa em suas ambiguidades em relação ao governo e até mesmo ao próprio Estado chileno, que está ligado ao seu descaso sobre o lugar central da classe operária.

Em suma, no Chile não havia um partido revolucionário, nem mesmo em formação, comparável ao partido bolchevique na Rússia de 1917, que pudesse desempenhar o papel decisivo para o triunfo da revolução que o primeiro havia desempenhado nos órgãos da frente única que foram os soviets (Arrizabalo, 2018, pp. 64-85). Pelo contrário, o que há no Chile são organizações poderosas, em particular o PC, cuja ação contra a revolução serão um grande obstáculo, como está claramente expresso na carta dos Cordões Industriais, mencionada anteriormente. As lideranças dessas organizações carregam uma enorme responsabilidade histórica, pelo que ocorreu e diante do que poderia ter acontecido, atrelado às enormes possibilidades de planificação democrática da produção e distribuição, na perspectiva da socialização geral dos meios de produção. Na esteira do que Marx explicou há mais de 150 anos:

Com fatos, e não com argumentos, eles vêm mostrar que a produção em grande escala de acordo com o progresso da ciência moderna pode ser organizada sem a necessidade de uma classe de patrões empregar uma classe de “braços”; que, para dar frutos, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados como meio de dominação e de exploração contra o próprio trabalhador, e que o trabalho assalariado, como o escravo e o servil em sua época, é apenas um forma social transitória e subordinada, destinada a desaparecer perante o trabalho associado, que cumpre a sua função com um braço vigoroso, um espírito ágil e um coração feliz (Marx, 1988, s/p).

## CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

A questão de porquê o golpe deu certo é crucial para entender a experiência chilena dos anos 1970-1973. A opção golpista da burguesia e da oligarquia chilenas, protegidas pelo imperialismo, era inevitável, porque tudo fariam para manter sua dominação e os consequentes privilégios que, então, vêm-se ameaçados pelo processo revolucionário em curso. Além disso, mesmo antes da década de 1960, eles já estavam elaborando um projeto reacionário, para o qual preparavam os quadros de Chicago para aplicá-lo; projeto expresso no que foi efetivamente imposto desde 11 de setembro de 1973: eliminar os obstáculos que, para a acumulação capitalista, eram as conquistas operárias e democráticas arrancadas por décadas de lutas. Ou seja, facilitar a exploração laboral e o saque dos recursos naturais do país. Mas os acontecimentos se aceleraram, a classe trabalhadora e os setores populares irromperam na vida política de forma ainda mais massiva e

com certos avanços organizacionais, com uma orientação que ia além do reformismo da UP, com formas até revolucionárias. As classes dominantes perceberam que sua própria dominação e os privilégios que ela recebia estavam em jogo.

Mas a questão é por que triunfou, não porque esses setores optaram pelo golpe, pela ditadura e, conseqüentemente, por uma política econômica literalmente criminoso. Porque o golpe ter dado certo significou a derrota do reformismo e da revolução. A derrota do reformismo era inevitável, não tinha saída. As contínuas medidas governamentais em favor da preservação da ordem exploradora foram inúteis para satisfazer as classes dominantes, que não podiam mais confiar em um governo enfraquecido por suas próprias ações. Uma ação que, ao mesmo tempo, estimulou cada vez mais a ação revolucionária de setores cada vez maiores, que constataram como o governo, abandonava seu próprio programa. Mas que a revolução fosse derrotada não era inevitável. Portanto, deve-se abordar a razão pela qual aconteceu, a razão pela qual a revolução chilena foi derrotada, que é a grande e trágica lição da experiência de 1973, juntamente com as conseqüências dessa derrota.

Ao longo da história do capitalismo, foram conhecidas diferentes experiências revolucionárias, algumas das quais são abordadas neste livro. Que parte delas tenha triunfado, a exemplo da Rússia, permitindo a formação de um estado operário, ou que tenham sido derrotadas, como no Chile, não é fruto do acaso, obviamente, mas é sempre devido a fatores, ligados à organização e ação independente das classes exploradas, particularmente da classe trabalhadora.

A explosão social é o terreno fértil de toda revolução e esteve muito presente no Chile, uma sociedade capitalista dominada em que, ao sofrimento que a exploração capitalista, inevitavelmente causa, se soma uma maior gravidade, ligada à sua subordinação, como explicou Marx (1975, p. 7): “somos atormentados [...] não só pelo desenvolvimento capitalista, mas também pela falta desse desenvolvimento”. Como essa explosão pode ser resolvida, depende, em primeiro lugar, da existência ou não de classes que possam assumir o comando. Foi o caso das revoluções burguesas na Europa e em outros países, como a francesa, que permitiram que outra classe (a burguesia) se estabelecesse como dominante. Mas nem na Rússia nem no Chile havia algo que pudesse ser seriamente caracterizado como uma burguesia capaz de promover um processo de desenvolvimento capitalista, no âmbito do qual, por um certo tempo, pelo menos o sofrimento da maioria seria atenuado. Portanto, a única opção possível era a da classe trabalhadora, em aliança com outros setores populares.

Mas as classes agem como tal apenas na medida em que são politicamente organizadas. No Chile, como na Rússia, havia uma tradição muito importante de organização dos trabalhadores. Condição necessária que ajuda decisivamente a lançar o processo revolucionário a que nos referimos, apoiado por órgãos do poder popular que são embriões de algo mais, na medida em que questionam a existência das instituições do Estado burguês, abrindo assim a perspectiva de seu desaparecimento e substituição por um Estado operário. Mas tudo isso já existia na Rússia em fevereiro de 1917 e a revolução não triunfou, embora não fosse derrotada. Com efeito, os órgãos do poder popular que são os soviets tomam o poder, embora a maioria reformista neles o faça ceder à burguesia, que o mantém sob a forma de um governo provisório, em que os partidos reformistas se propõem depositar ilusões de que irá resolver os problemas do povo<sup>12</sup>. O que permite a vitória da revolução é a existência de um partido operário, o bolchevique, independente de qualquer compromisso com cada uma das instituições da ordem dominante, dentro e fora do país. Um partido que, portanto, pode defender incondicionalmente as legítimas aspirações das massas, isto é, sem sujeitá-las a nada. Até o fim e, portanto, revolucionariamente.

Cada experiência histórica é única, não há extrapolação direta de uma para outra, mas há analogias e diferenças. É claro que não se pretende extrapolar diretamente a experiência russa para a chilena. Mas a referência russa serve para identificar, nitidamente, os principais determinantes do caminho de um processo revolucionário em curso. E entre eles, além dos mencionados — explosão social, mobilização, órgãos de frente única — está também o partido, o partido do tipo mencionado. No Chile não havia tal partido, mas havia os antigos partidos reformistas, inclusive o Partido Comunista, lutando contra a revolução, que impediu certos setores (relativamente amplos) da classe trabalhadora, em seu desdobramento revolucionário.

O resultado de tudo isso é a derrota da revolução, o triunfo do golpe de Estado e a imposição de uma ditadura que devastou o país durante dezesseis anos e meio, e mesmo depois de tudo, continuou com a mesma gestão das políticas econômicas até hoje. Um símbolo dessa continuidade é a eleição do democrata-cristão Aylwin como candidato presidencial. Vindo da Falange, sua formação incluiu o apoio ao golpe de 1973. Outro indicador bastante representativo é que praticamente todos os gestores de política econômica foram formados no exterior, especificamente nos Estados Unidos. Mas a prova mais importante é,

---

12 Mesmo a liderança bolchevique dentro, nas mãos de Stalin e Kamenev, até a chegada de Lenin em abril (Arrizabalo, 2018).

obviamente, a dos fatos e nele a questão é inequívoca, quanto à referida continuidade, a exemplo da destruição do sistema previdenciário, que fixa o salário de aposentadoria e acesso a um sistema de saúde digno.

Mas a história não termina com a ditadura e a continuidade de seu conteúdo antissocial, sob a denominação de transição ou democracia<sup>13</sup>. Mesmo nos momentos mais difíceis, a resistência foi mantida de uma forma ou de outra. Os protestos dos anos de 1983 a 1985 são um bom exemplo. Também as mobilizações estudantis de 2006 e 2011. E a do Movimento Não+AFP que levou mais de dois milhões de pessoas às ruas em 2017, em defesa de um sistema previdenciário digno desse nome (mais de 10% da população, total de 18,4 milhões). E muitos outros, como os do povo Mapuche. A explicação é simples: a luta de classes não para, não poderia, não importa a forma que assuma. Não pode fazê-lo porque não é uma questão ideológica, mas material. Consiste simplesmente na posição inevitavelmente oposta que define a classe exploradora e a classe explorada.

No Chile, as classes dominantes recorreram ao terror para eliminar as conquistas operárias e democráticas, arrancadas ao longo de décadas de luta, para, como já foi dito, desencadear um alto grau de exploração do trabalho e facilitar plenamente o saque dos recursos naturais. Seu resultado, devastador em termos econômicos e sociais, certamente revela que toda a retórica de um suposto milagre econômico chileno é simples propaganda (ARRIZABALO, 1995). Mas a luta da classe explorada por suas aspirações legítimas só pode ser contida por um tempo, como aconteceu no Chile, em grande parte pelas ações das duas principais correntes do movimento operário, a social-democracia e o stalinismo.

Quiseram enterrá-lo definitivamente, mas “jogaram um pouco de terra e ele voltou à vida”, em grande estilo, principalmente após a explosão social iniciada em 18 de outubro de 2019, confirmada na gi-

---

13 A incompatibilidade entre capitalismo e democracia é tão clara que se revela no próprio fato de que a decisão sobre quem trabalha e quem não trabalha não é feita pela sociedade como um todo, mas sobretudo por uma parcela muito pequena dela, os proprietários dos grandes meios de produção, propriedade que vem da exploração mantida ano após ano. Outra coisa é a possibilidade de estados burgueses em cujo seio estão inseridas as liberdades democráticas, que nada mais são do que conquistas arrancadas pela classe trabalhadora e dos setores populares. São, portanto, corpos estranhos no organismo que é o Estado burguês e, por isso mesmo, têm um caráter limitado, como se aprecia cada vez mais no retrocesso democrático que se alastra, mesmo em sociedades com liberdades historicamente mais estabelecidas (é o caso das políticas de Macron na França ou da Lei Mordaça no caso espanhol, imposta pela ala direita, franquista, mas mantida pelo governo composto pelo PSOE e Unidas Podemos e, portanto, pelo PCE).

gantesca mobilização do 25 de outubro seguinte. O acordo de liderança de 15 de novembro — “Pela paz e uma nova constituição” — não conseguiu derrotar essa mobilização. Verdadeiro e muito importante, mas não suficiente, pois sua vitória, que abre uma saída real para os graves problemas, exige a construção da organização política de massas, independente de qualquer compromisso com as instituições da classe capitalista, que não existiam em 1973. Para esta construção a classe trabalhadora, ao contrário das classes dominantes, não tem nada a perder, mas muito a ganhar, com o conhecimento e a aprendizagem dos ensinamentos da história. Em particular, da experiência heroica que culminou no Chile entre 1970 e 1973, a cujos protagonistas de base prestamos homenagem.

## BIBLIOGRAFIA

- Allende, Salvador (1971). *La vía chilena hacia el socialismo*. Madrid: Fundamentos.
- Arrizabalo, Xabier (1995). *Milagro o quimera: la economía chilena durante la dictadura*. Madrid: La Catarata.
- Arrizabalo, Xabier (2014). *Capitalismo y economía mundial*. Madrid: IME-ARCIS-UdeC.
- Arrizabalo, Xabier (2018). *Enseñanzas de la Revolución rusa (Interpretación marxista de la experiencia soviética a través de sus textos)*. Madrid: IME.
- Arrizabalo, Xabier (2020). *Chile, 1970-2020: revolución, golpe, dictadura y... ¿revolución?. Em: Austin, Robert; Salom, Joana e Canibilo, Viviana. La vía chilena al socialismo: 50 años después*. Buenos Aires: CLACSO.
- Banco Central de Chile (1989). *Indicadores Económicos y Sociales 1960-1988*. Santiago.
- Broué, Pierre e Témime, Émile (1962). *La Revolución y la Guerra de España*. México: Biblioteca Actual.
- Carta dos Cordões Industriais a Salvador Allende uma semana antes do golpe (1973). <https://criticadesapiedada.com.br/2020/09/09/chile-setembro-de-1973-carta-dos-cordoes-industriais-ao-presidente-salvador-allende/>
- Castillo, Sandra (2010). *Sociabilidad y organización política popular: Cordón Industrial Cerrillos-Maipú (Santiago, 1972). Cuadernos de Historia, 32*. Santiago: Universidad de Chile.
- Colectivo Tarea Urgente (2020). *Cordones Industriales* (Documental de Ana López e Valeria Yáñez). <https://www.youtube.com/watch?v=2AA7-I8I>

- Coordinadora Provincial de Cordones Industriales (2020). *Carta al Presidente Allende*. [www.archivomuseodelamemoria.cl/uploads/2/7/277179/000001.pdf](http://www.archivomuseodelamemoria.cl/uploads/2/7/277179/000001.pdf)
- Engels, Friedrich (1895). *Prólogo a la edición alemana de Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850*. [www.marxists.org/espanol/m-e/1850s/francia/francia1.htm](http://www.marxists.org/espanol/m-e/1850s/francia/francia1.htm)
- Furci, Carmelo (2017). *El Partido Comunista de Chile y la Vía al Socialismo*. Santiago: Ariadna Ediciones. <https://books.openedition.org/ariadnaediciones/488#tocto1n2>
- Isaacs, Harold R. (1938). *The Tragedy of the Chinese Revolution*. Londres: Secker e Warburg.
- Kornbluh, Peter (1973). *Chile and the United States: Declassified Documents Relating to the Military Coup, September 11, 1973*. National Security Archive Electronic Briefing, Book nº 8. <https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm>
- Kornbluh, Peter (2008, 10 de septiembre). *Desclasifican nuevas conversaciones entre Nixon y Kissinger para derrocar a Allende*. <https://www.ciperchile.cl/2008/09/10/desclasifican-nuevas-conversaciones-entre-nixon-y-kissinger-para-derrocar-a-allende/>
- La Aurora de Chile (1973). Consejos Campesinos y cordones industriales. Poder Obrero-Campesino. *La Aurora de Chile*, 19, Santiago.
- Leiva, Sebastián e Garcés, Mario (2005). *El Golpe en la Legua: los caminos de la historia y de la memoria*. Santiago de Chile: LOM.
- Lenin, V. (1973 [1905]). A atitude da socialdemocracia perante o problema do camponês. Em: *Obras Escolhidas, Volume III*. Moscou: Progresso.
- Lenin, V. (2009). *Las tesis de abril*. Madrid: Fundación Federico Engels.
- Marini, Ruy Mauro (1976). *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*. México: ERA, Serie Popular, Nº 37.
- Marx, K. (1988). Manifiesto inaugural de la Asociación Internacional de Trabajadores. Em: Marx, K. e Engels, F., *La Internacional*. México: FCE.
- Marx, Karl (1975). *El Capital, Libro I, El proceso de producción de capital*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich (1978). La Sagrada Familia o crítica de la crítica crítica (Contra Bruno Bauer e compañía). Em: *Colección Obras de Marx y Engels*, Vol. 6. Barcelona: Grijalbo.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich (1988). *Manifiesto del partido comunista*. México: FCE.

- MIR (1968-1970). Declaración pública: el MIR a los obreros, campesinos, pobladores, estudiantes y soldados. Em: *MIR. Con todas las fuerzas de la historia, Documentos del MIR 1968-1970*. S/d: Ediciones Segunda Independencia. [http://www.partidodelostrabajadores.cl/wp-content/uploads/2010/06/MIR\\_documentos.pdf](http://www.partidodelostrabajadores.cl/wp-content/uploads/2010/06/MIR_documentos.pdf)
- Morrow, Félix (1976). *Revolución y contrarrevolución en España*. Bogotá: América Continental.
- Mujica, Dolores (2013). *Cordones industriales. Cronología comentada*. Santiago: Folletos de la Biblioteca de Historia Obrera / Ediciones Museo Obrero Luis Emilio Recabarren.
- O Trabalho (s/d). *A tragédia da "Unidade Popular" no Chile*, mimeo.
- PET (1990, julio). *Indicadores económicos y sociales. Series anuales. 1960-1989, Serie de Indicadores Económico-Sociales*. Santiago: PET.
- Roxborough, Ian; O'Brien, Philip e Roddick, Jackie (1979). *Chile: el Estado y la revolución*. México: Editorial El Manual Moderno.
- Trotsky, L. (1904). *Antes de 9 de janeiro*. [www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/permanene/pl.antesdel9deenro](http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/permanene/pl.antesdel9deenro)
- Trotsky, L. (1923). *Novo Curso*. <http://pormassas.org/wp-content/uploads/2021/08/Novo-Curso-Leon-Trotsky.pdf>
- Trotsky, L. (1931). *El control obrero de la producción*. [www.marxists.org/espanol/trotsky/1930s/08\\_31.htm](http://www.marxists.org/espanol/trotsky/1930s/08_31.htm)
- Trotsky, L. (1937). Lección de España: última advertencia, en *La Revolución española (1930-1939)*. [www.posicuarta.org/pdf/LecEspLT.pdf](http://www.posicuarta.org/pdf/LecEspLT.pdf)
- Unidad Popular (1969). Programa básico de la Unidad Popular. <https://www.marxists.org/espanol/allende/1969/diciembre17.htm>
- Valenzuela, Humberto (2008). *Historia del movimiento obrero chileno*. Santiago: Quimantú.
- Vidales, Carlos (1974). *Contrarrevolución y dictadura en Chile*. Bogotá: Ediciones Tierra Americana.
- Vitale, Luis (2011). *Interpretación marxista de la historia de Chile, 3 tomos*. Santiago: LOM.
- Vuskovic, Pedro et al. (1975). *El golpe de Estado en Chile*. México: FCE-UNAM.

# HIPÓTESES DE PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA E GESTÃO OPERÁRIA NA BOLÍVIA (1952- 1971) E NO PERU (1968-1975)<sup>1</sup>

Everaldo de Oliveira Andrade

AS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS ou alternativas teóricas de planificação, gestão ou desenvolvimento econômico socialista ao longo do século XX envolveram desde densos debates teóricos a iniciativas concretas de ação da classe trabalhadora para criar, construir ou elaborar no seu próprio movimento os caminhos alternativos às economias baseadas no capitalismo e nos mercados. Na América Latina entre as décadas de 1960 e 1970 podemos destacar quatro países em que esses debates e ações se desenvolveram com maior intensidade: o início da planificação econômica cubana após 1961, as iniciativas econômicas no Chile durante o governo de Allende (1970-1973), a cogestão e o projeto de gestão majoritária da mineração boliviana durante a revolução de 1952 e depois em 1971 durante a Assembleia Popular ou Comuna de La Paz, e por fim, a pouco conhecida experiência econômica peruana no governo militar do general Velasco Alvarado (1968-1975) de formação das Comunidades de Trabalho e do SINAMOS (Sistema Nacional de Mobilização Social) que permitiu um experimento de cogestão operária de empresas e fazendas no campo. Aqui buscamos nos limitar a apresentar e analisar brevemente as duas últimas experiên-

---

1 Este capítulo teve uma primeira versão em português publicada no livro *Economia Socialista* (2022), São Paulo: LEPHE-USP.

cias ocorridas na Bolívia e Peru e a possibilidades de terem se tornado processos de transição e em ruptura com a economia de mercado e o capitalismo.

### **1. O PROJETO DE GESTÃO OPERÁRIA DA MINERAÇÃO NACIONALIZADA BOLIVIANA DURANTE A COMUNA DE LA PAZ DE 1971**

No dia 29 de junho de 1971 os sindicatos mineiros bolivianos apresentaram um relatório durante a sessão nacional da Assembleia Popular ou Comuna de La Paz com a proposta do controle da mineração, desenvolvendo a discussão sobre como colocar nas mãos do movimento operário o setor de chave da economia do país. A proposta de gestão operária majoritária da mineração estatal não poderia ser compreendida fora do contexto da nacionalização da grande mineração. Após a revolução boliviana de 1952, a decretação da nacionalização com indenização das grandes empresas mineradoras foi acompanhada da concessão de uma série de direitos políticos e econômicos aos sindicatos mineiros<sup>2</sup>. Entre eles figurava a instituição do “controle operário com direito de veto” nas novas empresas estatais mineradoras. Dessa forma, dois dos sete diretores da recém-criada Comibol (Corporación Minera de Bolivia) seriam nomeados pela FSTMB (Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia) com direito de veto sobre suas decisões, criando um poder até então inexistente dos trabalhadores interferirem nas principais decisões da mineração estatal do país. Esta concessão ao movimento sindical mineiro, produto direto da situação aberta após a revolução, tornou-se por outro lado, um sério risco ao desenvolvimento independente dos sindicatos em relação ao Estado, cuja expressão maior era a presença de ministros indicados pela COB (Central Obrera Boliviana) no novo governo.

Duas ameaças se apresentavam à independência do movimento sindical: a ligação dos representantes dos operários com o capitalismo de Estado e a sabotagem à administração operária para desacreditá-la. Se, por um lado, a participação dos sindicatos em empresas nacionalizadas não significa a socialização dos meios de produção — pode ser o contrário, com o aumento do controle estatal sobre os sindicatos — a concessão destas posições pode expressar uma concessão obrigada da burguesia de parte do seu poder aos trabalhadores. Os des-

---

2 A ala esquerda da COB (Central Obrera Boliviana), ocupada principalmente pelo POR (Partido Obrero Revolucionario), desde o princípio criticou a proposta de nacionalização das grandes mineradoras mediante indenizações e o atrelamento da recém fundada COB ao novo governo saído da revolução.

dobramentos posteriores do “controle operário com direito de veto” revelaram que essas hipóteses eram reais<sup>3</sup>.

Inicialmente, a proposta de cogestão em 1952 foi vista como uma real possibilidade de os sindicatos mineiros agirem diretamente sobre questões administrativas e econômicas da empresa. E isto de fato ocorreu nos acampamentos mais politizados e populosos, onde os controladores desempenhavam papéis centrais nas negociações do sindicato com a gerência, causando dificuldades — por suas prerrogativas de veto — às intenções originais dos gerentes. No entanto, o sistema de controles terminou por se voltar contra os operários. Os controladores operários, mesmo sendo eleitos em assembleias, poderiam passar a agir de maneira individual na medida em que não houvesse um efetivo controle coletivo do seu mandato e uma nítida separação entre o sindicato e o Estado. Esta hipótese passou a se concretizar com a consolidação do Movimento Nacionalista Revolucionario (MNR) como partido majoritário e o arrefecimento dos impulsos revolucionários de abril de 1952.

Em perspectiva histórica, a instituição do controle operário com direito de veto terminou sendo uma forma de desviar a reivindicação de controle operário total sobre a produção como parte do movimento revolucionário de conquista do controle do conjunto do Estado. Pode-se questionar aqui até que ponto uma bandeira política desta envergadura poderia de fato ter se viabilizado fora de um contexto mais profundo e amplo de mobilização política. E de fato, o processo revolucionário de 1952 desestruturara o exército; havia desde os sindicatos as milícias armadas operárias e camponesas que efetivamente controlavam um poder ainda não convertido em expressão estatal. Criou-se, porém, entre os sindicatos mineiros um sistema que em pouco tempo ajudou a constituir uma burocracia sindical ligada ao MNR e ao seu governo. O movimento inicial de baixo para cima foi invertido e os controladores — cooptados pelos interesses de Estado do governo do MNR — passaram a refletir as orientações das cúpulas do partido governante sobre os interesses dos sindicatos de base e as assembleias gerais (Andrade, 2007, pp. 99-106).

Dessa forma, podem-se destacar como principais motivos do fracasso do controle operário com direito de veto a burocratização da instituição produto da falta de independência dos controladores frente ao Estado e a ausência de mandatos democráticos e coletivos sob con-

---

3 Embora tenha ocorrido a nacionalização parcial da mineração e o controle operário, isto não impediu que os governos posteriores do MNR tomassem o pleno controle das grandes jazidas minerais para os interesses das grandes corporações multinacionais.

trole das assembleias sindicais de base. Por outro lado, os posteriores reveses econômicos dos governos do MNR ajudaram o movimento sindical mineiro a recuperar seu ativismo e sua ação independente, podendo, assim, fazer um balanço da experiência dos controles operários e retirar daí ensinamentos para sua ação futura. A experiência histórica pós 1952 revelou que ao lado da ameaça constante à independência sindical, contraditoriamente, o controle operário poderia ser visto como conquista operária da revolução ao permitir aproximar os operários da contabilidade obscura das empresas e ter acesso às informações que de outro modo só estariam concentradas nas mãos dos dirigentes administrativos.

### **1.1. O GOLPE DE NOVEMBRO DE 1964**

O golpe militar de 1964 atacou brutalmente essa e muitas outras pequenas conquistas, porém a experiência anterior do controle operário renasceria sob outra forma através da proposta de gestão majoritária da Comibol pelos mineiros em 1971. Com o período militar iniciado em 1964 com o governo do general René Barrientos e a queda dos governos do MNR, os acampamentos mineiros foram militarizados e as direções sindicais brutalmente perseguidas. Como já vimos, os militares trataram o esmagamento dos núcleos politizados nos acampamentos mineiros como uma operação de caráter militar, demonstrando que possuíam consciência de que o esmagamento dos operários ajudava na estabilidade de seus governos. Os mineiros perdem dirigentes experientes e respeitados como César Lora e Isaac Camacho do Partido Obrero Revolucionario (POR) e Federico Escobar do Partido Comunista de Bolívia (PCB), assassinados após serem presos por grupos militares.

Com a morte do general Barrientos e a ascensão do governo do general Ovando Candía, a Federação dos mineiros, rearticulada nos primeiros meses de 1970, retomou não apenas suas atividades sindicais, mas como núcleo das atividades do movimento operário do país, promoveu a reorganização da COB e o debate sobre o controle das empresas estatais mineradoras. A Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolívia (FSTMB) jogou um papel central. Era uma organização experimentada por longos anos de luta e particularmente nos momentos de greve geral, intervinha nos problemas técnicos e administrativos das minas para manter e garantir a sobrevivência do complexo econômico mineiro. Em geral, técnicos e administradores procuravam abandonar as minas durante as greves procurando fazer com que o trabalho fosse desarticulado. Os sindicatos mineiros capacitaram-se para a manutenção da COMIBOL exatamente nestas circunstâncias. Foram destes enfrentamentos que surgiu a proposta da

administração operária das minas. A proposta refletia, por outro lado, um desdobramento da discussão sobre a capacidade do movimento operário controlar o setor de chave da economia do país e questionar política e socialmente as bases de sustentação do Estado.

O novo projeto de participação dos sindicatos mineiros na administração das minas, começou a ser debatido nos sindicatos em abril de 1970. E foi endereçado ao presidente Ovando Candía em junho como parte de uma longa pauta de reivindicações. A FSTMB recolocou a reivindicação dos diretores operários com direito de veto, mas propunha uma ampliação das propostas: que fossem incorporados diretores operários indicados também à COMIBOL, ao Banco Mineiro, ao conselho nacional de mineração e outras entidades de interesse da Federação mineira (Escobar, 1984, p. 166). As discussões com Ovando, no entanto, não prosperaram.

Com a formação da Assembleia Popular em maio de 1971, se abriu uma nova dinâmica política no país. Nesta situação, e desde o interior dos seus debates, os mineiros retomam o projeto de controle operário da mineração, porém num contexto muito mais favorável ao desenlace da proposta (Iriarte, 1983, pp. 267-282). Como afirmava o novo documento:

Lutaremos para conseguir que a participação operária na COMIBOL assegure ao mesmo tempo seu caráter de autonomia de corporação econômica e tecnológica, a consolidação da marcha segura e decidida dos operários para o poder, respaldando-a com o avanço para a propriedade e social. (FSTMB, 1992, pp. 109-135)

O texto faz uma crítica incisiva à experiência do controle operário surgido na revolução de 1952 e propõe uma forma de organização baseada no controle coletivo dos mandatos, buscando garantir aos sindicatos a organização do processo de eleição dos delegados, porém evitando que esses se envolvessem diretamente com a administração da mineração estatal. Dessa forma, por exemplo, os dirigentes sindicais não poderiam ser eleitos para cargos de diretores operários. A participação operária na empresa seria organizada através da eleição de um Diretório Central composto por delegados eleitos diretamente, além de diretórios locais em cada local de produção. Estes diretores não teriam funções executivas individuais, mas seriam responsáveis solidariamente pelos acordos e resoluções do Diretório. Esta proposta visava garantir o controle coletivo dos mandatos dos diretores. O controle dos delegados operários tanto dos diretórios locais como no central seria feito pelos membros da direção sindical da FSTMB. Propunha-se uma direção paritária com os diretores indicados pelo governo.

O projeto da FSTMB defendia a total integração da indústria mineira desde a fase de extração, fundição até a comercialização, como uma das formas de recuperar e reorganizar o complexo mineiro. Uma situação econômica e administrativa desastrosa das empresas mineradoras estatais era o pano de fundo que ilustrava a proposta de gestão operária da mineração. Em 1971, 80% das divisas do país provinham da mineração. Entre as empresas particulares e estatais existiam 24 empresas de caráter grande e médio e 2.400 empresas pequenas de diversos tipos e atividades. A COMIBOL era representada por 14 grandes minas, respondendo por 47% do valor das exportações. O estanho era seu produto mineral principal, cobrindo 63% de toda a produção. Apesar do lugar estratégico da empresa, sua situação financeira era extremamente grave naquele momento, fruto de uma série de distorções e investimentos inadequados. Entre 1969 e 1970 a porcentagem de exportação de minerais da Comibol caíra de 53% para 47%, enquanto a mineração privada aumentara em 6% sua produção. Tudo isso se dava com uma dívida de US\$32 milhões e um déficit para o ano de 1971 previsto em mais de US\$19 milhões. Além disso, os gastos com a burocracia administrativa haviam subido dez vezes em relação ao total de gastos (El Diario, 16/07/1971).

## **1.2. OS DEBATES NA COMUNA DE LA PAZ**

A discussão das propostas da Federação dos mineiros a respeito do controle operário da mineração iniciou-se com o informe do dirigente mineiro Noel Vásquez relatando a situação geral da mineração estatal do país. Segundo o relato, em seis meses a situação do complexo mineiro estatal seria insustentável. A empresa estava endividada e com uma enorme burocracia administrativa, sendo que das 14 unidades da COMIBOL apenas duas eram rentáveis. Dirigindo a empresa os operários poderiam recuperar as atividades. Alberto Jara, outro membro da direção sindical dos mineiros, completou o informe afirmando que o Plano Triangular dos governos do MNR, dera privilégios de mercado aos Estados Unidos e não modernizara as máquinas. Propôs a busca do mercado socialista e suas máquinas como alternativa para viabilizar o sistema e assinalou que as empresas nacionais estavam explorando minerais de menos de 1% de lei (Jornal Hoy, 01/07/1971)

Do ponto de vista político, a proposta de administração operária era vista pelos dirigentes mineiros como um caminho transitório para a colocação da questão do poder político, uma reivindicação para fortalecer e qualificar a mobilização de massas pelo poder. Segundo o dirigente mineiro Filemón Escobar, a crítica ao suposto economicismo da proposta seria cega pois a Assembleia Popular, na medida em que assumisse um lugar destacado, naturalmente veria a tendência a rece-

ber não só as questões sindicais, mas numerosos pequenos problemas de interesse dos setores populares e isto seria “*um reconhecimento tácito de parte das massas, da Assembleia como sua autoridade*” (Jornal Hoy, 01/07/1971). Os defensores da proposta argumentaram ainda que a implantação da gestão operária preparava o caminho para a socialização do conjunto da economia do país e serviria para que o conjunto da população visualizasse de forma mais clara o papel exercido pela Assembleia Popular como órgão de poder.

A ameaça à independência dos sindicatos frente ao governo era real e o general Juan José Torres não a ignorava e nem desprezava<sup>4</sup>. Em maio de 1971 um decreto seu buscava se antecipar e regulamentar uma forma de gestão das empresas mineradoras que previsse a participação operária (Decretos Supremos 09633 e 09638, Gaceta Oficial de Bolivia, 551, 31-03-1971). Tratava-se para o governo Torres muito mais de comprometer os mineiros com a eficiência da empresa, buscando esvaziar a pressão que eles exerciam, que permitir qualquer concessão ou parcela de poder.

Os mineiros foram vitoriosos em convencer a maioria da Assembleia Popular de que sua proposta possuía um significado político e econômico que dizia respeito a todos os trabalhadores do país. A resolução sobre a participação majoritária dos operários na gestão da empresa COMIBOL foi um dos documentos mais importantes produzidos pela Assembleia Popular. Contém diversos capítulos: uma justificativa econômica, um posicionamento ideológico, um ponto de vista tecnológico, posicionamentos políticos e um organograma detalhado da estrutura administrativa proposta. A Assembleia Popular envolvida num debate muito mais politizado que econômico, modificou as características originais do projeto da Federação dos mineiros declarando o objetivo de tornar a administração operária majoritária (Andrade, 2011, pp. 186-191).

Segundo a proposta da Assembleia Popular o controle da corporação mineiro-estatal seria feito através de Conselhos de produção, que funcionariam com a participação de um delegado das minas, um delegado dos engenheiros e outro da superfície. Por sua vez, se previam comissões de minas, de engenharia e a de superfície. Toda esta estrutura subordinada a um diretório local. O órgão superior da COMIBOL seria um diretório composto por três diretores do governo e

---

4 O general Juan José Torres assumiu o poder em outubro de 1971 após um golpe de estado do setor mais reacionário do exército contra o general Ovando fracassar. O golpe foi derrotado após a mobilização de uma poderosa greve geral chamada pela COB, que terminou afastando Ovando do poder e abrindo caminho para o governo Torres em negociação com a COB.

3 dos operários e o gerente geral. O gerente seria eleito pelo diretório de uma trina composta pela proposta da direção executiva da FSTMB. Foi constituída uma comissão de trabalho como produto do debate sobre o controle da mineração com membros da Federação dos Mineiros e partidos políticos para preparar um projeto de estatização de todos os meios de produção do país (Lora, 1982, p. 486). O projeto da Assembleia Popular para a mineração possuía consequências políticas mais profundas do que aparentemente sugeria.

### 1.3. GESTÃO OPERÁRIA E UM NOVO ESTADO A SER CONSTRUÍDO

As tradições do movimento operário boliviano — com o lugar destacado ocupado pelos sindicatos mineiros e pela COB — são fundamentais para a compreensão da proposta dos Conselhos de Produção das minas e a soberania da Assembleia Popular como órgão de poder operário em construção. A proposta dos mineiros foi gerada a partir de suas experiências concretas de luta, como expressão da organização e participação política alcançada pelo conjunto do movimento sindical e popular boliviano. Era resultado, por outro lado, de uma longa e dura experiência que os colocava como autênticos protagonistas de uma alternativa própria e independente de reorganização das bases econômicas do país.

Os debates da Comuna de La Paz de 1971 e a experiência concreta do movimento operário ainda que limitada e inicial — o período pós 1952 dos controles com direito de veto e aos diferentes momentos de greves com ocupação das minas — possuíam proximidade com as preocupações que tanto Leon Trotsky quanto Antônio Gramsci levantaram a respeito das possibilidades que o movimento operário deveria aproveitar — explorando suas características e formas nacionais — dentro do Estado burguês, para seu próprio fortalecimento enquanto alternativa de poder. A organização da produção a partir das novas instituições criadas pelo movimento operário — como os Conselhos de fábricas — foram destacadas por Antônio Gramsci tendo como exemplo a experiência dos Conselhos de fábrica de Turim na década de 1920, eram concebidas pelo revolucionário italiano como: “*células de um Estado novo, o Estado operário, como base de um novo sistema representativo: o sistema dos Conselhos*” (Gramsci, 1973, p. 218). Para Gramsci o novo Estado operário começava a surgir — como indício da capacidade revolucionária da classe operária — quando essa fosse capaz de criar de seu seio “*instituições de novo tipo no campo operário, instituições de base representativas, estruturadas de acordo com um plano industrial; e a fundar, em suma, seu próprio Estado*” (Gramsci, 1973, p. 109). Os conselhos de fábricas constituíam para Gramsci em formas espontâneas de organização da classe operária, bases políticas

iniciais para a construção de um novo estado que surgiria diretamente do controle e da ação organizada da classe operária. Os conselhos de fábrica poderiam englobar as ações econômicas e políticas da classe operária colocando em novos termos a constituição do partido do proletariado e o papel dos sindicatos.

Um precedente mais próximo da realidade latino-americana foi analisado por Leon Trotsky, no México de Cárdenas, na década de 1930. O revolucionário russo defendeu a participação operária na indústria nacionalizada:

Seria inexacto identificar a participação operária na administração da indústria nacionalizada com a participação dos socialistas num governo burguês. [...] A participação no manejo em um certo ramo da indústria, oferece uma ampla oportunidade de oposição política. No caso de que os representantes operários estejam em minoria na administração, tem todas as oportunidades para proclamar e publicar suas propostas rejeitadas pela maioria, pô-las ao conhecimento dos trabalhadores etc. (Trotsky, 1999, pp. 152-153).

A instituição do controle operário nas formas em que foi formulado na Bolívia provavelmente seja um caso original, intermediário entre a ação do sindicato reivindicativo e o conselho de fábrica, entendido esse como organismo político que discute e decide coletivamente a própria organização da produção e do processo de trabalho com objetivos políticos. As características dos sindicatos mineiros e os controles operários desde o ponto de vista da tradição histórica boliviana, criavam as bases para Conselhos de produção geridos coletivamente e sob a soberania do organismo político da Assembleia Popular. Nesta medida, a gestão operária da mineração estatal boliviana era colocada mais em termos políticos que econômicos, buscando abrir uma via para um enraizamento e consolidação do poder operário desde o interior da organização da produção. Se a elaboração teórica a partir de experiências parciais foi a tônica do caso boliviano, de maneira paralela, o que ocorreu no Peru no mesmo período teve um sentido inverso.

## **2. UM EXPERIMENTO DE PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA NO PERU FRENTE À AÇÃO INDEPENDENTE DAS MASSAS POPULARES**

Durante o governo militar do general Juan Velasco Alvarado no Peru, entre 1968 e 1975, desenvolveram-se ações e experiências econômicas e políticas absolutamente originais em relação à possibilidade de alternativas econômicas de crescimento, industrialização e planificação econômica estatal. Em princípio tratava-se de iniciativa semelhante a outros projetos com objetivo de supostamente acelerar o desen-

volvimento econômico seguindo as diretrizes da CEPAL. No entanto, discutimos a hipótese de que, ao se combinar com propostas de gestão coletiva ou compartilhada dos meios de produção pela classe trabalhadora em fazendas e empresas privadas, por exemplo, criou uma experiência inédita e em contradição com a proposta original do governo militar. E nesse sentido, embora os coletivos de trabalhadores não tenham alcançado os objetivos e perspectivas almejados, permitem aprofundar hipóteses e questões para o debate geral sobre as experiências gerais ou parciais de planificação econômica socialista e de gestão coletiva pela classe trabalhadora.

### **2.1. O PROJETO DO SINAMOS (SISTEMA NACIONAL DE APOYO A LA MOVILIZACIÓN SOCIAL)**

A proposta do GRFA (Gobierno Revolucionario de las Fuerzas Armadas) buscava edificar uma suposta “democracia social plena”, com uma suposta ordem moral de solidariedade e não baseada no individualismo; uma economia autogestora dirigida pelos trabalhadores; uma ordem política dirigida diretamente pelas instituições políticas, econômicas e sociais sem intermediação. Mas como organizar os de baixo a partir de uma revolução vinda “de cima”? Os militares peruanos fizeram sua própria leitura das doutrinas de segurança nacional e da doutrina da “segurança continental” difundida pelos EUA para deter influências da revolução cubana de 1959. Tratava-se de uma leitura particular que continha a pretensão de se realizar uma revolução “vinda de cima” para destruir a “dominação tradicional”.

A vinculação entre segurança militar e desenvolvimento econômico era um dos eixos centrais das ações do novo regime peruano iniciado em 1968. O GRFA foi o primeiro governo dirigido mais diretamente pela CEPAL, o que nos ajuda a compreender como se elaborou o plano de desenvolvimento e que previa ser aplicado ao longo de vinte anos. Os diagnósticos dos técnicos da CEPAL, as grandes ideias motrizes já elaboradas em textos de Raúl Prebisch e Celso Furtado, foram o pano de fundo que permitem compreender as ações iniciais, mas há muitos traços de originalidade e especificidade da ação da política econômica desse período. O objetivo central dos planejadores econômicos era erradicar os enclaves estrangeiros, eliminar a área econômica de características pré-capitalistas do campo, fortalecer a capacidade empresarial e reguladora do Estado, promover a integração econômica e social da população na economia de mercado. Essa estratégia geral estava coordenada com uma perspectiva militar e desenvolvimentista que havia sido incorporada pelo núcleo de generais do novo governo.

Se analisamos de um ponto de vista histórico, o Peru desde a década de 1920, momento em que surgiu um poderoso movimento

de esquerda socialista e depois nacionalista — o aprismo e a fundação da APRA (Aliança Popular Revolucionária Peruana) — havia uma continuidade em muitos dos projetos e perspectivas forjados décadas antes do governo militar. A APRA, que na sua fundação e em seus primeiros anos era uma frente anti-imperialista, tornar-se-ia progressivamente um partido nacionalista e depois um movimento cada vez mais conservador e reacionário. No entanto, havia deixado em seu caminho uma geração de militantes — inclusive em setores militares — que incorporaram uma perspectiva nacionalista e anti-imperialista que se descolou de sua cúpula dirigente e de uma visão submissa ao imperialismo.

As primeiras medidas econômicas do GRFA foram ousadas. Seis dias depois do golpe militar de 2 de outubro de 1968 o complexo petrolífero da Standard Oil foi ocupado por forças do exército. Tropas aerotransportadas tomaram campos petrolíferos de empresas dos EUA, abriram-se relações com o bloco soviético e grandes propriedades de empresas estratégicas foram liquidadas por decreto governamental. Essas ações e medidas anti-imperialistas dos militares peruanos levaram alguns autores a chamarem o processo de “nasserismo latino-americano”, em alusão às possíveis semelhanças com o governo de Kemal Nasser no Egito.

O GRFA tentou eliminar de forma administrativa o caráter oligárquico e de enclave da economia peruana, abrindo canais para a constituição de novas formas de acumulação capitalista reguladas e que deveriam criar um sistema original, “nem capitalista nem comunista, solidário, humanista, cristão e comunitário”. Esse movimento em si não possuía um objetivo de planificar em uma perspectiva de ruptura com a propriedade privada dos meios de produção, no entanto, combinado com as iniciativas de participação dos trabalhadores criava uma possibilidade inédita e inesperada de ação autônoma da classe operária. No setor financeiro, o governo centralizou sua atividade no banco da Nação; limitou a 20% a participação estrangeira em ativos dos bancos, organizou a Cooperação Financeira de Fomento, impôs o controle de câmbio e exigiu a repatriação de capitais. Buscava-se com isso fazer com que o Estado pudesse encontrar capacidade de canalizar o crédito de acordo com seus planos e objetivos. Foi constituída a empresa de petróleo do Peru, adquirido o complexo mineiro de Cerro-Pasco, decretada em 1970 a lei de indústrias estipulando a exclusividade do estado na produção de insumos básicos como cimento, aço, química, papel, eletricidade etc. Em transportes e comunicações se adquiriu 51% da companhia de telefones e se estatizou o sistema de ferrovias. Foi promovida a indústria de construção de barcos. Tam-

bém se estatizou o comércio de farinha de peixe, então uma atividade de grande importância na economia nacional.

## **2.2. BONAPARTISMO MILITAR**

Havia ecos da linguagem nacionalista e aprista original em diversos discursos e ações do general Velasco Alvarado. Isso poderia ser medido pelo tom messiânico das suas falas, pela pretensão de se formular um processo atípico, autônomo e aberto, supostamente neutro, “nem comunista e nem capitalista” de desenvolvimento econômico. Essa posição refletia uma crítica a uma suposta dependência ideológica da esquerda tal qual formulada pelo discurso aprista de constituição de “estado anti-imperialista” anteriormente elaborada por Haya de la Torre, líder histórico da APRA. Mas em um país dependente como o Peru seria inevitável que a aplicação de medidas econômicas nacionalistas implicasse em choques crescentes com mercado internacional, com o imperialismo e com os interesses dos capitalistas peruanos. De certa forma, se a cúpula dirigente do APRA havia abandonado o anti-imperialista e sua pretensão de que a pequena-burguesia liderasse esse projeto, víamos agora os militares assumindo essa bandeira e adaptando-a à nova situação.

Foi nessa via que se constituiu uma elite tecnocrática que incorporava um setor de antigos militantes de esquerda, intelectuais e quadros técnicos frustrados por suas antigas aspirações reformistas do aprismo e os militares nacionalistas. Entre esses intelectuais destacou-se Carlos Delgado Oliveira, um dos principais ideólogos do regime e que buscava de alguma forma se referenciar no célebre líder marxista e revolucionário José Carlos Mariátegui: “o destino da revolução depende em grande parte do curso seguido pelo processo de mudanças na área rural” (Delgado, 1974). Mas Mariátegui se de fato resgata e valoriza o lugar das comunidades indígenas andinas e seu coletivismo econômico, o fazia ao propor uma aliança com uma vanguarda operária e revolucionária para, como maioria nacional, saltar o Peru ao socialismo. Essa aliás foi a grande ruptura com a estratégia revolucionária aprista e do seu líder Haya de la Torre, que desqualificaram a capacidade do movimento operário de liderar uma revolução anti-imperialista e propunham um lugar de liderança à pequena-burguesia (Villarán, 1987, p. 57).

E de fato, o propósito do novo regime militar foi o de manter as forças armadas “por cima” da sociedade, como uma liderança que expressava — ainda que implicitamente — o lugar dessa pequena-burguesia como suposta classe revolucionária. As forças armadas queriam fazer uma “revolução burguesa sem a burguesia” e contra a vontade desta. Isso realçava o caráter bonapartista do regime ao

buscar colocar-se como árbitro acima das classes, como expressava um dos lemas conhecidos do governo de Velasco Alvarado: “Não somos políticos, não temos interesses particulares, só os da Pátria”. Isso implicava muitas vezes em choques com os interesses mais imediatos dos grandes proprietários, o que obrigou o regime militar a buscar mobilizar diretamente às massas ou buscar se apoiar nelas em torno de seus interesses como regime.

Os choques com a burguesia deram-se em duas arenas principais: no campo econômico com a criação das “Comunidades de Trabalho” que tiravam parte da legitimidade da burguesia no controle dos meios de produção, as nacionalizações, a reforma agrária, a criação de novas empresas estatais; mas também no terreno político com as diferentes iniciativas de mobilização popular em apoio ao regime, como as campanhas de doutrinação ideológica através da reforma educativa e da estatização da imprensa e a criação de um sistema nacional de mobilização popular articulado com a ampliação do setor econômico estatal. Diversas outras medidas de propaganda política criavam choques com setores da burguesia. Por exemplo, uma reforma educacional que se propunha a formar um “homem novo” e uma “nova sociedade” e que dialogava com uma linguagem comum aos setores de esquerda. As relações com países socialistas que de alguma forma legitimavam a denúncia do termo “revolução” para setores da burguesia e que no conjunto alimentavam os adversários do regime, justamente aqueles que afinal se buscava preservar: os proprietários privados dos meios de produção.

### **2.3. A REFORMA AGRÁRIA DE 1969**

Após as primeiras grandes medidas de nacionalização, o segundo grande passo do GRFA foi avançar na Reforma Agrária. Em junho de 1969 os militares ocuparam instalações açucareiras de um enclave da burguesia agrária e dos setores oligárquicos opositores. Esperava-se que se criassem cooperativas agrárias e a massa dos camponeses rapidamente rompesse seus antigos laços políticos, inclusive com os sindicatos rurais. Por outro lado, a reforma agrária estava inserida nas formulações econômicas clássicas da CEPAL de ampliar um mercado consumidor local e reduzir a dependência com a importação de insumos e mercadorias que poderiam ser produzidas no próprio país.

Todavia, o fato de a reforma agrária prever estrito respeito à propriedade privada, indenizações aos antigos proprietários, combate ao sindicalismo e controle militar de todo o processo, buscou oferecer garantias aos EUA e aos proprietários de que não ocorreria uma ruptura socialista, por exemplo. Na linguagem apaziguadora do regime, a reforma agrária visaria “criar uma ordem comunitária, solidária e

cristã”. A realidade terrena das medidas não possuía, no entanto, nada de solidário e comunitário: o governo interveio nas grandes empresas agrárias e se confrontou com trabalhadores, reprimindo lideranças sindicais que não aceitavam se submeter e defendiam a existência e independência dos sindicatos camponeses. Houve ainda uma grande diferenciação entre os camponeses beneficiários da reforma agrária e que se relacionava aos resultados da produtividade diferenciada nas fazendas. Isso aprofundou desigualdades econômicas nas relações com o mercado. O fato de os camponeses terem que pagar para reembolsar os antigos latifundiários provocou uma descapitalização do campesinato que recebia novas terras e maior acumulação de capitais em setores mais modernos da economia. A reforma agrária atacava e destruía justamente aqueles setores que ainda preservavam traços comunitários e coletivistas de exploração da terra sem oferecer instrumentos de proteção, além de fortalecer a burguesia peruana.

#### **2.4. IMPASSES NA GESTÃO COOPERATIVA DAS EMPRESAS**

O problema e desafio central do governo foi justamente em relação ao projeto de criação de um novo regime econômico “não capitalista” e em métodos de gestão que envolviam participação direta dos trabalhadores na gestão das empresas. A proposta poderia implicar em uma ruptura negociada com o capitalismo ou de caráter reformista para alguns, ainda que na origem fosse inegavelmente um utópico experimento econômico cepalino que visava desenvolver uma economia de mercado plena e soberana em pleno momento de crise do imperialismo estadunidense. A mobilização política necessária para sustentar esses objetivos levou o regime a ir muito além do que se esperava e apontou problemas e soluções que dialogavam com outras experiências históricas relacionadas à planificação socialista e a gestão das empresas diretamente pela classe trabalhadora.

O GRFA elaborou um projeto de desenvolvimento econômico que buscava instituir três setores de atividades distintos: o setor estatal que previa formas possíveis de associação ao capital estrangeiro, o Setor Privado reformado com a instituição de comunidades trabalhistas e o Setor Cooperativo estruturado provavelmente a partir de propriedades coletivas ou formas associativas. E deveria haver no futuro um quarto setor econômico e que deveria ser hegemônico, destinado a consolidar uma estrutura de caráter comunitário. A proposta previa a instituição de uma “democracia social de participação plena” ou uma terceira via autônoma em relação ao capitalismo e ao socialismo. A utopia velasquista provavelmente dialogasse não só com as referências ao projeto da antiga APRA, mas também com referências messiânicas relacionadas ao social-cristianismo e à presença sempre

marcante de reminiscências ao comunitarismo indígena dos tempos dos incas (Delgado, 1974, pp. 184-185).

O governo criou em todos os setores da economia as “comunidades trabalhistas” que deveriam receber parte dos lucros das empresas até o limite de 50%. Tratava-se a princípio de um tipo de gestão compartilhada que estava se introduzindo, ainda que de maneira descentralizada e não planificada. Essa característica fazia com que as desigualdades e competição permanente inerentes ao mercado capitalista e seu funcionamento se refletissem nas comunidades trabalhistas. Assim, nas empresas mais produtivas as comunidades de trabalhadores recebiam mais que naquelas menos produtivas, gerando novas desigualdades. Mas as desigualdades também se aprofundaram na comparação entre setores econômicos. Se os setores econômicos nacionais mais organizados representavam apenas 10% da população ativa, havia ainda os outros 90% de trabalhadores que eram subempregados e nos espaços rurais e urbanos. Ainda que fosse um sistema parcialmente autogestionário, comprometia os trabalhadores com a dinâmica desigual e competitiva do mercado.

O projeto econômico do GRFA previa ainda a elaboração e implantação do “setor de propriedade social”, que seria composto por propriedades estatais e geridas de maneira autogestionária. Da mesma forma que o modelo de “Comunidades Trabalhistas”, aqui o principal problema se localizava no fato de que as empresas seguiram sendo regidas por regras de mercado que previam acumulação privada e competição ao mesmo tempo que geridas coletivamente pela gestão dos trabalhadores. A aceitação da anarquia do mercado e de uma frágil regulação econômica, ainda que contasse com uma gestão coletiva interna, sequer permitia fazer dessas experiências econômicas pontos de partida para uma ampliação e fortalecimento de uma alternativa não capitalista como aparentemente se especulava. O modelo político implícito na iniciativa não apontava sequer para um regime de transição ao socialismo como por exemplo se especulou durante a experiência aparentemente similar do governo de Salvador Allende no Chile na mesma época (1970-1973), ou do projeto de gestão operária da mineração proposto pela comuna de La Paz em 1971.

Antes de finalizar este tópico é importante destacar que a política externa peruana seguia aqui as orientações clássicas da CEPAL destinada a diminuir a dependência externa, com a diversificação de mercados e fontes de financiamento. Do ponto de vista político se buscou firmar uma linha terceiro-mundista e não alinhada e que provocou desde o início grandes atritos diplomáticos. Barcos pesqueiros dos EUA foram capturados em água territoriais por não respeitarem a soberania do país e os EUA retaliaram. O governo do Peru exigiu a

retirada dos militares dos EUA da base militar e suspenderam o convite a Rockefeller para visitar o país. Os EUA decidiram agir com mais cautela para não precipitar uma ruptura e radicalizar o novo governo. Foram abertas relações com a China e se rompeu o bloqueio econômico a Cuba. Foram ampliados os contatos e o comércio com antigas economias socialistas. Ao mesmo tempo, se buscou manter todos os canais de contato e evitar rompimento com os EUA em busca de uma verdadeira negociação com o imperialismo.

De maneira geral, sem questionar a economia de mercado tanto no plano interno como externo, contrariamente ao que esperavam os planejadores econômicos, as reformas econômicas aumentaram a concentração de renda e riquezas, o que aumentou a demanda por produtos importados pelas camadas da pequena e alta burguesia. O incentivo à industrialização de determinados setores e a ampliação do mercado interno via reforma agrária provocaram desequilíbrios econômicos estruturais previsíveis, que somados ao rápido aumento desigual da renda em alguns setores sociais, aprofundou desequilíbrios internos e principalmente uma crise política crescente. O governo tentou responder aos problemas de ordem política tentando criar uma estrutura própria e original de mobilização social para apoiar suas reformas econômicas.

## **2.5. CORPORATIVISMO E BONAPARTISMO: O SINAMOS**

Como sustentar politicamente as reformas econômicas e transferir à população as novas estruturas criadas ignorando a autossobrerania das massas? Havia pelo menos duas propostas entre os membros do governo: os que defendiam a criação de um partido velasquista e os participacionistas, entre os quais o ideólogo do regime Carlos Delgado, que propunham a criação de novas estruturas de participação política. Ambas se opunham às iniciativas de auto-organização das massas, dos trabalhadores do campo e da cidade.

A proposta de um partido velasquista naufragou rapidamente. Aqui na verdade a principal oposição à formação de um partido político militar relacionava-se ao fato de que a criação de uma nova instituição centralizadora em um governo militar significava em grande medida rivalizar com o papel que ocupavam as forças armadas. Havia também a contradição entre a posição do governo de que os partidos em si deveriam perder sua função diante das novas instituições em formação, e a proposta de um novo partido.

Os participacionistas elaboraram uma proposta em grande medida original: criar mecanismos novos de participação a partir do trabalho local e cotidiano: o Sinamos (sistema nacional de mobilização social) que seria um tipo de agência estatal provisória para estimular

o surgimento de organizações sociais com poder de decisão. Seriam mecanismos de autogoverno dos próprios trabalhadores para gerir os novos setores econômicos como alternativas às empresas capitalistas ou mesmo por dentro das empresas capitalistas como as Comunidades de Trabalho. Esse mecanismo, criado a princípio como uma forma de cooperação e controle social e de esvaziamento das entidades autônomas dos trabalhadores, terminou por extrapolar seus objetivos iniciais em vários sentidos. Sob um aspecto terminou por incentivar em muitos locais a organização coletiva dos trabalhadores. E passou a exigir cada vez mais capacidade de planificação coletivista e articulação política na gestão econômica e maior intervenção do estado na economia de mercado

O Sinamos tornou-se um organismo muito poderoso, foi dirigido para intervir nos bairros pobres junto ao proletariado fabril e na sociedade rural composta pela grande massa de trabalhadores peruanos. Na área rural criaram-se as Ligas Agrárias, federações e, por fim, uma confederação nacional agrária inaugurada em 1974. As Ligas Agrárias obtinham várias vantagens econômicas, mas rivalizavam e buscavam esvaziar sindicatos e estruturar um sistema estatal de tipo corporativo. Outro problema que logo surgiu relacionava-se aos desvios de verbas, corrupção e autoritarismo de funcionários que terminaram por reproduzir muitas das posturas dos antigos fazendeiros. A proposta de fato feria profundamente a autonomia das entidades sindicais e buscava centralizar e controlar as iniciativas propostas pelos trabalhadores. Os partidos e organizações que agiam no campo foram quase todos engolidos pelo poderoso aparato estatal velasquista que se estruturava.

Havia ainda outros e novos problemas: como seria possível oferecer um caráter revolucionário a um processo dirigido por uma instituição conservadora como o exército? E havia a permanente desconfiança e resistência das organizações populares, algo plenamente compreensível. Para o governo tratava-se da avaliação de que existiria um baixo nível de “conscientização política” do campesinato. Um dos impasses se relacionava ao fato de que o programa de reforma agrária e de atuação do Sinamos se concentrava na entrega maciça de terras às comunidades, mas que se mostraram inviáveis economicamente e geravam perigosas frustrações. Foram propostas alternativas como as “empresas associativas” para manter a capacidade produtiva e a mobilização econômica dos trabalhadores. O Sinamos tentou responder aos muitos desafios que surgiam com “um intenso trabalho educativo” baseado nos trabalhos de influência social cristã do educador brasileiro Paulo Freire (Renique, 2009, p. 125).

Os trabalhadores ao participarem da vida das empresas através da formação das comunidades propostas pelo governo tiveram acesso aos livros de contabilidade e ao caráter explorador inerente a qualquer empresa capitalista dedicada a acumular lucros. Uma consequência disso foi que os trabalhadores tentaram criar uma confederação nacional das comunidades industriais (CONACI), processo que se dava de forma paralela à retomada da antiga central sindical CGTP. A central, apesar da sua direção stalinista que estava disposta a tentar eliminar os adversários de esquerda para poder colaborar com o governo, conseguiu centralizar as principais lutas dos trabalhadores. A CONACI, por outro lado, atacou a burguesia e exigiu direito de veto em decisões empresariais, além da entrega imediata de 50% do capital das empresas. Esse desdobramento não previsto pelos teóricos do regime demonstrava que havia um movimento autônomo de auto-organização e gestão que surgia como produto direto da gestão econômica compartilhada que se propunha.

## **2.6. A CRISE DO GOVERNO VELASCO**

O objetivo final do regime era a reorganização institucional com a finalidade utópica de construir um Estado e uma economia “comunitários”. Esse novo estado seria baseado em uma base doutrinária próxima do social-cristianismo e que se desdobrava na orientação da conciliação de classes e busca da Unidade Nacional. Buscava-se, assim, a perspectiva de um país único, total, homogêneo, permitindo superar e eliminar as divisões de classes. Por isso, uma campanha para destruir as organizações autônomas das massas, para despolitização das camadas populares ou para aproximá-las de uma orientação oficial e estatal, para apagar todo rastro e tradições de consciência classista, somando as forças populares às bases de sustentação do governo. Mas a luta de classes, as greves, as mobilizações sociais e a repressão do governo destruíram esse caminho de clara perspectiva bonapartista.

Alguns temas foram críticos no processo de esgotamento do governo velasquista e merecem ser retomados. Os resultados decepcionantes com respeito à busca de autonomia e distribuição justa de receitas do estado, algo que não se alcançaria rapidamente e implicava em rupturas muito mais profundas com o capitalismo do que se desejava. A recusa de Velasco por ajustes econômicos recomendados por técnicos é considerada um dos fatores que agravou o descontrole econômico conjuntural, ainda que se tratasse de uma opção política estratégica alterar certas estruturas econômicas. A ausência de uma fonte de dinamismo econômico alternativa frente a diminuição das exportações tradicionais por conta do impacto das reformas; e aqui

há limitações na capacidade de planificação de uma economia subordinada ao imperialismo e em uma provável transição econômica antimercado que aparentemente não se reconhecia como tal. Mas houve também impactos políticos relacionados às pressões externas como a repercussão política e econômica das compras maciças de armamentos que se combinavam com as previsíveis represálias dos EUA.

As tensões políticas também se aprofundaram. Uma onda de perseguição a ativistas opositores desde agosto de 1975 aumentou as dissidências no governo. A chamada crise do governo Velasco esteve ligada à crescente perda de controle do processo político com a criação do MLR (Movimiento Laborista Revolucionario) que com apoio do governo queria destruir, com métodos gangsteristas, o sindicalismo classista. O MLR foi favorecido e incentivado a se aliar tacitamente à APRA, agora uma formação política francamente conservadora. A criação do MLR visava controlar a resistência popular ao modelo de controle corporativo, oferecendo uma clara sinalização de paz social à burguesia e ao imperialismo. Era também uma reação à politização e organização que se incentivava a partir do Sinamos. Mas provavelmente fosse tarde demais e só fez aprofundar a luta de classes além dos níveis toleráveis pelos militares.

Em 29 de agosto de 1975 Velasco, então muito doente, foi obrigado a renunciar. O regime bonapartista peruano foi marcado pela instabilidade permanente e a busca de resolução da crise de dominação da burguesia. Suas oscilações à esquerda com medidas e retóricas anti-imperialistas e mobilizações de massas despertaram reações ao perigo sempre presente de uma ruptura revolucionária. Frente às iniciativas independentes de setores das massas trabalhadoras, o regime em seus setores mais reacionários tomou medidas que o levaram a um limite que colocou em questão o seu caráter bonapartista. Velasco de certa maneira tentara impulsionar uma “revolução por decreto” e quando tentou também por decreto integrar as massas nas estruturas políticas, chocou-se com a própria natureza das estruturas militares hierarquizadas e a dinâmica social e política própria das massas em luta. O regime foi caracterizado por determinados autores e interpretações como de tipo fascista e corporativista, o que de fato não foi em seu conjunto. Ao dar legitimidade às demandas camponesas, liquidando os restos de latifundismo e servidão, deixou grandes expectativas insatisfeitas que cobraram seu preço nos anos seguintes. E abriu brechas para a ação independente dos trabalhadores nas empresas e com suas “comunidades de trabalho”, que foram rapidamente aproveitadas pela classe trabalhadora para uma experiência inédita de gestão operária que merece ser mais estudada. As mobilizações em torno da “moção Vermelha” no final da década de 1970 apontavam uma saí-

da concreta ao reivindicar a democracia e a assembleia constituinte com protagonismo do movimento operário e de suas organizações.

### 3. CONCLUSÕES

Sem que seja o objetivo aqui realizar uma comparação ainda que parcial, nos parece que tanto no Peru como na Bolívia, e poderíamos acrescentar o Chile no mesmo momento e espaço histórico — começo da década de 1970 — presenciaram momentos em que houve possibilidades reais de apropriação coletiva dos meios de produção como propriedade social pela classe trabalhadora. Naquele momento da história iniciava-se a crise econômica capitalista de 1971 — não por um acaso ou coincidência da história — na qual as políticas keynesianas e a fuga para frente dos “anos gloriosos” pós 1945 se esgotavam; e na América Latina os projetos desenvolvimentistas da CEPAL chegavam a um impasse. A iniciativa dos bolivianos em propor a participação majoritária dos trabalhadores na gestão do complexo mineiro desde a Assembleia Popular de 1971 guardava similaridade com a apropriação que os setores de trabalhadores peruanos buscavam exercer de maneira autônoma e articulada nacionalmente sobre as comunidades trabalhistas implantadas pelo GRFA nas empresas do Peru. Sem que existam aqui detalhes econômicos e de gestão dessas experiências ainda por investigar, podemos certamente afirmar que havia um traço comum ao qual podemos acrescentar os cordões industriais e outras formas de gestão econômica coletiva no Chile. Em um momento de crise do capital, a classe trabalhadora buscou de maneira autônoma construir seu próprio caminho para pensar a economia a partir dos seus interesses. Mais além da luta política direta pelo poder, os trabalhadores e trabalhadoras também avançaram de maneira combinada para elaborar, articular e agir na perspectiva da gestão planejada e democrática da economia de propriedade social a partir de suas possibilidades aparentemente isoladas e locais, porém profundamente entrelaçadas.

## BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Everaldo de Oliveira (2007). *A revolução boliviana*. São Paulo: Unesp.
- Andrade, Everaldo de Oliveira (2011). *Bolívia: democracia e revolução — a Comuna de La Paz de 1971*. São Paulo: Alameda.
- Barros, Pedro Silva e Hitner, Verena (2010). A economia política do Peru: da ruptura interrompida aos dilemas. *Oikos*, 9(2), 143-164. Rio de Janeiro.
- Cotler, Julio (2006). *Peru: Classes, Estado e Nação*. Brasília: Funag.
- Delgado, Carlos (1974). *A revolução peruana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,
- Escobar, Filemon (1984). *Testimonio de un militante obrero*. La Paz: Hisbol.
- FSTMB (1992). *Evolución de la lucha de los trabajadores mineros, Cuadernos de capacitación, 1*. La Paz: Ed. Graficas EG.
- Gramsci, Antônio (1973). *Consejos de Fábrica y Estado de la clase obrera*. México: Roca.
- Iriarte, Gregorio (1983). *Los mineros, sus luchas, frustraciones y esperanzas*. La Paz: Puerta del sol.
- Lora, Guillermo (1978). *Contribución a la Historia Política de Bolivia*. La Paz: Isla, 2 tomos.
- Rénique, José Luís (2009). *A revolução peruana*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Trotsky, Leon (1999). *Escritos latino-americanos*. Buenos Aires: CEIP.
- Villanueva, Major Victor (1969). *O golpe de 68 no Peru — do caudilhismo ao nacionalismo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Villaran, Jorge (1987). *Mariátegui, el APRA y la IIIa*. Lima: Internacional.



# LIMITES E DESAFIOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA<sup>1</sup>

Alejandro César López Bolaños, Armando Negrete  
Fernández e Juan Alberto Arancibia Córdova

## INTRODUÇÃO

Governos progressistas assumiram o controle de alguns dos Estados nacionais latino-americanos no início do século XXI. Nos últimos tempos, surge uma espécie de movimento pendular entre a eleição de governos deste tipo e governos abertamente de direita. Esse movimento pendular é marcado pelo fato de que nem uns, nem outros governos estão conseguindo resolver os problemas fundamentais das maiorias, em termos de inclusão econômica e social.

O objetivo deste capítulo é explicar a presença dos processos históricos do progressismo e sua incapacidade de resolver os problemas da equidade, inclusão e estabilidade econômica. A orientação que os governos assumem é de crucial importância para compreender a luta de classes na América Latina e os limites que o progressismo latino-americano, em suas diferentes vertentes, enfrenta no interior do capitalismo.

Independentemente de se o caminho do progressismo é o caminho adequado para resolver a desigualdade, a exploração e a exclusão na região, a verdade é que a população busca reiteradamente esse tipo

---

1 Traduzido por Cecília Brancher de Oliveira.

de gestão política. O conflito social existe e não pode ser ignorado, e demanda ser compreendido e explicado no contexto de uma luta político-ideológica que parece ser circular e recorrente na América Latina.

O populismo é uma forma histórica de construção da democracia no continente e um caminho em direção à outras formas democráticas. Sob essa premissa teórica, a primeira seção se refere à revisão do conceito de populismo e sua utilização como categoria de análise para interpretar a experiência de governos progressistas. Na segunda seção, discutem-se as margens do que é possível e os limites enfrentados pelos governos progressistas em seu aparente confronto com o neoliberalismo.

O caso de revisão abordado é a experiência do governo do Estado Plurinacional da Bolívia, que em matéria de política econômica representa um rompimento com o ideário neoliberal, mas que em seu desenvolvimento histórico enfrenta diversas contradições, incluindo um golpe de Estado e uma eleição posterior vencida pelo progressismo, e a incógnita que representa o futuro do país andino após a pandemia que assola o planeta. Apesar disso, seu exercício nos remete a uma experiência alternativa que enfrentou o imperialismo com a firme intenção de construir um modelo de sociedade e economia distinto da ordem do capitalismo.

## **O RETORNO DO POPULISMO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DOS GOVERNOS PROGRESSISTAS**

Na América Latina, o termo populismo é utilizado para se referir a experiências de governos que na década de 1930 do século XX surgiram como uma rejeição a regimes oligárquicos incapazes de satisfazer as necessidades básicas da população. Nos últimos anos, esse conceito foi recuperado com a pretensão de caracterizar os governos que assumiram o controle dos Estados latino-americanos nos primeiros anos do novo milênio, que são definidos neste capítulo como governos progressistas.

Claudio Katz (2017) define os governos progressistas como exercícios que surgiram de rebeliões populares que modificaram as relações de poder na América do Sul. Houve melhoras sociais, conquistas democráticas e freios à agressão imperial estadunidense, mas esses não alteraram a posição da região na divisão internacional do trabalho e tampouco foi permitida a construção de uma agenda com horizonte anticapitalista, exceto em algumas expressões mais radicais como no caso da Bolívia ou da Venezuela.

Os limites do ciclo progressista se expressam no aprofundamento da superexploração de matérias primas e sua enorme importância

para as receitas públicas, a promoção do livre comércio, bem como para a manutenção de quase todas as estruturas do modelo de acumulação centrado em finanças.

A direita utilizou seus instrumentos de controle ideológico (meios de comunicação, centros educacionais, entre outros) para desprestigiar as transformações que o ciclo progressista latino-americano empreendeu contra o modelo econômico neoliberal. Com estas ações, a direita passou a chamar de populista qualquer experiência de governo que buscasse romper e questionar os princípios essenciais que nor-teiam as políticas neoliberais.

O conceito de populismo é utilizado pela direita para difamar as políticas redistributivas e de equidade social, a maior participação dos governos na execução de políticas sociais ou na atribuição de projetos de investimento a entidades paraestatais, com redução ou revisão de contratos que beneficiaram empresas privadas, aspectos que são compreendidos como uma alteração das regras do livre mercado, com sua suposta alocação “eficiente” de recursos. Pretende-se ocultar a enorme dívida social que o neoliberalismo herdou e incrementou a partir da construção do capitalismo dependente latino-americano, subordinado ao hegemônico estadunidense.

Os exemplos tradicionais do populismo latino-americano são os casos do Brasil com Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón na Argentina, o governo de Lázaro Cárdenas no México (1934-1940) e o governo do general Juan Velazco Alvarado (1968-1975) no Peru. Arancibia (2016) não considera como populistas os governos de Velazco Alvarado, o governo encabeçado pelo general Guillermo Rodríguez Lara (1972-1976), no Equador, e o do coronel Oswaldo López Arellano, que governou Honduras entre 1972 e 1975. A exceção destes governos para não serem classificados como populistas é resultado de seu papel contra-insurgente ao mediar a luta dos camponeses pela terra e a reforma agrária, além de pretender abrir caminho para um processo de industrialização, que esbarrou em relações de produção não capitalistas, pouco mercantilizadas e não totalmente monetizadas.

O populismo também foi questionado pela esquerda. Juan Carlos Portantiero e Emilio de Ipola (1981) identificam o peronismo como uma das formas mais avançadas de populismo, pela forte presença que teve na classe trabalhadora, e argumentam que esse modelo de governo foi capaz de oferecer um duplo processo: o povo que se constitui em sujeito político e a conformação de uma nova ordem estatal. Os autores descrevem os três níveis de populismo para a Argentina: o primeiro, que diz respeito às demandas e tradições populares (não classistas) que se inscrevem em sua ideologia; o segundo, aquele que enxerga o populismo como um movimento de nacionalização e cida-

danía; e o terceiro, o populismo como uma forma particular de compromisso social.

Para Arancibia (2016), a direita e algumas esquerdas veem no populismo uma espécie de subdesenvolvimento da cultura política das massas latino-americanas, um grave atraso à ideia de democracia representativa e do sujeito democrático cidadão. Para o autor, trata-se de uma interpretação errônea: o populismo inicial é uma forma histórica de construção da democracia no continente e um caminho para outras formas democráticas,

Sua persistência no tempo, seu suposto reaparecimento reiterado, expressariam a incapacidade do capitalismo latino-americano de superar o subdesenvolvimento, alcançar a integralidade e a inclusão. Mas, sobretudo, expressaria as formas particulares da política, em cada um dos países, em condições de dependência e subdesenvolvimento (Arancibia, 2016, p. 158).

Na descrição apresentada por Déniz (2018), as principais características do populismo na região são: sua ascensão durante o processo de industrialização por substituição de importações, políticas sociais voltadas para os trabalhadores, a sustentação de um mercado interno com maior capacidade de demanda e uma forte liderança carismática daqueles que se definem como representantes dos interesses do povo.

Para Octavio Ianni (1975), o populismo latino-americano parece corresponder a uma etapa específica entre as contradições da sociedade nacional e a economia dependente e diz respeito à etapa final do processo de dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção, bem como a constituição do mercado de trabalho mediada por relações de produção do tipo capitalista.

Uma expressão errônea e mal-intencionada da direita política é tentar descrever os governos populistas como sujeitos da transformação anticapitalista, gerando o estigma de governos comunistas e, portanto, supostamente contrários à ideologia da liberdade e da propriedade privada.

O populismo não é anticapitalista e, no caso, fortaleceu relações desse tipo nas economias que ainda possuíam estruturas econômicas herdadas da colônia.

Foram governos reformistas que, em sua agenda de política econômica, retomaram os principais conceitos da escola desenvolvida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) nos anos cinquenta e até a erosão do modelo de substituição de importações no início da década de 1980, com a eclosão da crise da dívida externa. Um exemplo disso é o caso mexicano, durante o governo do general Cárdenas. Nas palavras de Benítez (1978, pp. 45-46):

O que causa maior confusão é precisar se Cárdenas teve a possibilidade de implantar o socialismo no México. [...] Cárdenas, para dizê-lo de uma vez por todas, não pretendeu extirpar a propriedade, mas sim modificá-la de acordo com a Constituição de 1917 e os interesses dos mais pobres [...] [...] É claro que Cárdenas desejava a industrialização, uma aspiração de todo país subdesenvolvido, mas não a queria à custa do sacrifício dos trabalhadores, mas, como disse expressamente, “liquidando sua miséria”. [...] Cárdenas, rejeitando os métodos habituais em que se baseia a acumulação primitiva de capital, inclinava-se a um desenvolvimento equilibrado, ou com justiça social, como se denomina hoje. Fortaleceu a indústria privada nacional e, ao mesmo tempo, fortaleceu a posição dos trabalhadores, mas mesmo essa fórmula conciliadora — talvez a única possível — originava contradições.

Como comenta Déniz (2018, p. 85), o termo é utilizado como sinônimo de antissistema, geralmente é tomado como indicador de estados de ânimo e emoções, como frustração e ressentimento. Em outras ocasiões, o termo é empregado como sinônimo de demagogia e se associa a “políticas irresponsáveis”. Essa é a visão do termo apresentada por Dornbusch e Edwards (1990, p. 17), que acrescentam o “econômico” e falam em “populismo econômico”: “é uma abordagem da economia que enfatiza o crescimento e a redistribuição de renda e menospreza os riscos de inflação e financiamento deficitário, restrições externas e a reação dos agentes econômicos frente a políticas alheias ao mercado”.

Essa é uma interpretação que adquire relevância quando os autores identificam que são as complicações econômicas que desencadeiam os golpes militares e a instabilidade política que a região viverá nos anos setenta. Proposta que deixa de lado que o populismo é uma resposta ao liberalismo antidemocrático, reivindicando a democracia e a soberania popular como referido por Déniz (2018). Os golpes de Estado são exercícios de poder que buscam limitar o avanço da democracia e a posterior construção do poder nas massas populares. Deve-se dizer que são manifestações extremas da luta de classes e seu confronto com a direita política e econômica.

Os golpes militares da década de setenta perpetrados contra governos latino-americanos legitimamente eleitos, constituíram um retrocesso de grande monta para os avanços sociais dos governos cuja gestão pretendia trazer uma melhoria substancial para os povos. Com a agenda neoliberal sobre a mesa, o discurso e a ação que requeria a mediação entre as relações capital-trabalho desmorona, priorizando a propriedade privada, o livre mercado, o lucro e o desmonte da estrutura e infraestrutura públicas baseadas no Estado.

A democracia formal se converte em uma necessidade vital para o desenvolvimento do capital no contexto da globalização. Como referido por Vilas (1999), o democrático é entendido em relação a determinadas garantias institucionais ao livre mercado e à expansão do capital. Essa noção ideológica prevalece sobre as garantias institucionais e os mecanismos de participação popular são suplantados por alocações eficientes de recursos transferidos à esfera privada. O cidadão é substituído pelo consumidor, os partidos constroem estruturas de clientelismo entre os eleitores, enquanto o Estado se volta para a gestão de tipo quase empresarial. Os processos de transição democrática dos anos oitenta e noventa, particularmente no Cone Sul, estabeleceram democracias limitadas e instrumentais que apenas promoveram eleições e participação política por alguns momentos e que implicaram um esvaziamento da política, devido ao abandono da discussão programática e a proposta da globalização capitalista neoliberal ser assumida como a única possível e verdadeira. A democracia liberal de pensamento único (e baixa intensidade) se difunde porque sua visão de mundo foi imposta ao resto devido à ascensão do neoliberalismo. Como define Harvey (2007): o Estado neoliberal é hostil a todas as formas de solidariedade que dificultam a acumulação de capital, portanto, os sindicatos, os serviços públicos, a legislação, entre outros, que protegem os trabalhadores, devem ser destruídos em nome da liberdade.

### **O DEBATE SOBRE A EXPERIÊNCIA DOS GOVERNOS PROGRESSISTAS LATINO-AMERICANOS NO SÉCULO XXI**

No final do século XX, se iniciou uma fase política, econômica e social que se caracterizou por uma “virada à esquerda”, dado que os candidatos presidenciais eleitos se distinguiram por questionar as políticas de abertura dos mercados e de privatização das funções do Estado, além de um forte discurso contra a desigualdade herdada e agudizada pelo neoliberalismo. A Tabela 1 mostra os presidentes que iniciaram essa virada à esquerda na América Latina, também conhecidos como Governos Progressistas (GP).

**Tabela 1. Presidentes precursores dos Governos Progressistas na América Latina**

País	Presidente	Ano de eleição
Venezuela	Hugo Chávez	1998
Chile	Ricardo Lagos	2000
Brasil	Lula da Silva	2003
Argentina	Néstor Kirchner	2003
Panamá	Martín Torrijos	2004
Uruguai	Tabaré Vázquez	2005
Bolívia	Evo Morales	2006
Nicarágua	Daniel Ortega	2007
Equador	Rafael Correa	2007
Guatemala	Álvaro Colom	2008
Paraguai	Fernando Lugo	2008
El Salvador	Mauricio Funes	2009
Peru	Ollanta Humala	2011
Costa Rica	Luis Guillermo Solís	2014
México	Andrés Manuel López Obrador	2018

Fonte: Torrico (2018).

Segundo Torrico (2018), se em décadas passadas a esquerda esteve relacionada a posições anticapitalistas, hoje está associada à busca de um modelo econômico que não produza apenas crescimento, mas também inclusão social; não se opõe à propriedade privada ou à competição de mercado, mas rejeita a ideia de mercados não regulamentados e a falta de atenção às necessidades sociais.

Nas palavras de Elías e Gambina (2016), os GP fazem parte da terceira etapa do que definem como uma ofensiva estratégica do capital. Na primeira etapa, por meio das ditaduras militares, buscou-se destruir a capacidade de resistência dos trabalhadores, tornando ilegais suas organizações sindicais e as forças políticas que os representavam. A segunda etapa foi fruto da eleição de governos de direita na década de 1990, que aplicaram as diretrizes do Consenso de Washington. Os GP assumem as chamadas reformas de segunda geração do Banco Mundial (BM) e isso marca a terceira etapa: tendem a adotar as opções da institucionalidade capitalista para enfrentar a crise e, desta maneira, não afetar o projeto hegemônico das classes dominantes.

Mabel Thwaites (2020) utiliza a categoria Ciclo de Impugnação ao Neoliberalismo na América Latina (CINAL) para descrever as experiências de governos latino-americanos que alcançaram conquistas sociais consubstanciadas em políticas públicas redistributivas e repa-

radoras das injustiças sociais acumuladas durante os anos neoliberais. São experiências que geraram grandes expectativas de transformação social, mas que, na visão da autora, em nenhum dos processos que integram esse ciclo ocasionou ruptura, nem anticapitalista, ou até mesmo sequer capaz de superar as bases materiais de sustentação do modelo.

Arancibia (2018) afirma que, durante a primeira década dos anos 2000, observa-se a resposta política da maioria dos países latino-americanos à dureza dos ajustes estruturais neoliberais e seu fracasso em solucionar os problemas cotidianos de emprego e renda das pessoas.

Esse ponto marca uma distinção importante, visto que em alguns espaços estas experiências foram chamadas de “governos pós-neoliberais”. Embora se observe uma importante presença do Estado durante a gestão destes governos, eles não constroem alternativas à dominação e controle do capital em suas ações neoliberais.

O papel do Estado não conseguiu propor um horizonte distante do modelo dominante e, muito menos, anticapitalista. O resultado é uma preservação da acumulação de capital centrada na lógica da extração desmedida de recursos naturais, na reprimarização das exportações e, decorrente disso, de uma inserção dos países latino-americanos como fornecedores de matérias-primas com períodos de altos preços, mas baixo valor para a estrutura produtiva; mercantilização da terra, aumento do papel das empresas transnacionais na gestão do processo extrativista, associando-se com empresas locais que funcionam como intermediárias.

O predomínio do mercado e a globalização impuseram limites aos governos progressistas. Entre eles, destaca-se a autonomia dos bancos centrais e, com ela, a perda da soberania na execução da política monetária, além de que o combate à inflação se estabeleceu como sua única função. O investimento produtivo é desencorajado e, em contrapartida, privilegia-se o investimento especulativo, o que torna necessário e prioritário aumentar e reforçar os incentivos à entrada de capitais, (tal como ocorreu com as privatizações na década de noventa ou com as reformas estruturais de última geração, que abriram atividades restritas ao investimento estrangeiro), além de aumentar a dívida pública interna com o objetivo de atrair capital especulativo e controlar as pressões inflacionárias. Essas medidas são condicionantes essenciais para garantir a valorização do capital financeiro e alcançar a estabilidade nos mercados e foram parte da agenda dos governos progressistas.

A alta do preço das matérias-primas coincide com o ciclo seguido pelos governos progressistas do Cone Sul da América e isso incentivou um importante montante de receita fiscais provenientes das *commo-*

*dities*. Os GP mantiveram a estratégia extrativista nos setores agrário, petrolífero e de mineração, nos quais os principais itens de produção persistem e, em alguns casos, inclusive buscaram ampliá-los e aprofundá-los, como foi o caso da soja no Paraguai, Brasil e Argentina.

Isso representou um limite essencial na construção de alternativas reais ao neoliberalismo que, como bem menciona Dias Carcanholo (2017), além da radicalidade em seu enfrentamento ao neoliberalismo, os governos progressistas contaram com um cenário externo favorável da economia mundial (a alta dos fluxos de capital devido ao custo das matérias-primas). Mas, com a crise econômica mundial que eclodiu em 2007, esse cenário externo favorável entrou em colapso.

O neodesenvolvimentismo é a fórmula progressista para inserir a região na divisão internacional do trabalho. A economia política do progressismo determinava que as ações fossem realizadas somente no âmbito do que era possível. Para Elías (2019), os GP aceitaram quatro princípios: a) a manutenção e aprofundamento de uma ordem constitucional e jurídica favorável ao capital; b) a “política” não deve interferir nas decisões livres do mercado; c) a primazia da democracia representativa sobre a democracia participativa; d) o compromisso de garantir a alternância política, renunciando aos processos de transição ao socialismo. Ao assumir tais princípios, os GP omitiram os objetivos históricos da esquerda, inscrevendo-se nas variadas opções da institucionalidade capitalista para administrar a crise.

Um exemplo disso é o governo kirchnerista na Argentina (2003-2015), que traçou uma política de corte desenvolvimentista, apoiando-se nos grupos econômicos locais transnacionalizados, mas sem desarticular as bases estruturais deixadas por 30 anos de políticas neoliberais. Houve o compromisso de reorientar os recursos provenientes das exportações de atividades agroindustriais, mas a estrangeirização da economia persistiu; mantiveram-se as privatizações de empresas públicas, foi paga uma dívida externa ilegítima, não foi revogada a lei de investimentos públicos e manteve-se uma matriz tributária regressiva e a mercantilização do setor público (Roffinelli, 2019).

O Brasil constitui outro exemplo desse modelo baseado no neodesenvolvimentismo. Para Arruda Sampaio (2017), o mito de que o Brasil estaria vivendo uma fase que abriria a possibilidade de superação da pobreza e da dependência externa, simplesmente ignorava a fragilidade das bases que sustentaram o ciclo expansivo dos últimos anos e seus efeitos perversos de reforçar a dupla articulação, responsável pelo caráter selvagem do capitalismo brasileiro: o controle do capital internacional sobre a economia nacional e a segregação social como base da sociedade brasileira.

Em suma, o ciclo progressista permitiu conquistas democráticas e reformas constitucionais que permitiram direitos negados pelas elites dominantes, em contrapartida, o sistema financeiro estimulou os investimentos de tipo especulativo e a dependência das receitas fiscais do comportamento instável do preço das matérias-primas.

### **BOLÍVIA: A LUTA INDÍGENA CONTRA A HEGEMONIA DO CAPITAL**

O caso boliviano é uma das experiências mais importantes na luta contra a exploração capitalista e para a construção do socialismo, visto que as transformações ocorreram no plano econômico, mas também político, cultural e de direitos dos povos indígenas. Concluiu-se um processo Constituinte que modifica a instrumentalização do político e provoca reformas profundas no Estado.

A transformação do Estado boliviano é produto da crise do início do século XXI, desencadeada pelas políticas neoliberais que destruíram a matriz produtiva do país, privatizaram empresas e precarizaram as condições salariais e relações laborais, entre outros traços distintivos do funcionamento desse modelo.

Dado que seus interesses estavam conectados fora da Bolívia, as transnacionais aceleraram a crise de uma burguesia que jamais teve consciência de seu papel no desenvolvimento do capitalismo boliviano e que, a única coisa que impôs por cima de sua visão e comportamento classista foi uma profunda colonialidade, pela qual sempre tratou e enxergou o resto da sociedade. Assim, o neoliberalismo alterou a estrutura das classes dominantes, passando de uma classe burguesa que só tinha razão de ser no capitalismo de Estado, para outra de caráter mais conservador e vinculada à expansão do modelo de acumulação financeira (Moldiz, 2008).

Em sua posse como presidente da anterior República da Bolívia, hoje chamada Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales enfatizou suas pretensões de pôr fim não apenas ao neoliberalismo, senão também ao Estado colonial, mediante a redistribuição de terras e a promoção da indústria. A chegada à presidência, chefiada pela liderança cocaleira indígena, foi fruto da luta contra anos de neoliberalismo e, ao mesmo tempo, representou o enfrentamento contra uma visão de um projeto conservador que incitava a refundação do colonialismo, com o qual as classes dominantes (entrincheiradas na região de Santa Cruz) pretendiam tomar o controle do Estado.

A descrição de todos os eventos dessa batalha não é o propósito deste capítulo. Basta recordar os acontecimentos suscitados pela Guerra da Água, a Guerra do Gás, o “fevereiro negro” de 2003, que mobilizou as massas contra o aumento de impostos sobre propriedade e pessoas físicas com o intuito de conter o déficit fiscal. Além disso,

o desprezo de Sánchez de Lozada aos opositores de sua reforma de hidrocarbonetos, que terminou com seu exílio apressado aos Estados Unidos frente ao grande descontentamento social e as numerosas manifestações, assim como a renúncia de Carlos Mesa em junho de 2005.

A emocionante posse de Evo Morales em janeiro de 2006, a convocação da Assembleia Constituinte e a elaboração da Nova Constituição, que reconhece a Bolívia como uma nação plurinacional, bem como os subseqüentes e contínuos ataques dos grupos de oposição ao *Movimiento al Socialismo* (MAS), cuja expressão mais radical é representada pelo golpe de Estado de novembro de 2019, sintetizam o desenvolvimento político e social nestes anos.

Uma das principais transformações enfrentadas pela nação boliviana é o novo Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo (MESP). No contexto deste Modelo, promoveu-se um consenso macroeconômico no qual se destacam quatro características, assinaladas por Mendoza (2020). 1) coordenação entre o Ministério da Economia e Finanças Públicas e o Banco Central da Bolívia (BCB). 2) novo quadro de referência para o banco central; 3) regime de metas monetárias; 4) bolivianização monetária e financeira.

No caso da coordenação entre o Ministério e o banco central, eles elaboram e executam ano após ano, desde 2006, o chamado Programa Fiscal Financeiro (PFF), o mesmo que permite a coordenação das políticas monetária, fiscal e cambial, orientadas para a promoção do crescimento e desenvolvimento econômico, preservando a estabilidade macroeconômica, conseguindo manter o controle inflacionário (Franco, 2016).

O novo quadro de referência corresponde à responsabilidade assumida pelo BCB em preservar a estabilidade do poder aquisitivo, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento econômico e social, conforme estabelecido na Constituição de 2009, em seu artigo 327.

No regime de metas monetárias quantitativas são fixadas metas com referência à evolução sobre a qual o BCB mantém certo grau de controle. O BCB tem poderes para estabelecer reservas legais obrigatórias para entidades de intermediação financeira.

[...] a política monetária adota uma estratégia de metas intermediárias de quantidade e busca controlar a evolução do Crédito Interno Líquido (CIN) pelo efeito que tem sobre as variações da emissão monetária e das reservas internacionais líquidas (RIN), uma vez que uma redução considerável das reservas exerce pressão sobre a taxa de câmbio, enquanto que uma expansão significativa das emissões gera pressões inflacionárias. Assim, são fixados limites máximos ao CIN, com o objetivo de que a oferta monetária não gere pressões inflacionárias desnecessárias, e por outro lado, são fixados

níveis mínimos de RIN para manter um estoque adequado de reservas para enfrentar qualquer contingência internacional.

Ao perceber que há pressões inflacionárias, o BCB contrai o CIN por meio de seus instrumentos — Operações de Mercado Aberto (OMA), reserva legal e operações compromissadas, principalmente — o que determina a queda da oferta monetária. Da mesma forma, uma contração do CIN, que se traduz em menor demanda por moeda estrangeira, elimina as pressões sobre a taxa de câmbio e, em última instância, sobre os preços.

[...] Por outro lado, a política cambial implementada na Bolívia desde 2006 tem como premissa o cumprimento dos seguintes objetivos estabelecidos: (i) buscar a estabilidade de preços, ou seja, manter a inflação baixa e controlada; (ii) manter a competitividade da economia no médio e longo prazo, em relação aos nossos principais parceiros comerciais, através do câmbio real; e, (iii) contribuir para a política de bolivianização (desdolarização) da economia (Franco, 2016, pp. 117-118).

O banco central executa a política cambial regulando a conversão do boliviano em relação às moedas de outros países. Esta política visa mitigar as pressões inflacionárias de origem externa e preservar a estabilidade do sistema financeiro. O BCB tem a prerrogativa de regular as operações financeiras com o exterior, realizadas por pessoas físicas ou entidades públicas e privadas, além de manter o registro da dívida externa pública e privada. O banco central tem autoridade para administrar as reservas internacionais, que são consideradas não embargáveis, e não podem estar sujeitas a medidas cautelares, administrativas ou judiciais, como ocorre com a economia argentina e suas disputas com fundos abutres.

A bolivianização é um dos aspectos mais marcantes deste período, o conceito refere-se ao processo em que a moeda nacional é utilizada para fins de depósito e crédito no sistema financeiro, considerando que a Bolívia foi uma economia dolarizada durante os anos oitenta e noventa, em níveis de dolarização que superavam 80% para depósitos:

A “bolivianização” é o processo gradual pelo qual a moeda nacional recupera em maior grau as funções convencionais do dinheiro: meio de pagamento, unidade de conta, reserva de valor e padrão de pagamentos diferidos. Por sua vez, a “bolivianização financeira” se refere ao processo pelo qual os residentes nacionais utilizam a moeda doméstica sobretudo para fins de depósito e crédito no sistema financeiro. Dado o alto grau de dolarização financeira que houve na Bolívia, a bolivianização financeira é um processo de desdolarização financeira (Aguilar, 2013, p. 84).

Mendoza (2018) aponta que os depósitos a prazo fixo em moeda nacional deixaram de ser praticamente inexistentes no início de 2005, para representar mais de 90% do total em 2017. No caso do crédito

habitacional em bolivianos, em meados da década anterior não pasava de 2,4%, e em 2017 já superava 96%.

A consequência dos acontecimentos descritos e, em particular, a elaboração do consenso macroeconômico deu forma a um Estado Plurinacional que toma suas decisões de política econômica não apenas considerando enfoques analíticos, mas também imprime suas considerações sobre o projeto de nação na execução da macroeconomia, Mendoza (2018).

Os resultados desse modelo econômico converteram a Bolívia na nação latino-americana que obteve os melhores resultados em suas variáveis ditas “fundamentais”. Com dados do Observatório Econômico Latino-Americano (OBELA), o nível de desemprego passou de 8,1 em 2005 para 4,2% em 2018, com um aumento do salário mínimo de 440 bolivianos (aproximadamente 55 dólares) mensais em 2005 para 2060 bolivianos (300 dólares), um aumento de mais de 4,7 vezes. Entre 2006 e 2018, o PIB atingiu uma taxa média de crescimento anual de 5%; por muitos anos foi a economia que mais cresceu na América do Sul. O investimento público cresceu a uma taxa superior a 19% ao ano; em 2019, foi aprovado um orçamento dez vezes maior que o exercido em 2005, de aproximadamente 12% do PIB. O ritmo de investimento impulsionado pelos gastos governamentais e pelo crescimento econômico foi sustentado, ao mesmo tempo, pela formação bruta de capital com uma média de crescimento superior a 9% ao ano. O índice nacional de pobreza caiu mais de 25 pontos, ao passar de 59,9% para 34,6%; a pobreza extrema diminuiu em mais da metade, transitando de 38% para 15,2%, tendo a pobreza rural passado de 62,9 para 33,4%, e a urbana de 24,3 para 7,2%. Por sua vez, o índice de Gini registrou em 2018 um nível de 0,46, muito abaixo da média da região e muito menor do que o nível registrado em 2005 (0,58). As reservas internacionais como percentual da dívida externa passaram de 26% em 2005 para um índice de 67% em 2018.

No modelo alternativo boliviano, os excedentes provenientes de hidrocarbonetos, mineração, energia elétrica e recursos naturais foram utilizados para o desenvolvimento agropecuário, a promoção do turismo, a indústria manufatureira e a construção de habitações, setores identificados como geradores de emprego e renda. Em termos gerais, conformou-se o melhor período econômico da economia boliviana em sua história.

Como em todo processo histórico que envolve a construção de alternativas, as polêmicas e contradições não estão ausentes neste modelo econômico heterodoxo. Como aponta Mayorga (2017, p. 2),

O Estado adota uma postura heterodoxa que busca combinar a perspectiva indígena e ecologista que postula o Bem Viver como uma visão de desenvolvimento e exploração intensiva de recursos naturais para exportação, enquanto os projetos de industrialização são concebidos com investimentos públicos ou empresas transnacionais.

O principal questionamento ao modelo alternativo boliviano é identificar se o Estado Plurinacional realizou uma profunda transformação no modelo nacional popular ou se consiste apenas em construir uma nação moderna dentro dos limites impostos pelo capitalismo. Para Mamani (2017), o projeto do Estado Plurinacional traduziu-se em um Estado nacional republicano liberal/neocolonial, carente de espírito plurinacional, visto que foi elaborado por grupos ou setores senhoriais e crioulos e não por sujeitos oriundos das lutas sociais. Para o autor, durante a presidência do MAS, a corrupção se reproduziu, persistiram os grandes negócios com as transnacionais e a violência estatal esteve presente reprimindo marchas indígenas, trabalhadores e estudantes que protestaram em diversos momentos.

A percepção da construção de um Estado neocolonial é compartilhada por Luis Tapia (2014) e Silvia Rivera Cusicanqui. Para o primeiro, o discurso oficial do governo não estabelece mais um antagonismo entre o povo e a oligarquia mineira burguesa e latifundiária, senão que, a partir do Estado, o antagonismo deslocou-se para alguns polos do campo popular. Rivera Cusicanqui (2015) identifica um projeto neodesenvolvimentista no Estado Plurinacional, que faz uso de ferramentas etnopolíticas, que despolitizam e esvaziam de conteúdo discursos e práticas dos povos indígenas.

Mas também seria um erro esquecer ou minimizar as conquistas alcançadas. Nos anos entre 2006 e 2019, constituiu-se na Bolívia uma proposta de horizonte anticapitalista, geraram-se modificações institucionais de grande alcance e apresentou-se a natureza como sujeito de direito.

A crítica mais incisiva é apresentada ao avaliar a efetividade dos objetivos socialistas e sua relação com os movimentos indígenas que deram força política ao MAS. Apesar das críticas, o ocorrido na Bolívia representou uma poderosa barreira às estratégias regionais da direita, superando o modelo de acumulação financeirizado, assim como o discurso da meritocracia, competição e individualização.

O imperialismo havia sido desafiado e não ficaria de braços cruzados diante do impulso de uma nação que questionou a continuidade do neoliberalismo e sua inserção dependente na acumulação global de capital. Antes do governo de Morales, o excedente econômico era extraído sem ser progressivamente reinvestido, aspecto que garantia a

reprodução do capital transnacional a partir das estruturas políticas, sociais, econômicas e institucionais criadas pelo regime colonial. Por esta razão, René Zavaleta (1985) afirmou que, na Bolívia, a captura do excedente era um conceito alheio à classe dominante.

### **GOLPE DE ESTADO EM 2019**

As contradições mencionadas e a polêmica desencadeada logo após o referendo presidencial de 2016, que buscou reformar um artigo constitucional que permitiria a reeleição do presidente ou vice-presidente nas eleições de outubro de 2019, foram suficientes para que a direita latino-americana tentasse retomar o controle da Bolívia. Sem esquecer a riqueza estratégica que o lítio representa e o interesse do capital transnacional no mesmo.

No mês de janeiro do ano eleitoral de 2019, o Tribunal Eleitoral da Bolívia habilitou Evo Morales como candidato presidencial após haver perdido o referendo que permitiria a reeleição. As forças da oposição não deixaram passar esta oportunidade, questionaram os resultados das eleições de outubro de 2019 e, no dia 10 de novembro, com a cumplicidade da Organização dos Estados Americanos (OEA), as alegações de supostas irregularidades na contagem de votos, a falta de apoio e a pressão exercida pelo exército e pela polícia forçaram a renúncia presidencial de Morales. A crise política e social desencadeada por esta renúncia, levou a senadora da oposição Jeanine Áñez a ocupar a presidência do país logo depois da renúncia de Álvaro García Linares à vice-presidência, assim como da presidente do Senado, Adriana Salvatierra. Em um ato constrangedor, mas de grande simbolismo, a presidente jurou com a bíblia na mão e afirmou que “Deus regressava ao Palácio do Governo”, ação que refletia todo o ressentimento contra a população originária desta nação plurinacional e o desejo de reimpor uma ordem de tipo colonial.

O que aconteceu na Bolívia? O que interessa a esta reflexão é compreender o alcance da questionada ascensão da direita logo após o governo Morales e o impacto que isso representou para o resto da região. Em todo caso, o que aconteceu na Bolívia foi um golpe de Estado pleno, já que foram as forças armadas que impuseram a renúncia do presidente indígena.

Na Bolívia, como em toda região, a direita se apropriou das bandeiras discursivas da esquerda, adotando como suas o combate à corrupção, o respeito à legalidade institucional ou à moralidade pública, conceitos que são ressignificados e dotados de outros conteúdos. Também fizeram uso da mobilização social e dos protestos de rua que incluem tanto grupos populacionais dos setores de maior renda, como grupos armados (Estrada, 2020).

As estratégias da direita não podem ser compreendidas simplesmente como uma simples exterioridade, mas também se explicam pelos erros, inconsistências e incoerências que têm sido expressas no exercício do poder e na condução política do processo econômico, em que setores democráticos, progressistas e de esquerda concordaram com a posição de governo e buscaram uma redefinição das relações de poder (Estrada, 2020, p. 34).

Com a ascensão da direita no Chile, Brasil, Bolívia e Uruguai, entre outras nações, as classes oligárquicas pretendem desprestigiar e superar o discurso anticapitalista, não toleram que os povos sejam capazes de questionar a dominação a que foram submetidos. O programa neoliberal retomou a agenda da construção de políticas públicas e, por vezes, como é o caso do Brasil, se conformou um caminho com conotações fascistas, dado o alto grau de racismo, xenofobia, homofobia, classismo e fundamentalismo religioso que acompanha as ações do presidente brasileiro.

Uma nova luz no caminho foi acesa na Bolívia após o triunfo eleitoral de Luis Arce Catacora e seu início como presidente em 8 de novembro de 2020, deixando para trás os meses em que Jeanine Áñez se descreveu como um governo de “transição e pacificação”, mas cujas ações destoaram em muito dessas qualificações, dada a repressão violenta à população que se opôs ao golpe, a perseguição judicial contra ex-ministros e ex-funcionários próximos ao MAS, a eliminação do visto de entrada exigido de cidadãos estadunidenses e israelenses, a expulsão dos médicos cubanos, o uso de instrumentos de política econômica com bases neoliberais e o confronto direto e hostil com governos de matiz progressista como Cuba, Venezuela, México, Argentina e Espanha.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para as classes conservadoras latino-americanas, difamar qualquer tentativa de reorganização social e de modelo econômico é uma maneira de garantir seu poder de classe, para tanto, identificaram os governos progressistas como populistas na tentativa de deslegitimar suas gestões.

A experiência da Bolívia durante a gestão do MAS é um exemplo de como uma nação pode gerar alternativas reais e se inserir uma dinâmica de acumulação em favor da maioria da população.

As contradições são inerentes a qualquer processo de transformação, o que aconteceu na Bolívia não poderia ser exceção, mas a reflexão deve levar ao verdadeiro alcance dos governos progressistas, que em sua busca por maior equidade e justiça social, se confronta-

ram com as classes conservadoras internas e externas, levando a golpes de Estado e, novamente, à imposição de uma agenda neoliberal, restabelecendo relações de privilégio ao grande capital transnacional com predomínio financeiro, que não foram substancialmente rompidas durante a gestão dos governos progressistas.

A pandemia da Covid-19 gera maiores questionamentos e desafios na busca por modelos alternativos ao capitalismo vigente. É necessário identificar com clareza o que fez da Bolívia uma nação em aberto confronto com o imperialismo, mas sem perder de vista que nessa experiência as estruturas coloniais e de dominação ainda sobrevivem.

## BIBLIOGRAFIA

- Aguilar, Hernán (2013). Bolivianización financiera y eficacia de política monetaria en Bolivia. *Revista de Análisis*, 18, jan./jun., 81-142. Banco Central de Bolivia.
- Arancibia, Juan (2016). La democracia en las culturas políticas en Latinoamérica. Em: Casaús, Marta e Macleod, Morna (Coords.), *América Latina: entre el autoritarismo y la democratización 1930-2012, Volume VI* (pp. 149-178). Madrid: Marcial Pons, Ediciones de Historia, Coleção Historia de las Culturas Políticas en España y América Latina.
- Arruda Sampaio Junior, Plinio de (2017). Hechos y mitos de los gobiernos progresistas en Brasil. Em: Elías, Antonio (Org.), *La experiencia de los gobiernos progresistas en debate: la contradicción capital trabajo* (pp. 17-25). Argentina: Confederación de Organizaciones de Funcionarios del Estado (COFE), Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadores Estatales (CLATE), Plenaria Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT), Instituto de Estudios Sindicales Universindo Rodríguez (INESUR), Sociedad de Economía Política Latinoamericana (SEPLA).
- Benítez, Fernando (1978). *Lázaro Cárdenas y la Revolución mexicana. III El cardenismo*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Déniz, José (2018). Populismo en un contexto de crisis, globalización y nacionalismos. *Ola Financiera*, 11(31), set./dez. DOI: <http://dx.doi.org/10.22201/fe.18701442e.201-8.31.68102>
- Dias Carcanholo, Marcelo (2017). Auge y declinación de los gobiernos progresistas en América Latina. Em: Elías, Antonio (Org.), *La experiencia de los gobiernos progresistas en debate: la contradicción capital trabajo* (pp. 51-62). Argentina: Confederación de Organizaciones de Funcionarios del Estado

- (COFE), Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadores Estatales (CLATE), Plenaria Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT), Instituto de Estudios Sindicales Universindo Rodríguez (INESUR), Sociedad de Economía Política Latinoamericana (SEPLA).
- Dornbusch, Rudiger e Edwards, Sebastian (1990). *La macroeconomía del populismo en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Elías, Antonio (2019). El agotamiento del ciclo progresista: el caso uruguayo. *De Raíz Diversa*, 6(12), jul./dez., 59-78
- Elías, Antonio e Gambina, Julio (2016). La crisis capitalista y la lucha de clases. Em: Estay, Jaime e Arancibia, Juan (Coords.), *Capitalismo en el nuevo siglo: el actual desorden mundial* (pp. 19-50). México: Universidad Nacional Autónoma de México y Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.
- Estrada, Jairo (2020). La intensificación de las luchas por la (re) configuración del poder en Nuestra América y las estrategias de la derecha. Em: Estrada, Jairo; Jiménez, Carolina e Puello-Socarrás, José Francisco (Ed.), *Contra Nuestra América. Estrategias de la derecha en el siglo XXI* (pp. 19-50). Bogotá, Colombia: CLACSO.
- Franco, Alejandra (2016). El rol de las políticas fiscal, monetaria y cambiaria en el crecimiento económico de Bolivia. *Revista de Análisis*, 25, jul./dez., 111-140. Banco Central de Bolivia.
- Harvey, David (2017). *Breve historial del neoliberalismo*. Madrid: Akal.
- Ianni, Octavio (1975). *La formación del Estado populista en América Latina*. México: Ediciones Era.
- Katz, Claudio (2017). Desenlaces del ciclo progresista. *Estudios Críticos del Desarrollo*, 7(12), jan./jul. DOI: <https://doi.org/10.35533/ecd.0712.ck>
- Mamani, Pablo (2017). De la retórica del Estado Plurinacional a la factualidad del Estado-Nación Criollo-Mestizo en Bolivia. Em: Makaran, Gaya (Coord.), *¿Estado-nación o Estado plural? Pueblos indígenas y el Estado en América Latina (siglo XXI)* (pp. 167-188). México: Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, UNAM.
- Mayorga, Fernando (2017). Estado Plurinacional y democracia intercultural en Bolivia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), 1-14. São Paulo.

- Mendoza, Antonio (2020). El régimen monetario del Banco Central de Bolivia: un consenso macroeconómico para superar el subdesarrollo. Em: Solorza, Marcia e López, Alejandro (Coords.), *Un análisis de la política monetaria aplicada por los bancos centrales de países en desarrollo* (pp. 321-344). México: Facultad de Economía UNAM.
- Moldiz, Hugo (2008). *Bolivia en los tiempos de Evo. Claves para entender el proceso boliviano*. Buenos Aires: Ocean Sur.
- Portantiero, Juan C. e De Ipola, Emilio (1981). Lo nacional popular y los populismos realmente existentes. *Nueva Sociedad*, 54, mai./jun., 7-18.
- Rivera Cusicanqui, Silvia (2015). *Mito y desarrollo en Bolivia. El giro colonial del gobierno del MAS*. La Paz: Plural.
- Roffinelli, Gabriela (2019). Reflexiones acerca del desenlace del ciclo progresista en Argentina. *De Raíz Diversa*, 6(12), jul./dez., 109-117.
- Tapia, Luis (2014). *La sustitución del pueblo*. Bolivia: Autodeterminación.
- Thwaites, Mabel (2020). Estados en disputa. Auge y crisis del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina. Em: Estrada, Jairo; Jiménez, Carolina e Puello-Socarrás, José Francisco (Ed.), *Contra Nuestra América. Estrategias de la derecha en el siglo XXI* (pp. 131-146). Bogotá: CLACSO.
- Torrice, Mario (2018). Introducción. Giro a la izquierda en América Latina: las explicaciones teóricas y el desempeño de los gobiernos. Em: Torrice, Mario (Ed.), *¿Fin del giro a la izquierda en América Latina? Gobiernos y políticas públicas* (pp. 9-34). México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), sede México.
- Vilas, Carlos (1999). Seis ideas falsas sobre la globalización. Em: Saxe-Fernández, John (Coord.), *Globalización: crítica a un paradigma* (pp. 69-102). México: Instituto de Investigaciones Económicas, DGAPA, Plaza y Janés.
- Zavaleta, René (1985). *Lo Nacional-Popular en Bolivia*. México: Siglo XXI.



# A POLÍTICA DE CONCESSÕES FLORESTAIS COMUNITÁRIAS NA REGIÃO DO PETÉN, GUATEMALA<sup>1</sup>

Roser Rodríguez Carreras, Eduard Montesinos Ciuró e  
Albert Contreras Riera

*“Nossa principal reivindicação é a terra, sob uma  
diretriz única que abarca todas as formas de pro-  
priedade da terra e compreende todas as possíveis  
soluções: a terra para quem nela trabalha, de uma  
ou outra forma”.*

César Montes, comandante das FAR, entrevistado  
por Eduardo Galeano em 1967  
(Galeano, 2020 [1967], p. 79).

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo de caso deste capítulo se localiza em Petén, uma região fronteiriça e periférica ao norte da Guatemala, estado subordinado e dependente na estrutura econômica mundial. Analisa, portanto, uma experiência surgida no e desde a *periferia da periferia*, as denominadas *concessões florestais comunitárias*, onde organizações de base comunitária dotaram de conteúdo um contrato com o Estado para gerar e obter um rendimento econômico dos recursos florestais e do turismo que se reinveste nas mesmas comunidades, caso elas decidam. A experiência surgiu em meados dos anos noventa, após um conflito armado de mais de trinta anos em que a tendência havia sido justamente o contrário: um processo de expulsão das comunidades, junto a tomada de terras, desmatamento e colonização agrária do Petén, encabeçada pelas cúpulas militares e a oligarquia latifundiária. Parecia lógico que apesar do processo de paz, a tomada de terras pudesse continuar da mesma forma. Porém, a capacidade de auto-organização comunitária ajudou a mudar a situação.

---

1 Tradução de Adir de Almeida Mota.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO

Para as comunidades indígenas que habitaram regiões como o Petén desde os tempos imemoriais<sup>2</sup>, a terra não é um produto alheio e comercializável, senão uma parte delas mesmas que se associa diretamente com seus antepassados (Wachtel, 1990 [1984], p. 190). O saque de terras exercido pelos colonizadores ocidentais transcende, pois, a dimensão econômica do assunto e se insere no coração mesmo da dominação a que foram submetidas estas comunidades desde o século XVI. Anteriormente, a forma de repartição entre os diferentes integrantes da comunidade era assimilável ao conceito de comunal. Com o início do período colonial se produziram em toda Guatemala mudanças na região em relação ao direito e posse da terra. Os colonizadores consideraram desocupadas e se apropriaram das superfícies que não eram aproveitadas por parte das comunidades indígenas e posteriormente cederam-lhes aquelas que eram menos aptas para o cultivo (Gibson, 1990 [1984], p. 179). Fizeram através da transferência de direitos ejidais<sup>3</sup>, como uma forma de inseri-las na economia colonial.

Após a independência, a política liberal desenvolvida no último quartel do século XIX, exerceu uma pressão ainda maior na maioria das comunidades indígenas, e não mudou a estrutura social colonial, cuja característica definitiva era a exclusão socioeconômica dos indígenas e dos mestiços pobres chamados de ladinos. Terras ejidales e comunais foram vendidas e se desamortizou uma grande quantidade de propriedades da igreja para o benefício de empresas agro-industriais, muitas delas estrangeiras, de maneira que se intensificou a concentração da terra em poucas mãos. Os indígenas foram obrigados a trabalhar forçadamente ou com remuneração precária nas fazendas e a perda da terra comunal e ejidal ameaçou a segurança alimentar deles.

Desde o início da formação da nação guatemalteca, sua economia foi voltada à exportação e dependente da venda de café, da banana e de outros produtos primários aos Estados Unidos e outras potências ocidentais. Essas atividades não geravam nenhum efeito de difusão no mercado local e deram aos agroindustriais estrangeiros de maior poder, inclusive ao governo nacional. Dentre todas elas, a mais paradigmática foi a *United Fruit Company* (UFCO). Essa multinacional

---

2 O indígena, majoritariamente de origem maya, está muito presente na Guatemala, e também em Petén. Desde a colonização espanhola, trata-se de uma realidade subalterna que sobreviveu à imposição da lógica ocidental capitalista por ser a base cultural das classes populares, especialmente as rurais.

3 Um ejido é um campo que se encontra fora de um povoado, inicialmente composto por terras não trabalhadas (pastos, bosques, etc.), e que é de uso comum para os habitantes de dito povoado. Se trata, pois, de uma forma coletiva de propriedade da terra, que tem suas origens na Europa.

estadunidense, dedicada principalmente à produção de banana em terras latino-americanas, utilizou seu poder no início do século XX para desestabilizar os governos dos territórios onde operava com o objetivo de manter sua margem de lucros.

Entretanto, a partir dos anos vinte se cristalizaram profundas mudanças socioeconômicas, das quais a América Latina em geral, e a Guatemala em particular não foram uma exceção. A força de trabalho se transformou como consequência dessas mudanças estruturais produzidas no seio do capitalismo, aumentando a proporção de trabalhos intelectuais.<sup>4</sup> Já se configurando um cenário político propício para o questionamento do regime ditatorial que governava o país com o apoio das elites militares e dos grandes proprietários de terras. Após a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, o desgaste do caudilhismo era patente. Em 1944 sucederam-se uma revolta estudantil e um levante militar que terminou por triunfar, exigindo eleições livres e limpas para a presidência e uma assembleia constituinte (Dunkerley, 2001 [1990], p. 61).

Começava o que se denominaram *Os dez anos de primavera*, que equivalem aos governos reformistas de Juan José Arévalo e Jacobo Árbenz. O objetivo primordial desses governos foi reverter a extrema desigualdade social que caracterizava o país. Quanto a propriedade da terra, os dados são esclarecedores; segundo o censo de 1950:

Por volta de 2% da população controlava 74% de toda a terra cultivável, enquanto que 76% de todas as unidades agrícolas tinham acesso somente à 9%; o 84% de todas as explorações agrícolas possuíam em média menos de 7Ha, e 21% menos de 1Ha, quando se considerava que 3 ou 4 Ha eram a extensão mínima para o sustento de uma família média. (Dunkerley, 2001 [1990], p. 67)

Esta situação permitiu que Arévalo decretasse o fim do trabalho forçado no campo e Árbenz propusesse uma reforma agrária como a medida central de sua obra de governo. A reforma agrária de Árbenz foi moderada e dirigida mais para incrementar a produção segundo a matriz capitalista do que a limitar o poder dos latifundiários<sup>5</sup>. Conseguiu certa ampliação de terras aos setores camponeses pobres: durante os dezoito meses de repartição de terras, se estima que por volta de cem mil famílias receberam parcelas em propriedade ou usufruto

---

4 Como exemplo, Victor Bulner-Tomas (1987, p. 101) afirma a partir de dados do censo que os professores da Cidade de Guatemala aumentaram cinco vezes entre 1921 e 1940.

5 Em 1950, o Banco Mundial enviou uma missão à Guatemala da qual Árbenz extraiu muitas de suas iniciativas econômicas (Glejeses, 1989, p. 453).

vitalício, das quais a grande maioria saiu das mãos de grandes proprietários improdutivos, e representaram um montante total de meio milhão de Ha, 20% da superfície cultivável do país (Gleijeses, 1989, p. 465). Apesar do que previram seus detratores, não se produziu nenhum colapso produtivo. Ao contrário, a produção se incrementou substancialmente para os cultivos de consumo local, concentrados em sua maioria nas terras de pequenos proprietários. Pela primeira vez o governo promovia a recuperação das terras comunais e ejidais para as comunidades indígenas. Aí está a importância crucial da reforma agrária na história contemporânea da Guatemala.

Mas como era de se prever, a reforma encontrou a oposição das elites latifundiárias do país e da UFCO. O desencontro com esta última desencadeou a operação militar estadunidense que terminou com o governo de Jacobo Árbenz em 1954. A reforma agrária estipulava que os antigos proprietários seriam compensados em função do valor da terra declarada pelos mesmos no último exercício fiscal antes da aprovação da reforma (Gleijeses, 1989, p. 460). La UFCO reclamou uma compensação vinte e cinco vezes maior, apesar de estar reconhecendo assim a sistemática evasão de impostos desde seu estabelecimento na Guatemala. Árbenz se negou a transigir e o Departamento de Estado dos Estados Unidos apoiou seus compatriotas<sup>6</sup>.

A contrarrevolução significou a devolução das terras expropriadas e, portanto, o regresso aos níveis de desigualdade prévios a 1944. Mas não somente isso, os militares se apossaram do poder por um longo período. Isso significou um aumento brutal da violência institucional contra qualquer forma de resistência. Uma delas foi a sublevação que impulsionaram os soldados e oficiais jovens do exército. Após um golpe de estado fracassado, a partir de 1962 aqueles se organizaram na luta armada junto com camponeses, estudantes e outros membros das classes subalternas do país.

Em 1985, a democracia cristã tomou as rédeas do governo, depois de três décadas esse deixava de ser controlado diretamente pelos militares. O novo governo civil evitou retomar a reforma agrária para equilibrar-se no poder, e se centrou na diminuição da violência.

---

6 Em um contexto marcado pelo anticomunismo (em meio de *Los diez años de primavera* se havia produzido a ruptura entre soviéticos e estadunidenses que marcaria o início da Guerra Fria), Washington esperava uma oportunidade para quebrar um governo do que divergia profundamente. E atuou com contundência: pela primeira vez na América Latina, se produzia um golpe militar instigado diretamente pelos Estados Unidos. Uma junta afinada aos interesses estadunidenses tomou as rédeas do governo. A imprensa dos Estados Unidos jogou um papel importante em isolar a Árbenz e o obrigar a fugir do país sem nenhum apoio interno ou externo (Galeano, 2020 [1967], p. 95).

A guerrilha abandonou a ideia da insurreição vitoriosa, ainda mais sabendo da disposição de Washington de voltar a intervir no país. Em 1996 assinaram os acordos de paz e surgiram tentativas de reparação das vítimas. No entanto, os problemas da sociedade guatemalteca seguiram sendo em essência os mesmos, já que sem mudanças estruturais não era possível a *aproximação social* que propugnava o governo (Dunkerley, 2001 [1990], p. 86).

### 3. ESTADO ATUAL DO DESENVOLVIMENTO NA GUATEMALA

A concentração do poder político e econômico na Guatemala não mudou substancialmente. Trata-se de um dos países que menos evoluiu seu modelo agroexportador ao longo de sua história. Além da agricultura, as outras principais fontes de riqueza do país são as remessas dos emigrantes nos EUA<sup>7</sup> e, mais recentemente, o turismo. Nenhum destes recursos ataca os problemas sociais e ambientais existentes.

#### 3.1. ANÁLISES EM ESCALA NACIONAL

Guatemala é um dos países da América Latina e Caribe (ALC) com um indicador médio de desenvolvimento humano (0,663) junto à El Salvador (0,673), Nicarágua (0,660) e Honduras (0,634), e acima do Haiti que tem o IDH mais baixo de toda região (0,510), segundo o informe de Desenvolvimento Humano do PNUD para 2020 (UNDP, 2020). O informe indica que mais de 59% da população vive por debaixo do limiar nacional de pobreza e o 11,2% se encontra em condições de pobreza severa (Ibidem, p. 365). Enquanto que a participação nas rendas de 40% da população mais pobre é de 13%, a dos 10% mais ricos é de 38% (ibidem, p. 353).

A Guatemala é um caso paradigmático do poder das elites para bloquear reformas impositivas redistributivas, perpetuando-se desta forma as desigualdades estruturais do país<sup>8</sup>. A presença de uma oligarquia que tenta “aumentar sua riqueza e seu poder, sem assumir responsabilidade alguma no desenvolvimento nacional” é um dos maiores obstáculos para se construir um estado democrático na Guatemala, convertendo-o em um dos “mais pobres, mais desiguais, mais vulneráveis e menos governáveis do mundo” (Hurtado, 2010, p. 19).

A polarização social teve como resultado que 76% da população guatemalteca não contava com rendas suficientes para ter acesso a

---

7 Estima-se que vivem no país mais de um milhão dos cem mil guatemaltecos atualmente e que 10% dos lares recebem remessas do estrangeiro (PNUD, 2016, p. 23).

8 Bastaria como exemplo o que asinalava um informe do BIRD em 2013 acerca das taxas de tributação dos ganhos de salários, que são o dobro das que se aplicam aos lucros de capital (Bird, 2013).

uma cesta básica de bens e serviços, e as condições de saneamento e de qualidade das moradias mostram uma alta precariedade (PNUD, 2016). Seis de cada dez adultos não terminou o primário e um de cada cinco menores tem altas probabilidades de não concluir. Por outro lado, o gasto em educação da Guatemala como porcentagem do PIB (2000 a 2014), flutuou entre 2% e 2,7%, muito abaixo da média latino-americana em países com níveis similares do PIB per capita (Banco Mundial, 2016). Ainda que esta porcentagem tenha aumentado até o 3,2% em 2019, é o segundo mais baixo da América Latina depois do Haiti (Banco Mundial, 2021).

Também é um dos três países com piores indicadores de mortalidade materna na ALC<sup>9</sup>, “o que dá indícios de problemas nos resultados em termos de qualidade de serviço de atendimento à saúde, assim como a fatores concomitantes como a pobreza, níveis de educação das casas e o acesso a água potável e saneamento” (Oxfam, 2016, p. 140). As desigualdades sociais na Guatemala têm, além disso, um forte componente étnico e rural. Se tomarmos como exemplo o estado nutricional da população infantil entre os seis e dez anos, se observa que a desnutrição crônica segundo a área de residência é de 20,9% em áreas urbanas, porém cresce a 41,7% nas áreas rurais, chegando a 51% entre os meninos e meninas cujo idioma materno não é o espanhol (Secretaria de Segurança Alimentar, 2015). Cabe recordar que a Guatemala, apesar de ter nas últimas décadas experimentado um intenso processo de urbanização, é um país em que quase a metade da população vive em áreas rurais.

A estrutura de propriedade da terra segue sendo concentrada e desigual. Segundo o último censo agrário (Instituto Nacional de Estatística, 2003), as propriedades recenseadas, que representam 92% do total, ocupam 21% da superfície cultivada do país, enquanto que menos de 2% das propriedades recenseadas ocupam mais de 65% da superfície. Em média, 6% das propriedades são excedentes e ocupam 12% da superfície. As políticas neoliberais e os tratados de livre comércio, como os Estados Unidos (TLC-CAFTA), o Plano Puebla-Panamá, entre outros, aceleraram o processo de concentração de terras. Além disso, 90% dos empregados do setor primário<sup>10</sup>, trabalham na informalidade e sob condições precárias, com renda abaixo do salário mínimo e sem cobertura da seguridade social (PNUD, 2016, p. 25).

---

9 Guatemala tem uma relação de mortalidade materna de 95 por cada 100.000 nascimentos, seguido por Nicarágua com 98 mortes a cada 100.000 nascimentos, a distância de Haiti com 480 mortes a cada 100.000 nascimentos (UNDP, 2020).

10 30% dos trabalhadores na Guatemala se ocupam do setor primário.

A articulação dos produtores agrários aos complexos agroindustriais, propriedade da burguesia latifundiária ou transnacionais vinculadas aos países centrais, favorece uma agricultura monocultora e de exportação, que coexiste com a agricultura de subsistência dos camponeses pobres. Na Guatemala, só 10,5% da terra cultivável se dedica ao milho (8,7%), ao feijão (1,6%) e ao arroz (0,2%), segundo a Pesquisa Nacional Agropecuária de 2018-19 (Instituto Nacional de Estadística, 2019). E 43% da terra agrícola mais produtiva que se encontra na costa sul é dedicada à pecuária, à agricultura de exportação de cana-de-açúcar, café, óleo de palma, borracha, banana, pinha, manga, mamão papaia e cítricos.

Os agronegócios, junto à liberalização de tarifas de importação de grãos básicos a partir de 1980, incrementaram a dependência alimentar da Guatemala. Segundo Garoz *et al.* (2005, p. 39) entre 1990 e 2005 a produção nacional de feijão baixou 26%, a de trigo 80% e a de arroz 23%, o que repercutiu fortemente na soberania alimentar do país.

### 3.2. COLONIZAÇÃO DE TERRAS TROPICAIS ÚMIDAS VERSUS POLÍTICAS PARA SUA CONSERVAÇÃO

Na América Latina, os programas de colonização agrária, junto à *revolução verde*, representam uma tentativa de substituir uma mudança institucional — ou seja, as necessárias reformas agrárias que favoreceram uma distribuição mais igualitária das terras, rendas e recursos com uma maior participação social em tudo isso —, por uma pauta agrotecnológica (Maestro-Yarza, 2018, p. 202) sob uma visão desenvolvimentista e depredadora do território. Na Guatemala, o projeto de colonização agrária que se desenvolveu a partir de 1958 significava uma “válvula que permitiria liberar para o norte uma parte da forte pressão camponesa pela terra<sup>11</sup>, evitando pôr em perigo as grandes propriedades latifundiárias da costa sul ou de Izabal” (Hurtado, 2010, p. 90). Os territórios do norte do país, o Petén (que representa uma terça parte do território da Guatemala) e a Franja Transversal do Norte (FTN)<sup>12</sup>, foram declaradas Zonas de Desenvolvimento Agrário, com uma orientação predominantemente petroleira, pecuarista e madeireira (PNUD, 2016).

---

11 Segundo Schwartz (1995, p. 2015-2016), não somente havia uma pressão popular para obter terras cultiváveis, mas também os novos senhores do *algodão e do gado* e os militares demandavam, precisamente porque o sul e o altiplano central — onde tradicionalmente as elites se haviam estabelecido — já estavam ocupados.

12 Constituída pelos Departamentos de Huehuentango no extremo noroeste, Quiché, Alta Verapaz e Izabal, na zona nordeste.

A Empresa Nacional de Fomento e Desenvolvimento do Petén<sup>13</sup> (FYDEP) foi criada com caráter de *urgência nacional* em 1959, com a pretendida intensão de impulsionar: a) o desenvolvimento econômico integral e a integração territorial nacional; b) a proteção, administração e exploração dos recursos naturais e as terras nacionais; c) o aumento da população: organização das colônias industriais, agrícolas e agropecuárias e a fundação de novas comunidades urbanas e centros turísticos; d) melhorias das condições econômicas, sanitárias e culturais existentes, realização de obras e trabalhos que contribuíssem para elevar o nível da vida dos habitantes; e e) o estabelecimento de empresas industriais, agropecuárias e comerciais (Hurtado, 2010, p. 89).

A atuação da FYDEP teve duas consequências a destacar. A primeira foi a abolição do sistema tradicional da propriedade da terra, com a privatização dos terrenos comunais e das propriedades de fato que neles havia.<sup>14</sup> O segundo, foi que se converteu em um meio para fortalecer o poder político e econômico dos militares no marco da contra-insurgência (Hurtado, 2010, pp. 88-89). A violência política na FTN e no Petén foi intensa, o que supunha desalojá-los de comunidades inteiras enquanto que as terras *abandonadas* se entregou a novos ocupantes. As terras concedidas às comunidades de ladinos pobres e indígenas em um regime de insegurança jurídica demoraram anos para se regularizar e alguns processos de regularização não estão ainda resolvidos.

Em 1989, se promulgou a Lei de Áreas Protegidas (Decreto 4-89) que respaldava a criação do Conselho Nacional de Áreas Protegidas (CONAP). A essa instituição se atribuiu a responsabilidade de estabelecer, coordenar e administrar o Sistema Guatemalteco de Áreas Protegidas (SIGAP) que agrupava um conjunto de 115 delas.<sup>15</sup> No Petén, o processo se desenvolveu com a finalidade de frear a destruição ambiental e sua caracterização como terra de ninguém e espaço geo-

---

13 Para a colonização do Petén, a FYDWP teve um forte apoio financeiro da agência estadunidense USAID, enquanto que para a colonização na Franja Transversal do Norte, em Alta Verapaz, o Instituto Nacional de Transformação Agrária (INTA) contava, além disso, com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

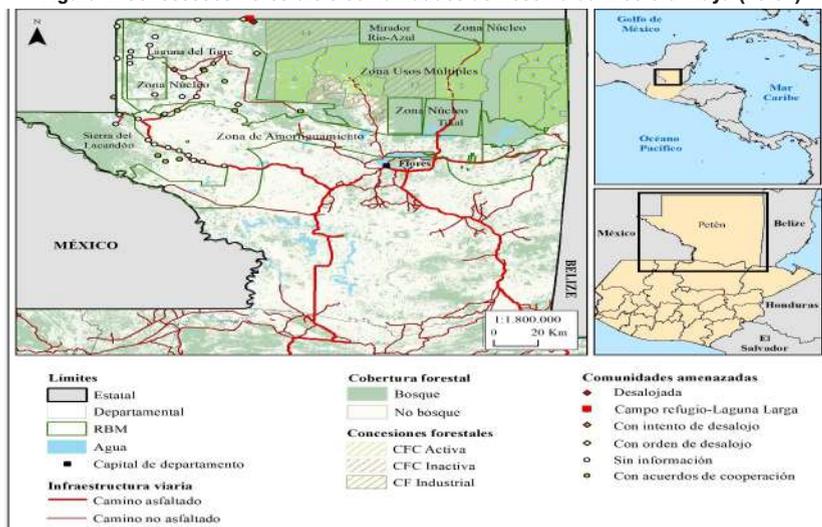
14 Desde a independência da Guatemala, todas as terras do Petén foram consideradas nacionais, a exceção de algumas terras que haviam sido concedidas a notáveis. Sobre essas a FYDEP não entrevistou. Antes da FYDEP eram os municípios que outorgavam direitos de uso sobre a terra de Petén e a extração de seus recursos, por exemplo, a goma ou outros produtos florestais, a indivíduos e corporações que se tributavam duplamente, tanto ao município quanto ao estado. Porém, apesar da lei formal, havia compra-venda de terras, estabelecendo assim propriedades de fato que a comunidade respeitava e conhecia seus limites; e havia poucos conflitos. No documento poderia constar a compra de uma moradia muito acima de seu valor (Schwartz, 1996, p. 223).

15 Atualmente há 349 áreas protegidas, 32% do território nacional, segundo a CO-NAP (2019).

gráfico ingovernável (Elías e Monterroso, 2014, p. 9). uma tentativa do Estado para recuperar seus direitos de propriedade sobre este espaço. Também para freiar as *agarradas* da população camponesa sem terra que tinham a esperança de nela trabalhar.<sup>16</sup>

Como na colonização da FYDEP, o projeto conservacionista contou com o apoio financeiro da agência estadunidense para o desenvolvimento (USAID). Foram os dinamizadores preliminares da Reserva da Biosfera Maya (RBM), que se criou em 1990 mediante o Decreto 5-90 do Congresso da República, e é administrada pelo CONAP (Figura I). A RBM compreende uma superfície de 2,1 milhões de Ha, os 33% do departamento do Petén, e cumpre a função de corredor biológico da Selva Maya, o bosque tropical mais extenso na Mesoamérica, que abriga uma grande biodiversidade e um rico patrimônio cultural (Rainssforest Allinace, 2018; citado em Dionisio, 2019).

**Figura 1. Concessões florestais e comunidades de Reserva da Biosfera Maya (Petén)**



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Sistema Nacional de Informação Territorial (SINIT), Voces Mesoamericanas (2017), Geocomunes e Natural Eearth. O nome de cada Concessão Florestal Cumunitária se corresponde com a numeração da Tabela I.

16 A *agarrada* era a forma não autorizada de acesso à terra, mediante a qual um produtor ocupava um terreno arborizado, geralmente de propriedade nacional ou municipal, realizava melhorias (corte, cercas, pastos) e em seguida a reclamava legalmente ou vendia (Elías e Monterroso, 2014, p. 9).

No “Plano Maestro” da RBM aprovado em 1992, se delimitaram três zonas: uma Zona Núcleo de conservação estrita (ZN, 36% da reserva), uma *Zona de Armotecimiento* (ZA, 24% da reserva) que pretende atuar de freio das pressões sobre a *zona do Núcleo* e uma *Zona de Usos Múltiplos* (ZUM, 40% da reserva) onde se admitem atividades de baixo impacto ambiental através de contratos com organizações de base comunitária ou industrial (CONAP, 2015). No contexto reparador dos acordos de paz, surgiu um movimento comunitário de afetados pela criação da RBM, que preencheu de conteúdo social através de suas reivindicações aquele espaço que se criava.

Se formou em 1995 o Comitê Consultivo de Organizações Florestais de Petén (CONFOCOP), que reivindicava os direitos das comunidades sobre o uso e o acesso aos recursos naturais. Em 1997 os que integravam o CONFOCOP, constituíram legalmente a Associação de Comunidades Florestais de Petén (ACOFOP), como instância de representação dessas organizações comunitárias. Ou seja, foi a luta das comunidades organizadas que conseguiu que as concessões fossem majoritariamente para as comunidades e não às empresas privadas, ainda que em princípio se contemplava que seriam estas últimas as beneficiadas com as concessões (Elías e Monterroso, 2014, p. 11).

Como resultado se outorgaram as concessões florestais dentro da ZUM às comunidades locais mediante um contrato legal entre essas e o Estado, por um período de 25 anos — o tempo mínimo indispensável para que se deem processos de sustentabilidade e resiliência na gestão da floresta —, com direitos e obrigações claramente definidos (Dionisio, 2019, p. 54). A estratégia adotada pelo CONAP na ZUM era a de “compartilhar e delegar sua administração de tal forma que os concessionários recebessem direitos de usufruto a longo prazo, com benefícios e responsabilidades ordenados legalmente” (Carrera *et al.*, 2001, p. 2). As concessões comunitárias buscam compartilhar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento socio-econômico local, onde as comunidades, adotando a forma de sociedade civil, associações e cooperativas, obtenham um rendimento econômico dos recursos florestais (madeira certificada, palma de xate, pimenta, apicultura, etc.) assim como do turismo. Os rendimentos obtidos são revertidos às suas comunidades, em alimentação, infraestrutura e recursos para saúde e educação.

Entre 1994 e 2002 se outorgaram catorze concessões florestais (doze comunitárias e duas privadas) de superfícies desiguais (desde 7.000 até 85.000 Ha) em aproximadamente meio milhão de Ha de ZUM (ver Tabela I).

**Tabela 1. Tipologia das concessões florestais comunitárias.**

<b>Código Figura 1</b>	<b>Unidad de gestión</b>	<b>Organización comunitaria y/oempresa</b>	<b>Localidad</b>	<b>Superficie (Ha)</b>	<b>Año de inicio</b>	<b>Fin contrato</b>	<b>Tipo de concesión</b>	<b>Residen en RBM</b>	<b>Historia y actividad</b>
1	Carmelita	Cooperativa Carmelita	San Andrés	53.797	1997	2022	1	Sí	a
2	Uaxactun	Sociedad civil, Organización Manejo y Conservación (S.C.OM YC)	Uaxactún, Flores	83.558	2000	2025	1	Sí	a
3	Rio Chanchich	Sociedad civil, impulsores Suchitecos	Melchor de Mencos	12.217	1998	2023	1	No	b
4	Chosquitán	Sociedad Civil Laborantes del Bosque	Melchor de Mencos	19.390	2000	2025	1	No	b
5	La Unión	Sociedad Civil Custodios de la selva	Melchor de Mencos	21.176	2000	2025	1	No	b
6	San Andrés	Asociación Forestal Integral San Andrés/ sociedad civil S Andrés	San Andrés	51.939	2000	2025	1	No	c
7	Las Ventanas	Sociedad Civil Árbol Verde	Ixlú, Flores	64.973	2001	2026	1	No	d
8	Yaloch	Sociedad Civil El Esfuerzo	Melchor de Mencos	25.386	2002	2027	1	No	b
9	Cruce a la Colorada	Asociación Forestal Integral Cruce a la Colorada	San Andrés	20.469	2001	2026	1	Sí	e
10	San Miguel	Asociación Agroforestal de San Miguel	San Andrés	7.039	1994	Cancelada	1	Sí	e
11	La pasadita	Asociación de Productores La Pasadita	San Andrés	18.817	1997	Plan de manejo suspendido	1	Sí	e

12	La Colorada	Asociación Forestal Integral La Colorada	San Andrés	22.885	2001	Cancelada	1	Sí	e
13	La Gloria	BAREN Comercial S.A.	San José	66.458	1999	2024	2	No	f
14	Paxban	GIBOR, S.A.	San Andrés	65.755	1999	2024	2	No	f

1: Concessão comunitária; Concessão industrial. a: Residiam antes da RBM nos assentamentos estabelecidos nas rotas de extração de goma, madeira, pimenta e xate. Atividade turística. b: Origem extrativista de mogno e cedro, lugar de corte clandestino de mexicanos e belizenhos, explorado nos séculos XIX pelas companhias inglesas. c: Extração de produtos florestais não madeireiras (xate, chile, pimenta) com agricultura de subsistência e pecuária a pequena escola. d: Inicialmente acampamento gomeiro, posteriormente agricultores e pequenos pecuaristas, carpinteiros, artesãos de madeira e empregados públicos migrados de outras partes do país. Agora também gestão florestal. e: Assentamento durante os primeiros anos da RBM. Extração de produtos florestais não madeireiras, agricultura de subsistência e pecuária a pequena escala. f: Exploração de indústria madeireira. (Elaboração própria a partir da ACOFOP (2019), Gómez e Méndez, 2007 e Radachowsky *et al.*, 2011).

#### 4. BALANÇO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO

O projeto de concessões florestais comunitárias implementado nas florestas tropicais do Petén possui um reconhecimento nacional e internacional, e é considerado paradigmático por ser um modelo que facilita, através da gestão florestal, o desenvolvimento comunitário local, junto à conservação da biodiversidade e a proteção do patrimônio cultural. Um modelo que nasce de sua oposição às formas menos sustentáveis de usos do solo, particularmente à agricultura em grande escala e a pecuária extensiva. Tem sido fonte de inspiração em diversas regiões, como é o caso de Lavasiksa na Nicarágua, Darién no Panamá, e Lomerío na Bolívia, entre outros (Monterroso e Barry, 2009).

A estrutura das comunidades concessionadas se assenta sobre dois pilares. Por um lado, a ACOFOP que se ocupa da esfera política representando os interesses comunitários ante o CONAP. Por outro lado, a Empresa Comunitária de Serviços da Floresta (FORESCOM), constituída em 2003, é a encarregada de processar os produtos florestais com a finalidade de aumentar seu valor acrescido, a busca de mercados e a exploração dos produtos certificados (Elías e Monterroso, 2014).

Se tomarmos os dados recompilados por um estudo realizado em oito das nove concessões florestais comunitárias ativas da RBM (Corzo *et al.*, 2017) se observa que, certamente, as famílias pertencentes aos grupos concessionários apresentam certas melhorias sociais em relação aos grupos não concessionários. Em linhas gerais, os sócios obtêm um maior ganho por suas atividades, melhores condições das

moradias e um maior acesso aos serviços de saúde e educação. Em contraposição, o índice de filiação à seguro social e ao acesso ao ensino continua baixo, evidenciando a situação de pobreza e desigualdade social do país.

Em termos ambientais, os resultados apresentam o modelo das concessões comunitárias como uma ferramenta que até o momento tem sido eficaz para salvaguardar a diversidade biológica da floresta tropical úmida. Foram alcançados rendimentos sustentáveis de extração de madeira apesar de que alguns autores como Gómez e Méndez (2007), consideram que a extração de espécies de alto valor florestal tem demasiado peso em relação ao conjunto de atividades. As melhorias também incidem na conservação de mamíferos de médio e grande porte em risco de extinção como o jaguar ou a anta.

Além disso, foi reduzido o abate ilegal nas áreas concessionadas e o desmatamento é menor nas concessões ativas (0,1%) que na ZN (1%) e na ZA (5%), de maneira que atuam como freio ao avanço da fronteira agrícola, especialmente frente à agricultura de queimadas. Outro aspecto que destaca a nível ambiental é a incidência muito menor de incêndios florestais nas áreas concedidas já que os concessionários investem na prevenção e controle de incêndios (Hodgdon *et al.*, 2015, p. 9).

O desigual acesso à terra implica num aumento da pressão migratória desde o sul do departamento para as áreas protegidas da zona setentrional. Na atualidade há mais de sessenta comunidades assentadas nos Parques Naturais Laguna do Tigre e Sierra del Lacandón e no Triângulo de Candelaria, dentro da ZUM. Essas, por não serem reconhecidas pelo Estado, não contam com nenhuma segurança jurídica. O governo pretende desalojar todas aqueles povoados que não se encontram dentro de um marco regulatório em prol da *conservação*.

Assim mesmo, é preciso considerar os interesses ocultos dos atores políticos e econômicos envolvidos em escala local, nacional e transnacional, relacionados, por um lado, com a exploração petrolífera e a agricultura e pecuária em grande escala, em um espaço natural protegido e, pelo outro, e apesar de sua aparente incompatibilidade, a atividade turística e a captura e venda de bônus de carbono no contexto do neoliberalismo verde, o qual promete benefícios socioeconômicos às comunidades locais e processos relacionados com a sustentabilidade, enquanto destrói os tecidos comunitários e mercantiliza a natureza (Voces Mesoamericanas, 2017).

Neste sentido, em 2007 se criou o Projeto GuateCarbon, dentro do programa de Redução das emissões derivadas da desflorestação e da degradação das florestas (REDD+). Este projeto propõe gerar, quantificar e comercializar as emissões evitadas de CO<sub>2</sub>, através da

implementação de atividades que permitam reduzir o desflorestamento na RBM. Se amplia o tradicional valor de uso da natureza, para valores de troca associados a cotas como as de pesca, biodiversidade ou bônus de carbono.<sup>17</sup> Neste contexto, por exemplo, se produziu em 2017 o despejo forçado da comunidade formada por 111 famílias, umas 450 pessoas, a metade delas crianças e jovens, que se assentava no Triângulo da Candelária desde inícios do século XXI (ver Figuras 1 e 2). O despejo<sup>18</sup> se desencadeou após um processo penal empreendido pela CONAP e o Ministério Público desde 2005 (Escalón, 2017).

Apesar da mudança do modelo de desenvolvimento, o Petén segue atraindo pessoas que buscam se dedicar à agricultura e à pecuária, ainda que também haja atividades ilegais (Rivas e Roldán, 2001). O narcotráfico internacional se estabeleceu no Petén por sua condição de fronteira onde existem extensas propriedades ilegalmente registradas e pistas de aterrissagem em áreas protegidas. Isto permite a presença cotidiana de homens armados, redes logísticas e um aumento da violência. Em uma relação muito desigual, estes grandes poderes na região pressionam os concessionários para que cedam terras para assim se estabelecerem em novas propriedades para infraestrutura e transportes de droga (Hurtado, 2010, p. 127).

Os dados apresentados anteriormente atestam que as ameaças e pressões se situam, principalmente, naquelas áreas da RBM gestadas diretamente sobre o conjunto da reserva. Alguns estudos como o de Davis e Sauls (2017) apontam que isto se deve aos insuficientes recursos destinados à manutenção da reserva, tanto em termos humanos como econômicos. Sem dúvida, os projetos geopolíticos no Petén foram configurados pela lógica de expansão de capital em detrimento da apropriação da natureza, mediante a implementação de mega projetos de diversas categorias, tal como se pode observar em dois planos expostos em continuação, o primeiro já implementado e o segundo em processo.

Em primeiro lugar, o Campo Petrolífero de Xan situado no Parque Nacional Laguna do Tigre, onde a atividade petroleira funciona ininterruptamente desde 1985, explorado pela empresa multinacional franco-britânica Perenco. A relação de dependência do Estado

---

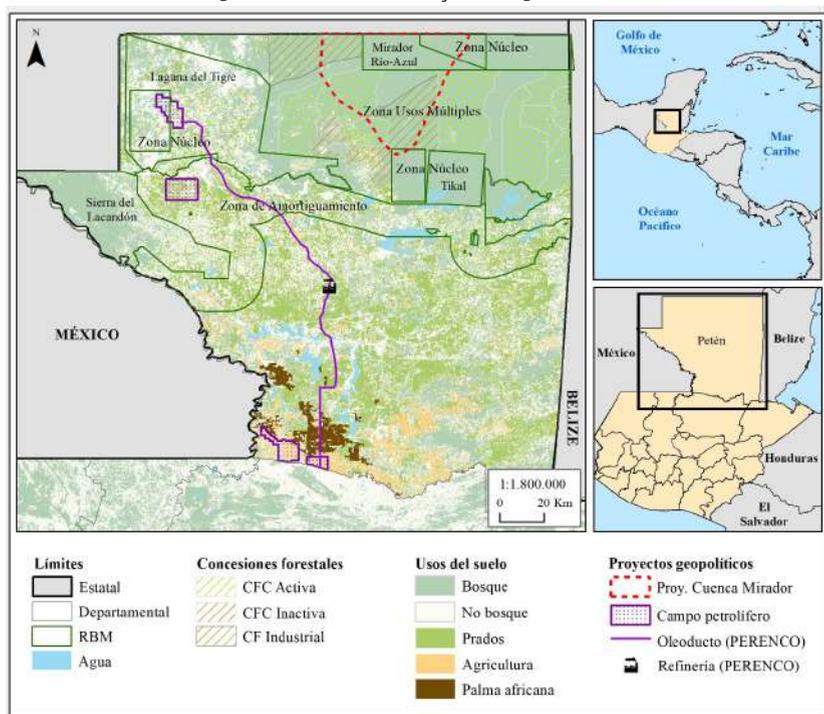
17 Estas transações entre países e regiões centrais e periféricas agudizam as relações sociais, ambientais e espaciais desiguais (Smith, 2020 [1984]) pelo que caberia observar os impactos deste projeto a longo prazo.

18 O despejo de Laguna Larga violou inúmeros direitos humanos e nele se usou a tática da terra arrasada, reavivando velhos fantasmas pela semelhança aos métodos usados durante a guerra civil. Se encontra em um acampamento de precárias condições entre a Guatemala e México (Voces Mesoamericanas, 2017).

com a empresa exploradora debilita seu poder no momento de implementar a legislação vigente em matéria ambiental e de direitos humanos. Além disso, à empresa de capital franco-britânico se atribuem violações do meio ambiente, como a ausência de estudos de impacto ambiental, e múltiplas violações de direitos humanos, como a militarização da zona ou a desproteção e a exploração das terras onde residem historicamente os povos indígenas. Adicionalmente, se trata de um processo de transmissão pouco transparente e que se aprovou sem o consentimento prévio por parte das comunidades locais (Collectif Guatemala, 2011).

Em segundo lugar, há o projeto Cuenca Mirador, impulsionado pelo arqueólogo estadunidense Richard Hansen, que ocuparia uma ampla zona de aproximadamente 2.000 km<sup>2</sup> ao norte da Reserva (Figura II), amparado por um programa de desenvolvimento turístico que visa explorar o patrimônio cultural maia. O projeto contempla a construção de um parque temático com hotéis, restaurantes e um trem elétrico, sem, todavia, um estudo de impacto ambiental, voltado para os consumidores turísticos do norte global. O projeto ecoturístico tem risco de excluir as comunidades residentes da tomada de decisões; os agentes locais dispõem de canais insuficientes de participação e não se incluem a economia local, impondo-se diretamente sobre o modelo concessionário atual. Portanto, várias comunidades florestais, como é o caso da Carmelita ou Cruce a la Colorada, não poderiam desenvolver suas atividades tradicionais, que são claro exemplo de sustentabilidade (Prado e López, 2017).

Figura 2. Pressões e ameaças na região do Petén



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema Nacional de Información Territorial (SINIT), Natural Earth.

## 5. CONCLUSÕES

A história social, política e econômica contemporânea da Guatemala e sua implementação na configuração territorial não poderia ser entendida sem considerar dois aspectos. Por um lado, o contexto internacional e especialmente a importância dos Estados Unidos na geopolítica de toda a América Latina. A Guatemala é dependente economicamente pela via dos investimentos e comércio, e apresenta uma forma de desenvolvimento capitalista mais pensada para satisfazer as necessidades das multinacionais estrangeiras do que em responder aos seus habitantes. A influência política estadunidense vai mais além do exercício diplomático, e a militar mostra sua efetividade em derrubar governos que não deseja, “marcando a fogo a história presente do país” como escreveu Galeano (2020 [1976], p. 167).

Por outro lado, há a dinâmica interna da Guatemala, um país de fortes desigualdades, com elementos classistas e racistas que se remontam ao período colonial, e uma oligarquia protegida pelo Esta-

do, que não assume responsabilidades no desenvolvimento nacional. O Estado tradicionalmente deixou, e todavia deixa serem exercidos poderes oligárquicos, enquanto tenta desarticular qualquer tentativa de mudança.

O conflito pela terra é fundamental para entender a formação social e territorial do país. As grandes plantações no Sul, junto a outras regiões cafeeiras ou de palma africana para a exportação, se mantém historicamente nas mãos dos oligarcas e empresas estrangeiras, enquanto que um contingente de camponeses está obrigado a trabalhar em condições servis ou são excluídos do direito à terra. Neste contexto, as regiões do norte da Guatemala são vistas como espaços livres e representam a possibilidade de ascender a ela.

Hurtado e Monterroso assinalam que a configuração territorial do Petén se desenvolveu mais a partir do conflito social e da luta de interesses privados do que através do planejamento e controle estatal. Evidentemente, o vazio estatal favoreceu a concentração de terras e recursos por parte das elites. O conflito armado teve suas piores consequências na região petenera e na FTN, onde além disso, se tentou erradicar qualquer dissidência, entre elas as cooperativas que estavam funcionando e as organizações camponesas e comunitárias de base.

Mas como disse César Montes, a medida que a contrarrevolução avança, a revolução se desenvolve (Galeano, 2020 [1967], p. 83). E esta é, precisamente, uma das conquistas das concessões florestais comunitárias: recuperar o direito à terra e o acesso a seus recursos desde a auto-organização comunitária. São as mesmas comunidades quem decidem sua forma de entender o desenvolvimento, em que e como investir os recursos obtidos da terra. Além do que, o processo envolve o Estado (recordemos que só havia feito durante *Os dez anos de primavera*), e que essas responsabilidades sejam acordadas com as comunidades.

Sobre as conquistas nas comunidades concessionadas, há certas melhorias nas condições materiais de vida, de acesso à educação e à saúde ou igualdade gênero, ainda que no marco geral do país, onde se mantêm os elevados índices de pobreza e desigualdade. Se conseguiu frear os incêndios florestais e os desmatamentos e há uma gestão florestal corresponsável no território concedido. Também foi interessante a articulação entre as distintas comunidades, o braço político ou ACOFOP e a empresa comunitária FORESCOM. Em relação às suas limitações, se segue reproduzindo o modelo primário-exportador para os EAU e o projeto, por sua perifericidade extrema, tem um caráter defensivo e de subsistência, apesar de que rompe com as relações de servidão e os trabalhos forçados, gerando uma forma de resistência às dinâmicas internas do país.

Nos preguntamos se as concessões florestais comunitárias serão uma ferramenta para que as comunidades melhorem suas condições socioeconômicas a médio e longo prazo, após o investimento que fazem na educação, saúde e infra-estruturas. Desconhecemos se a atividade econômica nas concessões poderá fortalecer mercados locais ou novas formas de intercâmbio, gerando certo desenvolvimento endógeno ou autocentrado. Inclusive se as cooperativas e associações podem se tornar práticas transformadoras que desmercatalizem a vida nesses territórios e se construam novas relações com a natureza. Tudo isso está por escrever. Finalmente, desde o ponto de vista deste capítulo, nos preocupa a situação nas comunidades não concedidas e ameaçadas de expulsão, pois no conflito capital-vida, nos colocamos radicalmente ao lado da vida, sendo a vida das florestas compatível com a humana.

## BIBLIOGRAFIA

### CENSOS E INFORMES INSTITUCIONAIS

- Banco Interamericano de Desarrollo (2013). *Recaudar no basta: los impuestos como instrumento de desarrollo* [en línea]. <http://www.iadb.org/es/investigacion-y-datos/publicacion-dia,3185.html?id=2013>
- Banco Mundial (2016). *Guatemala. Estudio de gasto público social y sus instituciones*. Washington, DC: Grupo Banco Mundial.
- Banco Mundial (2021). Gasto público en educación, total (% del PIB) — Guatemala. En *Banco de datos del Banco Mundial* [en línea]. <https://datos.bancomundial.org/indicador/SE.XPD.TOTL.GD.ZS?locations=GT>
- CONAP (2015). *Reserva de la Biosfera Maya. Plan Maestro. Tomo I. Diagnóstico y Consideraciones de Manejo*. Guatemala: Gobierno de Guatemala.
- CONAP (2019). *Memoria de labores 2019* [en línea]. <https://sip.conap.gob.gt/wp-content/uploads/2020/07/Memoria-de-Labores-CONAP-2019.pdf>
- GUATECARBON (2014). *GuateCarbon. Reserva de la Biosfera Maya* [en línea]. <http://guatecarbon.com/datos-relevantes/>
- Instituto Nacional de Estadística (2003). *IV Censo Nacional Agropecuario* [en línea]. <https://www.ine.gob.gt/ine/censo-agropecuario>
- Instituto Nacional de Estadística (2019). *Encuesta Nacional Agropecuaria de granos básicos, Maíz, Frijol, Arroz. Año agrícola 2018-2019*. <https://www.ine.gob.gt/sistema/uploads/2020/01/15/20200115211422F2bGNAvSXAHCJsf11SReTg1sJMZq9Qfs.pdf>

- PNUD (2016). *Más allá del conflicto. Luchas por el bienestar. Informe Nacional de Desarrollo Humano 2015/2016*. Guatemala: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo.
- OXFAM (2016). *Privilegios que niegan derechos: desigualdad extrema y secuestro de la democracia en América Latina y el Caribe*. Oxford: Oxfam Internacional.
- Secretaría de Seguridad Alimentaria y Nutricional de la Presidencia de la República (2015). *IV Censo Nacional de Talla* [en línea]. <http://www.sesan.gob.gt/wordpress/informacion/descargas/iv-censo-nacional-de-talla-2015>
- UNDP (2020). *The next frontier. Human Development and the Anthropocene. Human Development Report 2020*. Nueva York: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo.

#### FONTES SECUNDÁRIAS

- Bulmer-Thomas, V. (1987). *The political economy of Central America since 1920*. Nueva York: Cambridge University Press.
- Carrera, F.; Morales, J. e Gálvez, J. (2001). *Concesiones forestales comunitarias en la Reserva de la Biosfera Maya en Petén, Guatemala*. Guatemala: CATIE/CONAP.
- Collectif Guatemala (2011). *Perenco. Explotar petróleo cueste lo que cueste. Informe sobre las consecuencias sociales y ambientales de las actividades de la empresa Perenco Guatemala Limited*.
- Corzo, A.; Figueroa, I. e Rodríguez, D. (2017). *Beneficios socioeconómicos de las familias que pertenecen a las concesiones forestales comunitarias en Petén, Guatemala*. Guatemala: USAC, Ciencias Sociales y Humanidades.
- Davis, A. e Sauls, L. (2017). *Evaluando la efectividad del control y prevención de incendios forestales en la Reserva de la Biósfera Maya*. Guatemala: PRISMA e ACOFOP.
- Dionisio, S. (2019). Conservación y desarrollo basado en la comunidad: las concesiones forestales comunitarias en Petén, Guatemala. *Revista Yu'am*, 3(5), 52-60
- Dunkerley, J. (2001 [1990]). Guatemala desde 1930. Em: Bethell, L. (Ed). *Historia de América Latina. Vol. 14. América Central desde 1930* (pp. 54-86). Barcelona: Editorial Crítica.
- Elías, S. e Monterroso, I. (2014). *La lucha por los derechos territoriales para las comunidades rurales: La experiencia de ACOFOP en la Reserva de la Biósfera Maya, Petén*. San Salvador: PRISMA.

- Escalón, S. (2017). Laguna Larga: un desalojo en nombre de la naturaleza [en línea]. *Plaza Pública*, 17 de julio. <https://www.plazapublica.com.gt/content/laguna-larga-un-desalojo-en-nombre-de-la-naturaleza>
- Galeano, E. (2020 [1967]). *Guatemala. Ensayo general de la violencia política en América Latina*. Madrid: Siglo XXI.
- Garoz, B.; Alonso-Fradejas, A. e Gauster, S. (2005). *Balance de la aplicación de la política agraria del Banco Mundial en Guatemala 1996-2005*. Guatemala: Programa de Estudios para el Desarrollo Rural-CONGCOOP.
- Gibson, C. (1990 [1984]). Las sociedades indias bajo el dominio español. En Bethell, L. (Ed.), *Historia de América Latina. Vol. 4. América Latina colonial: población, sociedad y cultura (157-188)*. Barcelona: Editorial Crítica.
- Gleijeses, P. (1989). The agrarian reform of Jacobo Arbenz. *Journal of Latin American Studies*, 21(3), 453-480.
- Gómez, I. e Méndez, E. (2007). *El Caso de la Asociación de Comunidades Forestales de Petén (ACOFOP)*. San Salvador: PRISMA.
- Hodgdon, B. D.; Hughell, D.; Ramos, V. H. e Balas McNab, R. (2015). *Deforestation trends in the Maya Biosphere Reserve, Guatemala*. Estados Unidos: Rainforest Alliance.
- Hurtado, M. (2010). *Petén: ¿La última frontera? Construcción social de una región*. Guatemala: FLACSO.
- Maestro-Yarza, I. (2018). L'agricultura i l'alimentació mundials. Em: Cairó, G. (Coord.), *Economia Mundial. Deconstruint el capitalisme global*. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona.
- Monterroso, I. e Barry, D. (2009). *Tenencia de la tierra, bosques y medios de vida en la Reserva de la Biosfera Maya en Guatemala: Sistema de concesiones forestales comunitarias*. Guatemala: FLACSO.
- Prado, J. P. e López, J.G. (2017). Ecología política del modelo conservacionista de las concesiones forestales comunitarias en la Reserva de la Biósfera Maya. *Revista Eutopía*, 2(3), 113-179.
- Radachowsky, J.; Ramos, V.; McNab, R.; Baur, E. e Kazakov, N. (2011). Forest concessions in the Maya Biosphere Reserve, Guatemala: A decade later. *Forest Ecology and Management*, 268, 18-28.
- Rivas, D. M. e Roldán, U. (2001). *Paz y Tierra, Modelos de Desarrollo agrario en Guatemala*. Madrid: Los libros de La Catarata.

- Schwartz, N. B. (1995). Re-privatización y privación: sistemas tradicional y contemporáneo de tenencia de la tierra en el Petén, Guatemala. *Mesoamérica*, 29, 215-232.
- Smith, N. (2020 [1984]). *Desarrollo desigual: naturaleza, capital y la producción del espacio*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Voces Mesoamericanas, Acción con Pueblos Migrantes, A. C. (2017). *Des-esperando en la frontera: informe de la situación de la comunidad Laguna Larga a seis meses de su desplazamiento forzado*. San Cristóbal de las Casas: Voces Mesoamericanas.
- Wachtel, N. (1990 [1984]). Los indios y la conquista española. Em: Bethell, L. (Ed.), *Historia de América Latina. Vol. 1. América Latina colonial: la América precolombina y la conquista* (pp. 170-202). Barcelona: Editorial Crítica.



# **EMPRESAS RECUPERADAS NA ARGENTINA: LIÇÕES E DESAFIOS PARA AS CLASSES TRABALHADORAS (1992-2020)**

Gabriela Roffinelli

## **INTRODUÇÃO**

Neste livro são analisadas diversas e variadas experiências históricas de como as classes dominadas se revoltaram contra as classes dominantes numa tentativa de tomar as rédeas do seu próprio destino. Neste sentido, consideramos extremamente importante analisar a experiência argentina contemporânea das fábricas recuperadas, com todas as suas limitações e potencialidades, porque constituem uma das estratégias mais significativas de luta das classes trabalhadoras face à grave situação social a que a sobrevivência do capitalismo inevitavelmente conduz.

No início do século XXI, o fenômeno das empresas recuperadas pelos trabalhadores se alastrou fortemente na Argentina. No contexto de uma profunda recessão econômica e de níveis históricos de desemprego, os trabalhadores e trabalhadoras assumiram a administração e gestão de cerca de 200 estabelecimentos produtivos de bens e serviços que atravessavam processos de falência, abandono, esvaziamento e/ou encerramento em todo o país.

A ocupação e recuperação de fábricas ou empresas tornou-se um fenômeno extremamente relevante em nível nacional e regional. Nem tanto pela sua massificação ou “sucesso” econômico relativo, mas

porque se tornou uma estratégia de luta das classes assalariadas que enfraquece o direito sagrado da propriedade privada capitalista e se contrapõe “à direção despótica” (Marx, 1975 [1867], p. 403) do capital sobre o processo de trabalho. Uma estratégia de luta defensiva face ao desemprego, mas portadora de múltiplas lições para a organização democrática e independente da classe trabalhadora.

Tanto é assim que a aquisição de empresas sem a participação dos antigos proprietários “incomodou” as classes dirigentes locais, que resistem duramente àquelas até hoje, seja com repressão, assédio judicial e asfixia econômica. Temem que uma possível ascensão da luta social as transforme numa estratégia política da classe trabalhadora. Por exemplo, Juan Alemann, que foi Secretário das Finanças durante a última ditadura civil-militar (1976-1983), expressou a situação sem rodeios:

[...] o problema de fundo surge com a nova estrutura empresarial. A função empresarial mais elevada requer pessoas capacitadas para esse fim. Nestas cooperativas, onde o poder é diluído, o controle tende a passar para trabalhadores com talento político, o que não garante de forma alguma a sua capacidade como administradores. A gestão de uma empresa requer um grande dinamismo e capacidade de decisão, o que é difícil nestas cooperativas. Depois, há o problema com as remunerações, que numa empresa, são necessariamente diferenciadas. Numa cooperativa de trabalhadores, porém, tendem a ser iguais, não só devido à própria natureza desta forma jurídica, mas também para evitar que a AFIP<sup>1</sup> classifique estas retiradas como salários. Finalmente, a possibilidade de prescindir de alguém, ou seja, de despedir, também é limitada, uma vez que são sócios. Portanto, este é o paraíso dos ociosos. Nenhuma empresa pode funcionar desta forma (Alemann, 2002, sublinhado nosso).

Duas décadas mais tarde, apesar de muitas dificuldades, estas experiências coletivas de produção autogerida por “vagabundos” não só resistem, como se espalharam, uma vez que constituem um exemplo a seguir quando se aproxima o desemprego. Em 2020, segundo dados do Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES) e do Programa Faculdade Aberta (FFyL-UBA), mais de 18.000 trabalhadores gerem cerca de 430 empresas recuperadas em 21 dos 24 distritos do país.

## **2. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO REGIONAL E GLOBAL**

Nos anos 70, a América Latina tornou-se o laboratório de uma série de políticas econômicas e sociais (conhecidas como neoliberais) promo-

---

1 Administración Federal de Ingresos Públicos.

vidas pelo capital financeiro, a fracção dominante do capital global, numa tentativa de neutralizar os ganhos obtidos durante décadas pela luta de classes e de superar as dificuldades de valorização da economia capitalista mundial.

As ditaduras civis-militares no Chile (1973-1991) e na Argentina (1976-1983) foram as primeiras a aplicar estas políticas económicas (desregulamentação financeira, abertura de mercados, etc.) que reestruturaram o processo de acumulação capitalista periférica da fase anterior (1930-1973/1976) centrado na industrialização de substituição de importações (ISI) e, desta forma, aprofundaram o carácter dependente e subordinado destas economias às exigências da acumulação capitalista global. Para a fração social dominante que representava as ditaduras, o objetivo político estratégico era lançar, com a liquidação do ISI, um ataque letal dirigido contra o aumento das lutas populares nestes países.

Desta forma, as ditaduras do Cone Sul da América Latina prepararam o caminho para o ensaio geral das políticas económicas exigidas pelo capital financeiro, através do quadro institucional à sua disposição, como o FMI, na esfera monetária, o BM na esfera financeira, a OMC na esfera comercial, a OTAN, na esfera militar, etc., para superar a crise de rentabilidade dos anos 70. Um ano após o golpe de Estado, o escritor argentino Rodolfo Walsh denunciava:

Didata pelo Fundo Monetário Internacional de acordo com uma receita que se aplica indistintamente ao Zaire ou Chile, Uruguai ou Indonésia, a política económica dessa Junta reconhece como beneficiários apenas a velha oligarquia pecuária, a nova oligarquia especulativa e um grupo seletivo de monopólios internacionais (Walsh, 1977).

Contudo, só nos anos 1990 é que a reestruturação da acumulação capitalista periférica conseguiu se consolidar na região, através de uma série de mecanismos que fragmentaram as resistências populares, tais como a repressão, mas também a hiperinflação e o endividamento externo.

A partir dos anos 1980, as transformações económicas que começaram a ser aplicadas na América Latina espalharam-se aos países capitalistas centrais, particularmente sob os governos de Margaret Thatcher (1979-1990), na Grã-Bretanha, e Ronald Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos. Embora em cada país — central ou periférico — a extensão das transformações económicas e políticas dependessem, na sua intensidade e amplitude, dos conflitos sociais e das relações de força.

A crise econômica do final dos anos 1960 levou a uma profunda centralização de capitais e a uma reestruturação econômica, política e social, em nível mundial, a fim de recompor a reprodução ampliada do capital e, portanto, o crescimento e o aumento da rentabilidade. Os mecanismos para levar a cabo este processo consistiram na redução dos salários indiretos (através da contração dos serviços sociais como saúde, educação), do salário diferenciado (seguridade social) e do salário direto (mediante flexibilização do trabalho, redução dos salários reais, desemprego, etc.) (Arrizabalo, 2014).

O denominado neoliberalismo implicou uma reformulação e renovação da economia política clássica na tentativa de recompor as condições que permitissem a valorização do capital. Em outras palavras, expandir os espaços rentáveis para a acumulação privada. Daí, por exemplo, “o lugar central que as privatizações ocupam no conjunto dessas políticas, uma vez que abrem novas atividades e serviços ao investimento, que elimina o que para o capital são obstáculos às suas possibilidades de valorização” (Arrizabalo, 2014). Tudo deveria ser produtivo, ou seja, maximizar os lucros para o capital. Este novo padrão de reprodução de capital tende a eliminar e refuncionalizar todas as esferas de produção social cujos produtos não eram diretamente mercantis, tais como a educação e a saúde públicas e gratuitas.

### **2.1. A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA ARGENTINA**

No início dos anos 90 do século passado, durante a presidência de Carlos Menem (1989-1999), consolidou-se a reestruturação do padrão de acumulação capitalista dependente, que tinha começado a tomar forma durante a última ditadura civil-militar na Argentina. Sob os auspícios do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), o governo Menem impôs o decálogo de medidas neoliberais, conhecidas como o Consenso de Washington. Este conjunto de políticas consistiu, basicamente, em uma rearticulação do Estado em sintonia com o novo modelo de acumulação de capitais, através de políticas que possibilitaram a desregulamentação dos mercados (comerciais e financeiros), a contrarreforma do trabalho e, fundamentalmente, a privatização de empresas públicas, o que permitiu a transferência de rendas extraordinárias para o capital privado, independentemente da natureza estratégica que qualquer um destes setores pudesse ter para o país.

Em 1998, Menem reconheceu, na reunião conjunta do Banco Mundial e do FMI, em Washington, que:

Nos anos 1990, *transformamos uma economia devastada pela hiperinflação, especulação e a corrupção estrutural. As chaves que tornaram possível a concretização deste verdadeiro milagre econômico foram: a) vontade política para enfrentar as transformações, b) consenso público para realizar mudanças democráticas que normalmente levam mais de uma geração, e c) coordenação com as instituições internacionais que prestaram apoio técnico e financeiro. Neste sentido, temos trabalhado junto com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o BID para assegurar a estabilidade macro econômica, aprofundar as reformas estruturais e adotar políticas para aliviar a situação econômica dos mais pobres* (Menem, 1998, grifo nosso).

Neste breve parágrafo, Menem salienta que: 1) alcançou consenso com o seu governo com base na promessa de superar a hiperinflação e 2) isto lhe permitiu realizar as medidas de ajuste econômico (contrarreformas, privatizações, desregulamentações, etc.) impostas pelas instituições a serviço do capital financeiro global: o FMI e o BM, e 3) teve o apoio das políticas sociais *focalizadas* do BIRD para conter a explosão social.

Em termos concretos, a *transformação estrutural da economia*, da qual Menem se orgulha perante os representantes das organizações internacionais, implicou a implementação do regime de conversão cambial que controlou a inflação, mas desencadeou uma profunda desigualdade social, deteriorou as condições de vida da maioria da população, instalou a flexibilidade do trabalho, provocou o subemprego e o desemprego e aumentou os índices históricos de pobreza e indigência no país. Apenas para ilustrar a magnitude do desastre social:

Tabela 1

Anos	1974	1999
Pobreza	8%	53%
Desemprego	2,7%	25%
Diferença de renda entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres	12 vezes	22 vezes

Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas y Censo (INDEC).

A convertibilidade, entendida como um tripé composto por abertura externa irrestrita, reforma do Estado e uma taxa de câmbio indexada ao dólar, teve origem no início dos anos 1990. Foi apresentada à sociedade como a solução definitiva para o problema da desvalorização e inflação que afetaram o país durante a década de 1980. Enquanto a taxa de câmbio fixa — por lei — praticamente eliminou o risco de desvalorização, a inflação foi contida através da entrada de produtos importados, favorecida pela redução generalizada das tarifas (no

início da década) e pela sobrevalorização da moeda nacional, dada a sua vinculação direta ao dólar americano (Gambina, García, Borzel e Crivelli, 2005).

A taxa de câmbio fixa garantida por lei (que representava um seguro cambial gratuito para os investidores) e a abertura irrestrita dos fluxos financeiros internacionais encorajaram a entrada de capitais necessários para o financiamento de um esquema que foi complementado com a privatização das empresas públicas, a desregulamentação completa da atividade econômica e a abertura comercial.

As políticas de abertura externa sem restrições atingiram duramente o tecido industrial menos dinâmico, fundamentalmente centrado na produção para o mercado interno. As importações inundaram os mercados locais e as pequenas e médias empresas com uma baixa composição orgânica foram afetadas pela concorrência. A desregulamentação comercial significou que as indústrias locais não resistiram à pressão competitiva de capitais estrangeiros, como consequência muitas empresas fecharam as suas portas. Desta rede de pequenas e médias empresas em crise emergiu o processo de ocupação e recuperação por parte dos seus trabalhadores.

Ao mesmo tempo, a desregulamentação dos fluxos financeiros levou à estrangeirização dos bancos e redirecionou o investimento de capital das áreas produtivas, cada vez menos lucrativas para o setor financeiro. Em outras palavras, a destruição do tecido produtivo (desindustrialização) foi acelerada com os capitais, os quais fluíram para atividades financeiras mais rentáveis, com a consequente destruição de empregos.

A presença de empresas estrangeiras estava concentrada nos setores mais lucrativos da economia argentina, dominando, assim, o processo de acumulação de capitais no país<sup>2</sup>. Tal grau de desnacionalização da economia argentina “preocupou” até mesmo o já mencionado antigo Secretário das Finanças da última ditadura civil-militar, Juan Alemann:

O problema é, acima de tudo, político. *Cria a sensação de ser uma colônia. As empresas estrangeiras estão menos comprometidas com o destino do país do que as nacionais.* Talvez o aspecto mais preocupante seja que, em muitos casos (especialmente em empresas espanholas), os cargos superiores estejam reservados a pessoas da nacionalidade de origem da empresa, afastando os locais (Alemann, 2007).

---

2 Finanças, serviços públicos tais como gás, telefonia, eletricidade, etc. — com tarifas dolarizadas — os itens associados à exploração de recursos naturais (minérios e hidrocarbonetos), atividades ligadas à transformação de recursos agropecuários e à indústria automobilística.

Ao mesmo tempo, ao longo da década, o endividamento estrangeiro cresceu exponencialmente. O sistema de paridade cambial obrigou o Estado a trocar um dólar por um peso. O conjunto de empresas transnacionais que passaram a operar na economia argentina (através de privatizações e desregulamentação comercial e financeira) não foram obrigadas a reinvestir os seus lucros no país, como consequência transferiram as suas receitas em pesos para dólares (sem qualquer regulamentação estatal) e enviaram-nas de volta para as suas empresas-mãe, o que exerceu uma pressão crescente sobre as reservas do Banco Central. O déficit público aumentou e, à medida que as exportações diminuía, a única fonte de financiamento provinha do endividamento externo.

Desde 1998, a economia argentina ingressou numa profunda recessão, com queda na produção, no consumo, uma fuga contínua de capitais e uma falta de dinheiro em circulação. Finalmente, nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, irrompeu o descontentamento popular, levando à demissão do Presidente Fernando De la Rúa (sucessor de Menem na presidência, desde 1999, e à manutenção do regime de convertibilidade) e à sequência de cinco presidentes interinos no espaço de uma semana.

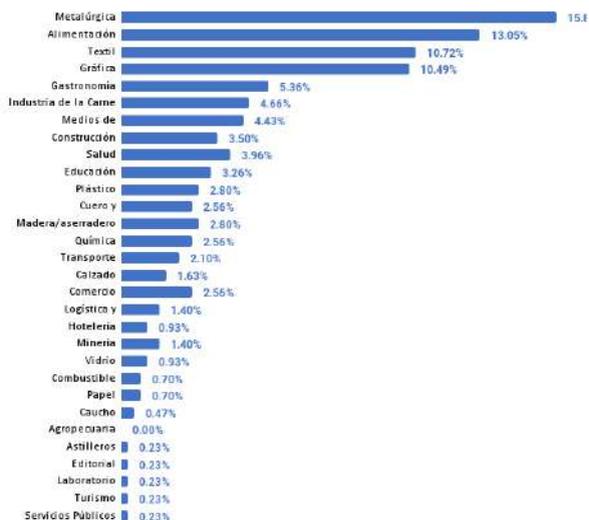
### **3. AS EMPRESAS RECUPERADAS**

Neste quadro de transformação do processo de acumulação de capitais, que levou à centralização e desnacionalização e, portanto, ao fechamento de pequenas e médias empresas ligadas ao mercado interno, e ao desemprego, surgiram as fábricas e empresas recuperadas pelos seus trabalhadores.

Assim, a maioria destas experiências são concentradas em áreas como metalurgia, alimentação, têxtil, gráfica, gastronomia e construção (ver Gráfico 1), todas, atividades historicamente desenvolvidas por pequenas e médias empresas com capitais locais, de baixa composição orgânica e cuja produção era orientada para o mercado interno, ou seja, os principais setores produtivos afetados pela reestruturação do padrão de reprodução capitalista periférico descrito na seção anterior.

**Gráfico 1**

Cantidad de ERT (por rubro)

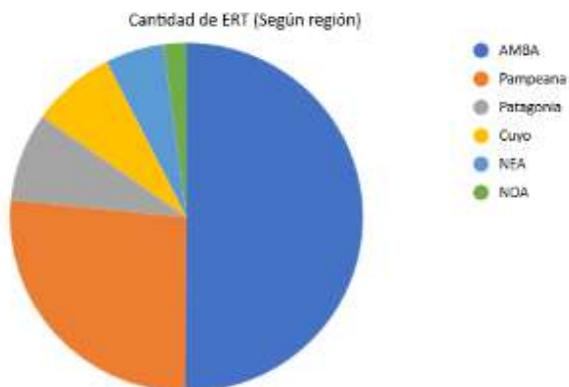


Fonte: Registro Nacional de Empresas Recuperadas.

Embora as Empresas Recuperadas representem um setor muito pequeno dentro do universo das pequenas e médias empresas, estas experiências não se limitaram à crise de 2001, dado que o processo de recuperação continuou a crescer nos anos seguintes, com a ampliação do número de empresas até 2020. Apesar de alguma recuperação da atividade econômica após o fim da convertibilidade (impulsionada pelo aumento dos preços internacionais das exportações primárias e por uma taxa de câmbio elevada que favoreceu à produção interna em detrimento das importações), as transformações estruturais do padrão de acumulação dependente nunca foram revertidas. A partir de 2012, diante do impacto da crise internacional, a economia entrou em recessão. De cerca de 200 empresas recuperadas em 2001, existem atualmente mais de 430 (ver Gráfico 2).

Gráfico 2

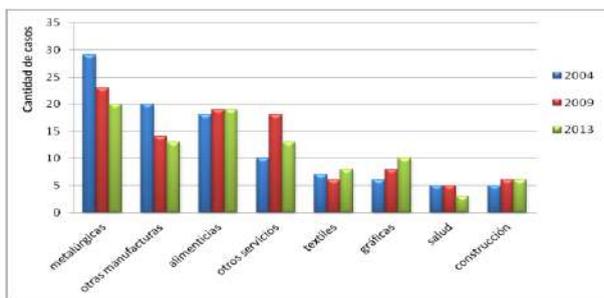
Distribución geográfica:



Fonte: Registro Nacional de Empresas Recuperadas.

O crescimento do número de empresas recuperadas nos últimos vinte anos tem sido diversificado em termos de setores de atividade. Embora o setor metalúrgico continue a ser o mais numeroso, a sua importância relativa no total continua diminuindo, com a incorporação de novas recuperações de outros setores econômicos. Em outras palavras, aparece “claramente como um processo que diz respeito a todos os setores da economia onde existe trabalho assalariado” (Ruggeri, Polti, Antivero, García, 2015). Esta tendência pode ser claramente observada no Gráfico 3, que abrange o período 2004-2013.

Gráfico 3



Fonte: IV Relevamiento ERT Facultad Abierta de FFyL — UBA.

Ao mesmo tempo, o aumento do número de empresas recuperadas coincide com os momentos de crise (expressos na queda do PIB), como se pode ver no Gráfico 4.

Gráfico 4

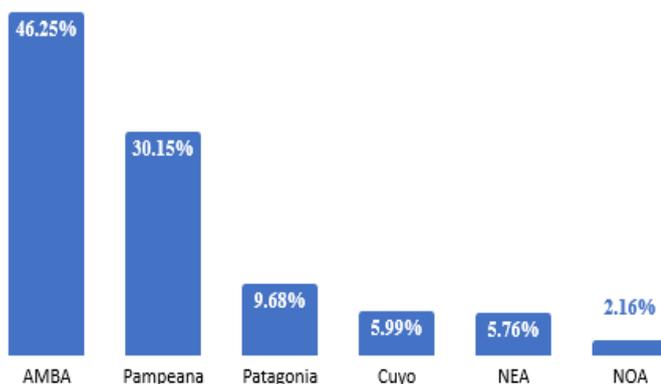


Fonte: IV Relevamiento ERT Facultad Abierta de FFyL — UBA e INDEC.

O universo das empresas recuperadas envolve cerca de 18.000 trabalhadores, uma média de 40 por estabelecimento, dos quais pouco mais de 46% estão localizados na AMBA (ver Gráfico 5).

**Gráfico 5**

Cantidad de trabajadores (por región)



Fonte: Registro Nacional de Empresas Recuperadas.

Tudo leva a crer que o processo de recuperação de empresas irá aumentar drasticamente nestes anos marcados pelo colapso econômico global que surgiu com as medidas de isolamento social e/ou restrições à mobilidade das pessoas no contexto da pandemia do coronavírus, e à crise local que se arrastava antes da pandemia. Em 2020, o PIB caiu 10,2%, a inflação atingiu 36% e a pobreza atingiu 42% da população argentina. E, de acordo com dados da Confederação Argentina das Médias Empresas (CAME), cerca de 41.200 pequenas e médias empresas fecharam, resultando na perda de 185.300 postos de trabalho. Consequentemente, 20% do número total de conflitos trabalhistas registrados estão relacionados com a continuidade e recuperação de postos de trabalho (Observatorio de la Conflictividad Laboral, 2021).

### 3.1. PRINCIPAIS DIFICULDADES E LIMITES

O processo de ocupação e recuperação foi iniciado, majoritariamente, pela vontade dos trabalhadores de resistir ao fechamento de empresas ou fábricas em crise.

O conflito começa com a decisão dos trabalhadores de resistir ao não cumprimento da relação salarial por parte do empregador. A principal razão é o atraso no pagamento de salários. Isto levou, em muitas das empresas, ao pagamento com vales, com os quais apenas uma parte dos salários foi

paga, tornando-se o montante restante uma dívida laboral. Outro problema que esteve na origem do conflito foi a instabilidade do emprego: as suspensões e reduções do horário de trabalho eram comuns. *Todos estes processos em algumas empresas levaram os trabalhadores a considerarem o seu fechamento como provável e, por vezes, quase inevitável* (Rebón, 2006, p. 159, grifo nosso).

A implementação da recuperação das fábricas e empresas envolveu um complexo e sinuoso processo de luta que assumiu várias modalidades. Por um lado, a ação direta de ocupação e resistência física face à repressão e às tentativas de despejo<sup>3</sup>. “A aquisição surgiu como uma forma eficaz de ocupar o espaço da fábrica, impedindo o seu esvaziamento, permitindo o reinício da produção e criando uma nova relação de forças” (Rebón, 2006, p. 162). Por outro lado, as ações nos marcos institucionais, para alcançar a cobertura jurídico-legal que garantiria um mínimo de segurança aos trabalhadores para reiniciar as atividades produtivas, sob formas democráticas, cooperativas e participativas, mas competitivas no mercado capitalista.

Portanto, as Empresas Recuperadas têm enfrentado duros condicionamentos provindos do poder: quer pelo desenvolvimento da lei do valor no mercado capitalista, quer pelas ações dos poderes concretos do Estado capitalista: executivo, legislativo ou judiciário. Apesar de tudo, a resistência foi consolidada, uma vez que, para além da produção e comercialização, foram desenvolvidas fortes alianças sociais solidárias com os coletivos sindicais, sociais, culturais e políticos. A vontade, perseverança e criatividade dos trabalhadores tornaram possível a sobrevivência destas experiências, apesar das muitas dificuldades e vicissitudes que têm de superar diariamente.

Poder-se-ia esquematizar que os trabalhadores que protagonizam a experiência das Empresas Recuperadas têm dois tipos de problemas: a) os ligados à aquisição da propriedade da empresa, a cobertura legal, e b) os relacionados à constituição de um processo produtivo que lhes garanta condições básicas de subsistência.

---

3 Embora as ocupações ou aquisições de fábricas tenham ganhado relevância e notoriedade pública, mais da metade do universo das empresas recuperadas avançou em vias consensuais ou soluções negociadas com os antigos proprietários, o juiz ou o administrador de falências. Em muitos casos, foi acordado que os trabalhadores permaneceriam nos estabelecimentos e que os bens seriam transferidos dentro dos quadros legais. “Do nosso ponto de vista, representa o nível mais baixo de conflito e ilustra bem a falta de correspondência entre “recuperação” e “tomada de controle”. Marca, também, um processo embrionário de institucionalização da “ocupação”, muitas das quais estabelecem jurisprudência sobre como é possível “permanecer” na empresa sem violar as regras em vigor” (Rebón, 2006, p. 164).

### 3.1.1. DA PROPRIEDADE CAPITALISTA PRIVADA À PROPRIEDADE COLETIVA

Um dos problemas mais prementes — ainda por resolver — está ligado à propriedade das empresas e, conseqüentemente, à forma de organização do coletivo de trabalhadores. De acordo com um inquirido da época:

No universo das fábricas recuperadas há uma marcada prevalência no modo de organização escolhido pelos trabalhadores quando se trata de resolver de que forma o problema da continuidade da unidade produtiva é enfrentado; neste sentido, o formato cooperativa de trabalho é o dominante em mais de 90% dos casos e acima do restante das opções, a saber: Sociedade Anônima (SA) ou Sociedade de Responsabilidade Limitada (SRL), em 4,7% e, finalmente, Controle Operário (acompanhado pela proposta de estatização), em 2,3% (Fajn *et al.*, 2003).

Por um lado, um pequeno grupo de Empresas Recuperadas propôs, desde o início, a necessidade da estatização da propriedade, sem indenização para os antigos empregadores, e sob o controle dos trabalhadores. Em outras palavras, argumentaram que a gestão e administração ficariam nas mãos dos trabalhadores e que o Estado assumiria a responsabilidade pelo setor, fornecendo canais de financiamento e comercialização.

Estas propostas de controle dos trabalhadores com estatização da propriedade consideravam que a interferência da lei do valor poderia ser evitada (através da luta competitiva no mercado capitalista) na organização do processo produtivo com base em critérios de solidariedade, democracia e cooperação dos trabalhadores.

É necessário lutar para que a gestão econômica da fábrica esteja verdadeiramente nas mãos dos trabalhadores. Isto é essencial; além disso, para lutar por critérios de solidariedade e cooperação entre os trabalhadores e não de concorrência, “produtividade” ou “guerra de todos contra todos”, como caracteriza qualquer empresa capitalista. Os trabalhadores, pela sua vontade consciente, devem decidir que parte do seu trabalho se destina para a acumulação de melhores condições para a modernização da fábrica, que financiamento podem exigir do Estado e que parte cabe ao seu próprio consumo (Rojo, 2009, §22)

Contudo, a produção de mercadorias para o mercado capitalista — embora regida por critérios não propriamente capitalistas de produção — não escapa aos efeitos da regulação da lei do valor. E, portanto, não é a vontade consciente que decide que parte do trabalho associado é deixada para aumentar a acumulação e que parte vai para o

próprio consumo e fruição dos trabalhadores, mas sim, a lei do valor através da luta competitiva<sup>4</sup>.

Recordemos que Trotsky (1931) caracterizou que “o regime de controle operário, um *regime provisório e transitório*, pela sua própria essência, só pode corresponder ao período das convulsões do estado burguês, *da ofensiva proletária e do recuo da burguesia*, ou seja, ao período da revolução proletária no sentido mais pleno do termo” (p. 30, grifo próprio). Pelo contrário, na ausência desta mudança abrupta na correlação de forças desfavoráveis às classes proprietárias, o controle dos trabalhadores, mais cedo ou mais tarde, será subordinado pelo capital.

Apesar da magnitude da crise social que surgiu em 2001, não se seguiu um período de grandes convulsões revolucionárias e de recuo da burguesia. Contudo, a correlação de forças tornou possível a emergência de governos mais inclinados a ouvir as exigências dos setores populares, mas sempre dentro dos limites instáveis da colaboração de classes. O então presidente Néstor Kirchner (2003-2007) expressou-os claramente no seu discurso quando assumiu a presidência:

No nosso projeto, colocamos em um lugar central a ideia de reconstruir um *capitalismo nacional* que gere as alternativas que tornarão possível reinstalar a mobilidade social ascendente. Não se trata de nos fecharmos ao mundo, não é um problema de nacionalismo ultramontano, mas sim, de inteligência, observação e compromisso com a Nação. (Kirchner, 25 de maio de 2003)

Embora a estratégia de controle dos trabalhadores com a estatização não tenha prosperado, numa correlação de forças sociais marcadas pela reconstituição da dominação, pelas classes capitalistas, este setor minoritário dentro do conjunto das empresas e fábricas recuperadas constituiu o setor mais radicalizado e demonstrou, na prática, a importância de tecer amplas alianças de solidariedade com a população e outros setores dos trabalhadores (Cfr. Castillo, 2007).

O setor majoritário das Empresas Recuperadas se organizou sob a forma de cooperativas de trabalho e exigiu a promulgação de uma Lei Nacional de Expropriação específica para as fábricas recuperadas, que previa a expropriação das unidades produtivas que se encontrassem em estado de suspensão de pagamentos, fechamento do estabelecimento, abandono, desmantelamento, esvaziamento ou dissolução

---

4 O próprio Marx sublinha que ao capitalista “o seu próprio consumo privado é apresentado a ele como roubo perpetrado contra a acumulação do seu capital, tal como na contabilidade italiana os gastos privados aparecem na coluna do que o capitalista “deve” ao capital” (Marx, 1975 [1867], p. 732).

da empresa, em favor dos trabalhadores que desejassem continuar com a produção e que fossem declarados de “utilidade pública”. Até agora, ainda não foi aprovada nenhuma lei nacional.

Pelo contrário, o processo judicial e legislativo para a expropriação das empresas tem sido muito complicado e obscuro. A possibilidade de dar continuidade à empresa falida foi muitas vezes deixada a critério do juiz da falência. Na melhor das hipóteses, os trabalhadores puderam obter, através de um juiz cível, uma lei de “expropriação temporária” que concedia à cooperativa a continuidade de exploração durante dois anos. Na verdade, isto não representou uma expropriação, uma vez que a propriedade dos bens (móveis ou imóveis) permaneceram propriedade da empresa falida e sujeitos à liquidação da falência nunca esteve em questão.

Entretanto, os trabalhadores devem ter angariado dinheiro suficiente nesses dois anos para ser capazes de comprar a empresa: comprá-la do proprietário que os enganou e os abandonou para poder pagar os seus empréstimos... Esta é uma das contradições em que os trabalhadores foram lançados para poderem continuar a trabalhar (Echaide, 2007, p. 10).

No entanto, a luta das Empresas Recuperadas conseguiu introduzir algumas alterações na Lei de Falências para dar “prioridade à continuidade produtiva sobre a liquidação do patrimônio” (Echaide, 2007). Contudo, foram introduzidos alguns outros requisitos que, de fato, implicam impedimentos, tais como a exigência de que um terço dos antigos trabalhadores deve permanecer na nova cooperativa de trabalho que dará continuidade à produção. Em muitos casos, quando a empresa fecha, os trabalhadores administrativos e outros trabalhadores mais qualificados (com melhores possibilidades de acesso ao mercado de trabalho) não estão dispostos a permanecer na cooperativa, o que significa que o requisito de um terço estipulado pela lei não é cumprido.

Nem todos os empregados da empresa participam do processo de recuperação. Em média, menos de metade está envolvida. As razões para não aderir são heterogêneas. Entre as razões apresentadas estão a falta de confiança na possibilidade da recuperação, o desânimo, a obtenção de outro emprego, a aposentadoria ou o “compromisso com o empregador” (Rebón, 2006, p. 158).

Como ainda não existe uma Lei Nacional de Expropriação de Empresas Recuperadas, cada cooperativa de trabalho teve de lutar — com maior ou menor sucesso — pela sua própria decisão judicial sobre expropriação que declare a utilidade pública da produção e, especi-

ficamente, lhes permita fazer uso dos bens e instalações para a retomada da produção sob a gestão da cooperativa. A propriedade da empresa que está fechada, em crise ou em processo de falência passa para as mãos do Estado (que paga uma indenização aos proprietários ou beneficiários da falência) e, posteriormente, a entrega aos trabalhadores, através de um contrato de arrendamento ou de comodato, para a sua utilização. Não há uma transferência de propriedade em benefício da cooperativa, dessa forma os trabalhadores só têm posse coletiva. Por outro lado, em várias ocasiões, a expropriação foi postergada no tempo, especulando-se que as crises e os altos e baixos do mercado obrigariam os trabalhadores a desistir de manter a atividade econômica, como aconteceu com o Hotel B.A.U.E.N. no meio da pandemia da Covid-19.

Por estas e muitas outras razões, os trabalhadores exigem a promulgação de uma Lei Nacional de Expropriação que responda às demandas específicas do setor, tais como ter preferência como fornecedores do Estado, o direito de pagar taxas preferenciais pelos serviços públicos, acesso à assistência técnica, tratamento fiscal preferencial e linhas de crédito, e que facilite vias judiciais para a formação de Empresas Recuperadas.

A verdade é que, a partir de 2002 em diante, nenhum dos sucessivos governos nacionais e provinciais se propôs a dar uma resposta definitiva que atendesse às demandas e problemas dos trabalhadores, os quais, diante do panorama do desemprego, decidiram — apesar de todas as restrições econômicas e brechas legais — continuar a produção.

### 3.1.2. PROBLEMAS LIGADOS À PRODUÇÃO

A obsolescência tecnológica das empresas no momento da recuperação tornou-se um verdadeiro obstáculo à continuidade da atividade econômica. A situação econômica precária dos trabalhadores associados (vários meses de salários atrasados e dívidas com antigos fornecedores de insumos, com as empresas de serviços públicos tais como eletricidade, gás e outros, e sem acesso a financiamento) os impede de poder reconverter tecnologicamente as instalações produtivas e, dessa forma, adaptar os tempos de produção ao tempo de trabalho socialmente necessário da produção (TTSN), o que estabelece a magnitude do valor em torno do qual giram os preços das mercadorias.

Consequentemente, para que as suas mercadorias tenham preços de produção competitivos, devem contrabalancear a falta de acesso à tecnologia, seja através de uma intensificação ou prolongamento da jornada de trabalho, seja pela redução das retiradas dos excedentes que os trabalhadores autogeridos recebem, sobretudo se forem com-

parados com os trabalhadores em relação de dependência do mesmo ramo.

Os preços de produção ( $cc + cv + \text{lucro médio}$ ) das mercadorias são impostos pela luta competitiva e isto pode provocar tensões no processo produtivo. Neste aspecto, a tensão reside no fato de que a tecnificação do processo produtivo e a intensidade do trabalho não correspondem a uma decisão autônoma do coletivo de trabalho, mas, à imposição de parâmetros de produtividade que são construídos num processo social fetichizado pelo tipo de troca mercantil capitalista.

Os capitais que produzem as suas mercadorias com uma composição orgânica mais elevada (maior produtividade), acima da média da economia, apresentarão um preço de produção inferior ao dos seus concorrentes e, portanto, venderão as suas mercadorias por um preço que lhes permite apropriar-se de mais valor do que produzem. O oposto se passa com os setores de menor composição orgânica, que produzem com produtividades abaixo da média da economia. Isto implica que os capitais que produzem com menor produtividade devem renunciar gratuitamente a parte do valor que produzem, e que esta cessão ou transferência de valor seja acentuada em favor dos capitais que produzem bens com preços de produção mais baixos, em virtude da sua maior produtividade.

Por exemplo, na IMPA, uma empresa metalúrgica recuperada na cidade de Buenos Aires, a obsolescência da sua maquinaria tem várias décadas. Segundo o testemunho de um dos seus trabalhadores, no momento da recuperação da fábrica, uma grande parte das máquinas da área de produção de botões desmontáveis de alumínio estava 60 anos atrasada em relação aos avanços tecnológicos incorporados pelos seus concorrentes. Depois de ter sido a primeira empresa de laminação no país, em 2005 tiveram de abandonar a laminação de alumínio porque as suas instalações se tornaram incompatíveis com as novas tecnologias de produção (Roffinelli, Ciolli e Papi, 2013).

Estas empresas que são geridas por coletivos de trabalhadores não deixam de fazer parte dos trabalhos privados que são exercidos independentemente uns dos outros, mas, estão sujeitos a uma interdependência multilateral, na medida em que fazem parte da divisão social (nacional e mundial) do trabalho capitalista. Por conseguinte, a equalização, a posteriori, na sempre flutuante e fortuita troca de trabalho se impõe “irresistivelmente como uma lei natural de regulação” (Marx, 1867, p. 92).

Ou seja, as relações de cooperação e democráticas e de não exploração do trabalho assalariado que os trabalhadores associados estabelecem para produzir não escapam — como qualquer empresa capitalista — aos efeitos da regulação da lei do valor e, conseqüentemente,

à luta concorrencial em mercados cada vez mais centralizados e concentrados. As empresas recuperadas não escapam a essas regulações e tendências do mercado capitalista. A lei da acumulação capitalista sela o poder de mando dos capitalistas sobre os assalariados e dos capitais mais concentrados sobre os menores.

Como solução para enfrentar a concorrência e as armadilhas especulativas da comercialização, por vezes se propõe estabelecer uma ligação entre a produção nas mãos dos trabalhadores com redes de distribuição e consumo alternativas e solidárias, tais como redes de comércio justo, mercados locais, feiras e muitas outras. No entanto, estas são apenas alternativas limitadas e estão circunscritas à esfera da produção em pequena escala e de bens de consumo.

Se as cooperativas de produção na sociedade atual devem, portanto, estar vinculadas às cooperativas de consumo, conclui-se, logicamente, que as cooperativas de produção estão, no caso mais favorável, condenadas a um pequeno mercado local e reduzidas a produzir apenas alguns artigos para consumo imediato e, de preferência, os de primeira necessidade (Luxemburgo, 1978, p. 63).

Outro problema comum enfrentado pelos trabalhadores/as que criaram as Empresas Recuperadas é a centralização do mercado de insumos, que impõe preços monopolistas sobre as matérias primas. Continuando com o exemplo do IMPA, um dos seus trabalhadores salienta que “somos enormemente prejudicados por um mercado concentrado em poucas mãos. Enquanto a tonelada de alumínio, em nível mundial, custa cerca de 1.875 USD, na Argentina estamos pagando 2.700 USD por tonelada” (Roffinelli, Ciolli e Papi, 2013, p. 35).

Os oligopólios estão em condições de extrair rendas sobre o valor global que lhes garantam taxas de lucro mais elevadas do que as dos segmentos de capital que dominam. Temporariamente, os capitais que têm um grau de monopólio nos seus mercados específicos podem manter os preços de mercado acima dos preços de produção, para além das oscilações conjunturais; então, estes capitais se apropriam de um lucro efetivo mais elevado do que a média, uma massa de valor apropriado superior à que foi, de fato, produzida por estes capitais. (Cfr. Dias Carcanholo, 2017).

Neste sentido, “A maioria dos casos das empresas recuperadas na crise de 2001 sobreviveram [...] em nosso entendimento, a chave explicativa se encontra no fato em que estas não buscam o lucro, ou seja, a acumulação de capital, mas têm como objetivo principal a manutenção de postos de trabalho” (Ruggeri, 2020, par. 1). Em outras palavras, estas empresas, na sua maioria, não se caracterizam por reinvestir

lucros e assim sustentar uma reprodução ampliada, como impõe a lógica da acumulação capitalista, mas sobrevivem porque se exige uma produção simples que sustenta, na mesma escala, o CC (entradas, desgaste da maquinaria, etc.) + CV (rendimento dos trabalhadores). No entanto, a reprodução simples de um capital sujeito à concorrência, é insustentável ao longo do tempo.

### 3.1.3. A COOPERAÇÃO AUTÔNOMA DOS TRABALHADORES

Outro dos principais desafios das Empresas Recuperadas consistiu na construção coletiva de espaços de trabalho autônomos e democráticos. Ou seja, desenvolver práticas e mecanismos organizativos concretos que lhes permitissem levar a cabo a produção com base em parâmetros ou princípios de autonomia, claramente diferenciados das práticas hierárquicas que predominam na relação entre empregadores e trabalhadores. Como Gramsci as descreve “na fábrica, onde as relações são de opressor e oprimido, de explorador e explorado, onde não há liberdade para o trabalhador, não pode existir democracia” (Gramsci, 2013 [1920], p. 77).

A responsabilidade de reiniciar o processo de trabalho é um processo difícil, com múltiplas dificuldades, que se aprende na prática, à medida que se vai minando a alienação dos trabalhadores em relação ao processo global de produção e, em última análise, o estranhamento do seu próprio trabalho. As relações de cooperação autônoma entre os trabalhadores associados são organizadas a fim de desenvolver a divisão do trabalho imposta pelo processo produtivo: compra de insumos, comercialização, produção, administração, promoção, logística, etc.

A experiência das Empresas Recuperadas tem um grande potencial simbólico porque os trabalhadores, na sua ousadia para superar o desemprego e a precarização do trabalho, demonstraram, às classes trabalhadoras como um todo, que é possível produzir sem patrões. Sem dúvida:

É impossível exagerar a importância destas grandes experiências sociais que demonstraram, com fatos, e não com meros argumentos, que a produção em grande escala e ao nível das exigências da ciência moderna pode prescindir dos patrões, que utiliza o trabalho da classe “manual”. Demonstraram, também, que não é necessário para a produção que os instrumentos do trabalho sejam monopolizados como instrumentos de domínio e exploração contra o próprio trabalhador; e mostraram, finalmente, que tal como o trabalho escravo, tal como o trabalho servil, o trabalho assalariado é só uma forma transitória inferior, destinada a desaparecer face ao trabalho associado que cumpre a sua tarefa com prazer, entusiasmo e alegria (Marx, 1864, §15).

A conquista de espaços de trabalho e a organização social autogerida tornam possível a cooperação independente da administração despótica do capital. Assim, nestas formas cooperativas, os trabalhadores não são obrigados a renunciar às suas capacidades de pensar, ser criativos, tomar decisões, conhecer e exercer essas habilidades através de métodos democráticos, em igualdade de direitos e obrigações para levar adiante o processo social do trabalho. Numa cooperativa não há patrões e subordinados, mas sim, uma estrutura organizativa e uma divisão técnica do trabalho que foram coletivamente concebidas e aprovadas.

Assim, organizar o processo de trabalho de forma autônoma possui o potencial de começar a romper a alienação com o próprio trabalho e o seu produto, o que só será plenamente alcançado sob formas sociais de produção que sejam diretamente (sem a mediação de valor) organizadas e controladas pelos produtores livres e associados.

A figura do processo social da vida, isto é, do processo material de produção, só perderá o seu véu místico nebuloso quando, como produto de homens livremente associados, estes tiverem submetido tal processo ao seu controle planejado e consciente. Para isso, porém, é necessária uma base material da sociedade ou um conjunto de condições materiais de existência, que são elas próprias o produto natural de uma longa e dolorosa história evolutiva (Marx, 1975 [1867], p. 97).

Muitos estudos têm recolhido inúmeros testemunhos de trabalhadores que assumem a produção de bens e serviços através da cooperação e relatam que, quando trabalhavam sob um empregador ou numa relação de dependência, a vida real começava quando o dia de trabalho terminava. A partir do momento em que assumem a gestão e controle das Empresas Recuperadas, sentem que a sua relação com o trabalho muda e começam a reconhecer-se no fruto do seu esforço diário.

A cooperação autônoma dos trabalhadores é um desafio permanente e uma aprendizagem cotidiana. A maioria das Empresas Recuperadas reivindica formas participativas e democráticas de organização, principalmente através de espaços de reunião para a tomada de decisões e a formação de comissões ou órgãos executivos da vontade da maioria. Outro elemento valorizado é a circulação horizontal da informação como condição para a participação democrática e como salvaguarda contra a corrupção.

Do mesmo modo, nas empresas e fábricas recuperadas existe um amplo consenso sobre a necessidade de articulação e solidariedade com outras experiências de auto-organização do trabalho a fim de encontrar formas coletivas e comuns de superar problemas financeiros, comerciais e jurídico-legais, bem como buscar o apoio solidário das

assembleias de bairros, vizinhos, sindicatos e outros coletivos sociais. Muitas vezes, sem estas construções solidárias e resistentes não teria sido possível enfrentar as contingências e ameaças diárias, tais como despejos ou desvendar os labirintos jurídico-legais.

Em muitos dos locais de trabalho recuperados foram desenvolvidas outras atividades relacionadas à cultura. Por exemplo, foram disponibilizados espaços para o desenvolvimento de centros culturais, oficinas de todos os tipos, atividades teatrais, estações de rádio e televisão, assim como os chamados “bachilleratos populares” (escolas secundárias populares).

#### 4. REFLEXÕES FINAIS

Em resumo, observamos que se cumpre a advertência prévia de Rosa Luxemburgo de que as cooperativas de produção “socializam a produção em pequena escala”, mas, com a contradição dentro do regime capitalista de que “os trabalhadores proprietários da empresa devem se reger com todo o rigor, mesmo contra si próprios, para poderem desempenhar o papel de empresários capitalistas” (Luxemburgo, 1978, p. 63).

No entanto, estas experiências — para além das limitações que lhes são impostas pela sociedade capitalista periférica em que operam — possuem um grande potencial, porque demonstram ao conjunto das classes trabalhadoras que, no cotidiano, os trabalhadores associados e cooperando de forma autônoma, são capazes de pôr em funcionamento a produção.

Os trabalhadores e trabalhadoras criaram os seus próprios espaços de trabalho com base em relações sociais muito mais equitativas, democráticas e participativas, em contraposição às relações de exploração do trabalho sob relação de dependência. Também se reapropriaram das suas capacidades criativas, que, agora, estão a serviço da transformação dos seus espaços produtivos cooperativos.

O mais importante: a recuperação de empresas transformou-se em uma das ferramentas da luta de classes. Atualmente, frente a mais de uma tentativa de esvaziamento, fechamento ou precarização do trabalho, os trabalhadores enfrentam a possibilidade concreta de ocupar e recuperar a empresa se os patrões persistirem nas suas ações.

A principal importância das Empresas Recuperadas reside nas mudanças reais que a sua atividade produz para as classes populares como um todo. Se destaca o conteúdo político insubmisso, que está implicitamente subjacente às lutas pela recuperação das empresas e pela organização da produção, enfrentando o problema premente de avançar rumo à construção de sociedades profundamente democráticas.

## BIBLIOGRAFIA

- Alemann, J. (2002, 3 de outubro). Las nuevas empresas autogestionadas. *La Razón*.
- Alemann, J. (2007, 5 de junho). La extranjerización de la economía. *La Nación*. <https://www.lanacion.com.ar/opinion/la-extranjerizacion-de-la-economia-nid914571/>
- Anderson, P. (1996). Neoliberalismo: un balance provisorio Perry Anderson. En P. Gentili e E. Sader (Comps.), *La trama del neoliberalismo Mercado, crisis y exclusión social*. Buenos Aires: CLACSO.
- Arrizabaló Montoro, X. (2014). *Capitalismo y economía mundial*. Madrid: Instituto Marxista de Economía (IME), Universidad de Arte y Ciencias Sociales (ARCIS) y Universidad de Concepción (UdeC).
- Basualdo, E. (2006). La reestructuración de la economía argentina durante las últimas décadas de la sustitución de importaciones a la valorización financiera. En E. Basualdo e E. Arceo (Comps.), *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C04Basualdo.pdf>
- Castillo, C. (2007). Un recorrido por la lucha de clases en la Argentina reciente (1993-2006). *XI Jornadas Interescuelas / Departamentos de Historia*. Tucumán: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Tucumán.
- Dias Carcanholo, M. (2017). *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis. Una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia.
- Echaide, J. (2007). Sobre lo político y lo jurídico: lo pendiente en la batalla legal de las Empresas Recuperadas. *Repensando la Economía Social*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación.
- Fajn, G. et al. (2003). *Fábricas y empresas recuperadas. Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación.
- Gambina, J.; García, A.; Borzel, M. e Crivelli, A. (2005). Liberalización de la economía argentina: ¿ruptura o continuidad? Em: J. Estay (Comp.), *La economía mundial y América Latina. Tendencias, problemas y desafíos*. Buenos Aires: CLACSO.
- Gramsci, A. (2013 [1920]). El consejo de fábrica. Em: Sacristán, M. (Comp.), *Antología*. Madrid: Akal.

- Herrera, R. (2006, 1 de mayo). La teoría económica neoliberal y el desarrollo. *Monthly Review*, 58.
- Luxemburg, R. (1978). Reforma o Revolución. Em: *Obras Escogidas*. México: Era.
- Marini, R. M. (2015). *América Latina, dependencia y globalización (antología)*. Buenos Aires: CLACSO / Siglo XXI editores.
- Marx, K. (1864). *Manifiesto Inaugural de la Asociación Internacional de los Trabajadores*. <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1860s/1864fait.htm>.
- Marx, K. (1975 [1867]). *El Capital. El proceso de producción del capital* (Vol. I). México: Siglo XXI editores.
- Marx, K. (1991 [1894]). *El Capital. El proceso global de la producción capitalista. Libro III*. México: Siglo XXI editores.
- Marx, K. (1994 [1844]). *Manuscritos económicos filosóficos*. Madrid: Altaya.
- Menem, C. (1998). *Discurso ante las Juntas de Gobernadores del Fondo Monetario Internacional y del Grupo del Banco Mundial*. Washington: FMI. <https://www.imf.org/external/am/1998/speeches/PR05S.pdf>
- Observatorio de la Conflictividad Laboral (2021, 24 de marzo). Informe especial: ¿qué está pasando con la conflictividad laboral en la pandemia? *La Izquierda Diario*. <http://www.laizquierdadiario.com/Informe-especial-que-esta-pasando-con-la-conflictividad-laboral-en-la-pandemia>
- Rebón, J. (2006). Las empresas recuperadas por sus trabajadores en Argentina. *Cuadernos de Relaciones Laborales*.
- Roffinelli, G.; Ciolli, V. e Papi, S. (2013). *Fábricas recuperadas en Argentina. Un balance necesario. El caso IMPA*. Buenos Aires: FISyP.
- Rojo, J. L. (2009, 17 de maio). Ocupación, estatización y control obrero. *Socialismo o Barbarie*. <http://www.socialismo-o-barbarie.org/?p=1480>
- Ruggeri, A. (2014). *IV Relevamiento de Empresas Recuperadas en la Argentina 2014: las empresas recuperadas en el período 2010-2013*. Buenos Aires: Cooperativa Chillavert.
- Ruggeri, A. (2020). Destacan que el éxito de las empresas recuperadas se basa en la generación de trabajo. *TELAM*. <http://www.recuperadasdoc.com.ar/>
- Wainer, A. e Schorr, M. (2014). Concentración y extranjerización del capital en la Argentina reciente ¿mayor autonomía o

incremento de la dependencia? *Latin American Research Review*, 49.

Walsh, R. (1977, 24 de marzo). *Carta abierta de un escritor argentino a la Junta Militar*. Universidad Nacional de Córdoba. <https://fcc.unc.edu.ar/sites/default/files/archivos/walshbaja.pdf>

# CONCLUSÕES

Xabier Arrizabalo Montoro

AO LONGO DESTA LIVRO foram analisadas diferentes experiências históricas, cujo denominador comum é a intenção, pelo menos declarada, de combater os problemas sociais que o modo de produção capitalista inevitavelmente provoca.

Se a história da humanidade fosse considerada como a mera soma de episódios independentes, poder-se-ia concluir que essas experiências fracassaram. Com efeito, nenhuma delas permitiu a transição para uma sociedade socialista, permitindo assim evitar para sempre a barbárie a que, cada vez mais, conduz a sobrevivência do capitalismo. Mas isso poderia ter acontecido? Obviamente que não, porque qualquer ilusão de construção do “socialismo em um só país” colide frontalmente com a existência de uma economia mundial, de modo que a luta de classes típica da sociedade capitalista tem um conteúdo internacional, embora apresente formas nacionais, como Marx e Engels já explicava em 1848, no Manifesto do Partido Comunista.

A história não pode ser compartimentada de tal forma, como episódios isolados, nem espacial nem temporalmente. Por exemplo, a influência da Revolução Russa, que até sua degeneração burocrática foi a expressão máxima da luta pela emancipação de todas as formas de opressão, está longe de ter desaparecido, mesmo que apenas como

referência geral de que um outro mundo é possível, embora não sob o capitalismo. Mas também no terreno mais concreto, como ilustrado pelo direito democrático elementar das mulheres de controlar sua reprodução, de acordo com os conhecimentos e técnicas disponíveis, incluindo o aborto. Na Argentina, graças a uma corajosa luta social, foi aprovado em dezembro de 2020, ou seja, apenas cem anos e um mês depois que na Rússia, a Rússia revolucionária de 1920. A Revolução Russa também se beneficiou da experiência da Comuna de Paris e suas contradições, que revelaram a importância decisiva de se destruir o antigo Estado burguês, em particular seu aparato militar, bem como controlar o sistema bancário ou a importância da organização política da maioria como partido. E assim por diante.

Algumas das experiências abordadas foram afogadas em sangue e fogo pelas classes dominantes, como os casos da própria Comuna de Paris em 1871 e da revolução na Catalunha em 1937 ou no Chile em 1973, mas também os da Bolívia e do Peru nos períodos referido no texto. Sem dúvidas, são derrotas, mas parciais porque fazem parte de uma luta mais ampla, ainda em plena vigência.

Na apresentação falamos da noção de revolução permanente, justamente para registrar a necessidade de colocar cada experiência em uma perspectiva mais geral, a perspectiva da luta pela emancipação da humanidade de todas as formas de opressão. As únicas derrotas que não deixam nenhum ensinamento são as das batalhas que não acontecem. Os três exemplos citados da Comuna, da Catalunha e do Chile, apesar de seu dramático fim, fornecem lições muito valiosas para as lutas de nossos dias, em particular demonstrando que há uma alternativa, que a derrota não é inevitável. A classe trabalhadora e os setores populares possibilitaram enormes avanços em 1871, em uma única cidade e apesar da brevidade da experiência, avanços sociais que hoje ainda estão longe de serem alcançados. Em 1936 e 1937, na Catalunha, a classe trabalhadora do campo e da cidade mostrou que não só os patrões não eram necessários, mas que, sem eles, a produtividade melhorava e a produção poderia ser orientada para o bem-estar da maioria. Em 1972 e 1973, no Chile, a classe trabalhadora também revelou sua capacidade de organizar a produção e a distribuição, apesar do bloqueio da burguesia e do imperialismo, bem como a defesa ferrenha das instituições burguesas pelo governo de Unidade Popular. Outras experiências analisadas, como as do controle operário na Bolívia e no Peru ou, em outra escala, as fábricas recuperadas na Argentina, também mostram essa capacidade, embora seu alcance seja inevitavelmente limitado em uma sociedade regida pela lei do valor e uma Estado que expressa e exerce a dominação burguesa, da qual não é possível se emancipar sem uma ruptura revolucionária.

Outros casos analisados no livro trazem lições, mas não tanto pelas conquistas que eventualmente possam implicar, mas sobretudo pela resposta do imperialismo que, dominado pela crise crônica, já não concede nem mesmo o que coloquialmente se chama de migalhas. Ou seja, revelam que o reformismo, que, por definição, é sempre uma orientação em defesa do capitalismo, hoje nem sequer inclui o que lhe dá o nome, as reformas, endossando seu caráter reacionário, como é claramente revelado no estudo do chamado modelo sueco, onde as organizações operárias são cooptadas para os interesses da burguesia, sob a ilusão de que há interesses compartilhados por toda a sociedade; também o caso guatemalteco revela essa orientação. Em nenhum caso isso significa desconsiderar as conquistas realmente bem-sucedidas, como as que também foram alcançadas na Bolívia no período recente ou em Kerala, apesar de suas limitações. Tampouco subestimamos outras lutas, todas e cada uma daquelas empreendidas pelas legítimas reivindicações da maioria da população, que é a classe trabalhadora e os setores populares. Ao contrário, porque são o único meio em torno do qual sua organização política pode ser construída, com a qual enfrentar fragilidades como as sofridas pelas experiências abordadas.

O livro não aborda experiências mais conhecidas que envolvem triunfos revolucionários como os já citados russos ou chineses, cubanos e outros, cada um com suas particularidades. Por restrições de espaço, foram escolhidas outras experiências, geralmente menos conhecidas, o que em nenhum caso significa desconsiderar a importância, mesmo decisiva, daquelas não incluídas. O livro analisa a experiência do Vietnã, cujo ponto decisivo é a vitória heróica do povo vietnamita sobre a dominação colonial francesa primeiro e depois o imperialismo estadunidense, e na qual se revelam as possibilidades de planejamento, mas também suas limitações com sua liderança burocrática.

A transição socialista para outro tipo de sociedade, uma sociedade que deixa para trás o capitalismo, baseada na expropriação dos expropriadores do trabalho alheio, ou seja, da expropriação dos meios de produção de propriedade privada, não é um desejo, mas uma necessidade. A impossibilidade de reformar o capitalismo revela isso. Isso envolve duas questões, como também foi apontado na apresentação: primeiro, a tomada do poder que permite liquidar o antigo Estado da minoria para levantar um novo Estado, mas agora da maioria. Em segundo lugar, a condução ou impulso do processo de acumulação e, com ele, da reprodução social como um todo, concretizado em um planejamento baseado em um cálculo racional regido exclusivamente pelo objetivo do bem-estar coletivo.

Para ambas as questões as experiências estudadas no livro são valiosas, mesmo quando em sentido negativo, apontando o que não fazer porque leva a um beco sem saída. Assim, questões como a necessidade de uma ruptura revolucionária com a desordem capitalista são endossadas, uma vez que o acesso ao governo, como mostram várias das experiências abordadas, não garante nada em si. Para essa ruptura, é necessária a organização política da classe trabalhadora e dos povos por suas reivindicações, em torno delas e com a mais ampla mobilização para eles, somente para eles, incondicionalmente. Admite-se também, juntamente com a necessidade do novo Estado da maioria, que a sua existência não garante nada, apesar do impulso que provoca. É necessário um amplo desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, a extensão mundial da ruptura revolucionária, indubitavelmente favorecida pelos primeiros resultados que já podem ser observados onde ela ocorreu. No entanto, qualquer ideia de transição unidirecional, inatacável, pressupõe o desconhecimento da noção de transição, ligada à sobrevivência da luta de classes. Em outras palavras, é necessário prevenir o risco de contrarrevolução, além da contribuição do já mencionado desenvolvimento das forças produtivas materializado na melhoria das condições de vida da população como um todo, particularmente dos seus setores mais desfavorecidos; bem como com o funcionamento radicalmente democrático, a plena liberdade de discussão das grandes maiorias para a unidade de ação.

Apesar de todas as enormes dificuldades, um fato prevalece acima de tudo: há solução para os problemas, há alternativa, embora não no capitalismo irreformável, mas na ruptura com ele. Uma ruptura revolucionária, para a qual a organização política é um requisito essencial. Nessa perspectiva, o legado de tantas experiências históricas não pode ser negligenciado, mas considerado, pois traz lições valiosas. Este livro é dedicado a este fim, humildemente, com a convicção da força do instinto de sobrevivência da maioria da população, que a faz se mobilizar incansavelmente por suas legítimas aspirações, apesar de todas as enormes dificuldades. Como resume a conhecida frase de Galileu: “e ainda assim se move”.

## **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

### **XABIER ARRIZABALO MONTORO**

Professor da Universidade Complutense de Madrid (UCM). Diretor do Diploma de Educação Continuada da UCM “Análise crítica do capitalismo: o método marxista e sua aplicação ao estudo da economia atual”. Codiretor do Grupo de Pesquisa da UCM: “Economia Política: Capitalismo e Desenvolvimento Desigual”. Membro do Instituto Marxista de Economia (IME), da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA) e do Grupo de Trabalho CLACSO “Crise e Economia Mundial”. Autor dos livros *Capitalismo e economia mundial*, *Lições da Revolução Russa* e *Milagre ou quimera: a economia chilena durante a ditadura*.

### **RAMON FRANQUESA ARTÉS**

Professor de Economia Mundial na Faculdade de Economia e Negócios da Universidade de Barcelona (UB). Especialista em recursos renováveis e economia social. Diretor do Mestrado em Economia e Gestão das Pescas entre 2003 e 2010. Assessor do Secretariado-Geral das Pescas Marítimas do Governo de Espanha e dos governos autônomos de Múrcia, das Ilhas Baleares, da Catalunha e de Valência. Conselheiro da FAO. Membro do Comitê Científico das Pescas (STEFEC) da Co-

missão Europeia entre 1999 e 2010. Pesquisador em Economia Social (cooperativas, cogestão, autogestão) e economia pública.

### **IGOR PASQUINI POMINI**

Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

### **MARIO DEL ROSAL CRESPO**

Professor Assistente no Departamento de Economia Aplicada, Estrutura e História da UCM. Especialista em análise marxista das economias europeias e da política monetária. Autor de obras e artigos sobre o modelo sueco, a UE, o BCE e o euro. Seu trabalho mais recente: *A Grande Revelação: Como a Teoria Monetária Moderna visa nos salvar do capitalismo salvando o capitalismo* (Ecobook, 2019). Membro da comissão organizadora do Diploma de Educação Continuada da UCM “Análise crítica da economia capitalista: o método marxista e sua aplicação ao estudo da economia atual”. Membro do Instituto Marxista de Economia (IME). Membro do Grupo de Investigação da UCM: “Economia Política: Capitalismo e Desenvolvimento Desigual”.

### **HENRIQUE PONS AGNELLI**

Graduado em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Mestre em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

### **GEMMA CAIRÓ-I-CÉSPEDES**

Doutora em Economia e professora de Economia Mundial na Faculdade de Economia e Negócios da Universidade de Barcelona. Especialista em economia política do desenvolvimento e economias asiáticas, especialmente Índia. Publicou em revistas como *Asian Survey*, *Feminist Economics*, *Progress in Development Studies* ou *Trimestre Económico*, entre outras. Editora e co-autora do recente livro *World Economy. Desconstruindo o capitalismo global* e membro do Conselho Editorial do *Journal of Critical Economics*.

### **EVERALDO DE OLIVEIRA ANDRADE**

Professor livre docente em História Contemporânea na Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do programa de pós-graduação em História Econômica da USP (2018-2020). Autor entre outros dos livros *Revolução Boliviana*, *Bolívia: democracia e revolução*, *Haiti: dois séculos de História*. Diretor do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica

Sérgio Buarque de Holanda (CAPH) da USP e coordenador do Grupo de Pesquisas sobre Planificação Econômica e Coletivismos (GPPEC).

### **ALEJANDRO CÉSAR LÓPEZ BOLAÑOS**

Doutor e mestre em estudos latino-americanos e graduado em economia pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Técnico acadêmico, titular “B”, em tempo integral no Instituto de Investigação Econômica ligado à área da Economia Política do Desenvolvimento. Professor na Faculdade de Engenharia e tutor no Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos. É membro da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA) e Coordenador do Grupo de Trabalho da CLACSO “Crise e Economia Mundial” para o período 2019-2022.

### **JUAN ALBERTO ARANCIBIA CÓRDOVA**

Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos e pesquisador aposentado do Instituto de Pesquisa Econômica ambos da UNAM. Graduado em Economia, graduado em História pela Universidade do Chile e mestre em Economia e Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Nacional Autônoma de Honduras. Professor e pesquisador em várias universidades do Chile, Peru, Equador, Honduras, Nicarágua e México. Autor de livros e capítulos em livros e revistas especializadas sobre desenvolvimento econômico, economia política do desenvolvimento, previdência social, reformas educacionais e precários mercados de trabalho.

### **ARMANDO NEGRETE FERNÁNDEZ**

Mestre em Estudos Latino-Americanos (2014) pela Faculdade de Filosofia e Letras, e Bacharel em Economia (2010) pela Faculdade de Economia. Concentrado na área de pesquisa do Observatório Econômico Latino-Americano (OBELA) do Instituto de Pesquisa Econômica (IIEc) da UNAM. Linhas de pesquisa: economia política global, crítica da economia política, processos de integração regional na América Latina e economia internacional. Especialista em administração de páginas web, gestão de dados e sistemas de informação geográfica. Contribui bimestralmente com publicações no *Bulletin Our America XXI-Challenges and alternatives*, CLACSO, na seção Gráficos e Estatísticas.

### **ALBERT CONTRERAS RIERA**

Graduado pelo Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona. Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona. Pesquisador em questões relacionadas aos estudos

socioambientais a partir de uma perspectiva teórica voltada para o desenvolvimento geográfico desigual, com ênfase em pesquisa-ação e transformação social.

### **EDUARD MONTESINOS CIURÓ**

Professor Associado ao Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona. Pesquisadora em questões relacionadas aos estudos socioambientais, a partir de uma perspectiva teórica voltada para o desenvolvimento geográfico desigual, com ênfase em pesquisa-ação e transformação social.

### **ROSER RODRIGUEZ CARRERAS**

Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona. Pesquisadora em questões relacionadas aos estudos socioambientais desde uma perspectiva teórica centrada no desenvolvimento geográfico desigual, com ênfase em pesquisa-ação e transformação social.

### **GABRIELA ROFFINELLI**

Licenciada em Sociologia. Doutoranda em Ciências Sociais na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina. Professora da Faculdade de Ciências Sociais da UBA. Membro da Fundação para a Pesquisa Social e Política (FISyP), da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA). Coordenadora do Grupo de Trabalho CLACSO “Crise e Economia Mundial”. Editora do boletim mensal *Nuestra América XXI. Desafios e Alternativas* e da revista *Conflicto Social* do Instituto de Pesquisa Gino Germani, Faculdade de Ciências Sociais, UBA. Autora dos livros: *A Teoria do Sistema Capitalista Mundial*, *Uma Abordagem ao Pensamento de Samir Amin e Noam Chomsky e o Controle do Pensamento*.

Neste livro falamos de poder, partindo da constatação de que sob o poder do capital é impossível resolver os problemas sociais, porque o capitalismo é irreformável: é sua lógica que os provoca e os agrava cada vez mais. Falamos de poder, em termos gerais, a partir do método marxista, para integrar as diferentes dimensões da reprodução social, aquelas que são convencionalmente identificadas com a econômica, a política, o militar etc. E o fazemos de maneira não neutra, mas declarada em favor dos interesses da maioria, da classe trabalhadora e de toda a população trabalhadora e dos povos oprimidos; com a aspiração, apesar de sua modéstia, de contribuir para a causa de sua emancipação, da emancipação da humanidade de todas as formas de opressão, compartilhando com Marx que “não pode haver dúvida sobre quem será o vencedor final: se os poucos que vivem do trabalho dos outros ou da grande maioria que trabalha” (Marx, 1871).

Da apresentação.



**CLACSO**

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales  
Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais

